

IVAN JAIRO JUNCKES

**O MICROCORPORATIVISMO NO
MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO:
A TRAJETÓRIA DOS TRABALHADORES DO BESC**

Florianópolis - 1997

IVAN JAIRO JUNCKES

**O MICROCORPORATIVISMO NO
MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO:
A TRAJETÓRIA DOS TRABALHADORES DO BESC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política



0.262.160-1

UFSC-BU



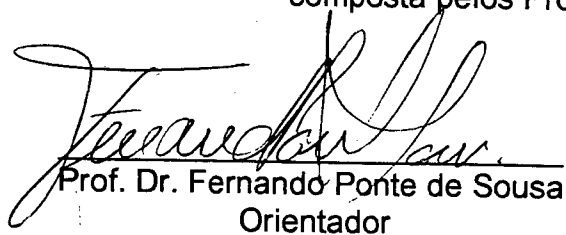
Florianópolis - 1997

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

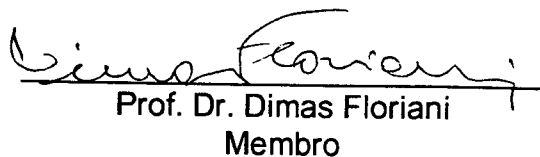
**“O MICROCORPORATIVISMO NO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO:
A TRAJETÓRIA DOS TRABALHADORES DO BESC”.**

Ivan Jairo Junckes

Esta Dissertação foi julgada e aprovada
em sua forma final pela Orientadora e
Membros da Banca Examinadora,
composta pelos Professores:


Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa
Orientador


Prof. Dr. Ary Cesar Minella
Membro


Prof. Dr. Dimas Floriani
Membro

Florianópolis, fevereiro de 1997.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que colaboraram para a realização desta pesquisa. Primeiramente ao meu orientador por sua maestria e amizade nestes três anos de convivência; à Albertina e à Fátima pelo apoio tão gentil na secretaria do mestrado; ao companheirismo dos colegas de curso: Valmir, Célio, Sílvia, Carlos, Silvana e outros sempre disponíveis para as conversas sobre as idéias das pesquisas.

Agradeço ternamente aos companheiros de lutas da diretoria, assessores e funcionários do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região - SEEB - pelo decidido apoio para realizarmos a auto-crítica de nossas ações, adotando o aprimoramento dos conhecimentos como condição fundamental para o crescimento coletivo. Aos companheiros da Escola Sul da CUT que no mesmo sentido sempre compreenderam minha dedicação aos estudos como um investimento no futuro de todos nós. Agradeço também aos entrevistados, pessoal de apoio do BESC e do SEEB pelos incentivos e pelas facilidades propiciadas para a coleta de dados.

Por fim, gostaria de agradecer especialmente à Jô, por seu carinho e sua coragem ao compartilharmos nossos corações e nossas idéias nesses últimos três anos. Aos meus familiares, Seu Ivo, Dona Edite, a Cleide e o Koga por todo o acolhimento nos momentos de angústia e alegria; e à Ma, ao Vini e à pequena Yume pelo brilho que emitem por sua infância.

ÍNDICE

Resumo.....	06
Abstract.....	07
Lista de Anexos.....	08
Lista de Abreviaturas.....	09
INTRODUÇÃO	11
Capítulo I - A METODOLOGIA DA PESQUISA	13
A Fase Exploratória.....	13
O Projeto de Pesquisa.....	14
O Referencial de Análise.....	15
A Observação.....	17
A Síntese.....	19
Capítulo II - O DESENVOLVIMENTO DO MICROCORPORATIVISMO	20
O que é Corporativismo ?.....	20
A Experiência Corporativista Brasileira do Início do Século Até o Novo Sindicalismo.....	26
A Transição Corporativista nos Anos 80.....	31
O Estabelecimento do Microcorporativismo nos Anos 90.....	37
Capítulo III - EXPOSIÇÃO DO CAMPO DE ANÁLISE	42
O Banco do Estado de Santa Catarina - BESC.....	42
. A Intervenção de 1987 e Suas Relações Políticas.....	43
. O Sucesso do BESC no Mercado Financeiro.....	47
. Os Trabalhadores do BESC.....	49
. A Direção do BESC.....	51
A Associação de Profissionais do BESC - PROBESC.....	53
A Fundação de Codesc de Seguridade Social - FUSESC - e o Plano SIM de Assistência.....	56
Os Sindicatos dos Bancários.....	59
Os Sindicatos dos Banqueiros.....	62
O Capital Financeiro.....	65
O Trabalho Bancário.....	67

Capítulo IV - O CURSO DOS CONFLITOS E ACORDOS NO CASO DOS BANCÁRIOS DO BESC.....	70
A História das Campanhas Salariais entre 1985 e 1995	71
. 1985-1986: A Retomada das Lutas Nacionais Após Vinte Anos	71
. 1987-1988: O Início da Segmentação das Lutas.....	78
. 1989-1991: O Consentimento com Segmentação.....	85
. 1992-1993 :As Mobilizações Isoladas com Sucesso	92
. 1994-1995: O Refluxo nas Conquistas Obtidas com a Segmentação	99
O Papel da Participação nos Lucros - PL - e as Tentativas para Eleger um Diretor Representante - DIREP.....	107
. O Apego à Participação nos Lucros - PL - e os Impactos na Ação Coletiva.....	107
. A Superação da Proposta de Eleição de um Diretor Representante - DIREP	109
As Lutas dos Empregados do Banrisul e Banestado - Uma Comparação.....	112
. Os Banrisulenses.....	112
. Os Banestadenses.....	114
Contribuições para Pensar as Perspectivas e Estratégias na Organização dos Trabalhadores Bancários - Uma Contribuição.....	116
CONCLUSÃO	123
ANEXOS	128
BIBLIOGRAFIA	171

RESUMO

O propósito deste estudo é explorar o recente desenvolvimento das concertações corporativistas no Brasil a partir da investigação da trajetória das lutas dos trabalhadores do Banco do Estado de Santa Catarina - BESC - no período entre 1986 e 1995. Tal pesquisa visa contribuir para a compreensão das transformações nas políticas de precarização dos direitos sociais e das relações de trabalho evidenciadas atualmente. Para cumprir tal propósito, foram analisados o perfil e as relações estabelecidas entre o BESC, as organizações de interesse patronais, as organizações de interesse dos trabalhadores e as agências estatais trabalhistas. Para essa análise foi recomposto o conceito de corporativismo, contemplando as três categorias de análise selecionadas: consentimento, segmentação e conflito. Constatou-se, através dessa pesquisa, o desenvolvimento do consentimento à exploração do trabalho, associado a preservação do BESC no mercado financeiro. Nessa trajetória foi favorecida a emergência de concepções participacionistas e, a partir da segmentação da organização dos trabalhadores, foi acentuado o enfraquecimento da ação sindical de contestação. Assim, o consentimento e a segmentação configuraram uma nova dinâmica de concertação: o microcorporativismo.

ABSTRACT

This paper has for its main objective to explore recent developments of concerting corporativists processes in Brazil. The study initiated with a deep view of the roads and struggles trotted by bank clerks at BESC - State Bank of Santa Catarina between the years of 1986 and 1995. Such research aimed at trying to comprehend the political transformations as well as precarization of social rights and labor relationship seen today. To pursue such objective an analysis of the characteristics as well as the established relationship among the bank - BESC - and patron's interest and labor worker's organizations as well as state labor agencies was made. To accomplish it, a concept of coorporativism was rebuilt taking under consideration the three major categories selected and analysed: consentiment, segmentation and conflict. On the development of this research we were able to perceive an exploitation on the part of bank clerks associated to the preservation of the bank - BESC - on the financial market millieu. This trajet favored the emergence of a more participationist concept, and from the segmentation of labor organizations we saw very provocative unions being weakened. To conclude consentiment as well as segmentation both trying to configure a new dynamism on the process of concerting: microcorporativism.

Tradução: Prof^a. Maria Helena Almança

LISTA DE ANEXOS

- I. - Bilhetes de personalidades políticas para admissão de pessoal no BESC
- II. - Quadro de dados financeiros do BESC/BANESTADO/BANRISUL
- III. - Quadro de dados de emprego bancário, pessoal e pontos de atendimento do BESC/BANESTADO/BANRISUL
- IV. - Tabelas dos acordos coletivos BESC/FENABAN/BANESTADO
- V. - Relação dos membros do conselho administrativo e diretorias do BESC 1988-1995
- VI. - Documentos de RH FENABAN e ASBACE
- VII. - Documentos sobre a política de RH BESC
- VIII. - Comparativo perfil dos bancários, geral X BESC
- IX. - Quadro resumo das políticas salariais 1986-1996
- X. - Informativo O Bancário de março de 1986
- XI. - Série histórica 1986-1995 dos valores correntes das verbas de auxílio selecionadas
- XII. - Série histórica 1986-1995 em valores ajustados para dezembro de 1995
- XIII. - Proposta de acordo feita pelo Gabinete da Casa Civil SC em 25/06/90
- XIV. - Fotocópia da FS 05/10/88
- XV. - Correspondência do CPF para Mércio Felsky em agosto de 1991
- XVI. - Comparativo com cláusulas BESC/BANRISUL - 1990 - 1991
- XVII. - Roteiro das entrevistas
- XVIII. - Relação dos entrevistados
- XIX. - Gráfico da evolução salarial dos empregados do BESC SET86-SET95

LISTA DE ABREVIATURAS

AABESC - Associação Atlética dos Empregados do BESC
ABC - Região Metalúrgica do Estado de São Paulo
ACT - Acordo Coletivo de Trabalho
ANABB - Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
ASBACE - Associação Brasileira de Bancos Comerciais Estaduais
ATP - Asbace Tecnologia e Produtos
BACEN - Banco Central do Brasil
BADESC - Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
BANESTADO - Banco do Estado do Paraná S/A
BANRISUL - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A
BB - Banco do Brasil S/A
BC - Banco Central do Brasil
BDE - ex-Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
BESC - Banco do Estado de Santa Catarina S/A
BESC-LEASING - BESC-Leasing Arrendamento Mercantil
BESCAM - BESC S/A Corretora de Títulos, Valores e Câmbio
BESCREDI - BESC Financeira S/A
BESCRI - BESC S/A Crédito Imobiliário
BESCVAl - BESC Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários S/A
BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CCT - Convenção Coletiva de Trabalho
CCT - Contrato Coletivo de Trabalho
CEF - Caixa Econômica Federal
CMN - Conselho Monetário Nacional
CNB/CUT - Confederação Nacional dos Bancários da CUT
CNF - Confederação Nacional de Instituições Financeiras
CODESC - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
CONTEC - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito
COREP - Conselho de Representantes
CPD - Centro de Processamento de Dados
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DC - Jornal Diário Catarinense
DEB/CUT - Departamento Estadual dos Bancários da CUT
DIREP - Diretor Representante
DRT - Delegacia Regional do Trabalho
FAMPESC - Federação de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina
FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos
FEEB/SC - Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Santa Catarina
FENABAN - Federação Nacional dos Bancos
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina

FS - Jornal Folha Sindical
FUSESC - Fundação Codesc de Seguridade Social
INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor
MOB - Movimento de Oposição Bancária
MRH - Manual de Recursos Humanos
MST - Movimento Sem-Terra
OSB - Oposição Sindical Bancária
PAB - Posto de Atendimento Bancário
PAI - Plano de Ação Imediata
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCS - Plano de Cargos e Salários
PDS - Partido Democrático Social
PETROS - Fundação de Seguridade dos Funcionários da Petrobrás
PFL - Partido da Frente Liberal
PL - Partido Liberal
PL - Participação nos Lucros
PLAMEG - Plano de Metas do Governo de Celso Ramos (SC)
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPB - Partido Progressista Brasileiro
PREVI - Fundação de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
PROBESC - Associação dos Profissionais do BESC
PRODASC - Companhia de Processamento de Dados de Santa Catarina
PROER - Programa de Apoio e Estímulo ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional
PROREF - Programa de Reestruturação Financeira
PT - Partido dos Trabalhadores
RAET - Regime de Administração Temporária
REFLORESC - Reflorestadora Santa Catarina
RH - Recursos Humanos
SEEB - Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região
SFBESC - Sistema Financeiro BESC
SIM/FUSESC - Plano de Assistência Fusesc
TRT - Tribunal Regional do Trabalho
TST - Tribunal Superior do Trabalho
UDESC - Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UNICAMP - Universidade de Campinas (SP)
URP - Unidade de Referência de Preços
URV - Unidade Real de Valor
USP - Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

As políticas neoliberais de precarização dos direitos sociais e o desenvolvimento de novas tecnologias de gestão do trabalho têm acentuado as assimetrias existentes na base do poder de ação dos capitalistas e trabalhadores. Buscando retardar os efeitos deletérios do capital, ambos acirram a concorrência intraclassista e promovem acordos entre si. Assim, os detentores do capital reforçam o seu poder individual, enquanto os trabalhadores enfraquecem o seu poder coletivo com acordos de abrangência cada vez mais restrita.

O envolvimento pessoal, enquanto dirigente sindical, no conflito entre a divisão enfraquecedora do poder de ação dos trabalhadores e a tentativa de avançar nas lutas, estimulou a busca de recursos teóricos para verificar os limites da ação sindical e propor alternativas ante a precarização da organização sindical.

O propósito desse trabalho é explorar as alterações do padrão de relações corporativistas no Brasil através do estudo da trajetória das lutas dos trabalhadores do Banco do Estado de Santa Catarina - BESC, ocorridas entre 1986 e 1995. Esse texto expõe o modo como os bancários do BESC se anteciparam e se isolaram dos demais trabalhadores na busca de melhores acordos salariais e da preservação do banco. A diferenciação desses bancários durante as campanhas salariais nacionais indica tendências na organização dos trabalhadores e contribui para a ampliação do escopo de análise do corporativismo.

No primeiro capítulo serão expostas as concepções e os procedimentos metodológicos adotados no curso da investigação, discutindo desde a concepção da pesquisa até a síntese obtida com o confronto entre as análises e as hipóteses iniciais. Considerando que as investigações sobre a dinâmica microcorporativista são recentes, recuperamos todos os passos adotados, visando contribuir com os novos estudos sobre o tema.

A recuperação e atualização teórica do corporativismo é o conteúdo do segundo capítulo, onde serão abordados os principais autores das idéias que sustentam este trabalho, como Schmitter, Przeworski, Offe, Boito, Antunes, Tápia e outros. A partir dessas diferentes abordagens, será reelaborado um conceito de corporativismo e selecionadas três categorias de análise: o **consentimento**, a **segmentação** e o **conflito**. Em seguida, é identificado na história dos trabalhadores brasileiros o estabelecimento do padrão corporativo estatal e explorada a emergência de novas práticas de contestação com o *novo sindicalismo*. Essa nova fase do sindicalismo brasileiro preservou os pilares do velho

corporativismo de Estado mas, o aprofundamento das alterações no mundo do trabalho apontam para uma superação do oficialismo. Nessa transição, onde persiste o agenciamento estatal dos conflitos entre capital e trabalho, localizamos o desenvolvimento da segmentação da organização dos trabalhadores e a emergência do consentimento com abrangência na empresa, dinâmica essa que chamamos de microcorporativismo.

No terceiro capítulo será feita uma exposição dos principais agentes do campo de análise incluindo o capital financeiro e o trabalho bancário. A caracterização desses agentes se fez necessária pela complexidade das relações estabelecidas entre os diversos agentes e o volume de referências necessárias a fim de melhor qualificá-las para dar continuidade à discussão.

O quarto e conclusivo capítulo expõe o curso das campanhas salariais dos empregados do BESC, em comparação com as campanhas dos bancários dos bancos privados e de outros bancos estaduais. A análise dessa trajetória será realizada com base nas relações entre os indicadores das categorias analíticas selecionadas - consentimento, segmentação e conflito. A partir do movimento específico de um segmento de uma categoria será demonstrado como se desenvolveu a dinâmica microcorporativista, que é observada na experiência dos bancários do BESC. Ainda neste capítulo será feita uma discussão das estratégias adotadas pelos trabalhadores bancários, buscando contribuir com sugestões para a organização desses trabalhadores no contexto dos conflitos que relatamos na pesquisa.

Assim, a análise da trajetória dos trabalhadores do BESC deve ser vista como um aprimoramento do debate teórico sobre o corporativismo e uma contribuição crítica das estratégias adotadas durante o período estudado, que implicam a fragilização da solidariedade entre os trabalhadores e da sua capacidade de contestação da exploração.

CAPÍTULO I

A METODOLOGIA DA PESQUISA

O propósito deste capítulo é expor a trajetória da pesquisa, desde sua concepção até a síntese obtida no confronto das idéias iniciais e do referencial teórico com a observação do campo selecionado. É necessário alertar que o encadeamento didático feito nas próximas páginas é fruto de uma constante revisão e remontagem de suas partes durante o andamento dos trabalhos, pois estar sempre em dúvida é uma pré-condição para o alerta necessário nesta longa trajetória de estudos. Buscou-se primar pela concepção de que toda técnica é uma teoria em atos e, portanto, carrega sempre a possibilidade de gerar contradições e aprendizado com as novas perspectivas que não prevíamos; por isso, a necessidade de considerar sempre prévias as elaborações, pelo menos até a dissertação ser escrita¹.

A FASE EXPLORATÓRIA

As primeiras preocupações que motivaram esta pesquisa estavam relacionadas com a burocratização no movimento sindical, quando era bancário do Banco do Brasil e dirigente do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região - SEEB - me intrigava a burocracia oficialista e o crescimento do poder de escritório em detrimento da ação contestatória na Central Única dos Trabalhadores - CUT. Na condição de educador sindical contribuí várias vezes para a formulação de políticas ou processamento de planos que se defrontaram com os limites do sindicalismo e o desafio de pensar tentativas de superação dessas limitações forjaram as primeiras leituras.

O maior desafio foi a minha participação na dinâmica que buscava criticar, ou seja, meu envolvimento e a suspeição gerada sobre minhas idéias pareciam ameaçar os procedimentos científicos necessários à investigação. Contudo, podemos agora considerar

¹:o roteiro para exposição da metodologia desenvolvida na pesquisa foi inspirado na obra de Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt: *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 1992.

tais resistências fruto do voluntarismo que alimenta o mito da neutralidade. A superação se deu pelo compromisso com o desenvolvimento de um perfil de pesquisador crítico de si mesmo, de sua história, assumindo o aprimoramento da investigação social através dos agentes envolvidos na construção dos problemas.

A partir dos primeiros questionamentos sobre as perspectivas de um movimento burocratizado, ajustei minimamente o foco do interesse e iniciei as discussões sobre a estrutura sindical brasileira, relacionando-a com as ações desenvolvidas pelo sindicato que ajudei a dirigir. Na exploração dos estudos sobre o tema descobri um companheiro de curso, José Carlos da Silva, que concluía sua pesquisa exatamente sobre essa relação². Mantendo a preocupação inicial, redirecionei a atenção para a trajetória de lutas dos trabalhadores do Banco do Estado de Santa Catarina - BESC, bancários que ganharam destaque pela dinâmica de seus conflitos com a direção do banco. A peculiaridade da luta destes companheiros poderia ajudar a compreender um pouco da história recente dos bancários, e pensar perspectivas para o movimento sindical.

Questionamentos de vários pesquisadores sobre o futuro do sindicalismo e das concertações corporativistas levaram ao desenvolvimento da compreensão da relação entre a trajetória dos trabalhadores do BESC e o corporativismo. Na busca da superação das prenoções e da polissemia que cerca o referencial teórico escolhido, verifiquei a possibilidade de utilizá-lo para compreender nossa história e contribuir para o aprimoramento de um escopo de análise emergente na academia, o microcorporativismo.

O PROJETO DE PESQUISA

Com a fase exploratória bastante facilitada pelo conhecimento que eu tinha da história que vivia, o desafio era dominar os valores e paixões para elaboração do roteiro de trabalho. Tal intento foi possível nas discussões com meu orientador, com outros docentes e com os companheiros da disciplina de Metodologia de Pesquisa. Gostaria de ressaltar o permanente exercício da dúvida, o constante questionamento sobre a adequação do referencial teórico para a investigação e a abertura para outras perspectivas a partir da exploração das contradições surgidas neste período.

Foram necessárias muitas leituras para precisar o que já se tinha acumulado sobre o corporativismo, os objetivos do trabalho e o campo de pesquisa. Neste momento ocorreu

²: *Sindicalismo Bancário em Santa Catarina - Reforma e Persistência da Estrutura Sindical de Estado*, de José Carlos da Silva, 1995.

a necessidade de fazer a dosagem entre a ampliação das discussões e leituras realizadas para diversificação da abordagem e sua delimitação aos assuntos que guardam ligação direta com tema pré-definido.

As questões iniciais desta trajetória de pesquisa foram: **“Por que os trabalhadores do BESC anteciparam e isolaram suas campanhas salariais em relação ao movimento nacional ?”** e **“Que tendências significativas podemos apontar a partir dessa dinâmica de mobilização para o conjunto dos bancários?”**. A partir de tais questionamentos foi adotada a seguinte proposição para o trabalho:

“...investigar a constituição de novas dinâmicas de lutas que desafiam o grande contrato firmado em torno do velho corporativismo e verificar os impactos da estratificação do trabalho bancário na organização destes trabalhadores e do conjunto do movimento sindical...”

Nesta etapa da pesquisa foi fundamental explicitar as possíveis respostas aos questionamentos que nos motivam. Tal procedimento possibilitou um fio condutor para a definição de conceitos e categorias analíticas que permitiram uma observação seletiva das inúmeras possibilidades que temos ante todo problema social. **A hipótese** elaborada para submeter às etapas seguintes do trabalho foi:

“...os trabalhadores do BESC anteciparam e isolaram sua mobilização frente ao conjunto da categoria bancária porque constituíram um setor de classe mais organizado e, por condições favoráveis de negociação, buscaram vantagens imediatas. Constituindo uma tendência de emergência e fortalecimento da dinâmica característica de corporativismo setorial, em combinação com o declínio do velho corporativismo de Estado, os trabalhadores do BESC promovem, de forma contraditória, fragmentação de classe e avanços nas condições de negociação no conjunto da categoria bancária e da classe trabalhadora.”

Durante a qualificação do projeto foi percebida alguma inadequação de termos ou conceitos a partir das contribuições feitas pela banca examinadora; assim, com o aprimoramento das questões iniciais, foi possível comprovar a inevitável condição provisória das formulações deste momento do trabalho.

O REFERENCIAL DE ANÁLISE

A elaboração dos instrumentos para intervenção no campo de pesquisa foi possível pelo aprimoramento das leituras e seleção dos componentes mais significativos do referencial teórico que selecionei. As leituras foram sendo delimitadas pelo tema da

pesquisa e concentraram-se no histórico do movimento sindical bancário e, especialmente, sobre o conhecimento do corporativismo. A partir do extenso levantamento bibliográfico que incluiu bibliotecas das Universidades: Federal e Estadual de Santa Catarina - UFSC e UDESC respectivamente, Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Federal de Minas Gerais - UFMG, Estadual de Campinas - UNICAMP e Universidade de São Paulo - USP, foi feita uma coleta de textos produzidos sobre os dois eixos da pesquisa. Este trabalho foi complementado pelas indicações bibliográficas dos docentes com quem discuti o projeto, dos amigos atentos às minhas necessidades e, ainda, pelas indicações das referências bibliográficas dos textos selecionados. Gostaria de destacar a necessidade de registro resumido dos textos lidos; este procedimento auxiliou muito a organização das idéias para consultas rápidas durante a redação.

Feitas as leituras e percebidas as diferenças entre os diversos autores que serviram de base teórica, ocorreu a opção entre as abordagens possíveis dentro de um mesmo referencial teórico. No caso desta pesquisa, guardaria razoável diferença a opção pela vertente culturalista ou societal do corporativismo. Minha opção foi pelos autores da vertente estruturalista, que dão ênfase aos aspectos político-organizacionais, adicionando o corte classista que avalei fundamental.

Com esta definição prévia e ampla do modelo analítico, foi simultaneamente realizada a coleta de dados e redefinidos os conceitos e indicadores de análise; entretanto, por motivos didáticos, vou expor posteriormente os procedimentos da observação.

Para a análise do caso dos trabalhadores do BESC, foi necessária a particularização dos conceitos utilizados pelos estudiosos do corporativismo, especialmente porque a mudança dos estudos para os níveis setorial e micro é muito recente, e não tem desenvolvido essa adaptação. Assim, foram desmembrados os conceitos existentes, e remontados em categorias e indicadores, que criaram uma nova tipificação para ajustar as formulações ao campo de pesquisa:

O corporativismo é uma regulação dos conflitos oriundos da relação capital e trabalho por consentimentos mediados pelos aparelhos de Estado e realizados em bases assimétricas de poder de ação. Tais consentimentos segmentam a participação política pela segmentação das classes envolvidas e aumentam a governabilidade social pelo controle parcial das incertezas próprias do sistema de capital.

As três **categorias analíticas** selecionadas a partir do conceito de corporativismo foram: **consentimento, conflito e segmentação.**

Como indicadores do consentimento foram definidos: negociação de acordos coletivos periódicos sem arbitragem externa, defesa de cláusulas e regras de regulamentação dos conflitos, participação periódica nos lucros, assimilação positiva de

novas tecnologias e aceitação de estagiários, ações de defesa institucional e manifestações de confiança na direção patronal. Como indicadores do conflito: manifestações coletivas de protesto interno ou público de tempo pré-limitado ou contínuo, intervenção judicial trabalhista ou civil pública, distribuição e uso de recursos de incentivo à mobilização com mensagens de confronto, presença de efetivo policial militar ostensivo ou de ação tática, denúncias por meio público de questões administrativas reservadas e punições administrativas e/ou disciplinares em função de reivindicação coletiva. Como indicadores da categoria segmentação foram definidos: mobilização coletiva antecipada ou isolada da categoria bancária, mobilização específica do segmento com reivindicação de questões gerais, acordos ou práticas consentidas específicos do segmento, manutenção do enquadramento sindical e sua divisão federativa, ausência em mobilizações de solidariedade ou protesto geral.

A OBSERVAÇÃO

A definição do instrumental analítico apropriado e a delimitação do espaço social e do tempo é fundamental para evitar a dispersão de recursos com coleta de dados pouco significativos. Nesta etapa do trabalho é muito importante revisar constantemente as anotações sobre a metodologia, e mesmo buscando a comprovação da hipótese admitir sua negação, pois estar aberto para rever os pressupostos teóricos em razão das observações feitas é fundamental.

Mesmo sabendo da importância dessas indicações, ocorreram debilidades durante a coleta que não comprometeram o trabalho, mas podem auxiliar outras pesquisas. Algumas foram devidas ao desenvolvimento recente da abordagem de concertações microcorporativistas e, portanto, inexistência de modelos analíticos anteriores. Outras, devidas à minha voluntariedade ao romper as delimitações estabelecidas para a coleta de dados documentais, onde poderia ter acumulado menos dados e economizado tempo.

O campo de análise foi definido a partir das relações estabelecidas entre os empregados do BESC e as organizações que ocuparam o centro das concertações ocorridas entre 1986 e 1995: o próprio Banco BESC; as organizações patronais, especialmente a Federação Nacional dos Bancos - FENABAN; o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Florianópolis e Região - SEEB, e demais sindicatos de bancários filiados à CUT; a Federação dos Bancários de Santa Catarina - FEEB e seus sindicatos filiados; a Associação dos Profissionais do BESC - PROBESC; a Fundação de Seguridade Social - FUSESC e ainda a as agências trabalhistas estatais.

Para comparação entre a dinâmica desenvolvida pelos trabalhadores do BESC e outros bancos estaduais, estendi o campo para as entidades sindicais dos trabalhadores dos bancos estaduais do Paraná e do Rio Grande do Sul, BANESTADO e BANRISUL, respectivamente.

A coleta de dados foi baseada na exploração da base documental³ das organizações envolvidas e vinte e cinco entrevistas complementares⁴. Dois facilitadores para o acesso aos documentos e pessoas merecem destaque: o primeiro foi o conhecimento do processo decisório da maioria das organizações e o consequente acerto das solicitações em lugar e tempo apropriados; mesmo as resistências em poucos espaços do banco foram facilmente superadas. O outro foi ter participado de grande parte dos acontecimentos e identificar contradições ou insuficiência nos dados ou declarações colhidas, sem confundir contradições com os juízos de valor.

As fontes documentais analisadas foram as publicações sindicais, especialmente o jornal semanal Folha Bancária, do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região - SEEB, as pautas de reivindicação e os acordos ou convenções coletivas de trabalho dos bancários do BESC, BANESTADO, BANRISUL e FENABAN, as publicações da FUSESC, as atas e publicações da PROBESC, publicações e documentos internos do BESC, jornal Diário Catarinense, seções específicas do jornal A Gazeta Mercantil, publicações de sindicatos ligados ao Departamento Estadual dos Bancários - DEB/CUT e do próprio DEB, publicações de sindicatos ligados à Federação dos Bancários de Santa Catarina - FEEB, publicações dos sindicatos de bancários de Porto Alegre e Curitiba e, ainda, arquivos pessoais de companheiros do SEEB com documentos gerais.

As entrevistas foram semi-abertas e os vinte e cinco entrevistados foram selecionados pelo envolvimento que tiveram nas organizações estudadas. O roteiro, com base nos conceitos e indicadores definidos, foi bastante preciso e constava de quatorze questões onde se buscava explorar a avaliação e o envolvimento dos entrevistados nos acontecimentos do período⁵. A convivência anterior com a maioria dos entrevistados facilitou a exploração de questões reservadas e as resistências encontradas foram pequenas; exceção foram as tentativas para a entrevista não realizada com o diretor de recursos humanos do BESC, em agosto de 1996.

³:a listagem da documentação consta da bibliografia.

⁴:ver anexo XVIII: relação dos entrevistados.

⁵:ver anexo XVII: roteiro das entrevistas.

A SÍNTESE

O primeiro passo desta etapa foi a preparação dos dados recolhidos em uma grade de encadeamento cronológico para dirimir dúvidas sobre determinados acontecimentos no curso das mobilizações. Para tanto foi fundamental a qualidade da publicação semanal do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região, assim como a cobertura feita pelo jornal Diário Catarinense nos principais enfrentamentos ocorridos. Os demais dados foram compilados em tabelas e gráficos e a transcrição das fitas possibilitou uma melhor observação do conteúdo das entrevistas.

A sistematização foi feita sob o molde do referencial de análise; assim, as relações entre os conceitos e indicadores envolvidos na hipótese e os dados compilados resultaram na síntese do trabalho. As diferenças entre o esperado e o observado que aprimoraram o modelo analítico com novas indicações para investigações futuras. Dessa forma, esta pesquisa apresenta superação de expectativas e também alguns limites que motivam a realização de novas abordagens.

Feitas essas reflexões, o próximo desafio foi relatar a pesquisa com uma linguagem, um encadeamento que incentivasse a leitura pelos personagens principais desta história: os trabalhadores.

CAPÍTULO II

O DESENVOLVIMENTO DO MICROCORPORATIVISMO

Neste capítulo buscaremos pensar a história e as perspectivas das relações entre trabalho e capital no Brasil. O ponto de partida será o questionamento sobre o futuro das concertações corporativistas, no contexto das transformações atuais do capitalismo. Acumulamos uma tradição sexagenária de intervenção estatal autoritária nas relações de trabalho e verificamos hoje o declínio e a descaracterização desse velho corporativismo de Estado com a emergência do novo sindicalismo; contudo, a persistência dos fundamentos legais corporativistas não nos permite caracterizar um novo quadro. Vivemos uma longa fase de transição que talvez já seja o novo que esperamos caracterizar.

Primeiramente faremos uma rápida recuperação das discussões sobre o corporativismo e sua trajetória no Brasil até o novo sindicalismo. Em seguida, buscaremos pensar os impactos das alterações ocorridas com a reorganização do mundo do trabalho e as estratégias sindicais adotadas nos conflitos; por último, buscamos compor a sustentação da afirmação do desenvolvimento da segmentação das negociações no nível das empresas e a persistência do agenciamento estatal, configurando uma dinâmica microcorporativista.

O QUE É O CORPORATIVISMO ?

A prática corporativa era comum desde o império romano e, na idade média, as guildas eram organizações corporativas de ajuda mútua e deliberação coletiva; contudo, o conceito 'corporativismo' foi formulado apenas no final do século XIX, com a emergência do movimento sindical, que levou juristas e políticos a reconhecer a legitimidade da representação operária e das negociações coletivas. Tal reconhecimento generalizou-se no mundo moderno ocidental pela influência dos reformistas católicos que, em 1891, conquistaram o registro das posições defendidas pela Igreja Católica na encíclica *Rerum*

Novarum. No documento o papa Leão XIII defendia a criação de associações conjuntas de capitalistas e trabalhadores como via média entre o capitalismo e socialismo.

Com os grandes impactos econômicos das guerras mundiais, muitos governos promoveram acordos de cooperação entre trabalhadores e capitalistas para reconstrução da ordem social burguesa, possibilitando às associações de interesse a ocupação institucional no aparelho estatal. No período entre guerras, tiveram início duas grandes vertentes de práticas corporativistas: societal participativa e estatal autoritária. De um lado países apostaram na concertação tripartite, como a Suíça, Suécia e Áustria; de outro, instauraram ditaduras onde as concertações excluíram as organizações operárias que não aceitaram a proposta estatal, que buscava homogeneizar as diferenças estruturais entre as organizações de trabalhadores e capitalistas. Idealizadores do corporativismo estatal autoritário, como o romeno Mihail Manoïlesco, chegaram a proclamar o século do corporativismo em substituição ao século do liberalismo, que consideravam superado. A primeira vertente se caracteriza pelos grandes acordos do Estado de bem-estar social e a segunda pelos regimes de concertação com trabalho subordinado, especialmente na América Latina. Até o advento do neoliberalismo, predominou na Europa a primeira vertente, que se desenvolveu como neocorporativismo, e na América Latina o corporativismo de Estado. Países como Estados Unidos e Japão sofreram pouca influência das práticas corporativistas.

Após um século de presença na prática política moderna, o corporativismo passou a ser debatido na academia e teve sua polissemia atenuada a partir da formulação ideal-tipo de P. C. Schmitter em 1974:

“.. um sistema de representação de interesses no qual as unidades constitutivas estão organizadas em um número limitado de entidades singulares, compulsórias, não competitivas, ordenadas hierarquicamente e diferenciadas funcionalmente, reconhecidas ou autorizadas (quando não criadas) pelo Estado, às quais é concedido o monopólio deliberado de representação dentro de suas respectivas categorias em troca da observação de certos controles na seleção de seus dirigentes e na articulação de demandas e apoios.” (Schmitter, 1979, p.10)¹

Na mesma obra, Schmitter aponta como macro-hipótese a relação positiva entre a corporativização e necessidades básicas de acumulação contínua e reprodução capitalista, sendo as diferentes formas de corporativismo resultado das diferentes etapas do desenvolvimento capitalista no contexto internacional. Assim, responde aos ideólogos que proclamaram o século do corporativismo, como Manoïlesco, apontando que, ao contrário do que previam em suas obras as polarizações ideológicas não terminaram, as

¹:duas obras recentes fazem um rastreamento do conceito: *Corporativismo, as duas faces de Janus*, de Renato Saul, 1990; e *Corporativismo e neocorporativismo: o exame de duas trajetórias*, de Angela Araújo e Jorge Tápia, 1991.

desigualdades sociais se acentuaram muito e se institucionalizaram e os aparelhos de Estado cada vez mais servem à repressão ou, ainda, o corporativismo moderno, quando as associações de interesse e suas redes complexas estão institucionalizadas em diversos níveis de Estado, constitui uma característica do século XX associada positivamente às políticas de contenção das crises cíclicas do capitalismo (Schmitter, 1992).

Da definição inicial formaram-se subtipos em relação aos regimes políticos: autoritário, societal e liberal, em relação à disposição histórica: paleocorporativismo, protocorporativismo, pseudocorporativismo e neocorporativismo, em relação à quantidade de agentes envolvidos: tripartite ou bipartite, e em relação à abrangência dos acordos: macrocorporativismo, mesocorporativismo e microcorporativismo. O estudo de trajetórias como a dos trabalhadores do Banco do Estado de Santa Catarina - BESC - situa-se no último dos subtipos e constitui uma ampliação no escopo de análise com a incorporação de fenômenos próprios das recentes mudanças na dinâmica do capitalismo e das possibilidades de concertação (Araújo e Tápia, 1991).

O desenvolvimento de uma dinâmica microcorporativista num contexto de avanço de políticas neoliberais parece acentuar o debate entre duas posições antagônicas, corporativismo e pluralismo, visto que alguns indicadores do corporativismo tornam-se menos evidentes, como a limitação do número de entidades componentes, não competição entre os setores agora menos compartimentados, afrouxamento das formas de reconhecimento do Estado e menor êxito no exercício do monopólio de representação.

Considerado anti-democrático pelos pluralistas, o corporativismo é freqüentemente associado ao fascismo em contraposição à associação entre pluralismo ou liberalismo de grupo de interesses e democracia moderna. Estas associações genéricas não têm resistido às evidências de maior governabilidade das experiências democráticas dos países europeus que implantaram grandes concertações neocorporativistas e às evidências das assimetrias estruturais de competição na experiência pluralista norte-americana. Uma vez que a democracia nas sociedades modernas tem se tornado mais mediada por associações de interesse, transformação gerada pelo próprio corporativismo, mais organizada e mais indireta, a avaliação do efeito das limitações na participação, típicas do corporativismo, depende muito dos indicadores que elegemos para destacar, especialmente quando as experiências neoliberais próximas do pluralismo acentuam as desigualdades sociais e precarizar as condições gerais de vida.

O debate em torno do antagonismo entre corporativismo e pluralismo ou democracia tem-se baseado nas experiências neocorporativistas européias ou nas experiências autoritárias latino-americanas. Poucos estudos têm explorado as tendências recentes de segmentação dos acordos e seus impactos para a democracia ou para a organização operária. Contudo, frente à pluralização do quadro corporativista europeu,

Schmitter afirma que os efeitos da manutenção da vida política pelo corporativismo têm sido a esclerose organizativa, a cristalização das diferenças e um desprezo da participação dos cidadãos e suas responsabilidades na democracia liberal (Schmitter, 1981).

Além da análise da dinâmica europeia, a América Latina ocupou vários autores no debate das determinantes e impactos do corporativismo estatal ou autoritário predominante em quase todos os países, especialmente Brasil, Argentina, México e Chile. Os culturalistas, especialmente Howard Wiarda, destacaram a herança ibero-romana e a persistência das práticas corporativistas e apontaram o corporativismo estatal como uma nova via de desenvolvimento. Situada entre o capitalismo e o socialismo, essa via, fruto da capacidade de auto-determinação latino-americana, poderia ter gerado um novo modelo político se não tivessem ocorrido imposições de interesses externos que resultaram no abandono do corporativismo nativo, trajetória política que parece condenar as sociedades latino-americanas porque, segundo Wiarda, “a América Latina não pode superar seu passado corporativo, autoritário e patrimonialista” sem um modelo nativo de desenvolvimento (Wiarda, 1983).

Outra corrente deu ênfase ao papel do Estado, aos fatores estruturais e extrapolíticos e aos elementos de descontinuidade para explicar uma forma nova e não um novo corporativismo, como propunha Wiarda. É na definição dessa “forma nova” que Schmitter elaborou sua tipificação do corporativismo e autores como Cawson, Stepan e O'Donnell contribuíram para formação de uma base teórica com os subtipos conceituais, vendo o corporativismo como fenômeno dinâmico que varia de acordo como os países e nos próprios países conforme sua dinâmica política (Araújo e Tápia, 1991). Schmitter destacou ainda a influência da territorialidade na análise dos acordos particulares de mediação de interesses com as estruturas de decisão do Estado, fator que possibilita pensar novas formas de arranjos a partir do remodelamento recente dos poderes de Estado (Schmitter, 1992).

Outros autores europeus e americanos têm contribuído para reforçar a compreensão de sistemas políticos a partir da análise das concertações corporativistas, especialmente Claus Offe e Adan Przeworski, com suas reflexões sobre o caráter classista e democrático do corporativismo, suas limitações e assimetrias no capitalismo moderno. O ponto de partida é o reconhecimento do caráter classista das concertações corporativistas, visto que somente se estabelece tal dinâmica entre grupos que tenham base nas relações derivadas da divisão do trabalho. Como escolha de posição na luta de classes, o acordo implica reconhecimento da luta, dos diferentes interesses e das tentativas de obter mais que o acordado de um outro, representado pelas associações de capital e trabalho. Em relação ao caráter democrático, a regulação dos conflitos efetuada pelos acordos corporativistas cumpre um papel fundamental na democracia moderna, a composição de

um sistema de acordos que tornam a dinâmica política previsível e, portanto, confiável; tornam as incertezas relativas um atrativo para futuros acordos, onde a ameaça de crise, permanente no sistema de mercado, implica o consentimento variável à exploração, constituindo a base da hegemonia capitalista na sociedade moderna (Przeworski, 1991).

A previsibilidade dos conflitos pode ser observada pelo estabelecimento da data-base. Além da determinação legal, esse marco temporal tem sido preservado e reforçado pelos sindicatos, que justificam o ajuizamento de dissídio coletivo pelo temor de “perder a data-base”, ou seja, que o período anual previsto legalmente para as reivindicações não seja mais reconhecido pela Justiça do Trabalho ou pelos empregadores. Essa tem sido a prática das federações oficiais dos bancários, ligadas à Confederação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito - CONTEC - e da própria confederação na representação dos bancários de bancos federais.

Tendo como base o neocorporativismo, Claus Offe o considera uma conciliação do que é funcionalmente necessário com o que é politicamente viável, constituindo uma solução parademocrática e despolitizadora da vida pública, que implica privatização parcial do poder político para os grupos envolvidos e reelaboração da dinâmica democrática pelo avanço ou refluxo desses acordos. O corporativismo é uma estratégia de alocação de mão-de-obra no mercado de trabalho formal, uma relação de poder que envolve capitalistas e trabalhadores numa disputa inter e intraclasse, numa dinâmica de fechamento social, como já explorado por Weber², que varia conforme a viabilidade das estratégias individuais de sucesso no mercado numa combinação dual de solidariedade interna e exclusão externa, especialmente para os sindicatos (Offe, 1994).

As contribuições de Klaus Offe na exposição das assimetrias de poder dos envolvidos na concertação corporativista desmontam as concepções que homogenizam o poder dos agentes nos acordos, apontando que os custos do consentimento são muito diferentes para os trabalhadores e capitalistas. Sendo o capital um organizador primário que combina bens de capital e trabalho, às organizações de interesse de trabalhadores cabe organizar toda espécie de necessidades do trabalhador assalariado no mercado de trabalho, inclusive a necessidade de bem estar do capital, fonte de salário. Essa condição insuperável nos limites da concertação corporativista implica o reconhecimento primário da necessidade de preservação da ordem social capitalista por parte dos trabalhadores enquanto agentes desse acordo. Outra diferença fundamental a ser considerada é o poder de ação, de educação e treinamento dirigido, de variação espacial e temporal dos investimentos e de contratos gerais. No caso do capital encontra-se no capitalista individual e, no caso dos trabalhadores, encontra-se na ação coletiva. O poder de não

²:Max Weber: *Economia e Sociedade* vol. 1, 1991.

produzir e não empregar como forma de sanção do capitalista é individual e o poder de sanção do trabalhador é obrigatoriamente coletivo, dado que atomizado alcança poder tão somente de um trabalhador, substituível muito mais facilmente que o capitalista. Dada essa diferença, as concertações são tão mais favoráveis ao capital quanto maior sua segmentação, uma vez que a concorrência entre os trabalhadores é regulada fundamentalmente por tais acordos e os capitalistas dispõem de muitos outros mecanismos de regulação da concorrência intraclasse além da mão de obra.

Essa assimetria no poder de ação implica também a maior influência no aparelho de Estado alcançada pelo capitalista individual ou por sua associação de interesse em comparação com a influência das associações de trabalhadores. Os primeiros agem de forma privilegiada em função de sua capacidade de sanção e obstrução às atividades estatais³, enquanto os trabalhadores apenas alcançam influência e sanção a partir de grandes ações, necessariamente coletivas, que geralmente se encontram reguladas com restrições muito mais amplas para o trabalho⁴.

Além das desvantagens próprias do confronto, os sindicatos aprofundam as assimetrias em razão do modelo organizacional, especialmente no corporativismo estatal, onde estão legalmente garantidas as limitações de área geográfica e política na representação, quando desenvolvem, por assimilação ou imposição, padrões de ação típicos das associações capitalistas, a sanção individual. Os sindicatos cumprem uma trajetória de deslocamento da ação coletiva direta, fonte primária de poder, para as ações indiretas de busca de reconhecimento e apoio institucionais externos, Estado e capitalistas, garantindo sua sobrevivência com práticas burocráticas⁵ até o esgotamento desses recursos e formação de um novo grupo dirigente ou uma nova entidade que recupere as práticas coletivas como núcleo da ação sindical (Offe, 1984). Tal dinâmica pode ser especialmente observada nas ditaduras latino-americanas recentes, como no Brasil entre 1964 até a década de oitenta.

Em síntese, o corporativismo é uma regulação dos conflitos oriundos da relação capital e trabalho por consentimentos mediados pelos aparelhos de Estado e realizados em bases assimétricas de poder de ação. Tais consentimentos segmentam a participação política pela segmentação das classes envolvidas e aumentam a governabilidade social pelo controle parcial das incertezas próprias do sistema de capital.

³:sobre " *A posição privilegiada dos homens de negócios no processo de decisão política*" ver Lindblon, 1981.

⁴:evidências podem ser colhidas especialmente na comparação da regulamentação dos impedimentos legais da greve e do *lôcaute*.

⁵:sobre a burocratização sindical ver Martins, 1989; Simão, 1981 e Tragtenberg, 1985.

A EXPERIÊNCIA CORPORATIVISTA BRASILEIRA DO INÍCIO DO SÉCULO ATÉ O NOVO SINDICALISMO

As relações de trabalho no Brasil foram baseadas em tratados estipulados dentro da ordem econômica privada até as primeiras décadas do século XX. Somente a partir da ampliação da experiência social dos assalariados no processo de crescimento da economia urbana é que nasceram as reivindicações de normas de direito público, limitando o arbítrio pessoal. As mobilizações promovidas pelos sindicatos emergentes e pelos partidos com base operária provocaram uma reformulação da atuação do Estado na relação capital e trabalho, incorporando diferenciadamente esses novos agentes, associações operárias e empresariais, no processo de decisão política. Essa implantação da dinâmica corporativista no Brasil ocorreu com estilo autoritário e desigual: ação bipartite setorializada com o empresariado e enquadramento excludente e subordinado das associações operárias ao modelo corporativista estatal.

Além da industrialização, a década de 20 cultivou as bases da ordem corporativista implantada no governo Vargas. Embora vejamos na historiografia a caracterização desta década pelas correntes operárias anarquistas, as correntes operárias reformistas ocuparam majoritariamente o espaço político com a maioria das associações existentes e volume de publicações superior aos anarquistas. Em 1883 o socialismo reformista já editava o jornal *O Operário*. Em 1920 a corrente reformista *neutralidade sindical* apresentou tese no III Congresso Operário Brasileiro defendendo o sindicato economicista com base no agrupamento de um mesmo ofício, e em 1923 o Congresso Nacional dos Operários em Fábricas de Tecido foi aberto pelo Ministro da Agricultura, encerrado pelo Ministro da Justiça e os presentes congratularam o Presidente de República pela indicação de membros da categoria para o Conselho Superior do Trabalho (Carone, 1979). Essa preparação de terreno para o sistema corporativista pelos sindicatos economistas contou com a sustentação financeira do empresariado através dos embriões das associações de interesse do capital (Pinheiro e Hall, 1981). A importância política dos reformistas revela assim uma parcela de trabalhadores proponente e receptiva às políticas corporativistas da década seguinte.

Os reformistas formaram as bases de assimilação do corporativismo estatal num contexto de experiências de organizações operárias muito diversificadas que incluíram sociedades de ajuda mútua, fundação de banco operário, hospital popular e organizações sindicais horizontais sustentadas por correntes classistas e anti-governistas. Até 1923 não havia qualquer distinção legal entre bancários e comerciários; apenas em 1932 os

bancários começaram a formar associações próprias e separadas dos comerciários⁶ e até 1939 foi permitida a sindicalização de trabalhadores de ambas as categorias em ambos os sindicatos. Essas experiências de organizações horizontais, anti-corporativistas, possibilitaram a resistência às regras estatais de enquadramento sindical na década de 30. Os bancários das regiões de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro formaram Coligações de Sindicatos acompanhando um movimento de horizontalização sindical fora dos limites estabelecidos pela oficialidade, o que ocasionou uma sucessão de intervenções, com nomeação de juntas governativas, entre 1936 e 1939, no sindicato de São Paulo e em outros no mesmo período (Canêdo, 1978).

Com o caráter de objeto do direito público, as relações de produção passam a ser regulamentadas pelo Estado. Os sindicatos amarelos, inicialmente, e os sindicatos oficiais formaram a base de sustentação desta regulamentação, redefinindo, conseqüentemente, as funções dos sindicatos, até então associações autônomas de ajuda mútua:

"O Estado, que até 1930 atuara em relação ao Sindicato de forma meramente repressiva, passou a organizar e controlar as associações sindicais, no sentido de integra-las à administração pública, como órgãos de colaboração" (Martins, 1989, p.47).

Três decretos marcaram, na década de 30, a intervenção do Estado no sindicalismo: 1931, 34 e 39. Os dois primeiros esboçavam as intenções de enquadramento do movimento em bases racionais, regulando a constituição dos sindicatos para reconhecimento junto ao Executivo, estabelecendo critérios para organizações intersindicais, definindo os sindicatos como entidades assistenciais e órgãos de colaboração. O momento político provocou forte reação de resistência dos setores operários mais organizados e com mais tradição de luta. Paulatinamente, porém, o governo usou de todos os recursos para impor a nova legislação, em 1935, aproveitando a repressão à Intentona Comunista, aumentou a aceitação dos decretos, tanto de lideranças sindicais quanto empresariais, e desencadeou forte repressão aos sindicatos ainda não enquadrados. O decreto de 1939, vigência do Estado Novo, inspirou-se fortemente na "Carta Del Lavoro" do fascismo italiano e intensificou o controle dos sindicatos de trabalhadores. Trecho de um discurso de Getúlio Vargas expressa bem a filosofia da ação estatal sobre os sindicatos: "O Estado não quer, não reconhece luta de classes. As leis

⁶:o reconhecimento sindical do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, fundado em 18 de janeiro de 1933, implicou a exclusão dos serventes e contínuos do quadro associativo, porque somente poderiam ser considerados bancários os trabalhadores em bancos que exerciam "atividades mentais" (Oliveira, 1989). Essas regras acompanhavam o reconhecimento funcional nos bancos, onde apenas eram considerados bancários os trabalhadores da administração, de gerente a escriturário. Os trabalhadores de portaria eram considerados subalternos e não pertenciam ao quadro de funcionários bancários. Vários bancos, como o Commercial, possuíam clubes recreativos separados: o dos funcionários e o dos "outros" (Canêdo, 1978).

trabalhistas são leis de harmonia social"⁷. As inspirações corporativistas não vinham apenas dos ideólogos europeus, como Mihail Manoïlesco, os governistas do Estado Novo tiveram a colaboração de Oliveira Viana na formulação da unidade teórica em torno da doutrina social corporativista que visava o bem comum, a dignidade do trabalhador e a justiça social através de um Estado forte e organizador da nação (Vieira, 1981).

Dessa forma configurou-se, no Brasil, um corporativismo estatal que consagrou a desigualdade de acesso dos agentes emergentes aos aparelhos de Estado. Com práticas setorializadas, o empresariado industrial urbano ocupou espaço nas agências estatais através de suas organizações formais e influências plurais na ocupação de cargos nas instâncias decisórias estatais. Enquanto para o capital o caráter autoritário do regime político traduziu-se em um estilo bipartite, para os trabalhadores o tratamento foi a incorporação subordinada e consentida dos segmentos reformistas e repressão e desarticulação das associações que não se tinham enquadrado no modelo proposto.

A partir de 1945, o sindicalismo oficial generalizou-se e a coerção cedeu espaços para sua união ao populismo do período 50-54⁸, no segundo governo Vargas. Grande parte dos sindicatos passaram a desempenhar as funções assistenciais, tributárias, jurídicas e político-populistas definidas pelos aparelhos centrais do Estado, necessitando para isso de técnicos e auxiliares especializados, tornando as associações operárias grandes burocracias nos moldes da racionalidade do capital. Com a crise do populismo, o final dos anos 50 colocou os sindicatos em lutas menos segmentadas e os bancários participaram de grandes lutas no período 61-64, especialmente pela reforma bancária iniciada em 1946 pelo Ministro da Fazenda de Dutra, o banqueiro Correia e Castro. Enquanto os bancários lutavam pelas reformas de base, os banqueiros, através do Sindicato dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro - SBERJ, tiveram participação destacada nas articulações para o golpe de 1964 e posterior sustentação do regime autoritário. Fruto dessa composição, foi regulamentada meses mais tarde a reforma bancária, nos moldes propostos pelos banqueiros⁹.

As relações bipartites entre governo militar e empresariado tiveram grande desenvolvimento até final dos anos 70, com o apoio subordinado de parcela das lideranças sindicais e intensa repressão aos movimentos de oposição. Com o advento das idéias neoliberais dos anos 80, o estatismo que sustentou o corporativismo desde o início do

⁷Discurso de 23/07/1938 em São Paulo, em *O Ciclo de Vargas*, vol. IX, de Hélio Silva. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 1970.

⁸:entre 1948 e 1951 os militantes do Partido Comunista Brasileiro - PCB - foram duramente perseguidos e ocorreram mobilizações contra o monopólio sindical, constituição de sindicatos paralelos e reorganização de núcleos sindicais por local de trabalho - OLTs. Em 1952 a direção do PCB voltou a apoiar o oficialismo sindical e no ano seguinte ocorrem grandes manifestações operárias com base nos sindicatos oficiais (Costa, 1995).

⁹:para compreender o desempenho das organizações de interesse dos banqueiros, ver Minella, 1988, 1990 e 1993.

século parecia ter sua sustentação política abalada pelas propostas de desestatização, movidas pelas elites industriais e comerciais do país. A profunda reestruturação econômica anunciada foi diluída nos incentivos, isenções, subsídios e reserva de mercado para os setores mais influentes do empresariado, marcando um descompasso entre a alusão ao neoliberalismo e a prevalência das práticas corporativistas bipartites (Diniz, 1993).

Nesse período, grandes mobilizações operárias forçaram a distensão da ação policial sobre os sindicatos, e as forças sindicais emergentes adotaram a estratégia de remodelação do sistema corporativista pela tomada das direções sindicais oficialistas. Iniciou-se, com essas disputas, uma longa trajetória de alterações na estrutura sindical brasileira, que continuou com seus pilares, a unicidade e o enquadramento sindical, intactos por muitos anos. Esse movimento foi definido por Ricardo Antunes como *o novo sindicalismo*:

"Os anos oitenta marcaram significativas transformações no sindicalismo brasileiro. Pode-se dizer que, no período que se abriu com o vigoroso movimento grevista do ABC paulista, em maio de 1978, até o fim da década de oitenta, inúmeras transformações ocorreram: a retomada das ações grevistas, a explosão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, o avanço do sindicalismo rural, o nascimento das centrais sindicais, as tentativas de consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas, os aumentos de índices de sindicalização, as mudanças e as conservações no âmbito da estrutura sindical pós-Constituição de 1988, etc" (Antunes, 1991, p.11).

A partir dos estudos de Antunes sobre os movimentos de 1978 a 1980 nos metalúrgicos do ABC paulista, podemos verificar os limites da ação segmentada, mesmo em núcleos de categorias avançadas. Os movimentos de 1978 e 1979 foram amplamente vitoriosos para os trabalhadores: "As Greves de Maio de 1978, desencadeadas pelo operariado da indústria automobilística, significaram, em síntese, o reaparecer do proletariado na cena política.." (Antunes, 1992, p.38). O governo e os empresários, porém, se prepararam para o novo movimento de 1980 e conseguiram impor uma grande derrota, aproveitando uma condição fatal para todos os movimentos de trabalhadores: o isolamento dos metalúrgicos do ABC, no mínimo do conjunto da categoria no Estado de São Paulo. Luis Inácio Lula da Silva, em 1976, quando era dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, explicou porque a luta não foi unificada com os metalúrgicos de São Paulo:

"Nós não queremos dividir a categoria como alguns afirmam. A tentativa de sair sozinho é de separar a classe patronal. Num dissídio com todos os patrões juntos, vão também os representantes das pequenas empresas do interior e a classe patronal quer sempre nivelar por baixo. Nós vamos tentar fazer ver que os patrões de São Bernardo podem dar um pouco mais que os outros. Afinal de

contas, é aqui que as grandes multinacionais ganham seu dinheiro." (ABCD Jornal, nº 1, 25 de março 1976, São Bernardo do Campo, in Antunes, 1992, p.17)

Provavelmente se os trabalhadores do ABC tivessem esperado pela direção dos metalúrgicos de São Paulo, estariam até hoje no compasso de espera. Contudo, a "falha" em 1980 foi:

"..para além da resistência e da organização, era preciso também buscar a solidariedade concreta e efetiva, não só material mas política, através da ampliação da base social da Greve junto a outras categorias operárias, metalúrgicas ou não, de modo a evitar que o isolamento político criasse condições favoráveis para que se pudesse derrotar o núcleo mais avançado da classe operária brasileira." (idem, p. 95)

Além dos protestos, do conflito segmentado e seus limites, outros autores têm perseguido a trajetória de democratização do sindicalismo brasileiro. Ao analisar os metalúrgicos do ABCD paulista, Sader constatou uma mudança por dentro do sindicato em função da pressão exercida pela base sindical (Sader, 1988). Moraes, em estudo sobre trabalhadores de Pernambuco, conclui que "existe espaço para democracia dentro dos sindicatos" e "o relacionamento mais próximo e mais intenso entre líderes sindicais e liderados, (...), provocou uma série de mudanças, com implicações para outras esferas da vida sindical" (Moraes, 1994, p.71-72). Mangabeira, em estudo sobre os metalúrgicos de Volta Redonda (RJ), é igualmente conclusiva sobre a democratização dos sindicatos:

"O novo movimento sindical, ..., contestou, desde o início, a aliança entre os líderes sindicais e o Estado, propondo uma forma diferente de distribuição do poder dentro do sindicato. Os novos líderes não foram buscar representatividade fora do sindicato, mas no meio da base operária." (Mangabeira, 1993, p.26).

Todas essas alterações não devem nos iludir pela alusão. Mesmo tendo havido grandes enfrentamentos com a ordem estatal e democratização nos sindicatos, não podemos afirmar uma superação do corporativismo de Estado, pois os pilares da estrutura sindical oficial mantiveram-se, e com eles suas funções. Tampouco poderíamos desconsiderar tais mudanças: haveremos de considerá-las como indicadores de alterações no corporativismo de Estado.

Assim, podemos concluir que a experiência corporativista no Brasil até o novo sindicalismo possibilitou a participação setorializada das elites empresariais e a exclusão dos trabalhadores do processo decisório das políticas estatais. A estrutura de representação era horizontal e plural, com a intervenção estatal restrita à ação repressiva policial. Tornou-se bipartite setorial para o capital e verticalizada monopolista para o trabalho, com a intervenção judicial normativa além da repressão policial. Implicou segmentação e burocratização das organizações sindicais operárias, inexistência de organizações aglutinadoras do empresariado, inexistência de fóruns comuns do tipo

câmaras ou arenas gerais e criação de um poder judiciário trabalhista subserviente. Influenciou na secundarização do Parlamento e dos partidos e contribuiu para reforçar a centralização política no Executivo, configurando uma experiência despolitizadora que privatizou parcialmente o poder estatal em favor dos grupos de elite envolvidos e favoreceu as correntes colaboracionistas no movimento operário.

Esse é o contexto em que se encontravam os trabalhadores do Banco do Estado de Santa Catarina - BESC - no início de suas lutas. O banco havia sido fundado para atender uma parcela da elite catarinense, o emprego foi mediado por “padrinhos políticos” que tornavam a relação de trabalho uma dívida do partido governista e o sindicato local era uma extensão da burocracia estatal.

A TRANSIÇÃO CORPORATIVISTA NOS ANOS 80

O novo sindicalismo, nos anos 80 e 90, esteve cercado pelo desenlace da remodelação política brasileira e das profundas alterações econômicas ocorridas. A derrota do candidato a presidente apoiado pelas forças de esquerda, o ex-dirigente sindical metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva, e a implantação autoritária de um plano econômico que provocou forte recessão, lançou a maioria dos sindicatos combativos em ações defensivas e de resistência às mudanças anunciadas pelo governo, como ameaças, na estrutura sindical. Ao mesmo tempo, a reestruturação organizativa com novas tecnologias de gestão, a abertura econômica desregulada e as propostas de redução da presença estatal na economia implicaram a polarização horizontal entre o sindicalismo de adesão da Força Sindical e o sindicalismo de oposição da Central Única dos Trabalhadores. O aprofundamento do anacronismo da Justiça do Trabalho e a emergência das câmaras setoriais revelam o esgotamento do sexagenário modelo corporativista.

Na década de 80, a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro foi vinculada às oscilações de atividade econômica. Os bancários até 1989 suportaram variações no estoque de emprego ao ritmo dos índices de inflação e pacotes econômicos. Além do mercado de trabalho, a atividade econômica vinculou também o ritmo das mobilizações sindicais e dos acordos, diferente dos países centrais, determinados pela reestruturação, e dos países periféricos, determinados pela desindustrialização. Nos países europeus os impactos das políticas neoliberais reduziram a capacidade estatal de gerenciamento dos programas de bem estar social, e os acordos neocorporativistas conquistaram poucos avanços ou consentiram em redução de direitos. México, Argentina, Chile e outros foram afetados por uma brutal desindustrialização, por desmonte da máquina estatal, e os

acordos coletivos foram drasticamente reduzidos, abrangendo poucas categorias. Em ambos os casos, a sindicalização de trabalhadores apresentou queda generalizada e, com poucas exceções, o movimento sindical operário perdeu poder de ação.

No Brasil não ocorreu a desindustrialização. O país apresentou crescimento econômico sustentado em subsídios, reserva de mercado, transferência e concentração de renda pela dinâmica inflacionária. Os bancos, especialmente, apresentaram os maiores índices de crescimento do mundo. O movimento sindical ampliou sua base orgânica, dirigiu grandes manifestações e fechou a década com centrais sindicais constituídas como interlocutores nacionais. Petroleiros, metalúrgicos, bancários e algumas outras categorias ocuparam o cenário político com grandes campanhas e acordos salariais que tensionavam para o rompimento com o modelo autoritário, enquanto muitas outras categorias pouco superaram os limites da oficialidade do velho corporativismo.

Se nos anos 80 o Brasil pôde manter a diferenciação descrita, nos anos 90 o país sincronizou-se com as mudanças globais, e os impactos para o movimento sindical e para as concertações corporativistas parecem redobrados, especialmente para os bancários que se enfrentam com a acelerada automatização dos serviços bancários. Essas alterações têm suas origens na reestruturação produtiva operada pelo capital nos últimos vinte anos, a partir da crise no modelo fordista de acumulação, com destaque para o papel do sistema financeiro na formação de capital fictício e integração de mercados acionários. O estreitamento da capacidade de absorção da superacumulação de capital por deslocamentos espaciais e temporais implicou a intensificação da exploração do trabalho pela sua reorganização além da manutenção da exploração temporal, configurando assim uma reespecialização do trabalho (Harvey, 1993).

Essa reestruturação tem como indicadores a redução da porosidade temporal do trabalho pelo aprimoramento tecnológico *on-line*, a multiplicidade e abrangência das tarefas atribuídas a cada trabalhador, intensificação das disputas de desempenho para alocação promocional, a horizontalização da organização do trabalho, a precarização das normas ou desregulamentação do uso da mão de obra e a segmentação das negociações coletivas. Esse movimento pode ser percebido nos bancos, caso do BESC, pelo deslocamento do trabalho para uma parcela instável e precarizada de trabalhadores, unidades de trabalho com reduzido número de operadores multifuncionais ou transferência direta de trabalho para os clientes nos terminais de auto atendimento, eliminação progressiva de cargos de chefia intermediária, participação subordinada dos trabalhadores estáveis na definição de metas por unidade operacional e programas de remuneração variável.

Tantas alterações no padrão de organização verticalizada do fordismo permitiriam deduzir um desmoronamento do sindicalismo corporativista, verticalizado, com fortes

delimitações entre suas categorias profissionais; entretanto, no Brasil ainda vemos as ações dos sindicatos circunscritas às delimitações legais do monopólio sindical que não correspondem mais à dinâmica do mercado de trabalho. Tal anacronismo tem sido timidamente superado pelas centrais sindicais, que não dispõem de poder de contratação, de direito ou de fato, e ainda reproduzem o enquadramento sindical nas instâncias de organização dos sindicatos filiados. A própria CUT tem suas federações e confederações nos moldes do enquadramento seguido pelas federações e confederações oficialistas, mesmo tendo aprovado nos seus congressos um modelo de organização por ramo de produção.

As alterações no mundo do trabalho e a defasagem da organização sindical tem provocado muitos questionamentos sobre as possibilidades de persistência dos movimentos de fechamento social cumpridos pelos sindicatos até a emergência desta crise do trabalho economicamente racional. O acúmulo gerado pelo novo sindicalismo na última década parece apontar grandes dificuldades para os trabalhadores, caso os limites debilmente enfrentados neste tempo não sejam superados rapidamente, porque a dinâmica de precarização e desregulamentação do trabalho gera novos conflitos pelas novas lutas que se estabelecem e são esses desafios que definirão o futuro das concertações, podendo gerar novas associações que absorvam as necessidades de mediação de interesses não satisfeitas pelos sindicatos.

Muitos autores têm discutido o futuro do corporativismo no Brasil em razão das transformações na estrutura de intermediação de interesses na última década. Destacando o legalismo sindical, manifestação prima do populismo nos sindicatos, como pilar da persistência do sindicalismo de Estado¹⁰, Armando Boito Júnior aponta contradições que têm se desenvolvido de modo lento e cumulativo a partir do novo sindicalismo: organização e mobilização, organização por local de trabalho, acordos coletivos com greves e sem a Justiça do Trabalho, entre outros, gerando crises no modelo ditatorial de gestão sindical e ocasionando um declínio, não linear, do sindicalismo de Estado (Boito Jr, 1991b).

A trajetória do pensamento deste autor acompanhou o desenvolvimento do padrão de concertação no Brasil. Primeiramente escreve que os limites de liberalização do sindicato de Estado estavam esgotados, mas as tentativas de superação do oficialismo apenas com a conquista das direções sindicais é um projeto falido. Sem citar

¹⁰o autor define o sindicalismo de Estado como o conjunto das relações orgânicas estabelecidas entre as agências estatais, os dirigentes e militantes sindicais. Essas relações são moldadas pela estrutura sindical oficial, da qual são componentes, e têm como suporte o legalismo populista e seus instrumentos de governo - a outorga sindical e seus desdobramentos: unicidade, tributações e participação em agências estatais (ministérios e judiciário). Sobre a persistência do sindicalismo de Estado no Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região ver a dissertação de mestrado de José Carlos da Silva, 1995.

possibilidades de rompimento conclui: “Estes sindicalistas, uma vez colocados no interior desse aparelho, são portadores de relações estruturais que eles próprios não controlam, e não podem controlar.” (Boito Jr, 1991a, p.294). Em seguida, numa análise sobre os anos 80 e início dos 90, o autor se pergunta se pode o processo de mudanças no sindicalismo ser expressão da crise na estrutura sindical, da superação do velho corporativismo autoritário. Insiste que os efeitos democratizantes da superação do modelo ditatorial de gestão e controle governamental sobre os sindicatos oficiais não podem ser confundidos com a superação da própria estrutura sindical, pois o policiamento era apenas uma consequência da estrutura, em resposta aos autores que apontavam a sua extinção¹¹. Mesmo reafirmando a persistência da estrutura sindical, o autor aponta um declínio do sindicalismo de Estado por duas razões: as transformações na estrutura de classes no país e o impulso das reivindicações das classes trabalhadoras em razão da durabilidade da hegemonia política do capital monopolista no Brasil. Conclui afirmando a configuração de um processo de declínio que desgasta lentamente a estrutura sindical (Boito Jr., 1991b).

Em outro texto, o autor levanta a possibilidade de rompimento completo com o velho corporativismo de Estado a partir dos setores com maior organização e capacidade de pressão que têm desenvolvido lutas sem a tutela do Estado, embora ainda mantenham o apego ao monopólio de representação pela unicidade e pelo enquadramento sindical (Boito Jr, 1994). Em seu último texto, volta a afirmar a persistência da estrutura sindical e explora as contradições existentes entre os setores mais avançados, que apontam para a superação do estatismo e o setor oficialista, que sustenta o avanço neoliberal no mundo do trabalho com o que ainda resta de legalismo, o que denomina de nova hegemonia da ideologia neoliberal em superação à hegemonia da ideologia populista (Boito Jr, 1996). Assim temos uma reflexão sobre a trajetória das alterações na dinâmica corporativista brasileira, partindo da análise da estrutura sindical, especialmente pelas contradições que evidencia em contraposição às idéias de estabelecimento de uma nova dinâmica, secundarizando os impactos da persistência dos fundamentos da ordem corporativista que conformam o alcance das novas experiências de contratação.

Outros autores têm sustentado a hipótese de configuração de um padrão pluralista de representação na transição que todos atestam estar ocorrendo. Tal possibilidade significa a redução drástica da capacidade de intervenção e mediação por parte das agências estatais, difícil de ser considerada viável em razão do próprio esgotamento das políticas neoliberais nos países europeus onde tal padrão não se confirmou como apontavam os autores. Diferente do pluralismo, a setorialização corporativista encontra

¹¹:o debate sobre a superação da estrutura sindical começou com Francisco Weffort, em 1972, com seus estudos sobre os movimentos de Contagem e Osasco em 1968 (Participação e conflito industrial, *Cadernos do CEBRAP*, São Paulo, 1972), e ganharam força com a emergência do “novo sindicalismo” em 1978.

mais sustentação, embora setoriais as concertações já são há tempos, a diferença agora é a participação de trabalhadores de setores avançados da economia nas arenas decisórias. Por sua capacidade de organização tornaram-se interlocutores necessários aos capitalistas e ao Estado na viabilização de políticas de produção (Costa, 1994). Concordando com a tendência de desenvolvimento de um padrão setorial, Jorge Tapia acentua a crítica às concertações limitadas:

“.. as chances de um corporativismo setorial parecem grandes. Essa pode ser a maneira de sobrevivência das lideranças sindicais, das suas burocracias, e também pode vir a ser a melhor forma de representação dos seletos grupos de trabalhadores que serão capazes de trabalhar nas empresas flexíveis. São os que poderíamos chamar de os *novos eleitos* ..” (Tapia, 1994, p.76)

A recente experiência das câmaras setoriais poderia ter confirmado a perspectiva de mesocorporativismo, se não fosse sua efêmera e fracassada existência. As vinte e seis câmaras instaladas no Brasil a partir de 1991 causaram certa euforia em alguns autores que chegaram a considerá-las o princípio de uma nova ordem mesocorporativista com a superação de obstáculos históricos:

“De um relacionamento clientelístico, bipartite e ‘a portas fechadas’ entre Estado e empresas, com a marginalização dos sindicatos de trabalhadores dos círculos de decisão, passou-se a um relacionamento tripartite, com a inclusão dos sindicatos e baseado na transparência e na igualdade formal dos três atores enquanto agentes de negociação.” (Martin, 1996, p.141)

Sem dúvida a participação dos sindicatos de trabalhadores em uma concertação setorial foi inédita, mas isso não implicou alteração no padrão corporativista em razão da condição subordinada dos trabalhadores, do particularismo na articulação dos interesses envolvidos na negociação e a efemeridade dos pontos acordados. Das quatorze câmaras setoriais que tiveram a participação de centrais sindicais, condição elementar para buscar aliviar a particularização dos interesses entre as empresas e sindicatos envolvidos no setor, a mais expressiva foi resultado de uma crise vivida pela indústria automobilística nacional com desempenho negativo no período e indefinição de políticas das matrizes, da redução da capacidade estatal de proteção para o setor e redução do poder de mobilização dos trabalhadores pela reestruturação produtiva em curso, desemprego crescente e redução salarial. As empresas buscavam aliados nos sindicatos para o controle da abertura econômica e redução da tributação e os trabalhadores buscavam controlar a queda no nível de emprego e salário. Ao final de dois anos de funcionamento os resultados foram absolutamente assimétricos no setor automotivo: as empresas alcançaram recordes de produção, produtividade e vendas; os trabalhadores apenas retardaram por alguns meses o agravamento da situação do emprego, do salário e da

regulamentação do trabalho e instalou-se longa controvérsia sobre os impactos tributários dos acordos de renúncia fiscal.

Após as empresas já terem implantado medidas que contrariavam frontalmente pontos acordados, especialmente a preservação dos níveis de emprego, as câmaras foram secundarizadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. O governo parece ter recuperado sua capacidade de intervenção nos setores com estabelecimento de controles e cotas na abertura econômica para vários setores envolvidos nas câmaras. A grande indústria, especialmente a automobilística, recuperou seu crescimento, e os trabalhadores enfrentam as proposições governamentais e empresariais de precarização do contrato formal de trabalho. Embora apontada como prova de estímulo democrático ao dinamismo econômico e forma de conquista bem melhor que o “enfrentamento costumeiro” (Arbix, 1995), o resultado da experiência das câmaras setoriais demonstra o anacronismo de acordos amplos num contexto de acentuada concentração empresarial associada a uma política governamental de ajustes setoriais bipartite na economia, evidenciando as precárias condições para o desenvolvimento de uma dinâmica mesocorporativista no Brasil.

Vista a precariedade das condições de desenvolvimento de um padrão mesocorporativista nas relações de interesse, podemos nos perguntar das possibilidades de desenvolvimento de um macrocorporativismo. Se compreendemos as concertações corporativistas como um fenômeno contingente dependente de determinadas condições políticas, não encontramos sustentação para essa possibilidade em razão das reduções generalizadas das políticas de regulação nacional. As preocupações têm sido, tanto para empresários como agências estatais, e parte das associações de trabalhadores, melhorar a competitividade e produtividade para enfrentamento dos desafios do mercado externo, sendo os problemas amplos de emprego, renda e políticas de proteção social secundarizados. Além dessas condições, permanece a política de acesso bipartite privilegiado às políticas estatais, como é o caso do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central em relação aos banqueiros e o acompanhamento de apoio e socorro às dificuldades do setor financeiro, de forma que o macrocorporativismo torna-se uma possibilidade muito remota.

O ESTABELECIMENTO DO MICROCORPORATIVISMO NOS ANOS 90

Nas discussões sobre as perspectivas para as concertações corporativistas, uma possibilidade pouco explorada é o desenvolvimento de concertações microcorporativistas que envolvem de forma híbrida a forte tradição corporativa, agências e instrumentos legais de Estado, e a reespecialização do trabalho com empresários e trabalhadores buscando entendimentos de abrangência localizada, na empresa ou mesmo em uma parcela ou em um núcleo da organização. Este subtipo de corporativismo parece ganhar rapidamente espaço nos círculos de concertação, é o que se configura em categorias avançadas como metalúrgicos, onde com resultados bem mais efetivos para os trabalhadores que nas câmaras setoriais, o sindicato do ABC firmou em abril de 1995 um acordo para redução progressiva da jornada de trabalho e as negociações avançaram muito mais que o previsto quando colocadas ao nível das empresas onde as comissões de fábrica, intimamente ligadas ao sindicato, e as grandes montadoras acordaram a flexibilização da jornada de trabalho com a criação do banco de horas para compensação dos períodos com menor jornada.

Nos bancários os acordos gerais têm se tornado pouco significativos em razão de práticas de remuneração e condições de trabalho dificilmente assimiladas pelos agentes tradicionais de negociação que abrem espaços para a recuperação ou criação de associações de caráter participacionista, como a Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil - ANABB, a Confederação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito - CONTEC e a Associação de Profissionais do BESC - PROBESC.

Até 1994 vários bancos estaduais realizavam acordos diferenciados com seus empregados numa prática microcorporativista associada às mobilizações gerais da categoria. Recentemente o acompanhamento, pelos sindicatos, da implantação de novas tecnologias, do prolongamento corrente da jornada de trabalho e da implantação de formas diferenciadas de remuneração têm ocorrido precariamente, basicamente pelas debilidades da organização por local de trabalho e maior diferenciação da dinâmica concorrencial entre os bancos, e as negociações por empresa, quando ocorrem, têm sido deslocadas para uma representação patronal nacional com estreita margem de negociação e uma representação operária fragmentada pelas diferentes mobilizações alcançadas em cada banco. É o que podemos observar no caso dos trabalhadores bancários do BESC onde a conjugação desses fatores nos possibilita afirmar o desenvolvimento de espaços e condições favoráveis para concertação subordinada no âmbito das instituições bancárias, numa configuração tipicamente microcorporativista.

A reestruturação produtiva ganha destaque nesta transição da ordem corporativista, em razão do desmonte da relativa homogeneidade vertical dos setores da economia. Com

o desenvolvimento tecnológico e a incrementação dos produtos e serviços, a distinção rígida entre a indústria metalúrgica e plásticos, ou entre bancos e comércio fica cada vez mais tênue. As empresas passaram a comportar uma grande maleabilidade na oferta em razão das exigências de mercado, de forma que um banco passou a oferecer serviços típicos do comércio, saúde ou lazer quando o cliente faz uma compra virtual no cartão de crédito, negocia um tratamento de saúde com um gerente de atendimento via um plano de assistência médica bancário ou ainda reserva hotéis e passeios com o mesmo agente. Assim, um acordo que seja concebido para um ramo pode conter tantas áreas de dúvida sobre sua aplicação que inviabiliza sua realização. Um acordo para o sistema financeiro gera dúvidas sobre as áreas de crédito de lojas, e até supermercados que cumprem importante papel de agenciamento financeiro, condição que nos acordos por empresa tem sua heterogeneidade contornada porque resulta na abrangência de apenas parcela dos trabalhadores, aqueles diretamente vinculados à empresa onde o parâmetro é o vínculo empregatício e não a função.

Na base desse dilaceramento de limites está a terceirização, a contratação de trabalhadores para tarefas específicas ou ainda simplesmente a interposição fraudulenta de mão-de-obra, como é o caso dos trabalhadores estagiários em bancos estatais. Em um mesmo ambiente de trabalho, podemos encontrar parte dos trabalhadores vinculados a uma empresa de transporte de documentos, outros de manutenção de equipamentos de informática, outros de análise de sistemas e dados, outros de limpeza, vigilância ou alimentação, heterogeneidade que dificulta a formação de uma base de interesses a serem negociados ou negociáveis. Com isso os trabalhadores ligados diretamente à empresa contratante de todos os serviços buscam se antecipar a um possível acordo abrangente de todos e negociam seus interesses com a empresa, mesmo que isolados, implicando para os demais trabalhadores uma precarização de suas condições de negociação em razão da sua pulverização e fragmentação em muitos locais de trabalho. Em razão dessa reespecialização do trabalho sem seu equivalente de horizontalização na organização sindical, os acordos realizados diretamente com as empresas contemplam cada vez menos trabalhadores, mesmo que a empresa alcance um incremento no consumo de mão-de-obra.

Outro forte impacto da reestruturação produtiva em curso é a exigência de qualificação contínua dos trabalhadores e diferenciação em razão do desempenho funcional. Essa diferenciação individual implica disputas entre os trabalhadores estáveis de uma mesma empresa e a busca de canais institucionais, como as associações ligadas à empresa, para suprir as necessidades de aprimoramento profissional voltados para a missão institucional da empresa. Esse quadro fica consideravelmente mais acentuado com a implantação da contratação temporária de pessoal, onde a expectativa de permanência

na empresa é constantemente alimentada com a pré-condição de superação de um trabalhador estável. Dessa forma o estabelecimento do consentimento entre os trabalhadores e a empresa fica bastante facilitado pelo convencimento obtido em torno da produtividade e excelência de qualidade e os laços de solidariedade e ação operária ficam muito restritos, esvaziando a capacidade corporativista de exercer o monopólio de interesses em várias empresas.

As condições legais da organização sindical também têm estimulado o estabelecimento de uma ordem microcorporativista pela incompatibilidade existente entre a histórica unicidade sindical e a desregulamentação ambígua do enquadramento sindical após a Constituição de 1988. Os sindicatos operários de correntes combativas, como a maioria dos sindicatos ligados a Central Única dos Trabalhadores - CUT - não estenderam sua representação para abranger as novas parcelas de trabalhadores indiferenciados ou reconfigurar horizontalmente suas bases, preservaram assim o antigo enquadramento sindical. Em direção contrária moveram-se muitos representantes operários oficialistas, que provocaram a pulverização sindical sob a proteção da unicidade sindical, com a criação de sindicatos abrangendo as categorias emergentes ou fragmentando categorias históricas como dos trabalhadores em transporte rodoviário que se tornaram motoristas de coletivo urbano, de transporte de carga, de transporte escolar, de entregadores de carga e tantas outras subdiferenciações possíveis. Resultado dessa pulverização sob a égide da unicidade são os milhares de sindicatos que, ao contrário de buscar a horizontalização de suas bases, sustentam hoje uma verticalização fragmentada por empresa, ou grupo de empresas, possibilitando uma proximidade muito maior entre sindicato e empresa.

Essa persistência acentuada da verticalização da organização sindical operária, na contra-mão do desmonte da homogeneidade vertical da economia, parece marcar para as centrais sindicais, especialmente para a CUT, uma debilidade fundamental na organização de interesses intersetoriais. Ocorrendo na base dos sindicatos um avanço das referências de práticas verticalizadas, em poucas situações uma instância de cúpula pode superar a expressão de tais interesses. Em várias campanhas salariais de bancários e petroleiros, categorias que têm data-base em setembro, as comissões de negociação dos bancários, especialmente as comissões dos bancos públicos estatais, e a comissão única dos petroleiros tentaram articular um movimento conjunto. Os esforços ficaram limitados à criação de fóruns de discussão com a débil mediação da CUT, que talvez tenha atuado em seu limite perante as dificuldades existentes pela organização vertical das duas categorias e as manobras patronais e de agências estatais nos conflitos.

Devemos ainda considerar a inexistência de associações de capital com caráter geral para estabelecimento de possível interlocução com as centrais operárias. A organização dos interesses capitalistas de forma segmentada tem sido preservada em

razão dos canais bipartite privilegiados. No caso dos banqueiros, contam com sua participação no Conselho Monetário Nacional - CMN - e com os laços estreitos com a alta burocracia do Banco Central - BC, resultado da política de governo de tratamento pontual das demandas de interesses no contexto das dificuldades de estabelecimento de consenso amplo entre as elites empresariais. Além disso, o acirramento da concorrência entre os capitalistas tem gerado um progressivo enfraquecimento das associações de interesse que historicamente estabelecem uma homogeneização das relações de trabalho e preço da mão-de-obra. Entre os banqueiros, o estabelecimento de uma relativa autonomia na administração de pessoal parece compensar a perda progressiva de parâmetros gerada pela secundarização do acordo coletivo, especialmente porque o nível do emprego no setor bancário tem caído muito nos últimos cinco anos e o salário fixo tem sido reduzido.

Por último, as condições hoje existentes para desenvolvimento de uma padrão microcorporativista foram desenvolvidas pelas mobilizações segmentadas das categorias mais avançadas que, a partir de sua capacidade de organização, criaram parâmetros para outras negociações. Tais avanços ocorreram geralmente em negociações diretas com a empresa, como foi o caso dos trabalhadores do BESC por vários anos. Diante da debilidade de articulações intersetoriais, impossibilidade de acompanhamento de todos os acordos pelas agências estatais e capacidade e disposição diferenciada entre as direções dos bancos, o caminho mais viável para avanços imediatos foi o acordo segmentado. Mesmo nas maiores campanhas salariais dos bancários, as negociações eram realizadas por comissões separadas nos dois bancos públicos federais e nas dezenas de bancos estaduais de um lado, e no segmento privado de outro, em razão da debilidade de organização dos bancários e pelas articulações entre banqueiros e agências estatais, para segmentar as negociações. O resultado dessa dinâmica foi o esgotamento parcial dessa alternativa em curto espaço de tempo, pelo isolamento das lutas desses trabalhadores e, conseqüentemente, o enfraquecimento do poder de ação coletiva, mesmo para estes segmentos mais organizados.

No início do texto perguntamos sobre as perspectivas do corporativismo brasileiro ante as transformações no mundo do trabalho e do capital. Podemos responder afirmativamente a possibilidade de estabelecimento de acordos que preservam a presença de mecanismos de regulação estatal, com referencial espacial na empresa, e dentro dela abrangendo favoravelmente os trabalhadores mais organizados e integrados aos objetivos estratégicos da empresa no mercado.

A pesquisa sobre a trajetória dos trabalhadores do BESC no período 1986-1995 também confirma essa configuração do corporativismo no Brasil, comprovando um declínio gradual do corporativismo estatal e apontando tendência

s de estabelecimento de uma dinâmica microcorporativista. No próximo capítulo será feita a exposição da trajetória das lutas e conciliações desses trabalhadores, explorando os aspectos teóricos apresentados até agora.

CAPÍTULO III

EXPOSIÇÃO DO CAMPO DE ANÁLISE

Este segundo capítulo tem o papel de expor e qualificar parte dos agentes mais expressivos que compõem a trajetória dos trabalhadores do Banco do Estado de Santa Catarina - BESC. Esse procedimento tornou-se necessário pela complexidade das relações acumuladas entre os diversos agentes e o volume de referências necessárias para as discussões do próximo capítulo.

Como organizador primário do trabalho, a instituição empregadora BESC consumiu a maior parte da exposição, seguido das organizações dos trabalhadores: a Fundação de Seguridade Social - FUSESC, a Associação dos Profissionais do BESC - PROBESC - e as organizações sindicais dos bancários. Será feita também uma breve exposição de três elementos determinantes para compreensão do contexto da pesquisa: a organização de classe dos banqueiros, o perfil do capital e do trabalho do bancário.

O Banco do Estado de Santa Catarina - BESC

Criado em 27 de maio de 1961 como Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - BDE - para ser a espinha dorsal do Plano de Metas do Governo - PLAMEG - de Celso Ramos, o Banco do Estado de Santa Catarina - BESC - assume tal denominação em 29 de abril de 1969. Em 21 de julho de 1962 foram iniciadas as operações do banco com a inauguração da primeira agência em Florianópolis, na Praça XV. Neste ano o governo de João Goulart tentava implantar seu Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, com ele as reformas de base - reforma agrária, educacional e bancária, entre outras. Em Santa Catarina o Governador Celso Ramos, fundador e ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC - inaugurou o banco com o seguinte discurso:

“...Há sofrimento. Há os que se alquebram no trabalho. Há os que produzem sem incorporar nada ao seu patrimônio - fazendo maior o patrimônio alheio. Há os que não produzem sequer para saldar os débitos contraídos, que somam juros sobre

juros. ...Há ímpetos de buscar soluções extremas pelo desespero de encontrar as que seriam humanas e devidas.”¹

As “soluções humanas e devidas” a que se refere o ex-governador foram implantadas em Santa Catarina com um plano de resposta à estagnação econômica do Estado. Celso Ramos realizou um governo com planos e incentivos à tecnocracia política², o seu governo respondeu à demanda empresarial de financiamento direto e marcou presença estatal no mercado financeiro com o BDE, tanto que logo em 1963 o banco iniciava sua fase de expansão para o interior do Estado com a inauguração da agência de Presidente Getúlio e em 1965 já eram 20 agências no Estado³. Em dezembro de 1995 o BESC contava com 254 agências e 359 postos de atendimento, sendo considerado o sexto maior banco comercial estatal do país⁴. É uma sociedade de economia mista e capital aberto, tendo suas ações distribuídas entre o Governo do Estado, 68%; a Fundação de Seguridade dos Empregados, 13,27%; o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, 9,8e 8,89% de outros⁵.

A Intervenção de 1987 e suas Relações Políticas

A história da intervenção de 1987 no BESC somente pode ser compreendida se remontarmos parte da história do banco, particularmente o período pós 1975, com a posse de Jorge Konder Bornhausen na presidência do banco a convite de seu primo e Governador do Estado, Antônio Carlos Konder Reis. Jorge Bornhausen foi também fundador da Aliança Renovadora Nacional - ARENA - em Santa Catarina, vice-governador indicado entre 1967 e 1971, suplente da junta de administração do Banco de Desenvolvimento Regional do Extremo Sul - BRDE, presidente da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC, membro do Conselho Estadual de Política Financeira, governador nomeado entre 1979 e 1982, senador entre 1983 e 1992 e ministro do governo Collor de Mello⁶. Desde sua passagem pelo BESC, até 1987, Bornhausen determinou as políticas adotadas pelo banco. São sucessores na presidência

¹:Jornal de Santa Catarina - JSC, *Especial BESC*, de 21/07/92, pg. 08.

²:sobre o Governo Celso Ramos ver: *Poder político e políticas públicas: inventário político do poder oligárquico em Santa Catarina*, de Valdir Alvim da Silva, 1996.

³:conforme *Revista 30 anos do BESC*, 1992.

⁴:posição por depósitos totais no Balanço Anual da Gazeta Mercantil, 1995.

⁵:fonte: *Balanço Anual da Gazeta Mercantil 1996*, posição do balanço de dezembro de 1995.

⁶:as informações sobre os governadores Bornhausen, Córdova e Amin tem como fonte a obra de Silva, 1996, já citada anteriormente.

do banco o vice-presidente de sua gestão, Elmar R. Heineck e os diretores de sua gestão Victor O. Konder Reis e Nilson José Boeing, no período entre 1978 e 1983, quando foi governador do estado.

Após ter deixado o governo para concorrer ao senado, assumiu no lugar de Bornhausen o vice-governador Henrique Helion Velho de Córdova, com a missão de eleger Esperidião Amin para a cadeira de governador e Bornhausen para o senado, com explícita utilização de recursos públicos, como esclarece Silva em sua obra:

“.. as estratégias e táticas adotadas, estavam consubstanciadas na utilização da estrutura do Estado como alavanca política para as eleições de 1982 no enfrentamento das oposições. Este aspecto evidencia-se através da análise do Relatório do Tribunal de Contas do Estado, ..as evidências de ‘promiscuidade’ encontradas no Relatório dizem respeito as irregularidades ocorridas durante as administrações, tais como: distorções na aplicação do orçamento governamental, contratação irregular de servidores sem concurso, subvenções para a manutenção de empresas privadas a partir de contratos superfaturados; e utilização de órgãos da estrutura estatal tais como: SECON (Secretaria de Comunicações), BESC e o PROCAPE. ..No caso do BESC houve uma investigação nas suas contas através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, formada logo após as eleições para apurar as irregularidades cometidas pelo banco, e o que se constatou foi: a contratação irregular de pessoal, aumento desordenado de agências pelo interior do Estado e liberação de empréstimos com possível fim partidário, entre outras.” (Silva, 1996, p.274)⁷

Entre 1975 e 1982 o banco passou de 1.706 para 5.739 empregados, admitidos sem concurso e por indicação de políticos partidários dos governadores. Mesmo proibidas por lei eleitoral foram realizadas, entre 2 de julho de 1985 e 1º de janeiro de 1986, 928 contratações. A maior parte ocorreu entre 10 e 17 de julho de 1985, por indicações assinadas por vereadores, deputados estaduais, pela primeira-dama Ângela Amin e membros do gabinete do governador⁸, isso quatro meses antes da eleição para vereadores e prefeitos, especialmente da capital do estado.

Assim, a política de Bornhausen teve continuação no governo de Esperidião Amin Helou Filho, ex-diretor financeiro do Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina - BADESC - em 1975, prefeito indicado de Florianópolis entre 1975 e 1978, professor no curso de Administração da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, deputado federal em 1979, secretário dos transportes e obras do governo Bornhausen entre 1979 e

⁷:ver também *Violência e golpe eleitoral*, de Itamar Aguiar, 1995. Obra com base na dissertação de mestrado em Sociologia Política da UFSC: *As eleições de 1982 para governador em Santa Catarina*, 1991.

⁸:ver anexo I.

1982 e governador eleito em 1982. Esperidião Amin nomeou Carlos Passoni Júnior para presidente do BESC e Mário Roberto Cavallazi como diretor, dentre outros.

Conforme consta de denúncias e relatórios, Esperidião Amin utilizava de expediente conhecido como “promissórias políticas”, compromisso pelo qual saldava dívidas de correligionários mediante empréstimos junto ao BESC, envolvendo irregularmente empresas devedoras como a construtora Ceisa Construções e Empreendimentos Imobiliários S/A. Outros expedientes foram a obrigatoriedade de servidores em cargo de comissão trabalharem para campanhas do partido de Amin, encontros e festas partidárias pagos com recursos de empresas públicas, envolvendo servidores que eram “convidados” a vestir a camisa do Partido Democrático Social - PDS, contribuições compulsórias para o PDS através de desconto automático em folha de pagamento⁹ e utilização dos dados reservados da Companhia de Processamento de Dados de Santa Catarina - PRODASC - para controle da situação eleitoral dos servidores e seus familiares. Com tudo isso, no período de Esperidião Amin e Passoni Júnior o BESC apresentou sinais de esgotamento da capacidade de sustentar tal política. Aliado a este esgotamento houve desentendimentos entre Amin e Bornhausen, pois o primeiro continuou agremiado no PDS e o segundo seguiu a construção da Frente Liberal, futuro Partido da Frente Liberal - PFL. Amin desentendeu-se também com José Sarney, feito presidente no colégio eleitoral de 1984 em eleição indireta sustentada pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB - e o Partido da Frente Liberal - PFL, de Jorge Bornhausen.

Com todos os rompimentos de alianças ficou muito difícil para Esperidião Amin impedir uma intervenção do Banco Central no BESC, articulada e anunciada pelo então candidato a governador Pedro Ivo Campos, que fez das denúncias contra a situação do BESC uma de suas frentes de campanha¹⁰. Tendo sido acirradas as disputas entre as elites do PDS e do PFL no ano de 1986, o candidato do PMDB, Pedro Ivo Campos, venceu as eleições para governador, prometendo amplo saneamento do BESC.

Em 25 de fevereiro de 1987¹¹, vinte dias antes da posse do novo governador, um acordo entre José Sarney - Presidente da República, Francisco Gros - Presidente do

⁹:expediente confirmado por empregados do BESC entrevistados e considerado normal pelo ex-governador Jorge Bornhausen em entrevista ao Jornal O Estado de 13/06/81, p.03.

¹⁰:evidências deste “anúncio” e campanha podem ser observados nos jornais *Diário Catarinense* - DC e *O Estado* a partir de maio de 1986, quando em seguidas edições podemos observar notas de página inteira pagas pelo Governo do Estado em defesa do BESC e do Governador frente a denúncias feitas por Pedro Ivo.

¹¹:as informações a respeito do período de intervenção têm como fonte trabalho ainda não publicado do jornalista Jaques Mick, baseado em recuperação dos processos de auditoria do Banco Central no BESC durante o Regime de Administração Especial, dos relatórios produzidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina durante 39 meses e auditoria do Tribunal de Contas do Estado concluída apenas em abril de 1994, depois de sete anos de apreciação, sobre as contas do BESC no ano de 1986.

Banco Central, Dilson Funaro - Ministro da Fazenda - e os governadores eleitos do Rio de Janeiro, Mato Grosso, Maranhão, Ceará, Pará e Santa Catarina evitou a liquidação extrajudicial ou a intervenção direta do Banco Central nos quatorze bancos estaduais que recorriam regularmente aos saques a descoberto no Banco Central. Os possíveis impactos negativos da liquidação ou intervenção para o sistema financeiro e o desempenho dos governos recém-eleitos levaram o Banco Central a instituir o Regime de Administração Especial Temporária - RAET - em cinco bancos estaduais, entre eles o BESC¹², com a promessa do ministro da fazenda de promover auditoria nesses bancos e punir os responsáveis pelas possíveis irregularidades.

Mesmo tendo assinado um Programa de Restruturação Financeira - PROREF - para o BESC com o Banco Central no dia 16 de fevereiro de 1987, apenas nove dias antes da intervenção, Esperidião Amin e a diretoria do BESC - composta por Carlos Passoni Júnior, José O. Battistoti, Renato Heusi de Almeida, Celso Mario Zipf, Waldemar Henrique Dias e Ernesto Augusto Ferreira, tiveram que aceitar a ação do Banco Central apontando como causas para a intervenção o descumprimento das metas do PROREF, prática reiterada de operações contrárias às diretrizes da política econômica, gestão temerária ou fraudulenta, necessidade de promoção de moralidade administrativa, aplicação excessiva em operações com taxas subsidiadas, inobservância dos conceitos da boa técnica bancária, entre outras irregularidades apontadas em quatro mil páginas de relatório produzido pela comissão especial de inquérito do Banco Central entre março e outubro de 1987.

Os resultados dessa administração especial e todos os inquéritos e processos foram três mil páginas remetidas ao Ministério Público e ao Governo do Estado pela CPI da Assembléia que tinha como membros Mário Cavallazzi (PDS) - funcionário do banco e ex-diretor de Crédito Rural em 1985 e Júlio Garcia (PFL) - ex-diretor de Crédito Geral e Câmbio em 1983; ambos apontados como autores de inúmeras irregularidades na comissão do Banco Central, especialmente Cavallazzi (por escândalos públicos no FINSOCIAL). O Tribunal de Contas do Estado concluiu mil páginas de auditoria sobre as contas de 1986 somente em 1994, remetidas pelo interventor em 1987, condenando Passoni Júnior a pagar 150 Unidades de Referência Fiscal de Santa Catarina - aproximadamente US\$ 130, cabendo ainda direito a recursos para não pagamento. Em janeiro de 1991, Passoni Júnior e Mário Cavallazzi foram proibidos pelo Banco Central de exercer cargos de direção na administração ou gerência de instituições financeiras por cinco anos. Os diretores Júlio Garcia, Luiz Alberto de Cerqueira Cintra, Antonio Carlos

¹²: em 25/02/87 uma junta do Banco Central - BACEN destituiu a diretoria do BESC e nomeou um conselho diretor; em 24/05/88 a administração passa a ser compartilhada com o Governo do Estado e em 29/02/89 é encerrada a administração especial do BACEN.

Vieira, José Orlando Battistotti, Wilson Filomeno, Ivan Luiz de Mattos e Maurílio Santos receberam a mesma suspensão por apenas um ano. Outros dez envolvidos receberam advertência formal. Todos recorreram ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional e três anos depois, em 1994, não restava qualquer sinal de punição, administrativa ou não, no currículo dos ex-administradores do BESC.

Os movimentos políticos que podemos verificar com esses relatos possibilitam levantar a hipótese de que a intervenção no BESC e a impunidade frente a todos os flagrantes delitos administrativos fizeram parte de um jogo necessário para sustentar futuras alianças entre o PMDB e o PFL de Jorge Bornhausen, que se gestaram no governo Pedro Ivo e foram decisivas para posterior vitória do PMDB ao governo em 1994 na sucessão de Wilson Kleinübing (PFL), tendo Paulo Afonso, que foi secretário da fazenda de Pedro Ivo e presidente do conselho de administração do BESC entre janeiro de 1989 e 1990, disputado o segundo turno com Ângela Amin do PDS e recebido o apoio de Bornhausen, compondo posteriormente governo com o PFL, tendo inclusive a filha de Bornhausen ocupando uma Secretaria de Estado.

O Sucesso do BESC no Mercado Financeiro¹³

O Sistema Financeiro BESC - SFBESC - é composto das empresas: Banco do Estado de Santa Catarina S.A. - BESC; BESC S.A Crédito Imobiliário - BESCRI; BESC Financeira S.A. - BESCREDI; BESC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BESCVAL; BESC S.A. Corretora de Títulos, Valores e Câmbio - BESCAM, e BESC LEASING - Arrendamento Mercantil. Em setembro de 1995 encontrava-se tramitando na Assembléia Legislativa de Santa Catarina projeto de lei, já autorizado pelo Banco Central, de fusão das empresas na figura de banco múltiplo. Desde 1986 o banco tem alterado consideravelmente o seu perfil de atuação no mercado, passando de 'um banco para o governo' a um banco 'no mercado', atuando com competitividade de banco privado. O perfil de operações de crédito do banco passou de 54,7% comprometido com áreas do setor público estadual em 1985 para próximo de zero no primeiro semestre de 1995; o setor privado da economia consumiu 97,9% e o setor público municipal 2% das operações de crédito. Dos empréstimos ao setor privado, 31,1% foram para o comércio, 23,5% para

¹³ :os dados de balanço têm limite no mês de dezembro de 1995, último período fiscal coberto pela pesquisa.

indústria, 23,5% para pessoas físicas, 8,7% para a área rural e 13,2% para outros serviços neste mesmo semestre de 1995¹⁴.

A rentabilidade líquida do BESC foi de menos 167,26% em 1986 ou seja, o prejuízo acumulado no ano foi 1,67 vezes maior que o patrimônio líquido do banco. Entre 1987 e 1990 a rentabilidade líquida passou a ser de 40,1 % em média; já entre 1991 e 1995 apresenta uma rentabilidade líquida de 17,26 % em média. Outros bancos como o Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL - e o Banco do Estado do Paraná - BANESTADO - apresentam rentabilidade líquida de 5,83 % e 13,5 % em média, respectivamente, entre 1991 e 1995¹⁵. Entre os bancos privados a rentabilidade no ano de 1995 foi de 7,46% no Bamerindus, 11,15% no Bradesco, 11,08% no Itaú, 7,86% no Unibanco e no BESC foi de 13,18%.

O número de agências do BESC passou de 217 em 1986 para 254 em 1995 e o número de postos de atendimento bancário - PAB - era de 359 em dezembro de 1995. Sendo que neste mês o banco contava com 5.583 empregados, obtém-se uma relação de 21,98 empregados por agência¹⁶. Essa mesma relação é de 29,25 e 31,66 no caso dos bancos Banrisul e Banestado, respectivamente. Nos grandes bancos privados essa relação também é mais alta: 28,51 no Bradesco, 36,31 no Itaú e 38,04 no Unibanco. Se incluirmos os 359 pontos de atendimento, a relação cai para 9,1 empregado por ponto de atendimento no BESC¹⁷.

O BESC é considerado o 14º maior banco comercial estatal do país por volume de depósitos totais, o 16º maior grupo estatal do país pelo patrimônio líquido e o primeiro entre os grupos estatais em rentabilidade do patrimônio segundo a Revista Balanços Anuais da Gazeta Mercantil (1996). O banco detém aproximadamente 40% do total de pontos de atendimento bancário no Estado de Santa Catarina, sendo seguido do Banco do Brasil, com 15%, e do Bamerindus e do Bradesco, com 10% cada, de acordo com o Guia Bancário do Banco Central de 1994. Segundo classificação feita pela empresa *Atantic Rating*, o BESC detinha em junho de 1994 a terceira posição com relação ao indicador de solidez e risco dentre os 60 maiores bancos por volume de ativo do país¹⁸.

A atuação do BESC por segmento de mercado tem se pautado por atender a demanda no varejo, pequenas e médias empresas, micros e pequenos produtores rurais e prefeituras municipais, reforçando a marca de 'banco dos catarinenses'. Os serviços oferecidos pelo banco abrangem quase todo o espectro possível de atendimento bancário,

¹⁴: fontes: *Relatórios da Administração 1985-1995*.

¹⁵: estes dados podem ser observados no anexo II.

¹⁶: deste cálculo excluem-se 1.470 estagiários e outros trabalhadores terceirizados.

¹⁷: fonte: Balanços e Relatórios da Administração dos bancos com a elaboração do DIEESE - linha bancários.

¹⁸: fonte: *Jornal Gazeta Mercantil* de 05/12/94.

incluindo seguros, mercado aberto, previdência privada, *leasing* e *home banking*, com 1.210 terminais instalados junto aos grandes clientes, contando ainda com a grande capilaridade da rede como diferencial de mercado.

A introdução de novas tecnologias de automação bancária é recente no BESC, já que somente em 1989 o banco alcançou autonomia com um Centro de Processamento de Dados - CPD - próprio, antes ligado a centros de processamento do governo do estado, PRODASC e CODESC. Até 1991 o volume de investimentos foi de 3,2 milhões de dólares, e entre 1991 e 1995 foram investidos mais de US\$ 21 milhões. O banco contava com a totalidade das agências e 200 dos 359 postos de atendimento automatizados em 1995, tendo sido realizadas 15,76 milhões de operações de auto-atendimento em dezembro de 1995; destas, três milhões foram saques em 117 terminais *cash dispenser*, quando em dezembro de 1992 estes números eram de apenas 88 mil saques em 81 terminais. A dinâmica de investimentos e volume de transações possibilitam afirmar que o banco tem a automação como um pilar de sua estratégia competitiva, o que possibilita ampliar as fontes de renda com serviços financeiros, tendo sido paradoxalmente beneficiado pelo atraso tecnológico até 1990 e o fim da reserva de mercado, dado que seus grandes investimentos foram feitos após este período, quando já estavam disponíveis melhores equipamentos com menor custo dos projetos¹⁹.

Os Trabalhadores do BESC

O número de empregados do BESC tem se reduzido anualmente, o que não é igualmente verdadeiro para o número de trabalhadores, em função da contratação de estagiários e dos serviços terceirizados. O banco tinha 7.008 empregados em dezembro de 1986; este número reduziu-se para 5.583 em 1995, enquanto que o número de estagiários cresceu de 68 em 1991 para 1.470 em 1995, somando, portanto, 7.053 trabalhadores em dezembro de 1995. 95% dos empregados têm pré-contratadas duas horas extras desde sua admissão no banco e os estagiários têm regime de trabalho de seis horas, totalizando um consumo de 53.000 horas de trabalho/dia em dezembro de 1995 contra um total aproximado de 49.000 horas de trabalho/dia em julho de 1991. A redução de empregados é devida à adesão aos planos de demissão incentivada,

¹⁹os dados têm como fontes os relatórios de atividades da diretoria de tecnologia do banco e os trabalhos: *Inovações financeiras e automação bancária no Brasil*, de Alejandra C. Madi, 1995; e *Automação e o impacto sobre o nível de emprego no setor bancário: um estudo de caso do Banco do Estado de Santa Catarina*, de Dilma M. Teodoro, 1996.

aposentadoria, demissão por justa causa ou pedidos de demissão sem incentivo, visto que o BESC dispõe de regulamentação de pessoal que garante a estabilidade após cinco anos de banco desde 1986²⁰.

A remuneração total²¹ média dos 5.710 empregados em julho de 1995 era de US\$ 1.286,-, sendo que 486 destes recebiam entre 642,- e 856,- dólares, 3.535 recebiam entre 856,- e 1.605,- dólares e 1.246 recebiam entre 1.605,- e 2.675 dólares. A remuneração de cada estagiário era de 192,- dólares no mesmo mês. O custo salarial médio da hora de um empregado era de US\$ 8,34²² e de um estagiário de US\$ 1,43 no mês de julho de 1995. Em ambos os casos devemos acrescentar valor de US\$ 134,64 / mês referentes ao auxílio alimentação²³. Mesmo sendo interposição fraudulenta de mão-de-obra²⁴, paradoxalmente os estagiários são bem aceitos nos locais de trabalho pelos empregados do banco, como foi possível observar nas entrevistas: “ quanto aos estagiários, quanto tempo o banco não contrata e por final você fica tão sobrecarregado que o estagiário é muito bem vindo, mesmo que a gente sabe que é contra a própria categoria.. ”²⁵

Os investimentos em treinamento de pessoal têm crescido consideravelmente nos últimos cinco anos, em 1991 foram de US\$ 593 mil e em 1995 superaram US\$ 3 milhões em 7.712 participações em 498 eventos. As despesas de pessoal têm sido de US\$ 210 milhões anuais em média, entre 1991 e 1995, e outras despesas administrativas têm ocupado a cifra de US\$ 59 milhões em média, com crescimento de US\$ 35 milhões no mesmo período.

Dentre o total de empregados em julho de 1995, 35% eram mulheres, 29% eram lotados na direção geral, 24% eram comissionados, 39% eram caixas. A média de tempo de serviço era de 14,33 anos, a média de idade era de 38 anos, 70% tinha cargo de carreira de assistente administrativo, 16% tinha cargo de carreira de técnico de serviços bancários e ainda em julho de 1990 22% tinham o ginásio, 60% o segundo grau e 15% tinham escolaridade universitária.

²⁰:os dados sobre o número e perfil dos trabalhadores têm fonte nos relatórios da administração nos vários anos e mapas e levantamentos estatísticos obtidos junto à diretoria de recursos humanos do banco. Estes dados podem ser melhor observados no anexo III.

²¹:equivalente a salário bruto, ou a somatória de todas as verbas sem os descontos.

²²:considerando-se que 95% cumprem expediente de oito horas e um mês de 22 dias trabalhados; não estão incluídos 48% de encargos. Neste caso o custo passaria a ser de US\$ 12,35 contra os US\$ 1,43 dos estagiários.

²³:tendo como base 22 dias de US\$ 6,12.

²⁴:embora a Lei do Estágio não esteja sendo descumprida, ela está desvirtuada pois: não existe acompanhamento curricular do estágio; não ocorre a correlação curso e função na maioria dos casos; e as atividades exercidas são necessárias, repetitivas e não configuram complementação escolar.

²⁵:entrevista realizada com uma bancária de agência.

Os empregados são beneficiados anualmente por acordo coletivo de trabalho, que em setembro de 1995 contemplava 54 cláusulas, dentre elas: anuênio, ajuda vale e cesta alimentação, auxílio creche, abono assiduidade, licença prêmio, melhoria das condições de trabalho e saúde e representação sindical (a cada cem empregados é eleito um delegado sindical)²⁶.

Além de participarem dos sindicatos regionais de bancários²⁷, os empregados do BESC sustentam a organização de outras entidades corporativas como a fundação de seguridade e previdência SIM/FUSESC, a Associação de Profissionais do BESC - PROBESC, as associações regionais de gerentes, coral e as associações recreativas e esportivas - AABESC. Merece ainda destaque o número de empregados com cargo eletivo: um deputado federal, Mário Cavalazzi (PPB); um deputado estadual, Jorginho Mello (PL); vários prefeitos e dezenas de vereadores, sendo três em Florianópolis, num total de 21 cadeiras da Câmara Municipal da Capital, no ano de 1995.

A Direção do BESC

Compõem a direção do Banco do Estado um conselho de administração de seis membros, um conselho fiscal de oito membros e uma diretoria de igual número²⁸. No conselho de administração têm assento o Secretário da Fazenda do Estado, no cargo de presidente do conselho, o presidente da diretoria do banco, no cargo de vice-presidente do conselho, um conselheiro designado pela fundação de seguridade dos empregados e mais três conselheiros designados pelo Governador do Estado. O conselho fiscal diferencia-se em quatro membros efetivos e suplentes em igual número designados pelo Conselho de Administração. A diretoria do banco compõe-se de um presidente, um vice-presidente e diretores de recursos humanos, de habitação, financeiro, administrativo, de operações e o diretor de agências, marketing e planejamento; sendo o presidente e vice designados diretamente pelo Governador do Estado e todos subordinados ao Secretário da Fazenda. Ocorre ainda que cada uma das empresas do sistema financeiro, BESCRI, BESCREDI,

²⁶:o histórico dos acordos coletivos de 1986 a 1995 encontra-se no anexo IV.

²⁷:82% dos empregados estavam, em 1995, representados por oito sindicatos ligados ao Departamento Estadual dos Bancários da Central Única dos Trabalhadores - DEB/CUT e 18% representados por outros onze sindicatos ligados à Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Santa Catarina - FEEB, federação oficial ligada à Força Sindical.

²⁸:formação referente a dezembro de 1995.

BESCVAl, BESCAM e a LEASING, têm diretorias em que se revezam os membros da diretoria do banco, sendo o conselho fiscal o mesmo para todas as empresas²⁹.

O membros do conselho de administração são nomes de expressão dos partidos que compõem o governo estadual, figurando dentre eles Colombo Machado Salles, Ivo Silveira e Saulo Vieira, além dos ex-secretários da fazenda Paulo Afonso Evangelista Vieira no período 1989-1990, Fernando Marcondes de Mattos no período 1991-1993 e Neuto Fausto de Conto no período 1995-1996. No histórico da diretoria do banco é possível observar figuras igualmente expressivas como Jorge Konder Bornhausen, 1975-1978, Victor Osvaldo Konder Reis, 1979-1982, Júlio Cesar Garcia, 1983-1985, Mário Roberto Cavallazzi, 1985-1986, Almir Saturnino de Brito e Jorginho dos Santos Mello, 1991-1995, e Fernando Ferreira de Mello Júnior, 1995-1996. Por condicionamento estatutário a diretoria deve ter um mínimo de três diretores empregados de carreira do banco, sendo que na gestão 1991-1995 este número foi de seis dos oito membros. Uma diferença que pode ser apontada no perfil das diretorias pós-intervenção é que em governos do PMDB, Pedro Ivo, 1987-1991, e Paulo Afonso, 1995-1996, os diretores possuem poucas passagens por cargos de confiança político-partidária, são oriundos de cargos de carreira em órgãos do estado ou federal, sendo o contrário no governo Vilson Kleinübing, do PFL, 1991-1995³⁰.

Além dos órgãos do governo do estado, o BESC mantém relações com a Federação Nacional dos Bancos - FENABAN - e é representado pela Associação Brasileira de Bancos Comerciais Estaduais - ASBACE, sendo permanentemente assistido por estas entidades, inclusive na área de recursos humanos³¹. A política de comunicações da diretoria tem sido aprimorada nos últimos anos com um informativo distribuído aos clientes, o Jornal do Cliente, e um informativo aos funcionários, o BESC-Informativo, mensagens nos relatórios administrativos diários, constante presença na imprensa de diretores ou matérias relacionadas a sucessos do banco, apoio a eventos culturais e esportivos, além de propaganda permanente.

A mensagem anual no Relatório da Diretoria, publicado no Diário Oficial e nos grandes jornais, segue sempre o mesmo padrão: relato da conjuntura, posição da captação, das aplicações, dos produtos e serviços, do resultado e patrimônio, dos recursos humanos e das reformulações administrativas, além dos agradecimentos aos acionistas e clientes, funcionários e ao Governador do Estado. As entrevistas e artigos dos diretores publicados geralmente têm um caráter promocional da instituição ou defensivo em casos

²⁹: esta situação deverá ser alterada: quando da instalação do banco múltiplo, o BESC será uma só empresa.

³⁰: a relação completa dos membros do conselho de administração e diretoria está no anexo V.

³¹: ver documentos do anexo VI.

de denúncias ou conflitos trabalhistas. Exceção a esta política, no período recente, ocorreu no governo Esperidião Amin, que sustentava críticas ao governo federal de José Sarney e alguns diretores do banco seguiam a mesma linha³².

Denúncias de escândalos administrativos têm ocorrido em todas as administrações, como foram os casos do empréstimo à Companhia Águas de Gravatal em 1989, a auto-promoção dos diretores para o último nível de carreira em 1994 e o empréstimo à Empresa Formaco-Decorama em 1995³³.

A política de recursos humanos tem apresentado muitas contradições entre o discurso da diretoria e o exercício de gestão destes recursos³⁴. Com o permanente objetivo de qualificação e valorização do corpo funcional, defrontam-se práticas de coleta de informações policiais sobre as manifestações dos empregados e concessão de um dia de folga aos não-grevistas por cada dia de greve em junho de 1990, coação à concordância de propostas feitas pela diretoria e apontamento nominal dos empregados que participaram de protesto coletivo em outubro de 1995³⁵.

Pelo exposto podemos concluir que a diretoria do banco cumpre o papel de ocupação de um importante posto para o desenvolvimento das políticas do governo do estado e usa dos recursos possíveis para cumprir tal função, fazendo valer os conselhos de Maquiavel, atuando entre a fortuna e a virtude sem dedicação especial a qualquer das duas.

A Associação de Profissionais do BESC - PROBESC

Fundada em 14-12-87 com a finalidade de defender os interesses das empresas do Sistema Financeiro BESC - SFBESC, representar e defender os interesses coletivos dos empregados do sistema e projetar a imagem das referidas empresas perante as autoridades, opinião pública e a comunidade financeira, a PROBESC contava com 2.700 associados, que pagavam mensalmente US\$ 1,50 em junho de 1996³⁶. A ficha de filiação é

³²: como é o caso de um artigo publicado no boletim interno do banco, de autoria do diretor da BESCVAL, João Eduardo Amaral Moritz, em fevereiro de 1987, tecendo severas críticas ao Plano Cruzado: "A imaginação anda realmente muito fértil, descongelamento virou realinhamento, aumento é reajuste temporário e só falta dizer que dívida externa é aplicação a fundo perdido..."

³³: denúncias feitas geralmene pelos sindicatos de bancários que ganharam espaços nos veículos de grande divulgação.

³⁴: ver *Políticas de recursos humanos em contexto de greve no sistema financeiro estadual BESC*, de Maristela Rosa, 1992.

³⁵: ver documentos no anexo VII

³⁶: os dados sobre a associação têm como fonte o estatuto, o informativo mensal, as atas de reuniões e assembléias e entrevistas realizadas com fundadores da associação.

impressa em modelo padrão de expediente com timbre do BESC, mod. 55090134-5, na qual o empregado firma concordância com os objetivos da associação, sendo que o associado que se candidatar a cargos eletivos público, sindicato, diretório de partido político, diretoria do SFBESC ou FUSESC deverá obrigatoriamente licenciar-se ou desligar-se do quadro social. Tal procedimento foi assim justificado por um entrevistado:

“ ..nós não queríamos metido na associação pessoas que estavam ligadas ao segmento do sindicato porque o nosso negócio não era fazer greve, não era perturbar a ordem ..e também nós não queríamos partido político enfiado no meio, ..então nós não tínhamos vínculo com ninguém, nós éramos independente..”

A fundação da associação foi impulsionada pelo regime de administração especial do Banco Central, que colocava a expectativa de fechamento do BESC e inspirou um grupo de empregados com função gratificada para defesa da instituição. Com apoio do interventor João José Ballstaedt, a idéia foi implementada e subscreveram a ata de fundação 206 empregados, dos quais apenas 19 eram lotados em agências e 95 eram de uma unidade, a BESCRI; os demais eram de outras unidades da direção geral.

A direção da PROBESC é composta por conselho de 40 representantes eleitos para um mandato de dois anos e dentre os seus membros são escolhidos seis conselheiros para comporem a diretoria executiva por um período de um ano. O conselho de representantes tem reuniões trimestrais, ou em maior freqüência, e nas atas das reuniões podemos observar um comparecimento entre 18 e 21 membros. As assembléias têm freqüência anual e uma participação reduzida, como é o caso da segunda assembléia realizada em novembro de 1989, que é subscrita por onze associados e a terceira, em abril de 1992, que é subscrita por treze associados. As reuniões e assembléias geralmente são realizadas nas dependências do edifício sede da direção geral. O cargo de presidente do conselho de representantes tem sido ocupado por empregados detentores de cargos no segundo escalão de direção do banco, tais como inspetoria geral, gerência regional, assessoria da diretoria, consultoria jurídica, entre outras.

Além de patrimônio de expediente, a PROBESC investe o excedente da arrecadação com a mensalidade em ações do banco e em maio de 1996 assumiu o Clube SIM de Investimentos com o lema “Mais que empregados, queremos ser também acionistas expressivos”³⁷. O Clube SIM é um condomínio fechado de investimentos, constituído por empregados, implantado em janeiro de 1995 com o objetivo de aumentar a participação acionária dos empregados no capital do banco, formando uma carteira de ações para exercer mais influência nos destinos do BESC. Em março de 1996 o Clube

³⁷ título de matéria assinada pelo presidente do Conselho de Representantes da associação, João Luiz Miguel, publicada no Informativo de julho de 1996.

contava com 3.078 associados e o total acumulado de ações com direito a voto representava, em agosto de 1996, 0,31% do capital votante³⁸.

Coerente com o princípio de maximização da participação acionária dos empregados no capital do banco, a direção da associação tem sido favorável às iniciativas de desestatização, ou privatização do banco. Em janeiro de 1989, na primeira tentativa realizada pelo governo do estado, ocorreram reuniões do conselho de representantes com o presidente do conselho diretor do banco, Ingo Gruel, outros membros da diretoria e o diretor superintendente da Fundação de Seguridade dos Empregados - FUSESC, Aloysio Gentil Costa, nas quais foram aprovadas campanhas conjuntas de divulgação da proposta de desestatização do BESC. Na segunda dessas reuniões, o então diretor do banco, sócio-fundador da associação e atual diretor da FUSESC, José Olir Mocelin, apresentou o documento 'Contribuição ao exame do processo de privatização do SFBESC' no qual se posiciona: "... concluindo, aduzimos que o modelo de privatização³⁹ pode ser a resposta estratégica contra a vulnerabilidade pela democratização da propriedade do banco via mercado de ações.". Em nova proposta surgida em 1995 a PROBESC publica matéria no informativo de julho de 1996 no qual se posiciona: "A Associação esclareceu ainda que sempre defendeu a conquista dos 34% das ações com direito a voto, por considerar este percentual representativo do direito dos co-proprietários."

Freqüentemente foram discutidas no conselho de representantes propostas para a área de pessoal do banco, especialmente o plano de cargos e salários - PCS - e o manual de recursos humanos - MRH. Algumas vezes essas discussões ocorriam por solicitação de diretores do banco, como foi o caso da "trégua" na implantação do manual de RH em abril de 1991. O posicionamento público da associação nos conflitos trabalhistas tem sido discreto embora em várias ocasiões, nas reuniões do conselho de representantes, foram discutidas posições a serem tomadas pelo banco, visto que alguns de seus conselheiros eram designados pela diretoria do BESC para a mesa de negociações com os sindicatos, três deles tendo sido presidentes do conselho de representantes. A partir de 1992 o conselho elaborou planos de 'campo de atuação' onde foram definidas ações de acompanhamento das negociações e outras questões trabalhistas, citando inclusive, "desenvolver ações conjuntas com associações representativas: FUSESC, Federação dos Bancários, Sindicato dos Bancários e Departamento Estadual da CUT..", o que parece marcar uma nova direção para a associação.

³⁸: informação contida em matéria assinada por Eduardo Sérgio da Silva, publicada no Informativo de agosto de 1996.

³⁹: a proposta era: 1/3 ficaria com o governo, 1/3 para a fundação de seguridade dos empregados e 1/3 para um consórcio de empresas catarinenses. As operações seriam financiadas pelo Banco Mundial, segundo declarações do presidente do conselho diretor do banco na época, Ingo Gruel, no Jornal *Folha de São Paulo* de 03.01.89, pg. B-5. Para entender melhor veja tópico específico no próximo capítulo.

Uma mudança bastante acentuada pode ser observada com a mudança de direção do banco no ano de 1995. A partir deste período, a PROBESC desenvolveu uma série de denúncias públicas contra a administração de Fernando Ferreira de Mello, como nos remanejamentos de gerentes e cargos de confiança com motivação político-partidária e na publicação do informativo do mês de setembro de 1995:

“.. a PROBESC relacionou problemas que têm trazido sérios prejuízos à administração e ferido as normas e a ética bancária do SFBESC: .. esta administração tem autorizado operações de empréstimo com pareceres contrários das áreas de crédito, ..pondo em risco a saúde financeira do banco. ..nas agências, umas obrigadas outras autorizadas, têm permitido saques a descoberto por autoridades políticas, seus parentes e conterrâneos.. Essas preocupações foram levadas ao Vice-Presidente do banco durante encontro no dia 17 de julho.”

Posteriormente não são observadas denúncias e a discussão da nova proposta de privatização, também chamada de parcerização, ocupa a pauta das reuniões e do informativo. As denúncias talvez tenham sido uma resposta da associação às acomodações resultantes da mudança de grupo político na direção do banco. Dois dos entrevistados relataram perseguições aos empregados ligados à campanha de Ângela Amin para o governo do estado em 1994 em disputa com Paulo Afonso, atual governador, especialmente o remanejamento compulsório de um gerente de uma grande agência para uma unidade pequena, resultando em aposentadoria, sendo este um ex-membro do conselho de representantes e ex-presidente da diretoria executiva da associação.

Pelo que vimos, podemos concluir que o extrato funcional que dirige a associação parece não encontrar reciprocidade por meio de outras entidades como os sindicatos ou mesmo associações recreativas, de forma que a PROBESC parece constituir um fórum de articulação da média burocracia do banco que encontra poucos espaços de participação e possibilidades de influência no processo decisório da empresa, especialmente nos momentos de alteração de diretoria e conseqüente mudança de orientação político-partidária.

A Fundação Codesc de Seguridade Social - FUSESC e O Plano SIM de Assistência

Fundada em maio de 1978 com o objetivo de suplementar os benefícios pagos pela previdência pública federal - aposentadorias e pensões - a FUSESC tem como patrocinadores, além das empresas do Sistema Financeiro BESC, a Companhia de

Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC, o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - BADESC e a Reflorestadora Santa Catarina - REFLORESC, que contribuíram no primeiro semestre de 1995 com 10,96% sobre a folha de remuneração bruta dos empregados, correspondendo a 1,6 vezes a contribuição dos participantes, assim chamados os sócios da fundação⁴⁰.

A fundação é dirigida por órgãos estatutários - Conselho Fiscal, Conselho de Curadores e Diretoria Executiva - eleitos a cada quatro anos por voto direto dos participantes. O Conselho de Curadores é composto de 22 membros, sendo que destes, quatro formam a Diretoria Executiva, que é composta por um diretor superintendente e os diretores de seguridade, financeiro e administrativo. O atual diretor superintendente, Aloysio Gentil Costa, cumpre seu terceiro mandato desde 1985 e desde abril de 1990 compõe também o conselho de administração do BESC, ocupando o assento pertencente à fundação. Na última eleição, em maio de 1993, votaram 6.612 participantes, sendo o universo de votantes 7.814 eleitores e a chapa da situação venceu por pequena margem de indicações em seus membros, 112.567 contra 106.629 da oposição.

As contribuições das patrocinadoras e dos participantes são investidos em imóveis, ações, empréstimos e financiamentos imobiliários, somando um patrimônio de 40 mil m² em imóveis construídos e 22% das ações do BESC dentre outros recursos. No primeiro semestre de 1995 os recursos repassados pela patrocinadora BESC e seus empregados somaram aproximadamente US\$ 9 milhões, sendo que os recursos das patrocinadoras sofrerão alterações anuais de acréscimo, alcançando 150% dos repasses de 1995 até o ano 2001.

Além dos benefícios previdenciários, a FUSESC oferece aos participantes um pacote de serviços assistenciais: serviço social, o Plano de saúde médica SIM, o Plano Uniodonto, empréstimos e material escolar. Tem ainda participação na Santa Catarina Seguros e Previdência, no Fundo de Pensão Multipatrocinado BESC, apoio logístico à Associação de Aposentados e Pensionistas da FUSESC e apoio ao Clube SIM de Investimentos.

O Plano de Saúde SIM foi criado pela FUSESC em 1986 e legalmente tem como personalidade jurídica a Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas BESC, CODESC, BADESC e da FUSESC/SIM, sem ligação orçamentária com a fundação; contudo, nos boletins e outros materiais de divulgação essa distinção não ocorre⁴¹. Cada

⁴⁰:os dados sobre a fundação têm como fonte o estatuto, o *Informativo Fusesc*, o *Manual do Participante*, a revista *Expressão/Bio-imagem*, o folheto de divulgação do Clube SIM de Investimentos e as demonstrações financeiras do BESC em 1995.

⁴¹:como é o caso da *Revista Expressão - Especial Saúde*, sem data, da AZ Comunicação sobre o Centro de Diagnose Bio-Imagem onde a FUSESC aparece como Plano de Saúde SIM.

participante paga 2% do salário bruto e a patrocinadora acrescenta outros 2% da folha bruta mensalmente; as consultas, exames e internações têm ainda uma participação percentual do paciente. A rede de assistência aos 23 mil usuários é coberta por uma policlínica em Florianópolis e pela cooperativa médica UNIMED em todo o estado, que recebeu da FUSESC entre 1986 e 1993 o montante de US\$ 17 milhões pelos serviços prestados. Com grandes investimentos em alta tecnologia médica desde 88 a FUSESC inaugurou em 1993/1994⁴² um Centro de Bio-Imagem com um investimento total de US\$ 4 milhões, sendo US\$ 2,36 milhões em equipamentos General Electric - GE - financiados pelo grupo japonês Mitsubishi.

O posicionamento da FUSESC nas propostas de privatização do banco foi sempre bastante explícito: a favor, desde que a fundação aumente o seu capital acionário. Em março de 1988 a FUSESC adquiriu 14,11% das ações do BESC e tem aumentado esse percentual progressivamente, tendo assento dessa forma a uma cadeira no Conselho de Administração do banco. Já em maio de 1986, antes mesmo da primeira tentativa de desestatização promovida pelo governo Pedro Ivo em janeiro de 1988, podemos observar tal disposição no informativo da entidade:

“ O BESC tem que ser nosso: .. é o banco da nossa terra, o banco dos catarinenses. É, por conseguinte, o banco de seus funcionários, que são parte da população deste Estado. ..Só podemos dizer que uma empresa efetivamente nos pertence quando participamos como sócios do seu capital.. Então vamos tomar conta do BESC. Vamos ser os seus mais unidos acionistas.”

Em várias outras oportunidades, podemos verificar a reafirmação dessa disposição, como na entrevista do diretor financeiro da fundação e ex-diretor do banco, Olir Mocelin, publicada em outubro de 1993:

“ Privatizar é preciso. O que eu diria ao Ministro da Fazenda? Acelere a privatização, mesmo das empresas rentáveis. ..Mas diante das pressões pela privatização dos bancos estaduais, separe, com muito cuidado, o joio do trigo. ..crie condições para a expansão dos fundos fechados de pensão.”

Em síntese, podemos apontar a FUSESC, por sua natureza de investimentos de longo prazo no mercado, como um importante e rico espaço de viabilização da apropriação do banco pelos seus empregados. Como se não constituíssem personalidades privadas, a condição coletiva dos empregados parece adquirir configuração pública por meio de sua fundação de seguridade, o que poderia explicar a concepção de que o banco não deixaria de ser público se fosse privatizado para os seus empregados. Situação semelhante ocorre em inúmeras outras fundações de previdência de empregados de empresas públicas

⁴²: não foi possível precisar sequer o ano da inauguração nas 14 páginas que compõem a edição comemorativa na revista citada na nota anterior.

como, a PREVI dos empregados do Banco do Brasil e a PETROS dos empregados da Petrobrás, que controlam muitas outras grandes empresas públicas, além de significativa parcela de suas próprias patrocinadoras.

Os Sindicatos dos Bancários

A primeira sociedade de socorro mútuo de bancários foi criada em 1907, a Sociedade Beneficente dos Funcionários da Caixa Econômica de São Paulo. Outras sociedades se formaram agremiando sem distinção legal os bancários e comerciários, até 1923, com a criação da Associação dos Funcionários de Bancos do Estado de São Paulo, desenvolvendo trabalho assistencial que dava início à atuação político-social dos trabalhadores bancários. A separação definitiva entre as duas categorias veio em julho de 1939, com o decreto-lei 1402, que consolidou uma trajetória de intervenção estatal na regulação da organização sindical, em curso desde 1930.

O *Sindicato dos Bancários de Santa Catharina* foi fundado em 24 de maio de 1935, já como sindicato oficial, característica de vários outros sindicatos de bancários no país⁴³, tendo como primeiro presidente João Cândido Rodrigues, um liberal e apoiador da carreira política de Nereu Ramos. Nos dez anos que se seguiram, o sindicato promoveu poucas agitações políticas⁴⁴ e marcou sua atuação pela integração e divertimento entre os bancários. A primeira greve dos bancários de Santa Catarina se deu em janeiro de 1946, e é assim recuperada por Jaques Mick, em *Sessenta*:

“ Concentrados diante da agência do Banco do Brasil, os grevistas de Florianópolis se esforçavam para transformar a entidade de associação recreativa em instituição de luta e reivindicação. Fazer sindicalismo na década de 40 em Santa Catarina não era brincadeira. Para ir de Florianópolis a Chapecó numa reunião com os bancários, eram consumidos três dias de ônibus - quando tinha ônibus. Rádios e jornais não falavam em sindicato...” (Mick, 1995, p. 24)

Em 1959 foi aprovado novo estatuto, que contemplava o suporte para as ampliações da ação sindical em curso durante toda a década de 50, e em janeiro de 1960

⁴³:os dados constam das obras: *Sessenta: uma história*, de Jaques Mick, 1995 (sobre o Sindicato de Florianópolis); *O sindicalismo bancário em São Paulo 1923-1944*, de Leticia Canêdo, 1978 (sobre o Sindicato de São Paulo); *Bancários: 60 anos de história*, de Alberto Tosi, 1995 (sobre o Sindicato do Espírito Santo); *As origens do sindicalismo bancário no Rio de Janeiro*, de Ana Lúcia V. S. C. Oliveira, 1989; *Movimento sindical dos bancários em Belo Horizonte 1923-1964*, de Terezinha B. S. Van Stralen, 1986; Dainis Karepovs, 1994, entre outros.

⁴⁴:...”não há registros de ter participado de greves organizadas pela direção dos principais sindicatos de bancários do país...” (Mick, 1995, p. 13).

os bancários encabeçaram a Associação Inter-Sindical, abrangendo comerciários, trabalhadores do minério e combustíveis, construção civil, dentistas, barbeiros e trabalhadores em hotéis e similares. Em agosto do mesmo ano, 1960, os sindicatos de Santa Catarina (Florianópolis), Blumenau, Laguna, Tubarão, Itajaí e Oeste Catarinense criaram a Federação dos Bancários de Santa Catarina, reforçando a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito - CONTEC, criada em 1958, e consolidando um novo padrão de atuação política: apoio às greves, participação em encontros nacionais e mobilizações para discussão de temas da conjuntura nacional. Fato interessante é que em 1960 e 1961 presidiu o sindicato e a federação o Sr. Carlos Passoni Júnior, então empregado do Banco do Brasil, que paradoxalmente, entre 1983 e 1987, designado por Esperidião Amin, presidiu o Banco do Estado de Santa Catarina - BESC, sendo um dos principais envolvidos nos processos de uso da instituição para fins político-partidários (PDS/PFL).

Os empregados do BESC, inaugurado em julho de 1962, acompanharam pouco das intensas mobilizações dos anos anteriores ao golpe de 1964, e começaram a experimentar esses movimentos anos mais tarde. Em 1964 somente o segundo tesoureiro, Enio Machado de Andrade, escapou da cassação; mesmo os 'anti-comunistas' militantes foram cassados e grande parte dos documentos históricos foram queimados por militares que invadiram a sede do sindicato nas primeiras semanas de abril daquele ano. Numa exceção à regra, militantes ligados ao clandestino Partido Comunista Brasileiro - PCB - estiveram à frente do sindicato entre 1969 e 1972, eram empregados do BESC, e que pela primeira vez se articularam através da Associação dos Funcionários do BESC, catalisando um grupo de oposição a partir de uma publicação, O Centavo.

Em fevereiro de 1972 a Delegacia Regional do Trabalho - DRT - aproveitando o esvaziamento da diretoria do sindicato, provocado por perseguições aos dirigentes sindicais e crises políticas internas, ordenou a formação de uma junta governativa e nova eleição. Em 12 de maio foi eleito Ilson Ulmer Dias, que permaneceu na diretoria por quinze anos, tendo sido eleito junto com ele para presidente da federação Pedro Natali, que permaneceu na entidade por vinte anos. No sindicato, Ilson Dias confirmava seu compromisso com a DRT, promovendo bailes para eleição da 'Miss Bancária' e torneios de futebol, enquanto obtinha, junto aos órgãos do Ministério do Trabalho, recursos para aprimorar os serviços assistenciais, que chegavam a incluir manicure para os trabalhadores bancários. Na federação, Pedro Natali prestava igual serviço, organizando a fragmentação do Sindicato de Santa Catarina com a pulverização de cartas sindicais pelo interior do Estado: até 1987 haviam sido criados dezessete sindicatos de bancários em Santa Catarina, alguns com menos de 300 bancários em sua base e menos de cem

sindicalizados. Essa divisão de bases territoriais em sindicatos cartoriais eram explicadas pelos dois sindicalistas como “descentralização para fortalecer o sindicalismo catarinense”.

Na década de oitenta foram organizados movimentos de oposição que venceram eleições nos sindicatos oficiais e, dessa forma, os bancários de Santa Catarina se colocaram junto às grandes agitações nacionais do ‘novo sindicalismo’⁴⁵. Em Florianópolis, a Oposição Sindical Bancária - OSB - disputou eleições com Ilson Dias em 1981 e 1983 e foi derrotada em virtude de fraudes promovidas com o auxílio da DRT⁴⁶. Em 1985 foi organizado o Movimento de Oposição Bancária - MOB - que disputou as eleições em 1987 e venceu com 2.258 votos contra os 645 votos da chapa de Ilson Dias, que passou a fazer parte da diretoria da federação e da confederação até 1996. A nova diretoria tinha o apoio da Central Única dos Trabalhadores - CUT - e passou a desenvolver uma política de confronto com a federação oficial - FEEB - apoiando oposições nos sindicatos do interior. Foram eleitas diretorias apoiadas pela CUT nos sindicatos de Criciúma, Araranguá, Chapecó, São Miguel d’Oeste, Concórdia e Blumenau, representando em 1995 82% dos bancários no estado. Simultaneamente, os sindicatos desfilaram-se da federação oficial, subordinada à CONTEC e ligada à central Força Sindical - FS - e organizaram o Departamento Estadual de Bancários da CUT - DEB/CUT, ligado à Confederação Nacional dos Bancários da CUT - CNB/CUT⁴⁷, consolidando a hegemonia da CUT nos bancários de Santa Catarina.

O índice médio de sindicalização dos sindicatos dos bancários em Santa Catarina é de 68%⁴⁸, mais alto que a média nacional dos trabalhadores, 23,6%⁴⁹, especialmente alto entre bancários dos bancos estatais, como o BESC no qual este índice é de 76%⁵⁰. Os sindicatos possuem sedes próprias, geralmente com boa infra-estrutura e recursos humanos, como é o caso do Sindicato dos Bancários de Florianópolis, que tem uma sede própria de 1.180 m² e 19 empregados; contando ainda com aproximadamente 70 dirigentes com tempo integral e ônus financeiro assumidos pelos bancos⁵¹, destes o BESC mantinha 31 empregados à disposição em 1995. Os sindicatos publicam jornais e boletins semanais ou mensais, dentre eles a Folha Sindical - Florianópolis, semanal com tiragem média de 5.500 exemplares que já contava com 336 números em setembro de 1996; o

⁴⁵:sobre ‘novo sindicalismo’ ver as obras: *O novo sindicalismo*, de Ricardo Antunes, 1991; e *Reforma e persistência da estrutura sindical*, de Armando Boito Júnior, 1991.

⁴⁶:conforme Mick, 1995, p.46-51.

⁴⁷:ver: *Sindicalismo Bancário em Santa Catarina*, de José Carlos da Silva, 1995.

⁴⁸:fontes: vários dados fornecidos pelo DEB/CUT e FEEB/SC.

⁴⁹:fonte: Indicadores Desep 94, considerando-se a população economicamente ativa - PEA - e o número declarado de associados dos sindicatos do país no IBGE.

⁵⁰:conforme cálculos da Divisão de Folha de Pagamento do BESC.

⁵¹:por força de Acordo Coletivo de Trabalho.

Nosso Sindicato - Concórdia; o Pré-datado - Rio do Sul; a Voz Bancária - Blumenau; o Coxixo - Brusque e outros.

Os sindicatos organizados junto ao Departamento Estadual dos Bancários - DEB/CUT realizam um congresso do Departamento, onde o número de delegados guarda proporção com o número de sindicalizados de cada sindicato, a cada três anos, no qual elegem sua direção. Os sindicatos organizados junto à Federação dos Bancários de Santa Catarina - FEEB/SC seguem o padrão oficial de enquadramento sindical onde cada sindicato designa representantes para a federação e a eleição da direção ocorre, a cada três anos, neste colegiado, onde cada sindicato detém o poder de um voto independente do seu número de sindicalizados⁵². Anualmente ambas organizações estaduais promovem congressos de empregados do BESC para elaboração da pauta de reivindicações e eleição de uma comissão de negociações dos empregados, que é composta geralmente por empregados dirigentes sindicais e "de base"⁵³. Além da organização específica do segmento BESC, os sindicatos participam também dos encontros nacionais da categoria bancária, congressos dos empregados do Banco do Brasil - BB, da Caixa Econômica Federal - CEF - e outros bancos, estaduais e Meridional, dependendo da presença de agências desses bancos na base territorial do sindicato, que definem pautas específicas e comissões de negociação para cada um dos segmentos, especialmente bancos privados / FENABAN, BB e CEF.

Os Sindicatos dos Banqueiros⁵⁴

Já em 1924 os banqueiros criaram a Associação dos Bancos de São Paulo que doze anos mais tarde fundiu-se com o Sindicato dos Bancos e Casas Bancárias de São Paulo dando origem à Associação dos Bancos de São Paulo - Órgão Sindical. No Rio de Janeiro, desde 1934 já funcionava o Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara. "Muito mais que sindicatos"⁵⁵, estas associações compõem um complexo mecanismo de influência na organização social, como aponta Ary Minella:

⁵²: mecanismo que estimula a criação de pequenos sindicatos em circunstâncias que favoreçam um ou outro grupo na disputa interna pela direção da entidade.

⁵³: assim chamados os ativistas sindicais que não têm cargo em diretorias de sindicato.

⁵⁴: pelas articulações mantidas pela diretoria do BESC incluem-se aqui apenas a Federação Nacional dos Bancos - FENABAN e a Associação Brasileira de Bancos Estaduais - ASBACE.

⁵⁵: expressão muito feliz de Ary Cesar Minella em sua obra *Banqueiros, organização e poder político no Brasil*, 1988, que se constitui importante referência para estudo da organização de classe dos banqueiros junto com outro texto do mesmo autor: *Empresariado financeiro: organização e posicionamento no início da década de 90*, de 1993.

“ Além de uma marcante influência econômica se percebe muito mais: os banqueiros estão presentes na luta política, através do controle ou influência nos partidos políticos e nas instâncias estatais de decisão e da vinculação com importantes meios de comunicação de massa além de outros canais de influência sobre o processo sócio-político do país.” (Minella, 1988, p. 12)

Na década de 60 as associações dos banqueiros consolidaram uma organização nacional com a criação, em 1967, da Federação Nacional dos Bancos - FENABAN, organizada em torno do Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro, e da Federação Brasileira de Associações de Bancos - FEBRABAN, organizada em torno da Associação dos Bancos do Estado de São Paulo. Em 1985 foi criada a Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF, congregando um conjunto de associações setoriais e constituindo a representação formal mais significativa do setor financeiro privado do país, sendo a representação sindical cumprida pela FENABAN.

Desde a reforma bancária de 1965, lei 4595, o sistema financeiro encontra-se em processo de centralização e concentração de capitais: o número de bancos comerciais em 1960 era de 358, em 1980 chegou a 111 e em 1993 era de 253⁵⁶. Em 1995 este número era de 230 e o governo desenvolvia grandes esforços de financiamento para fusão de bancos, provocando uma redução ainda maior no número de instituições. Mas o nível de concentração é mais expressivo se visto que os 20 maiores bancos do país controlam 80% dos ativos do mercado financeiro e que o governo desenvolve esforços de redução da participação dos bancos estatais no mercado com programas de privatização e redução de pessoal⁵⁷.

Os impactos da centralização, que significa a absorção de capitais menores por capitais maiores e a competição entre os grandes capitais para sobrevivência no mercado, e a diversificação das estratégias de mercado dos bancos têm levado a uma perda progressiva da capacidade de representação do complexo CNF / FENABAN, especialmente nas negociações sindicais, onde em 1993 e 1994 três dos maiores bancos privados, Bradesco, Itaú e Real, monitoravam a mesa de negociações com os bancários sem a presença do Bamerindus e autonomia rebaixada para os acordos, sendo ainda que no último ano a negociação foi levada para a Justiça do Trabalho, fato que não ocorria há muitos anos.

A influência da FENABAN, ou dos bancos privados sobre o Banco Central - BACEN, bancos federais e bancos estaduais é bastante significativa, ocorre desde a formulação de legislação de regulação do sistema, monitoramento das atividades de mercado e políticas de recursos humanos e influência na ocupação de cargos de decisão.

⁵⁶:fontes: Minella, já citado; e *Setor Bancário Brasileiro*, de Wilson Aparecido C. de Amorim, 1995.

⁵⁷:fonte: *Balanço Anual da Gazeta Mercantil*, 1996.

Em junho de 1996, dos últimos vinte presidentes do BACEN apenas três não trabalhavam para bancos privados, dois dos quais ainda estavam no governo⁵⁸. Nos bancos federais, especialmente Banco do Brasil - BB - e Caixa Econômica Federal - CEF, as diretorias contam geralmente com a presença de um ex-diretor ou alto funcionário de um banco privado; o caso mais escandaloso foi o de Lafayette Coutinho, ex-diretor do Banco Econômico, pois ele foi presidente da CEF e posteriormente do BB após ter sido um dos tesoureiros indicados pelos banqueiros para a campanha presidencial de Fernando Collor de Mello.

A influência sobre o BESC pode ser notada no monitoramento das negociações coletivas, como provam muitos documentos trocados entre a presidência do banco e a FENABAN durante os últimos anos⁵⁹, chegando a ocorrer o mesmo sobre a própria figura do governador, como relata um entrevistado:

“ ..o negociador oficial da FENABAN havia passado a orientação a todos os bancos e o BESC fechou esse acordo isolado e representou tão negativamente para a FENABAN que no outro dia às 7:15 da manhã o presidente da FENABAN ligou para o governador e para o presidente do BESC que ainda nessa hora estava na casa dele, mas deu-lhe uma juntada meu amigo e a coisa ficou feia e obviamente não tinha como recuar né porque já estava tudo acordado, já enfim.. ”

Outra organização que compõe a rede de influências dos bancos estaduais é a Associação Brasileira de Bancos Estaduais - ASBACE⁶⁰. Criada em 1979, em abril de 1993 contava com 24 bancos filiados, detendo uma rede de 3.700 agências em 2.937 municípios, 22% do sistema bancário, abrangendo 146.500 empregados e 9,5 milhões de clientes. A ASBACE interliga mais de 6.000 pontos de atendimento através da Rede Verde-Amarela, o maior complexo de serviços bancários do país, gerenciado pela Asbace Tecnologia e Produtos - ATP. O BESC ocupa permanentemente cargos na diretoria da ASBACE, tendo ocupado a vice-presidência da instituição no período de Mércio Felsky na presidência do banco.

As influências da ASBACE sobre o BESC nas relações trabalhistas podem ser constatadas pelo treinamento de pessoal e por muitos documentos de orientação e posicionamento sobre o andamento das negociações no país⁶¹. Embora constitua uma rede bancária com grande potencial, essas influências são considerados de baixo impacto pelos entrevistados e ficam prejudicadas pela ausência de representatividade legal para

⁵⁸: dados da matéria *Os espertalhões*, da *Revista dos Bancários*, nº 11.

⁵⁹: ver anexo VI.

⁶⁰: fontes sobre a ASBACE: boletins *Letter / Asbace-ATP* e a obra *Bancos comerciais estaduais e organização de interesses*, de Jaime Cesar Coelho, 1993.

⁶¹: ver anexo VI.

contratação coletiva e pela insignificância dos representantes indicados pela associação para compor a mesa de negociações com a FENABAN.

O Capital Financeiro

O capital financeiro é fruto do deslocamento do capital da produção e da comercialização de bens e pode ser considerado a riqueza produzida pelas instituições através da venda de papéis, títulos e serviços, embora não gere riqueza, porque apenas trabalha com o excedente existente. Este capital tem ido mais longe que a mediação de papéis que representam riqueza, por que hoje a economia caminha pela geração de expectativas e intenções com o capital virtual ou fictício que gira o mundo tendo como lastro o futuro, uma projeção de riqueza que permite a expansão temporal do capital superacumulado no sistema.

Em alguns países centrais, como os EUA, onde a participação bancária na intermediação financeira foi de 23% em 1994, os bancos compõem uma parte das finanças na economia, mas na América Latina, como no Brasil, onde a participação bancária na intermediação financeira foi de 98% no mesmo ano⁶², os bancos confundem-se com o capital financeiro e é por isso que vamos expor um pouco do sistema bancário, a parte que nos interessa do capital financeiro, especialmente porque no Brasil os bancos têm uma relação favorecida junto ao Estado e assumem postos de controle das políticas públicas com muita frequência.

Além de suas casas de crédito, os bancos formam grandes grupos econômicos com sua política de diversificação de atuação na economia; inclusive, com a participação de capital estrangeiro, alcançam o predomínio do capital sobre a esfera produtiva. Em 1995, entre os vinte maiores grupos nacionais, oito foram bancos e outros dois têm parte de seu controle acionário na mão de bancos e entre as dez empresas mais lucrativas do país estão seis bancos que estendem suas atividades para a eletroeletrônica, comércio, pecuária, armazenagem, construção, agricultura. O Bradesco, por exemplo, anunciou sua intenção de participação pesada no processo de privatização do setor elétrico. Além do tamanho dos grupos, a concentração do sistema também chama a atenção: os vinte maiores bancos controlam 80% dos ativos do sistema, sendo a metade bancos públicos, e dos 270 bancos existentes em 1994 apenas 200 estavam de pé em novembro de 1996 e a

⁶². fonte: *Revista América e Economia*, novembro de 1996.

previsão é de que este número chegue a 100 nos próximos anos, dos quais apenas dez serão grandes bancos comerciais⁶³.

Diante das recentes crises econômicas no Brasil, os bancos não sentiram qualquer delas. Os banqueiros constituem um estrato da elite burguesa que parece imune aos apertos econômicos. Os lucros têm sido os maiores do mundo e quando enfrentaram a turbulência dos anos 90, com a queda nas receitas fáceis dos altos índices inflacionários, criou-se um programa de ajuda aos bancos em dificuldades, o PROER, que até outubro de 1996 havia tragado US\$ 14 bilhões para ajudar na superconcentração do sistema. O custo das ingerências no sistema esta sendo pago pelo Estado, enquanto os banqueiros acusam o Banco Central - BACEN - de falhar na supervisão dos "maus administradores", sem apontar que os principais dirigentes dos bancos públicos e do próprio BACEN sempre foram íntimos da cúpula financeira privada como é o caso dos ex-dirigentes do ex-Banco Econômico Lafayette Coutinho e Ângelo Calmon de Sá, o primeiro foi diretor da CEF e presidente do Banco do Brasil - BB, e o segundo ministro de Collor de Mello e membro do conselho de administração do BB.

Os bancos privados dividem com os bancos estatais, federais e estaduais, o mercado financeiro. Os dois blocos de bancos públicos comerciais são formados por um lado pelo Banco do Brasil - BB e Caixa Econômica Federal - CEF no âmbito federal e por outro pelos bancos estaduais pertencentes aos Estados. Desde meados da década de 80 os bancos públicos têm sido objeto de políticas que buscam reduzir a atuação destes no mercado. Inicialmente foram os bancos menores, e nos últimos cinco anos os grandes bancos têm sido afetados. O BB reduziu de 115 para 86 mil o número de funcionários, o Banespa e o Banerj passam por processo de privatização. No caso do Banerj das sete empresas pré-qualificadas para o leilão de compra, cinco são bancos privados nacionais, um estrangeiro e uma administradora de cartão de crédito também estrangeira, expondo claramente o processo de abertura de espaço para expansão do capital financeiro privado.

As perspectivas para o setor são a entrada dos bancos estrangeiros nos próximos anos e a manutenção da política de estímulo à concentração do sistema. Na busca do lucro os bancos devem recuperar a quase esquecida operação de crédito direto ao consumidor, assumindo os riscos que hoje são das empresas industriais e comerciais. Neste cenário, como já vem ocorrendo nos últimos anos, a concorrência entre os bancos deve permanecer acentuada, aprofundando a dificuldade na obtenção de consenso entre os banqueiros, especialmente no tocante à política de remuneração e outras condições de trabalho.

⁶³: fonte: Balanço anual 1996 - *Gazeta Mercantil*, outubro de 1996.

O Trabalho Bancário

Nas últimas duas décadas, os bancos transformaram-se rapidamente em um supermercado de serviços financeiros. No início, os bancos compravam a mercadoria dinheiro para poder vendê-la em forma de empréstimos e fazer lucro com a diferença entre os preços pagos, mas hoje até mesmo a tomada de recursos é considerada um serviço e deve ser paga pelo cliente, o que antes era comprado, o depósito, hoje é vendido. Dessa forma, os bancários tornam-se cada vez mais comerciantes, quase virtuais, dos produtos e serviços financeiros. Dominando cada vez menos o processo de trabalho, constituem um aprimoramento de sua posição na esfera de circulação que agiliza cada vez mais a acumulação de capital. Como explica Nise Jinkings:

“...não é uma mercadoria (unidade de valor-de-uso, de forma física e de forma social como valor) que o bancário produz. O produto de seu trabalho se dilui e se disfarça nos documentos e registros, dados computadorizados e impulsos eletrônicos que representam as cifras e os valores da mercadoria-dinheiro, seu objeto de trabalho. E é à contabilidade, à transferência e à redistribuição desses valores e cifras (de propriedade alheia) que se dedica o bancário na sua rotina de trabalho.” (Jinkings, 1995, p. 81)

Na prestação de serviços a automação bancária ganha destaque, viabilizando e agilizando as informações para tomada de decisões imediatas, exigidas num mercado competitivo como do sistema financeiro. Dessa forma, o trabalho de análise e apoio antes feito por um trabalhador bancário passa a ser realizado pelo próprio cliente nos terminais inteligentes, necessitando de auxílio gerencial apenas em situações complexas. Além da dispensa parcial do trabalho bancário, a automação tem gerado um grande número de trabalhadores afetados por distúrbios psíquicos e lesões irreversíveis no sistema motor dos braços, precariamente diagnosticadas e de difícil intervenção clínica.

O número de trabalhadores formalmente empregados em bancos era de 842.188 em dezembro de 1986 e de 571.582 em dezembro de 1995, representando uma redução de 32% em nove anos. Em Santa Catarina estes números são de 26.908 em 1986 e de 18.656 em 1995⁶⁴. Estes bancários que perderam posto de trabalho ajudam a aumentar progressivamente as 23 semanas⁶⁵, em média, que os trabalhadores brasileiros passam procurando um novo emprego.

⁶⁴.os dados sobre os bancários têm como fonte vários estudos da Linha Bancários do Departamento Intersindical de Estatística e de Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE, a pesquisa *Profissão Bancário / perfil da categoria SP*, do DIEESE, 1980 e a pesquisa da Confederação Nacional dos Bancários da CUT - CNB - *Perfil do Bancários*, DATAFOLHA, 1996.

⁶⁵.fonte: DIEESE / SEADE.PED em abril de 1996.

Merece destaque a grande concentração dos postos de trabalho do setor financeiro em algumas regiões do país: em janeiro de 1994, metade de toda a categoria encontrava-se nos estados de São Paulo (34,5%), Rio de Janeiro (11,8%) e Minas Gerais (10,8%), sendo 22,9% concentrados na região metropolitana de São Paulo. Santa Catarina tinha neste período 3,1% dos bancários do país, sendo um terço destes empregados do BESC.

Pesquisa de 1996 sobre o perfil dos bancários revela uma categoria que, embora ainda jovem, está envelhecendo com uma idade média de 32 anos: 56% têm mais de 30 anos, contra uma idade média de 26 anos em 1980⁶⁶; composta por 59% de homens contra 64% em 1980 e com 60% de casados contra 33% em 1980. 73% dos bancários moram em casa própria, 82% têm automóvel, 79% têm linha telefônica e 30% têm computador. A escolaridade dos bancários tem aumentado bastante: em 1996 tinham curso universitário 66%, contra 34% em 1980. O índice de sindicalização dos bancários é de 76%, sendo proporcionalmente maior entre os mais velhos.

Trabalham em banco há 11 anos em média e têm um salário fixo médio de US\$ 1.140,00, média de dez salários-mínimos⁶⁷. 53% dos bancários costumam fazer hora extra⁶⁸, sendo que em 21% dos casos sem remuneração por parte dos bancos, especialmente nos bancos estatais. Apenas 19% dos bancários têm renda familiar abaixo de 10 salários-mínimos. Sendo esta a média de remuneração fixa, podemos concluir que os outros membros da família têm importante papel na sustentação familiar, especialmente as mulheres, se lembrarmos que 65% dos bancários são casados. Interessante também que, proporcionalmente, os maiores salários, mais de 20 salários-mínimos, são pagos às bancárias, que também apresentam os índices de 46% de solteiras e ex-casadas contra 34% dos solteiros e ex-casados, talvez porque 49% das bancárias têm até 30 anos contra 42% dos bancários na mesma faixa etária.

A distribuição ocupacional dos bancários têm sofrido grande alteração nos últimos anos: cresceu a participação absoluta dos cargos de direção e gerência, analistas, assessores, assistentes e secretárias, enquanto diminuiu a participação de chefias intermediárias, operadores de máquinas de processamento, escriturários, caixas, apoios, limpeza e vigilância; tais alterações implicam maior qualificação e treinamento e corte dos trabalhadores menos qualificados. Mesmo considerando o trabalho muito competitivo, 85% dos bancários consideram que seu trabalho é um trabalho em equipe, para 44% é um trabalho muito criativo e 66% têm intenção de continuar na carreira.

⁶⁶: para um comparativo com o BESC ver anexo VIII.

⁶⁷: equivalente a US\$ 110,00 em junho de 1996.

⁶⁸: dados da Fundação SEADE para São Paulo, 1993: 52% dos bancários têm jornada de trabalho de 40 horas ou mais.

Os temas de maior interesse dos bancários para a campanha salarial de 1996 foram o emprego e o salário, somando 59% da categoria. Quando estimulados, 13% dos bancários consideraram a participação nos lucros como importante para a campanha salarial, sendo que este índice foi de apenas 2% na citação espontânea. Temos ainda que a maioria dos bancários atribuem a responsabilidade pelo desemprego ao processo de informatização dos bancos e também à política econômica do governo federal, ao processo de terceirização e à globalização da economia.

Assim, podemos concluir que o alienante trabalho bancário está sofrendo grande mutação na sua organização e o perfil dos bancários tem sido bastante alterado nos últimos anos com mais horas de trabalho, mais tecnologia, menor número de trabalhadores, mais competição com o trabalho em equipe e mais qualificação. Todos estes fatores indicam maior produtividade⁶⁹ e mais acumulação de capital no setor financeiro.

⁶⁹ uso o termo produtividade mesmo concordando com Klaus Offe de sua impropriedade para o setor de serviços, ver A dinâmica do setor de serviços, in *Trabalho e sociedade*, vol.II, 1991.

CAPÍTULO IV

O CURSO DOS CONFLITOS E ACORDOS NO CASO DOS BANCÁRIOS DO BESC

Os movimentos específicos das categorias de trabalhadores que compõem uma concertação de trabalho, capital e Estado têm-se mostrado um bom caminho para pesquisa sobre o corporativismo. A investigação da trajetória corporativista centrada nos empregados do Banco do Estado de Santa Catarina - BESC - é um esforço nesse sentido, e como tal poderemos, a partir dessa recuperação, discutir parte das determinantes e tendências para o movimento sindical. Buscaremos responder como se desenvolveu o microcorporativismo que observamos na experiência dos bancários do BESC, qual a participação dos diversos agentes e os limites dessa formação segmentada, sempre considerando um conjunto de determinações muito maior que as exploradas neste estudo.

Veremos a história de trabalhadores que iniciaram uma década de lutas com pouca experiência político-sindical e em poucos anos tornaram-se referência nacional pelo ritmo que imprimiram nas negociações em determinado período. Fizeram acordos específicos com a direção do banco e, explorando essa experiência ao máximo, retornaram ao fórum geral dos bancários para as negociações das cláusulas econômicas ante uma mesa patronal fragilizada por seus interesses específicos no mercado financeiro. Essa trajetória se compõe com o afastamento do poder normativo da Justiça do Trabalho, organização sindical por local de trabalho e apoios às organizações plurais que expõem uma nova forma de fazer política sindical, um novo arranjo das relações trabalhistas no Brasil.

Neste capítulo será feita a exposição do curso das campanhas salariais dos empregados do BESC entre 1986 e 1995, das experiências de participação nos lucros, da tentativa de eleição de um diretor representante e, como referência comparativa, das experiências dos empregados do BANRISUL e BANESTADO no mesmo período. Por último, motivado pela experiência pessoal de dirigente sindical bancário, faço uma

reflexão, sobre as estratégias adotadas na organização dos bancários no país, buscando indicações de ação ante os desafios vividos pelos trabalhadores.

Inúmeras outras considerações são possíveis mas, por motivos de delimitação teórica, serão respeitadas as três categorias analíticas selecionadas para a pesquisa - o **consentimento**, a **segmentação** e o **conflito** - e seus respectivos indicadores. Este procedimento é necessário para a aplicabilidade do referencial teórico ao campo já exposto anteriormente.

A HISTÓRIA DAS CAMPANHAS SALARIAIS ENTRE 1985 - 1995

Buscaremos situar as campanhas na conjuntura em que se desenvolveram e constituíram, especialmente as primeiras, destacando os fatos que mais influenciavam as relações que exploramos. Veremos uma trajetória de diferenciação corporativista com rápido crescimento da segmentação das lutas e um último movimento que nos revela contradições sobre o estabelecimento dessa dinâmica; uma história repleta de conflitos e acordos, formais e tácitos, que particularizam e envolvem seus diversos agentes.

1985 e 1986: A Retomada das Lutas Nacionais Após Vinte Anos

O ano de 1985 foi marcado pela primeira greve nacional dos bancários depois do golpe militar de 1964, e abre uma década de muitas manifestações coletivas dos trabalhadores bancários que em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e outros centros financeiros já haviam realizado greves e outras manifestações desde 1978, tendo ocorrido, inclusive, intervenção do Ministério do Trabalho em vários sindicatos nesse período.

Em 1983 sucessivos Decretos-Lei¹ provocaram acentuadas perdas salariais, provocando 138 categorias a marcarem greve para o dia 21 de julho. Nos bancários essa manifestação obteve pouca adesão e facilitou a intervenção policial pelo Ministério do Trabalho nos sindicatos de São Paulo e Porto Alegre. Incentivou, contudo, os

¹:Decretos-Lei: 2012/fevereiro, 2024/junho, 2045/agosto, 2064/outubro, 2065/novembro. Tais decretos precarizaram o 'efeito cascata' em vigor desde 1979, expurgaram índices e adotaram outras medidas que para os bancários, que têm data base em 1º de setembro conquistada em 1982, implicavam em reajuste limitado a 80% do INPC. Fonte: DIEESE, 1993.

preparativos para outras greves, para a fundação da Central Única dos Trabalhadores - CUT, a organização clandestina das diretorias cassadas e outras lutas políticas.

A luta pelas Diretas-Já tomou conta dos primeiros meses de 1984 e motivou grandes manifestações, como em São Paulo, com a presença de 1,7 milhão de pessoas no mês de abril. Simultaneamente, a ausência em plenário de 112 parlamentares do Partido Democrático Social - PDS ajudou a derrotar a Emenda Dante de Oliveira, que estabelecia a eleição direta. Em São Paulo os bancários elegeram o presidente cassado do sindicato, Augusto Campos, para o cargo de diretor representante - DIREP - no Banco do Estado de São Paulo - BANESPA - e a diretoria cassada passou a compor a mesa de negociações da greve de setembro com a Federação Nacional dos Bancos - FENABAN - que, após audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho - TRT - se comprometeu a pagar o INPC integral para todas as faixas salariais, rompendo com a política salarial vigente. Com uma greve no dia 5 (no Rio de Janeiro) e 7 de dezembro (em São Paulo e outras cidades) os bancários do Banco do Brasil - BB conquistaram o reajuste de 100% do INPC² e o Tribunal Superior do Trabalho - TST, a pedido da diretoria do BB, definiu a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito - CONTEC - como a única representante legal para os trabalhadores do banco, outorgando uma representação que dividiu os bancários em muitas ocasiões nos anos seguintes³.

Em Santa Catarina, neste mesmo ano, a Oposição Sindical Bancária - OSB, seguindo a estratégia da Central Única dos Trabalhadores - CUT - de conquistar as direções dos sindicatos oficiais, tentou disputar as eleições para a diretoria do sindicato em Florianópolis em meio a um conjunto de fraudes, promovidas pela então diretoria do sindicato e encobertas pela Delegacia Regional do Trabalho⁴. Antes do final do ano, os integrantes da oposição estavam demitidos ou transferidos compulsoriamente para outras cidades; contudo, no ano seguinte a oposição renasceu na organização da primeira greve nacional dos bancários. Aqui já podemos perceber um primeiro movimento associando a emergência das lutas sindicais dos bancários de Florianópolis com a verticalização oficialista do corporativismo estatal então vigente.

Em fevereiro de 1985, numa aliança entre o PMDB e uma dissidência do PDS, a Frente Liberal, o Colégio Eleitoral elegeu indiretamente o Presidente da República, Tancredo Neves, e seu vice, José Sarney, que rompeu com o PDS do candidato

²:ver também *A história dos Bancários: Lutas e Conquistas*, de Dainis Karepovs, 1994; e *Estamos em greve!*, de Leila M. S. Blass, 1992.

³:até 1995, mesmo representando sindicatos que têm filiados apenas 15% dos trabalhadores do banco, a CONTEC mantinha, em 1995, a outorga legal por ser a confederação oficialmente reconhecida pelo tribunal em razão de sua servilidade às manobras governamentais.

⁴:conforme relato de Jaques Mick em *Sessenta*, 1995.

derrotado Paulo Maluf e se filiou ao PMDB, dando continuidade à “ transição lenta, gradual e segura” e início ao período da Nova República. Neste mesmo mês em São Paulo a diretoria do sindicato dos bancários foi reeleita, pondo fim a vinte meses de intervenção⁵, dando mais um impulso para a greve dos bancários em setembro. Além dos bancários, muitas categorias estavam envolvidas em manifestações grevistas: metalúrgicos do ABC com a “greve vaca brava”, químicos, plásticos, gráficos, marceneiros de São Paulo, correios na primeira greve desde 1951, trabalhadores rurais e funcionários públicos em todo o país, mesmo proibidos pela lei de greve. Os bancários aliaram sua mobilização aos esforços da Nova República de redefinir suas relações com o movimento sindical e as eleições para prefeitos em 15 de novembro, apostando em uma diminuição da repressão à greve ou seu isolamento político.

A pauta dos bancários entregue à FENABAN continha 50 itens, em sua maioria salariais, com destaque para a unificação do piso salarial no país e reajustes trimestrais. A reivindicação da forma de reajuste ampliava a luta para o conjunto dos trabalhadores e foi feito amplo trabalho de divulgação com “três dedos”, simbolizando o trimestral. A unificação do salário-base, ou piso salarial, era fundamental para o reconhecimento da articulação nacional dos sindicatos para negociação do preço da mão-de-obra e consolidar um referencial de luta para todos os bancários dos bancos privados e estaduais. A unidade verticalizada dos bancários no país foi facilitada com a conquista, em 1982, da unificação da data base em 1º de setembro⁶ e reforçada com muitas atividades de articulação e preparação para o encontro nacional de junho de 1985, com ampla participação das bases sindicais e ainda com o apoio direto a muitos grupos de oposição ligados à CUT, organizados na base dos sindicatos que não haviam renovado suas diretorias.

Com o lema “Sem greve não tem aumento. Sem organização não tem greve” os bancários intensificaram os preparativos e buscaram apoio da opinião pública para a greve definida para o dia 10 de setembro, explorando a figura dos banqueiros como inimigos públicos. Até 1º de setembro as negociações ocorreram com a FENABAN no Rio

⁵:vinte meses que mesmo sem a máquina sindical a diretoria manteve-se na direção do movimento, desgastando o instrumento intervencionista estatal, reafirmando ser possível grandes mobilizações sem a outorga governamental e expondo as fragilidades e armadilhas da estratégia, do “novo sindicalismo”, de tomar os sindicatos oficiais para construção do sindicalismo autônomo.

⁶:a data-base é um instituto jurídico que segmenta as categorias profissionais em datas referenciais ao longo do ano implicando previsibilidade do conflito pela ideologia oficialista de aceitabilidade jurídica de reivindicações neste período. Nesta conformação desenvolveram-se grandes mobilizações, chamadas de campanha salarial, na categoria dos bancários geralmente entre junho e outubro, período de preparação e conclusão da campanha. Alguns sindicatos oficialistas costumavam usar a data-base como argumento de proteção dos tribunais para as reivindicações, contrapondo-se às iniciativas de mobilização fora do período previsto legalmente.

de Janeiro, Curitiba e São Paulo e após a data base nos tribunais regionais, onde foram elaboradas uma série de propostas rejeitadas por banqueiros e bancários. A greve de 1985 ocupou a frente dos locais de trabalho em todo o país com as “comissões de esclarecimento”, que eram barreiras visando impedir a entrada de trabalhadores reticentes e clientes nas agências, ganhando reconhecimento da amplitude nacional em todos os jornais. No primeiro dia da greve os banqueiros limitaram-se a reclamar mais policiamento e descaracterizar a extensão do movimento.

No terceiro dia, após o julgamento do TRT / SP, no dia 12 de setembro, os bancários dos bancos privados cantaram ‘vitória’, seguidos por outros estados no dia seguinte, mas como a decisão não era válida para os empregados do Banco do Brasil, o Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, promoveu negociação entre a direção do banco e o presidente da CONTEC, interlocutor escolhido pelo governo em detrimento do comando nacional de negociação dos bancários eleito no encontro nacional da categoria, na madrugada do dia 13⁷, que aceitou proposta rebaixada em relação aos bancos privados, provocando assim uma divisão no conjunto dos trabalhadores. A greve iniciou forte e unificada, mas os acordos foram regionais e diferenciados para os bancos privados e também diferenciado para os empregados do Banco do Brasil. Os resultados, contudo, foram festejados em todo país como o início de uma nova etapa que retomava a tradição de lutas sindicais dos bancários, interrompida em 1964.

Mesmo com policiamento intenso e repressão nos bancos privados⁸, a greve em Santa Catarina foi considerada vitoriosa como em São Paulo, sendo encerrada na manhã do dia 13⁹. Em Florianópolis, o ano de 1985 teve como desdobramento organizativo a constituição do Movimento de Oposição Bancária - MOB. Com o apoio dos sindicatos de São Paulo e Porto Alegre, passou a ser reconhecido como direção do movimento da greve de setembro e das manifestações na Caixa Econômica Federal - CEF - em outubro¹⁰. A prática oficialista da diretoria do sindicato de Florianópolis e a postura

⁷:conforme *Folha de São Paulo* e *Gazeta Mercantil* de 14/09/85.

⁸:“Policiamento íntenso com cães e gerente pune bancário do Bradesco envolvido na greve.” Manchete do *Jornal de Santa Catarina* - JSC de 13/09/85.

⁹:*Boletim do MOB*, de dezembro de 1985, faz um relato da greve em Florianópolis: “12/09: O piquete do Bradesco é o mais convicto e o mais bem humorado. Educadamente impede a entrada dos funcionários, sem violência. ...A euforia é geral. Conseguimos organizar uma greve através dos colegas de base. Aprendemos que não precisamos da iniciativa da diretoria do sindicato para fazer um movimento vitorioso... 13/09: ...o movimento conseguiu seus objetivos, além de mostrar a força dos bancários. Os TRTs sensibilizados emitem sentenças amplamente favoráveis aos bancários. VITÓRIA é a palavra mais ouvida.”

¹⁰:até então os trabalhadores da CEF eram considerados economizários e cumpriam jornada de oito horas. O movimento de outubro reivindicava reconhecimento como bancários e ficou conhecido por ‘greve das seis horas’.

permissiva do Governador Esperidião Amin¹¹ impulsionaram trabalhadores do Banco do Brasil, BESC¹², Caixa Econômica Federal e outros bancos a formar uma diretoria paralela e montar as bases para a sucessão dos antigos dirigentes, como escreveu Jacques Mick: “O ‘novo sindicalismo’ começava a fazer história em Florianópolis” (Mick, 1995, p.56)¹³.

Visando o sucesso nas eleições para a constituinte e para governadores em novembro, o governo federal editou um pacote econômico de grande impacto no mês de março de 1986: o Plano Cruzado. Os salários tiveram neste ano uma média real não repetida até 1995, a economia iniciou um período de aquecimento, o PMDB fez 22 dos 23 governadores no país, a inflação esteve baixa e os bancos fecharam agências e demitiram 109.000 bancários. Neste ano esta conjuntura levou as direções sindicais dos bancários a uma polarização maior que a do ano anterior. Em Florianópolis a diretoria do sindicato escreveu em seu boletim de março: “O momento é de reflexão. Não podemos nos deixar levar por impulsos de aventureiros”¹⁴ em reação ao boletim anterior escrito por influência da oposição, no qual o pacote é apontado como um grande arrocho salarial e também reação ao lançamento oficial do Movimento de Oposição Bancária - MOB - no mesmo mês. A disputa pela sucessão de Amin levou o candidato do PMDB, o coronel Pedro Ivo Campos, a lançar sucessivos ataques ao governador pela condição pré-falimentar do banco do estado, motivando várias notas pagas nos jornais em defesa da situação do banco e apontando uma “orquestração maldosa e de origem concorrencial e política..”¹⁵. Pedro Ivo fez do saneamento do banco um eixo de campanha e foi um dos articuladores da intervenção do Banco Central no ano seguinte.

Mesmo com inflação baixa, em maio de 1986 contaram-se 137 grandes greves no país e em Santa Catarina estavam em greve vigilantes, motoristas, saúde e inúmeras categorias no sul do estado. O Diário Catarinense - DC - publicou longo editorial¹⁶,

¹¹:O então Governador do PDS tinha interesses no desgaste do Governo Sarney, do PMDB e esta postura é confirmada por vários entrevistados que destacam o efeito mobilizador dos bancários do BESC que não compareceram ao trabalho, 90%, fazendo volume em frente aos locais de trabalho, fator explorado pela imprensa e de grande impacto público.

¹²: como descreve Rosa, 1992: “Em 1985 a direção do BESC, diante da greve, manteve-se à margem, apoiando-se na repressão externa via Estado, onde houve forte policiamento.” (p.54) e relata um entrevistado: “o Amin era governador do Estado, oposição ao governo federal e determinou à direção do banco que facilitasse o ingresso dos seus empregados na greve para mostrar o descontentamento de uma política nacional que vinha sendo desenvolvida e foi dessa forma que nós empregados do BESC fomos comunicados uns dois dias antes “participe das assembléias, é importante e tal” e para a gente aquilo soou como uma coisa natural e até em muitos casos como uma coisa positiva..”

¹³:ver *Sessenta*, já citado; e *Reforma e Persistência da Estrutura Sincial de Estado*, de José Carlos da Silva, 1995.

¹⁴:ver anexo X.

¹⁵:nota paga no *Diário Catarinense* - DC - de 17/05/85 e também no dia 21/05/86.

¹⁶:edição de 08/05/86.

reconhecendo o direito de greve, mas, apontando que ela deveria ser usada num caso extremo e não como estava ocorrendo no país. No mesmo sentido o Ministro do Trabalho no dia seguinte deu declarações sobre a necessidade de estabilidade para os trabalhadores e modernização da legislação trabalhista com desatrelamento dos sindicatos do Estado¹⁷. As greves se intensificaram nos meses seguintes e a CUT comandou uma greve nacional de protesto no dia 12 de dezembro, no naufrágio do plano cruzado. Neste quadro, os bancários se prepararam para a data base de setembro¹⁸ sem todos os cuidados de 1985 e, em contrapartida, os banqueiros redobram a cautela, especialmente na articulação entre os bancos, implicando maiores dificuldades para os bancários.

A greve dos bancários começou unificada em 11 de setembro com base nas "comissões de esclarecimento", mas teve adesão bem menor que a de 1985 e as negociações e audiências forçaram indicações de prolongamento do conflito nos segmentos privado e estadual. Com o julgamento do dissídio dos empregados do Banco do Brasil no TST¹⁹, julgamento que implicava em ilegalidade da greve caso mantivessem o movimento neste segmento, no início do segundo dia o comando nacional de greve orientou a suspensão do movimento. Foram tumultuadas as assembleias de apreciação desta orientação em todo o país²⁰. A sensação era de derrota frente aos banqueiros, mas esse era somente o primeiro passo patronal: após o retorno ao trabalho, ocorreram negociações em separado com os representantes dos empregados do Banco do Brasil - BB - e Caixa Econômica Federal - CEF - que apresentaram avanços em relação ao julgamento ocorrido. Orientados por consultoria de Júlio Lobos²¹, os banqueiros utilizaram largamente seus gerentes para difundir que as vantagens dos acordos com o BB e a CEF já estavam pré-acordadas e foram motivo para o "abandono" da greve pelos bancários federais. Desde então os bancários do segmento federal passaram a ser vistos com reserva na unidade da categoria pelo oficialismo sustentado pela CONTEC e legitimado por parcela dos trabalhadores do Banco do Brasil. Essa segmentação foi novamente

¹⁷:DC 09/05/86.

¹⁸:a política salarial editada em março, Decreto-Lei 2283, previa correção de apenas 60% do Índice de Preços ao Consumidor - IPC.

¹⁹:este julgamento ocorreu na madrugada do dia 11 e foi considerado muito ruim para os trabalhadores: apenas 2% de produtividade além do IPC integral.

²⁰:*Informativo do MOB*, de setembro de 1986, relata: "O movimento nacional estava bastante enfraquecido. No Rio, a greve tinha sido julgada ilegal e categoria decidira pela suspensão. Já em Brasília, por 'má condução' do sindicato, 70% da categoria não tinha entrado na greve e o restante decidira voltar ao trabalho. Em São Paulo, a violenta repressão deixou um saldo de 220 companheiros presos e dezenas de feridos..."

²¹:consultor que ganhou notoriedade com textos como *Sindicalismo e Negociação*, 1985; e *Manual de Guerrilha para Gerentes*, 1983.

explorada pelos banqueiros e pelo governo em 1987, agravando a divisão entre os bancários.

Em Santa Catarina a posição do governador foi a mesma de 1986²² e o BESC alcançou alto índice de paralisação em todo o estado, até mesmo nas pequenas agências. Florianópolis teve um índice de 90% de paralisação²³ e uma assembléia realizada apressadamente na manhã do dia 12 resultou em conflito entre os grevistas, que se dividiram entre a manutenção do movimento, 313 votos, e a orientação do comando nacional, 372 votos. Logo após a greve o presidente do BESC, Carlos Passonni Júnior, fez o registro legal do novo Quadro de Carreira dos empregados, que contemplava estabilidade após cinco anos de trabalho, participação nos lucros, concurso público, avaliação de desempenho e participação dos empregados em diversos comitês de análise administrativa, atendendo antiga reivindicação dos mesmos e dando uma resposta às investidas de Pedro Ivo antes das eleições de novembro.

Este período esteve marcado pela rigidez da política salarial, das leis anti-greve, da intervenção policial e da ação repressiva das delegacias e normativa dos tribunais do trabalho, especialmente o TST, reafirmando a outorga sindical da confederação oficial no caso dos bancos federais, acentuando a fragmentação e afetando o poder de ação coletiva²⁴. Tais recursos de Estado destacaram-se em função da expansão das mobilizações iniciadas em 1978, que ganharam dimensão nacional a partir de 1985, com a consolidação da organização da Central Única dos Trabalhadores e sua política de apoio aos grupos de oposição às diretorias governistas. Junto com outras categorias, os bancários começaram uma longa trajetória de fissuras no padrão corporativista estatal que ainda vigorava para a maioria dos trabalhadores nos anos oitenta.

Podemos concluir este período como um divisor de águas para os bancários, especialmente para os empregados do BESC - que até os enfrentamentos destes anos, embora incentivados pelo governador, pouco haviam participado de lutas sindicais. A organização da oposição sindical e a identificação coletiva na luta deu base para outras manifestações, não mais incentivadas, nos anos seguintes e forjou a diferenciação dos besquianos na categoria dos bancários, como relata um entrevistado:

²²:manchete do DC de 11/09/86: "Amin garantiu direito à greve, sem intervenção policial"; e um dos principais gerentes do BESC, Antônio Rothermel Júnior, declarou no DC de 13/09/86: "Respeitamos o direito de greve e ninguém será punido."

²³:DC de 12/09/86.

²⁴:não podemos deixar de considerar também o apego de parte dos bancários ao papel da Justiça do Trabalho, expresso nas expectativas quanto às possibilidades de sentenças favoráveis e no reconhecimento dos resultados com o retorno ao trabalho, especialmente nos bancos federais, onde a figura da ilegalidade da greve tinha grande impacto.

“...com a coordenação na época de alguns companheiros que integravam já o Movimento de Oposição Bancária, o MOB, a gente começou a perceber com o tempo que existia naquele ato de paralisação muito mais do que uma simples mudança de rotina de trabalho...”

1987 e 1988: O início da Segmentação das Lutas

Como tinha sido anunciado durante toda a campanha eleitoral no ano de 1986, o BESC iniciou o ano de 1987 com uma intervenção do Banco Central²⁵, que resultou em desgastes do ex-governador Esperidião Amin e no abono administrativo do ex-governador Jorge Konder Bornhausen, uma vez que o saneamento do banco “zerou as dívidas” dos ex-administradores e a figura de Bornhausen apenas foi tangenciada pelos inquéritos promovidos pelo governo Sarney²⁶. Para os trabalhadores do banco a intervenção trouxe uma tensa suspeita, confirmada 22 meses mais tarde: a proposta de privatização do banco feita pelo governador em dezembro de 1988. Neste tempo desenvolveram-se greves, eleições sindicais e outras mobilizações que delinearão os ensaios dos besquianos rumo às mobilizações e negociações específicas e segmentadas em relação à categoria bancária.

A organização específica dos trabalhadores do BESC foi incentivada meses antes da intervenção pela oposição bancária de Florianópolis²⁷, que tinha nos trabalhadores do banco o maior colégio eleitoral para as eleições de abril de 1987. Em curso também se encontrava a organização de uma greve nacional para o mês de março, reivindicando reajuste de 100% nos salários²⁸; assim, a intervenção²⁹ e a mobilização para a greve

²⁵: ocorrida em 25/07/87 e chamada de Regime de Administração Especial Temporária - RAET, ver também ponto específico, A intervenção de 1987, no capítulo anterior.

²⁶: Talvez o então Presidente da República tenha retribuído parte dos apoios de Bornhausen ao colégio eleitoral que o elegeu indiretamente e ao quinto ano de mandato presidencial obtido no Congresso Constituinte.

²⁷: o *Boletim MOB* de setembro de 1986 trouxe matéria com a manchete: “Organizar a categoria é organizar o BESC” e em janeiro de 1987 a oposição lançou um boletim dirigido especificamente aos besquianos, o MOBesc, estimulando a organização interna, com propostas como Diretor Representante - DIREP - e comissões de caixas, gerentes, motoristas e outros, trouxe no editorial: “O objetivo dessa proposta é abrir um leque de discussão com os companheiros besquianos que nos leve a uma plataforma de ação sindical específica para o BESC; por outro lado, pretendemos também sensibilizar a categoria para a campanha eleitoral que ora começamos.”

²⁸: a inflação neste período foi de 20% ao mês, em média, e a política salarial determinava reajustes automáticos, gatilhos, a cada 20% de inflação acumulada que resultavam em reajustes mensais de 20% e excedentes inflacionários acumulados para o próximo reajuste.

motivaram a oposição a reclamar da diretoria do sindicato de Florianópolis assembléias separadas para os trabalhadores do BESC, Banco do Brasil - BB, Caixa Econômica Federal - CEF - e bancos privados³⁰.

Durante a greve de março, iniciada no dia 23, foram realizadas várias audiências de conciliação nos tribunais regionais, especialmente de São Paulo, e o Tribunal Superior do Trabalho - TST - anunciou o julgamento da legalidade da greve para o dia 1º de abril. Um dia antes, a direção do Banco do Brasil fez acordo com o comando de greve dos empregados do banco para retorno ao trabalho, a polícia militar interveio violentamente em várias capitais, especialmente Brasília, e no dia anunciado o TST não julgou a greve, remetendo a decisão para os tribunais regionais. Tais fatores associados levaram os bancários a suspender a greve com a acusação de “traição” por parte dos empregados do BB³¹.

Essa greve acentuou as disposições de segmentação, como relata um entrevistado:

“...eu atribuo muito dessa busca de auto-organização dos trabalhadores do BESC ao resultado da greve dos nove dias de março de 87. Onde ficou o folclore de que o pessoal do Banco do Brasil resolveu seu problema e saiu da greve e nos deixou sem nada, a categoria parou quase inteira e só o BB conquistou 30% num acordo em separado... Então eu acho que esse fato estimulou muitas boas cabeças dentro do banco mesmo com sentimento corporativo, nós precisamos nos organizar pra não depender do pessoal do Banco do Brasil. Esse é um fato histórico importante.”

Logo em seguida, em abril, ocorreu a eleição para diretoria do sindicato de Florianópolis e a oposição obteve 2.258 votos contra 645 da chapa que continuava a diretoria anterior. A nova diretoria, direção de fato desde 1985, desmontou a máquina assistencialista³² e preparou o sindicato para uma nova fase: foram formados grupos de atuação em imprensa, educação e agitação sindical³³. Apoiada pela Central Única dos

²⁹:a oposição publicou matéria paga no jornal *O Estado* de 27/01/87, na qual expressava posição de defesa do BESC como banco público, defesa do emprego, não fechamento de agências, apuração das responsabilidades e formação de uma comissão de empregados para acompanhar todo o processo.

³⁰:a manchete do *Boletim MOBesc* extra de março foi: “Golpe sujo contra a categoria”, contestando a convocação de assembléia conjunta de todos os segmentos feita pela diretoria do sindicato e convocando reuniões separadas para o BB, CEF e BESC, à revelia da diretoria do sindicato.

³¹:em Florianópolis os empregados do Banco do Brasil permaneceram um dia a mais em greve, voltando ao trabalho junto com os demais bancários.

³²:o sindicato de Florianópolis dispunha de médicos, dentistas, farmácia e barbearia com manicure.

³³:ver trabalho de José Carlos da Silva, já citado.

Trabalhadores - CUT - incentivou várias oposições em outros sindicatos no estado, alcançando anos mais tarde a hegemonia na política sindical estadual dos bancários³⁴.

No mês seguinte foram realizados vários encontros de mobilização para retomada da greve e organização dos bancários do BESC. O I Encontro dos Bancários de Santa Catarina ocorreu em Rio do Sul em 16 de maio e contou com a presença de 150 trabalhadores, a maioria empregados do BESC. Em assembléia específica, no dia 20 de maio, os besquianos decidiram lutar por negociação em separado na data base da categoria e realizar campanha de defesa de seus interesses frente à intervenção. Estas deliberações marcam uma longa trajetória de mobilizações específicas e foram impulsionadas também pela orientação do Departamento Nacional dos Bancários da CUT, em junho, para iniciar a organização da campanha salarial de setembro pela especificidade de cada banco, com o objetivo de unificar a categoria no final de julho.

Em junho, com a inflação ascendente, o governo federal editou mais um pacote econômico, o Plano Bresser, congelou preços, alterou a política salarial³⁵ e provocou grande reação dos trabalhadores que, em 20 de agosto, realizaram uma greve geral contra o governo Sarney. Em Florianópolis esta greve obteve adesão restrita, contudo muitos manifestantes foram presos ou hospitalizados e os bancários tiveram participação expressiva como relatou o jornal Diário Catarinense no dia seguinte:

“...A Polícia Militar deu um show de violência desnecessária enquanto a maioria vivia dia normal de trabalho em Fpolis, ...os bancários tiveram destaque nos piquetes dos bancos que detonaram a repressão policial, a maior desde a novembrada de 1979³⁶. ...e o governador Pedro Ivo disse que a PM foi acionada para garantir a integridade dos manifestantes...”

Preparando a campanha salarial de setembro, o sindicato de Florianópolis promoveu a primeira eleição de delegados sindicais³⁷ e 200 empregados do BESC participaram, em oito de agosto, de um encontro estadual organizado conjuntamente pelo sindicato da capital e pela Federação dos Bancários de Santa Catarina - FEEB/SC. No encontro foram definidas uma pauta específica de reivindicações, uma campanha em defesa do banco, a constituição de um comando estadual de negociação e apoio à greve

³⁴:conforme já descrito no capítulo anterior.

³⁵:Decreto-lei 2335 criou a Unidade de Referência de Preços como indexador salarial, determinou o pagamento do último gatilho em seis vezes e expurgou o IPC de junho, 26,06%, dos cálculos da primeira URV, junho a agosto.

³⁶:protesto contra o então presidente João Baptista Figueredo violentamente reprimido pela polícia, resultando na prisão de vários estudantes enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

³⁷:representantes sindicais dos locais de trabalho eleitos na proporção de um para cada cinquenta trabalhadores, não são necessariamente sindicalizados e não vinculados ao mandato da diretoria do sindicato.

geral. Dentre as reivindicações destacaram-se: 102% de reajuste salarial, comissão sindical de empresa, controle da automação bancária, direito de greve, eleição de diretor representante e eleição de delegados sindicais. A pauta foi entregue ao conselho diretor do banco e a resposta parece ter sido a transferência de 300 empregados entre unidades da direção geral e agências. Os empregados promoveram paralisações parciais de protesto e 90% participou da greve dos bancários iniciada no dia 28 de setembro, sem a participação dos bancários do BB, da CEF e dos bancários nos estados de São Paulo e Minas Gerais³⁸. Os bancários em greve realizaram grandes passeatas pelo centro da capital e o presidente do sindicato de Florianópolis, Samuel Pantoja Lima, declarou: “.. o objetivo do movimento é pressionar o TRT a conceder um reajuste superior aos 14,8% propostos pela FENABAN..”³⁹ Essa tática adotada nas mobilizações dissimulou durante vários anos o caráter da dominação exercida pela condição normativa dos tribunais do trabalho, onde as categorias menos organizadas aguardam muito tempo por uma sentença geralmente desfavorável, enquanto premido pelas greves o julgamento ocorria rápido e a sentença geralmente apenas contemplava o que já estava determinado legalmente, reforçando a ideologia do Estado-protetor, obrigando a pagar o que já era de direito. Após uma sucessão de expectativas frustradas pela subserviência dos tribunais às diretrizes do poder executivo, alterações na legislação de regulamentação salarial e, principalmente, pelas negociações diretas sem intervenção normativa, o apego à proteção jurídica nas negociações parece ter sido muito reduzido entre os segmentos mais organizados.

A greve foi encerrada no dia 1º de outubro, após o julgamento do dissídio pelo TRT, determinando um reajuste total de 56,58%⁴⁰ e após a assinatura de um termo de compromisso, pelo presidente do conselho diretor do BESC, João Ballstaedt, de cumprimento da decisão do tribunal, não punição dos grevistas e não desconto dos dias parados. Os bancários comemoraram os resultados, porém a FENABAN recorreu da decisão dos tribunais e sem possibilidades de retomar o movimento os bancários aceitaram, em novembro, a contra-proposta dos banqueiros: 37,82%, o BESC inclusive.

³⁸:os empregados do BB paralisaram no dia 10 e conquistaram 45% de reajuste. Os TRTs de SP e MG haviam determinado reajuste de 56,72% e no RS e RJ os bancários voltaram ao trabalho no segundo dia pelo mesmo motivo.

³⁹:DC de 30/09/87.

⁴⁰:a manchete do informativo *MOBesc* foi: “TRT reconhece a força dos besquianos” e o jornal *Folha Sindical* de 07/10/87 fazia um balanço da greve: “Experiência histórica: de todas as greves feitas desde 85 essa parecia a mais complexa. BB e CEF já haviam feito paralisações, fundamentadas em dinâmicas próprias... A unidade que se constrói tanto na teoria quanto na luta imediata, não fora possível desta vez. Os banqueiros e o governo tinham jogado todas as suas fichas nessa aparente divisão. A categoria soube dar o troco: os besquianos assumiram seu papel histórico e puxaram a greve... Definitivamente começamos a construir nossa tradição de luta...”

Contra essa dinâmica de conflito assumida pelos sindicatos e com uma concepção diferenciada do papel do banco, uma parcela dos empregados do BESC criou, em 14 de dezembro de 1987, a Associação de Profissionais do BESC - PROBESC - com o duplo objetivo de defender os interesses da empresa e dos empregados. A rejeição inicial à dinâmica sindical foi parcialmente superada somente anos mais tarde. Até então a entidade tinha atuado bastante identificada com a direção do banco. Tal atuação foi expressão da formação, na média burocracia do banco, de um perfil corporativo não assimilado pelo movimento sindical. Quando associada à Fundação de Seguridade Social - FUSESC - tornou-se ponto de apoio para o desenvolvimento das propostas de privatização do banco com a participação dos empregados mediante aquisição de parte do controle acionário do banco, influenciando na formação de um perfil de identidade auto-suficiente, onde a integração com o movimento nacional passou a ser uma tática oportunista⁴¹.

O ano de 1988 iniciou com os bancários discutindo uma nova campanha de reposição salarial e os besquianos promovendo o II Encontro Estadual no dia 30 de janeiro, onde reafirmaram a luta contra a intervenção e a cobrança de punição para os responsáveis pelo rombo do banco. Em março a Fundação de Seguridade Social - FUSESC - adquiriu 14,11% das ações do banco e discutiu formas de aumentar a participação acionária como prova de confiança no futuro do banco.

Após três meses de mobilizações, o comando nacional dos bancários decidiu transferir a data da greve do dia 28 de abril para 4 de maio; entretanto em Florianópolis, a diretoria do sindicato decidiu propor manter a data inicial e realizar greve somente no BESC. Com dificuldades para articular a proposta no interior do estado, a primeira greve em separado é assim descrita por um entrevistado:

“.. a primeira greve sozinha, que houve por parte da diretoria uma polêmica muito grande e tivemos treze a treze na votação, fomos para uma assembléia do BESC com uma posição da diretoria essa mesmo. A assembléia tinha perto de mil besquianos e nunca tinha acontecido isso de bancários e muito menos de um segmento só e com apenas quatro votos contrários saiu a greve do BESC, a assembléia foi no dia 27 e no dia 28 de abril a greve demorou 43 minutos, para não dizer 45 ou mais ou menos isso e acabou. .. Aprendemos que não basta apenas deliberar, tem que construir a greve, foi um momento de crescimento coletivo.”

Após a tentativa de greve de abril, a direção do BESC acompanhou orientação da FENABAN e reajustou, na forma de adiantamento, os salários em 15%, quando a reivindicação foi de 47%. No mês seguinte o banco passou a ter uma administração

⁴¹:ver item específico no capítulo anterior.

compartilhada composta por membros indicados pelo Banco Central e outros indicados pelo governo do estado, o BESC voltou então a ter novamente um presidente e não mais um interventor⁴².

Em julho os empregados do Banco do Brasil paralisaram durante cinco dias, enquanto os trabalhadores do BESC e de vários bancos privados realizavam encontros específicos para definição de reivindicações específicas. Neste mês, a pauta de reivindicações, com índice único de 88% de reajuste, foi entregue pelo comando nacional à FENABAN e em Santa Catarina a nova direção do BESC recebeu a pauta específica⁴³ sem aceitar negociação, mesmo os sindicatos tendo buscado apoio de parlamentares para convencer a direção do banco.

Com sinais de recessão econômica, os bancários aceleraram os preparativos para a greve de setembro, que iniciou com empregados de todos os bancos no dia 14 e pela primeira vez os bancários da maioria dos bancos estaduais e privados retornaram um dia antes que os empregados do Banco do Brasil⁴⁴, no dia 20. Em Santa Catarina o conselho diretor do BESC insistiu na mesma proposta que a FENABAN, ocupando por duas vezes espaço pago nos jornais Diário Catarinense e O Estado⁴⁵, tendo o primeiro diário dedicado editorial do dia 17 para acusar as lideranças sindicais de precipitação na deflagração da greve. Após o julgamento do dissídio em vários TRTs no país e com intensa repressão⁴⁶, os bancários de Santa Catarina voltaram ao trabalho exaltando a proposta do TRT/SC feita em audiência de conciliação no dia 19 e a definição da data do julgamento do dissídio para o dia 28. Obtiveram, assim, o compromisso da direção do BESC de reabrir negociações para assinatura de um *termo aditivo*⁴⁷, o que ocorreu pela primeira vez, contendo um acordo de não punição dos grevistas⁴⁸ e pagamento dos dias parados.

Logo após a greve dos bancários, foi promulgada a nova Constituição e decidida a filiação do sindicato de Florianópolis à Central Única dos Trabalhadores - CUT, motivo de

⁴²:ver anexo V.

⁴³:a minuta continha os itens da ano anterior e mais vários pontos sobre condições de saúde no trabalho, proibição de locação de mão-de-obra, controle da incorporação de empresas e implantação da condição de banco múltiplo.

⁴⁴:a *Folha Sindical Extra* de 23/09/88 destacou: "...o velho mito de que sem o BB não se faz greve está definitivamente superado.."

⁴⁵:edições dos dias 13 e 18/09/88, nas quais apontam a ocorrência da greve como "ruinosa e altamente comprometedora ao futuro do banco".

⁴⁶:relata Maristela Rosa : "A greve de setembro de 1988 foi uma das mais reprimidas em todos os aspectos, tanto internamente por parte da direção do banco, como do governo estadual, que colocou forte policiamento nas ruas, inclusive pelotão de choque. ...Nesse movimento o sindicatos dos bancários mudou a estratégia de piquetes para o arrastão..." (Rosa, 1992, p.57)

⁴⁷:instrumento jurídico que constitui apêndice da Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho.

⁴⁸:contudo ocorreram várias denúncias de perseguição e descomissionamentos em razão da participação na greve.

várias discussões nos dois anos anteriores⁴⁹. A decisão de filiação à CUT foi tomada em assembléia no final de novembro, associada ao desligamento da federação oficial e a criação do Departamento Estadual dos Bancários da CUT, entidade não reconhecida legalmente⁵⁰. Também em novembro os besquianos viram vencer as eleições para prefeito da capital o ex-governador Esperidião Amin, que contou com o engajamento de vários besquianos em sua campanha⁵¹ e a eleição de três vereadores do seu partido, PDS, empregados do banco, para a câmara da capital.

Os conflitos destes dois anos foram marcados pelas manifestações coletivas reprimidas policial ou administrativamente, pela fragilidade dos mecanismos de consentimento, pela recorrência aos tribunais trabalhistas e tentativas de mobilizações segmentadas com reivindicações específicas. A partir dessa trajetória exposta podemos concluir que este período marca o início de uma segmentação corporativista com a intensificação dos conflitos do período anterior.

Os empregados do BESC iniciaram a superação do compromisso clientelista estabelecido pela forma de admissão no emprego e intensificaram a vivência conflitiva da subordinação do trabalho ao capital financeiro, especialmente porque a administração governamental não se diferenciou dos padrões de ação do setor privado, exceto a dispensa de pessoal⁵². Além de buscar a mediação e normatização da Justiça do Trabalho, buscaram instituir novos instrumentos de acordo trabalhista, contribuíram para a organização da Central Única dos Trabalhadores - CUT - e ainda apresentaram propostas de controle e participação na gestão da empresa durante as lutas contra a intervenção.

Resultado da capacidade de organização dos trabalhadores no enfrentamento de uma política de reordenação do sistema financeiro que estabelece a redução da presença dos bancos públicos no mercado para a expansão de capital privado, as mobilizações sindicais específicas, a formação da PROBESC e o incremento da FUSESC são expressão de um envolvimento dos empregados com a definição do papel institucional do banco e constituíram a base para o desenvolvimento da dinâmica dos próximos anos, a empresa que antes foi um "banco do governador" e suas relações particulares passou a ser objeto de preocupação de todos os empregados e essa mescla de interesses possibilitou o início da segmentação e o consentimento microcorporativista.

⁴⁹:ambos os assuntos ocuparam os informativos sindicais e foram motivo de vários eventos nos anos de 1987 e 1988.

⁵⁰:ver o item Os sindicatos dos bancários, no capítulo anterior.

⁵¹:notadamente pessoas que foram empregadas por motivo de vinculações partidárias, na época das admissões "pelo cartão", aos grupos ligados ao ex-governador.

⁵²:que não se fez um fator expressivo em razão da manutenção dos níveis de emprego no período.

1989, 1990 e 1991: O Consentimento com Segmentação

Ainda no final de 1988, em 28 de dezembro, o governador Pedro Ivo anunciou⁵³ a proposta de privatização do BESC através de um modelo de gestão tripartite: um terço ficaria com o governo, um terço para a fundação de seguridade dos empregados e um terço para a iniciativa privada. Tal iniciativa motivou um grande movimento de defesa do banco no ano de 1989. No dia seis de janeiro, uma semana após o anúncio, foi criado o Comitê de Defesa do Sistema Financeiro Estadual, com a participação de 50 organizações sociais, com destaque para os sindicatos e a Federação de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina - FAMPESC - que até meados do ano instalaram comitês regionais em todas as médias cidades do estado. Esses comitês atuaram na mobilização dos deputados estaduais, na formação de opinião pública e na apresentação de uma proposta de Emenda Popular de regulamentação do sistema financeiro estadual⁵⁴ na Constituinte Estadual, em elaboração. Em agosto a Constituinte aprovou várias reivindicações do movimento e progressivamente a proposta do governador foi superada, à medida que se foi restabelecendo a administração integral do banco pelo governo do estado, ocorrida em 26/02/89.

A luta contra a privatização parece ter consumido a ação dos bancários. Nos protestos contra o pacote econômico de fevereiro, o Plano Verão, e na greve geral em 14 e 15 de março poucos bancários participaram, especialmente na capital, onde foi decidida a não adesão ao movimento em razão da fraca mobilização. Em abril⁵⁵, quando os bancários fizeram uma greve reivindicando 81,3% e reajuste mensal integral, os empregados do BESC estavam fora da mobilização porque tinham feito um acordo⁵⁶: pagamento da URP de fevereiro⁵⁷, adiantamento de 15% e extensão das vantagens obtidas, com a FENABAN, pelos empregados dos bancos privados em uma greve que

⁵³:matérias sobre o assunto ocuparam a pauta dos jornais *Diário Catarinense*, *O Estado*, *A Notícia* e *Jornal de Santa Catarina* nos dias 29 e 30 de dezembro e várias datas nos meses seguintes.

⁵⁴:a proposta previa a manutenção de 51% das ações votantes no controle estatal, comitês de crédito, licitação e recursos humanos compostos por empregados, conselho e diretor de representação dos empregados, plano de cargos e salários, obrigatoriedade de concurso público e outros itens.

⁵⁵:neste mês muitas categorias conquistaram reposições salariais de índices expurgados anteriormente em razão da movimentação da greve geral de março.

⁵⁶:em entrevista publicada no *Boletim Informativo* de maio, o diretor de recursos humanos, Carlos Blosfeld, falou do acordo: “.. após o Plano Verão o país experimentou um movimento de grevismo. Houve greve de tudo. Você viu o BESC de greve? Eu acho que o nosso foi o único banco que não paralisou e isso foi muito bom para a imagem do BESC no mercado.”

⁵⁷:26,05% por decisão do TRT/SC.

durou sete dias⁵⁸. Os empregados do BB e CEF estiveram em greve por 21 dias e não obtiveram conquistas econômicas.

Os meses seguintes foram de luta por participação nos lucros - PL - e plano de cargos e salários - PCS - que preparavam as mobilizações da campanha de setembro já regulada pela Lei-de-greve e pela política salarial, que determinava livre negociação na data base. A mobilização para a greve de setembro foi mais acentuada que nos anos anteriores. Foram realizados congressos dos empregados do BB e CEF, encontros estaduais, e o encontro nacional reuniu cinco mil bancários para definir o dia 20 para a greve. Em Santa Catarina ocorreram negociações específicas com a direção do BESC, pela primeira vez. Demonstrando inexperiência, os negociadores do banco chegaram a adulterar uma ata de negociação⁵⁹ e provocaram grande desgaste para a mesa patronal; contudo, as negociações apresentaram resultados progressivos e após a realização de uma paralisação de uma hora no dia cinco, o ritmo dos encontros resultou em proposta aceita pelos empregados no dia 19. Os empregados de bancos privados também chegaram a acordo com a FENABAN, com a reposição da inflação acumulada desde setembro de 1988, e os empregados dos bancos federais estenderam a campanha até novembro.

O primeiro acordo coletivo de trabalho - ACT - firmado entre a diretoria do BESC e o Comando Estadual dos Empregados⁶⁰, resultado das negociações em separado, foi anterior e consideravelmente superior ao acordo com a FENABAN⁶¹: as verbas de anuênio, auxílio alimentação e gratificação de caixa foram superiores⁶², o pagamento de 26,05% em quatro parcelas⁶³ constituiu ganho real de salário, a implantação da participação nos lucros, o abono assiduidade, a licença-prêmio e várias cláusulas sobre condições de saúde e trabalho. Mesmo tendo sido definida como a campanha da unificação de todos os segmentos da categoria⁶⁴, as mobilizações de setembro marcaram para a diretoria e trabalhadores do BESC um novo estilo de tratamento de conflitos: a negociação direta sem a intervenção normativa da Justiça do Trabalho, consolidando

⁵⁸: a conquista de sete dias de greve foi um adiantamento de 16,41%, tendo os empregados do BESC recebido a diferença, 1,41%.

⁵⁹: o episódio ficou conhecido como "raspadinha" e foi muito explorado pelos sindicatos.

⁶⁰: eleito no encontro dos empregados onde participam delegados eleitos nas assembleias dos sindicatos, guardando proporcionalidade direta com o número de empregados do BESC na base sindical.

⁶¹: ver anexo IV.

⁶²: ver anexos XI e XII.

⁶³: pagas pelo banco em parcelas iguais de 6,51%. A diferença constituiu ganho real.

⁶⁴: tema central da *Folha Sindical* de 09/08/89, onde a manchete "Conjuntura é favorável à unificação das lutas" é seguida da declaração de vários dirigentes sindicais nacionais sobre a oportunidade e necessidade de realização de uma campanha unitária com um amplo contrato coletivo de trabalho.

indicadores de um terceiro componente importante, além do conflito e da segmentação, nessa trajetória corporativista: o consentimento.

As condições para o estabelecimento do acordo estavam sendo desenvolvidas nos anos anteriores, com o progressivo envolvimento dos empregados na definição do papel institucional do banco e nas tentativas de estabelecimento de negociações específicas. A ofensiva frustrada do Governo do Estado no início do ano propondo a privatização do BESC, provocou uma intensificação desses movimentos. Os besquianos aproveitaram sua capacidade de organização para firmar um parâmetro avançado de acordo para os demais bancários e com este movimento obter vantagens típicas dessa dinâmica concorrencial, especialmente porque o acordo contemplou apenas os bancários, não abrangendo os demais trabalhadores no banco, como os vigilantes, estagiários, terceirizados e outros.

Nos meses de novembro e dezembro, os boletins sindicais publicaram matérias sobre as eleições presidenciais e as propostas dos candidatos, especialmente no segundo turno. Prévias eleitorais realizadas pelo sindicato de Florianópolis com 3.441 bancários apontavam Lula com 85% da preferência e Collor com 11%; no BESC esses índices eram de 77,5% e 17%, respectivamente. Além dessas, outras discussões fizeram parte do informativo sindical: Movimento dos Sem Terra - MST, igreja e política pelos oprimidos e diversas questões do mundo do trabalho, revelando uma ampla agenda de discussões na categoria bancária.

O ano de 1990 começou com reivindicações de reajustes semanais para os salários pela grande elevação dos índices de inflação⁶⁵ e o novo governo federal decretou o Plano Collor em 15/03/90, confiscando as reservas de poupança e contas correntes e editou nova política salarial com expurgo de índice⁶⁶. Nos meses seguintes, o país iniciou uma fase de recessão econômica, de elevação dos índices de desemprego⁶⁷ e o governo determinou a concessão de abonos e incentivou o discurso da livre negociação com o fim da política salarial.

⁶⁵:ICV Dieese: dez/90=47,34%, jan/90=74,3%, fev/90=77,23% e mar/90=79,68. Índices semelhantes foram apurados pelo IGP-DI-FGV e IPC-FIPE.

⁶⁶:a Medida Provisória 154 e Lei 8030 tiveram validade apenas nos meses de abril e maio, expurgaram o IPC de março, 84,32%, do reajuste dos salários e o índice de reajuste de abril foi prefixado em zero. Até janeiro de 1991 sucederam-se sete medidas provisórias, convertendo os salários pela média do ano anterior, tentando reimplantar o sistema de reajustes anuais, não podendo ser consideradas como política salarial.

⁶⁷:em 1990 foram demitidos 140 mil bancários e extintos 70.680 postos de trabalho, configurando o maior impacto sobre o emprego bancário desde 1986. Ver anexo III.

No mês de junho os trabalhadores em geral iniciaram a superação das regras legais de reajustes salariais com pequenas conquistas de antecipações mensais⁶⁸. Nos bancários uma paralisação convocada para este mês foi fraca, contudo os empregados do BESC permaneceram em greve isolada por sete dias após o retorno ao trabalho dos empregados dos bancos privados. Os empregados do Banco do Brasil não aderiram à greve e os da CEF realizaram dois dias de paralisação e retornaram ao trabalho após o anúncio de 112 demissões de grevistas. Nos quatorze dias de greve a direção do BESC negou-se a negociar⁶⁹, concedeu um dia de folga aos não grevistas por dia de paralisação, perseguiu, retaliou grevistas e usou de informações de espionagem policial no movimento⁷⁰.

Essa paralisação foi o primeiro enfrentamento duradouro fora da data-base e as conseqüências do isolamento do movimento causaram grande repercussão entre os trabalhadores. A verba fixa e linear conquistada foi pouco expressiva e sua incorporação nos salários provocou o desmonte do plano de cargos e salários. Na tentativa de obter um acordo com a direção do banco, as lideranças do movimento buscaram sem sucesso apoio com deputados, prefeitos e candidatos ao governo estadual, além das articulações com lideranças de outros sindicatos cutistas. Após a ocupação do edifício sede da diretoria, um acordo mediado pelo Chefe de Gabinete da Casa Civil⁷¹ foi aceito com reservas por ambas as partes⁷².

Como nos anos anteriores, a campanha salarial de setembro foi precedida de encontros por segmento com elaboração de pauta específica para o BESC mas, desta vez, apenas os empregados dos bancos privados aderiram à greve convocada para o dia 12. Os empregados do BESC continuaram as negociações, e no dia 24 decidiram aceitar a proposta apresentada pelo banco que incluiu reajuste que superou a MP219 com a reposição integral⁷³, ganho real com a promoção linear de 6,88%, eleição de delegados sindicais, implantação da primeira etapa do plano de cargos e salários e renegociação

⁶⁸.Gonçalves, 1994, descreve este período: "Do ponto de vista dos acordos e dos conflitos, foi um dos piores anos, se não o pior, de todo o período: o impacto da política monetária levou a demissões em massa, os salários caíam e o desemprego amarrava as mãos do movimento sindical, juntamente com a conjuntura política. A capacidade de mobilização atingiu um de seus pontos mais baixos. Os acordos mal mantinham as conquistas anteriores e conseguiam repor as perdas." (Gonçalves, 1994, p.283)

⁶⁹:em entrevista ao boletim do banco *Informativo*, em dezembro de 1990, o presidente do banco e o diretor de recursos humanos, Sayde Miguel e Carlos Blosfeld, questionados sobre que prejuízos a greve trouxe ao banco: "Em termos financeiros, não houve prejuízo, o único prejuízo a registrar foi de imagem, de desgaste."

⁷⁰:ver anexo VII.

⁷¹:ver anexo XIII.

⁷²:Inicialmente o presidente do banco ameaçou pedir demissão se a Casa Civil insistisse em acordo. A reivindicação era de 166% de reajuste e foi aceita uma antecipação de 20% com desconto da metade dos dias parados.

⁷³:o mesmo reajuste foi acordado com a FENABAN para os empregados de bancos privados.

das cláusulas econômicas em seis meses. No mês seguinte os boletins sindicais deram destaque⁷⁴ à homologação dos acordos, especialmente do BESC, no Tribunal Regional do Trabalho - TRT - como expressão da superação do caráter normativo da justiça trabalhista regional. O acordo direto de 1990 iniciou uma nova fase nas relações entre empregados e direção do banco, marcando assim, uma grande diferença com uma foto⁷⁵ publicada nos mesmos boletins dois anos antes quando centenas de bancários aguardavam audiência de conciliação, que precede o julgamento normativo, em frente ao TRT em Florianópolis, no dia 19 de setembro. A manchete em um dos boletins de 1988 foi “Vitória” e a legenda da foto: “Consciência de classe e unidade política: aqui na manifestação em frente ao TRT”⁷⁶, e ainda em outro boletim a manchete foi: “TRT reconhece a força dos besquianos”⁷⁷.

Em novembro o PMDB foi derrotado para o governo do estado pelo candidato do PFL, Vilson Kleinübing, da coligação que elegeu Esperidião Amin para uma vaga do Senado Federal. Simultaneamente, os empregados do BESC da região de Florianópolis elegiam, pela primeira vez depois de constar de acordo, 33 novos delegados sindicais, a CUT discutia intensamente a participação da central no entendimento nacional promovido pelo governo Collor e os bancários realizavam campanhas emergenciais de reposição salarial.

No começo de 1991 tomou posse o novo presidente do BESC, Mércio Felsky, e o governo Collor editou mais um pacote econômico, chamado pela CUT de Collor II: a destruição. Esse plano novamente alterou a política salarial, converteu os salários pela média do último ano, não determinou formas de reajustes futuros e fixou o índice para correção da média em zero para fevereiro. Em março ocorreram grandes manifestações contra o governo⁷⁸ e em 22 de maio ocorreu uma greve geral que paralisou as agências centrais do BESC, BB e CEF em Florianópolis e outras cidades do estado⁷⁹.

Em junho, com um agravamento da recessão econômica e uma acentuada queda geral dos salários reais médios no país⁸⁰, os empregados do Banco do Brasil realizaram uma paralisação de nove dias que foi considerada abusiva pelo TST em razão do descumprimento de formalidades da Lei de Greve. A decisão gerou reações de protesto

⁷⁴: *Folha Sindical* de 20/10/90 e outros.

⁷⁵: ver anexo XIV.

⁷⁶: edição de 05/10/88 da *FS* e reproduzido nos boletins dos sindicatos do interior ligados ao Departamento Estadual dos Bancários da CUT - DEB/CUT.

⁷⁷: *MOBesc* de outubro de 1988, nº 2.

⁷⁸: em Florianópolis uma manifestação reuniu 10 mil pessoas, *FS* de 20/03/91.

⁷⁹: conforme boletins informativos dos sindicatos de Rio do Sul, *Predatado* de 02/06/91, Blumenau e outros.

⁸⁰: o nível do salário médio geral de 1991 ficou em 39% do salário médio de março de 1990. Fonte: *Boletim Dieese* nº 155 de fevereiro de 1994.

no funcionalismo do banco, com a realização de uma campanha contra o tribunal com o lema "Abusivo é o TST". No mesmo mês os empregados do BESC realizaram o I Congresso dos Empregados do SFBesc com a participação de 180 delegados e decidiram pelo não ajuizamento de dissídio coletivo na data base⁸¹, apontando para um novo padrão de negociação coletiva. Nos meses seguintes os bancários prepararam, sob a bandeira da livre negociação e com uma variedade de índices nas reivindicações por banco⁸², a maior greve desde 1985, especialmente no BESC. A intensa preparação dos bancários acentuou as articulações entre as direções dos bancos⁸³, da direção do BESC com o governo do estado⁸⁴ e com os empregados através de boletins eletrônicos diários que informavam o andamento das negociações com a comissão de negociação dos empregados.

No dia 10 de setembro assembléias reunindo todos os segmentos decidiram pela greve. A partir do dia seguinte, os petroleiros de todo o país também entraram em greve neste dia. No segundo dia os empregados do Banco do Brasil e de vários bancos privados aderiram à paralisação e a direção do BESC convocou uma reunião de negociação, após muitas previsões de prejuízos e falência do banco se o reajuste fosse maior que 50%. No terceiro dia da greve, sexta-feira, a FENABAN apresentou proposta de reajuste de 99,05%⁸⁵ e os empregados dos bancos privados decidiram voltar ao trabalho, já que a proposta recolocava os salários no mesmo nível de setembro do ano anterior. No domingo o presidente do BESC apresentou a proposta da FENABAN acrescida de 6,3% e os empregados do BESC aprovaram o retorno ao trabalho, comemorando o melhor acordo entre os bancários, num movimento que não recorreu à Justiça do Trabalho e rompeu com os limites de reajuste salarial determinados pelo governo federal⁸⁶. No acordo destacaram-se as cláusulas de constituição de uma comissão paritária para implantação do Diretor Representante - DIREP - e do Conselho de Representantes - COREP, revisão das cláusulas econômicas em seis meses e validade por dois anos das cláusulas sociais e sindicais.

⁸¹: tal deliberação foi seguida pelos sindicatos ligados ao DEB/CUT e descumprida pelos sindicatos ligados à Federação dos Bancários - FEEB, que promoveu conjuntamente o congresso.

⁸²: 260,73% no BESC, 500% no BB e CEF e mais nove índices diferentes na FENABAN.

⁸³: a exemplo do anexo IV várias correspondências ocorreram entre o presidente da FENABAN, Alencar Rossi, o presidente do BESC, Mércio Felsky e a ASBACE.

⁸⁴: ver anexo XV.

⁸⁵: este mesmo índice foi conquistado pelos empregados do Banco do Estado de São Paulo - BANESPA - dias antes da greve.

⁸⁶: as manchetes da *Folha Sindical* e informativo *Debate* de 18/09/91, distribuídos em todos os sindicatos ligados ao DEB/CUT, foram: "Greve de três dias derruba política salarial de Collor" e "Maior greve no BESC garante melhor acordo".

Podemos apontar como destaque deste período de três anos o estabelecimento dos acordos entre os sindicatos e a direção do banco. As negociações e acordos deste período mostraram resultados positivos imediatos tanto para a direção do BESC quanto para os trabalhadores que ganharam com a sucessão de crescimento do banco no mercado e com cláusulas econômicas e organizativas superiores aos acordos de outros bancos. Desde a intervenção do Banco Central e das ameaças de privatização, os trabalhadores disputaram a manutenção da instituição no mercado financeiro. Quando garantida a sobrevivência, estabeleceu-se a co-responsabilidade de obter sucesso no mercado e os trabalhadores buscaram ganhos correspondentes a este desempenho. O consentimento assim estabelecido é resultado de disputas de interesses e implicou para os próximos dois anos uma relativa estabilidade na cumplicidade da exploração do trabalho.

No período anterior, 1987 e 1988, foram feitos apenas ensaios, que deram início a segmentação corporativista, mas não alcançaram os resultados de consentimento formal. Essa dinâmica se estabeleceu pela opção⁸⁷ dos trabalhadores dos bancos privados e estaduais de buscar negociação sem a intervenção normativa da justiça do trabalho e construção de mobilizações nacionais articuladas entre os vários segmentos da categoria bancária. Tal afastamento da intervenção normativa da justiça trabalhista ocorreu, fundamentalmente, em razão da ausência de previsão de reajustes obrigatórios, na data base, nas medidas que regularam a política salarial neste período⁸⁸. Essa situação gerou grande incerteza sobre os resultados de um possível julgamento, especialmente porque os tribunais trabalhistas foram objeto de muitas críticas por sua postura de defesa dos planos de governo que implicaram perdas salariais. Esse estabelecimento de negociações diretas, associado às debilidades na regulamentação dos reajustes salariais, permite verificar o papel limitador da política salarial para as categorias mais organizadas, onde o desafio passa a ser a superação mínima dos índices estabelecidos legalmente, mesmo representando pouco impacto na recuperação das perdas ocorridas. Assim é possível afirmar a tendência a negociação direta, ou favorecimento do microcorporativismo, na ausência ou debilidade da regulamentação estatal dos reajustes salariais.

Embora os sindicatos tenham cumprido os ritos formais definidos nas leis de greve, os acordos obtidos sem a intervenção normativa da justiça do trabalho, as lutas pela regulamentação do sistema financeiro na constituinte estadual e as proposições e lutas pelo controle e participação na gestão da empresa permitem afirmar que os

⁸⁷:podemos usar o termo 'opção' porque o mesmo não ocorreu com os empregados dos bancos federais.

⁸⁸:ver anexo IX.

bancários do BESC romperam com o padrão corporativista estatal nas negociações e estabeleceram uma dinâmica microcorporativista que se consolidou com a intensificação da segmentação no próximo período.

1992 e 1993: As Mobilizações Isoladas com Sucesso

Alcançado o objetivo de estabelecer negociações diretas com a direção da empresa, acordo coletivo separado e sobrevivência do banco no mercado, os trabalhadores do BESC iniciam uma nova fase na sua trajetória corporativista. O ano de 1992 continuou a inflação alta, média de 23% ao mês e recessão. Apenas no final do ano verificou-se a reversão desse quadro, após o afastamento do Presidente da República, com crescimento do salário real médio e muitas negociações salariais.

Em fevereiro foi realizado o I Congresso do Departamento Estadual dos Bancários da CUT. Até então eram realizados encontros, e nas três teses apresentadas ao congresso não constam propostas específicas para o movimento dos empregados do BESC, levando à conclusão de que o fórum para definição dessas políticas era o congresso específico dos empregados do banco. Essa organização de base com a referência espacial na empresa impulsiona as mobilizações específicas e reforça a segmentação dentro da organização vertical dos bancários, revelando a legitimidade da elaboração e definição das propostas encaminhadas pelos sindicatos e pela comissão de negociação.

Cumprindo o Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 91, em março a diretoria do BESC regulamentou, em 16 artigos, a figura do delegado sindical⁸⁹. Desde 1987, em Florianópolis, já eram realizadas eleições desses representantes sindicais de base; em 1990, constou de acordo coletivo e a regulamentação tornou normativo o que já era rotina dos trabalhadores. Um mês após a regulamentação o banco reconheceu a eleição de 80 delegados sindicais de todas as regiões do estado. Essa forma de organização por local de trabalho foi explorada pelos sindicatos em reuniões mensais de educação sindical com os representantes eleitos, onde também eram discutidas as questões específicas do segmento, e pelo banco em seminários de discussão com a presença de diretores e assessores da área de recursos humanos. Para os sindicatos, constituiu um importante instrumento de elaboração de propostas de ação e mobilização sintonizadas com as necessidades dos trabalhadores, vários delegados sindicais assumiram papéis de direção

⁸⁹.Ordem de Serviço nº 92/3734-DIREH, de 19/03/92.

nas mobilizações e outros tornaram-se dirigentes sindicais. Mesmo não tendo vínculo programático com a diretoria do sindicato, essa forma de organização de base reproduziu a verticalização do enquadramento sindical, pois a representação abrangia apenas os bancários e não os demais trabalhadores das unidades de trabalho.

Como os acordos coletivos dos bancários não garantiam formas de proteção contra as perdas salariais causadas pela inflação, nos meses de abril e maio ocorreram mobilizações por reajustes salariais⁹⁰ e os empregados do BESC chegaram a organizar uma greve isolada para forçar o banco a seguir a indicação da FENABAN e reajustar os salários. Em junho os preparativos para a campanha de setembro começaram com a separação das forças sindicais, Departamento Estadual dos Bancários - DEB/CUT - e Federação dos Bancários - FEEB/SC, na exclusão da Federação dos preparativos para o II Congresso dos Empregados do BESC, em razão do ajuizamento de dissídio em 1991, contrariando decisão do congresso anterior. O Congresso foi realizado pelos sindicatos ligados ao DEB/CUT e reuniu 161 delegados. A Federação também realizou encontro de seus sindicatos para elaboração da pauta de reivindicações e definição de uma comissão de negociação. Essa separação das duas forças gerou muitos debates entre diversas posições sobre a unidade sindical. Como saldo, foi possível verificar uma polarização entre a defesa da frágil unidade gerada pelo oficialismo corporativista e a explicitação das diferenças de concepção a partir das práticas diferenciadas das correntes, implicando disputa de base social no enfrentamento e na colaboração. As disputas tiveram seu limite na segmentação vertical porque as tendências ligadas à CUT que defenderam a separação realizaram poucos movimentos de horizontalização, encerrando os debates e alternativas na organização vertical, onde o falseamento da unidade parece mais favorável que a separação das forças.

Em julho o governo do estado, através do Conselho de Política Financeira e Salarial - CPF, tentou substituir as comissões de negociação das empresas estaduais, Casan, Epagri, Cidasc, Ciasc e outras, por uma empresa de assessoria, a Zimmermann, Slovinski, Kravchychyn Advogados Associados S/C. Nota-se, nesse movimento do Governo, uma iniciativa de criar um vínculo unificado e explícito no processo negocial com todas as empresas, oportunidade de unificação ante o mesmo empregador que parece ter sido desconsiderada pelos sindicatos. Com várias irregularidades no contrato, feito sem licitação, a tentativa enfrentou reação tanto dos sindicatos quanto dos empregados ligados às áreas responsáveis pelas negociações, expondo os interesses particulares dos diversos burocratas das empresas envolvidas.

⁹⁰ O gráfico e a série histórica das perdas salariais dos bancários do BESC podem ser observados no anexo XIX. A análise comparativa com os índices da FENABAN não foi possível em razão da inconsistência dos dados disponíveis ante a grande diferenciação de reajustes e antecipações entre os bancos privados.

Após o afastamento da assessoria, as negociações ocorreram com as comissões de empregados separadas, Cutistas e Federação, e foram hegemônicas pelos sindicatos ligados ao DEB/CUT⁹¹. Em resposta ao isolamento político, a Federação dos Bancários promoveu, no mês de agosto, a tentativa de criação de um sindicato em São José, município ligado a Florianópolis, com o objetivo de dividir a base territorial do principal sindicato do DEB/CUT. Apoiada na possibilidade de criação de sindicatos por município, a Federação tentou pulverizar a força do sindicato da capital, seu principal opositor, rompendo a unicidade, paradoxalmente preservada pelos cutistas nas bases dos sindicatos oficialistas. Na busca de vantagens cartoriais e protegida pela legislação, a Federação expôs a fragilidade da unidade imposta pelo enquadramento e pela unicidade sindical⁹².

A greve nacional dos bancários estava marcada para o dia 30 de setembro, mas no BESC os empregados desenvolveram ritmo acelerado de mobilização em razão do provável impedimento do Presidente da República e avaliação da precariedade do período definido: caso a greve se estendesse, poderia “cair no vácuo” do início de mês, quando o fluxo de serviços diminuía e o impacto público era menor. Foram realizados protestos no dia 10 e grandes assembleias estavam convocadas para deflagração de greve isolada a partir do dia 23⁹³, quando a direção do banco, horas antes das assembleias, propôs acordo que evitou a paralisação.

O acordo deste ano foi o primeiro, entre os bancários, assinado no país e recebeu grande destaque nos boletins sindicais⁹⁴, por ter conquistado a garantia de reajuste mensal de 70% da inflação do mês anterior para todas as faixas salariais e o zeramento das perdas no quadrimestre. Tais procedimentos rompiam com a política salarial do governo federal e estabeleciam um mecanismo de proteção ao salário, com a garantia de reajustes futuros. Um destaque importante desse acordo são as cláusulas de regulamentação das condições de saúde no trabalho e outras comissões paritárias que tornaram-se objeto de mobilizações nos meses seguintes.

⁹¹:os empregados do banco na cidade de Itajaí, cujo sindicato era ligado à Federação, chegaram a enviar à direção do BESC um abaixo-assinado desautorizando negociações de seus interesses pelo sindicato local ou pela Federação, manifestando autorização para o sindicato de Florianópolis.

⁹²:sobre esta tentativa ver Silva, 1995, já citado.

⁹³:vários comunicados internos assinados pela diretoria do banco questionavam a greve isolada como no dia 17/09/92: “O BESC tem forte concorrência, confiamos que o bom senso prevalecerá... Porque só o BESC paralisa?”. A PROBESC também publicou nota no DC de 22/09/93 no mesmo sentido.

⁹⁴:a *Folha Bancária* de 23/09/92 teve como principal manchete: “Sai mensal no BESC” e em quadro box: “Se o BESC pode, o Bradesco pode, o Banespa também...”. No dia 24/09/92 a manchete foi: “BESC prova que mensal é possível” e outros boletins, *Nossa Voz* do Banrisul, *Contracheque* do Banestado e outros, fizeram o mesmo.

A Federação dos Bancários ajuizou dissídio no mês anterior e não concordou com a proposta, divulgando, em seu Jornal da Federação de novembro de 1992, a manchete: “DEB/CUT/PT fazem o jogo da diretoria do BESC e Sindicato de Fpolis trai bancários com acordo de fome”. Meses após, em fevereiro de 1993, a Federação retirou o dissídio e assinou o mesmo acordo com o banco. Esse episódio marcou uma derrota para a posição oficialista que apostou num refluxo das negociações diretas e apelou para a mediação da justiça do trabalho. Os sindicatos ligados à CUT experimentaram uma dupla satisfação com as mobilizações e com o acordo antecipado: ante a Federação impuseram seu estilo nas negociações, e perante os sindicatos no país foram reconhecidos pelo estabelecimento de uma referência para o restante das negociações. Tais situações acentuam a condição concorrencial entre esses trabalhadores ou seja, dentre os derrotados pela exploração do trabalho alguns sofriam menos e creditavam isso ao consentimento específico alcançado.

Passado o afastamento do presidente Collor de Mello, as eleições para vereadores contaram com muitos candidatos empregados do BESC em todo o Estado. Em Florianópolis oito empregados foram candidatos e três foram eleitos para a Câmara de 21 vereadores⁹⁵. Em vários boletins sindicais, especialmente na Folha Sindical, os candidatos tiveram espaço para divulgar suas propostas e as diretorias dos sindicatos incentivaram a participação nas candidaturas.

Com uma inflação média de 33% ao mês, o ano de 1993 começou com a recuperação de índices de crescimento econômico, diminuição nos índices gerais de desemprego e aumento no número de greves. Em junho o governo Itamar Franco iniciou o Plano de Ação Imediata - PAI - que preparou o país para o lançamento do plano do Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, Plano FHC, foi também o ano de grandes lucros para os bancos em razão dos altos índices de inflação.

Em abril ocorreram eleições para a diretoria do sindicato de Florianópolis e a chapa apoiada pela CUT venceu as eleições com 75% dos votos, em uma apuração tumultuada, onde a chapa apoiada pela Federação dos Bancários abandonou o pleito após a descoberta da tentativa de fraude promovida por um dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito - CONTEC⁹⁶. Em julho estava programado um encontro unificado de bancários dos sindicatos ligados ao DEB/CUT; entretanto, um acordo com a Federação implicou um congresso separado para os empregados do BESC. O acordo consistiu na assinatura de um protocolo de

⁹⁵:Foram eleitos: Almir Saturnino de Brito (reeleito), Juarez Silveira e Heriberto Basílio (Beto Macaco).

⁹⁶:Jamil Benke, bancário de Maringá e vice-presidente da CONTEC, foi mesário apoiador da chapa da Federação e votou em separado, alegando pertencer à base de Florianópolis.

compromissos de defesa do não ajuizamento de dissídio coletivo naquele ano para a promoção conjunta do congresso, DEB/CUT e FEEB/SC. Tal acordo enfrentou oposição da diretoria do sindicato de Florianópolis que publicou várias matérias na Folha Sindical, atacando a Federação, dentre elas as manchetes: “DEB faz acordo com entidades que chamaram o reajuste mensal de maracutaia” e “Inimigos na trincheira”⁹⁷. Mesmo com a posição contrária de Florianópolis, os dois próximos congressos foram conjuntos e em todos a Federação ajuizou dissídio coletivo contra a FENABAN, que abrangia o BESC e não contrariava as deliberações do congresso.

Essa retomada da unidade com a Federação pode ser considerada a maior expressão da opção pelo corporativismo verticalizado feita pelos trabalhadores do BESC. Naquele momento a Federação encontrava-se muito desgastada em suas próprias bases pela derrota do ano anterior e os sindicatos cutistas tinham a possibilidade de atuar como direção nestas bases porque já haviam sido solicitados para isso⁹⁸. A direção do BESC reservava para a comissão de negociação ligada a Federação tratamento igual ou pior que o do ano anterior, ou seja, de reconhecimento secundário em relação à comissão ligada ao DEB/CUT e ainda o desgaste dos tribunais trabalhistas apontava para um improvável envolvimento do judiciário em socorro à oficialidade sustentada pela Federação. A realização conjunta da campanha salarial foi uma opção pelo falseamento da unidade na luta e pela exclusão de um conjunto crescente de trabalhadores precarizados no banco⁹⁹, que poderiam compor uma base horizontalizada para o conflito de setembro.

Esse falseamento da unidade e exclusão de parcela dos trabalhadores na mesma empresa pode ser considerado também indicador da desatualização sindical dos anos noventa porque, ao contrário de acompanhar os movimentos de reorganização da base produtiva, essa reespecialização do trabalho, os sindicatos insistem na organização verticalizada preconizada pelo corporativismo estatal sexagenário. Tais escolhas possivelmente se dão pelos ganhos obtidos com o desenvolvimento do consentimento antecipado no curso da concorrência intra-classe.

Após a entrega da minuta de reivindicações, a direção do BESC aguardou o lento andamento das negociações com a FENABAN, enquanto os empregados do BESC promoveram um dia de vermelho e uma paralisação de uma hora em preparação para a greve convocada para o dia 15 de setembro para todos os bancários, mesmo não havendo mobilização favorável nos segmentos dos bancos privados e federais. Cercada

⁹⁷: FS de 21/07/93.

⁹⁸: caso já citado dos empregados do BESC na cidade de Itajaí (SC).

⁹⁹: durante o ano de 1993 dobrou o número de estagiários no BESC: de 489 passou para 1104, segundo o Relatório de Realizações Mar/91-Jan/94 - BESC/PRESI/DEPLA.

de muitos conflitos, a greve ocorreu apenas no BESC¹⁰⁰, com a direção do banco considerando-a “injusta”¹⁰¹, antecipando o 13º salário para os não-grevistas e fazendo tentativas fracassadas de abrir as agências com estagiários, empregados de unidades menores, comissionados e policiamento¹⁰².

O acordo proposto pela diretoria do BESC no terceiro dia de paralisação apresentou cláusulas melhores que o acordo da FENABAN¹⁰³ e foi aprovado e comemorado nas assembléias¹⁰⁴. Novamente os empregados do BESC tinham realizado mobilizações diferenciadas que apresentaram avanços na garantia de reajustes mensais futuros¹⁰⁵ e outros itens. Não enfrentaram, contudo, de forma mais acentuada, os efeitos das alterações na organização do trabalho. A presença de estagiários nos locais de trabalho, a automatização, o remodelamento de funções internas e expectativa de remuneração por desempenho têm provocado aumento da concorrência entre os trabalhadores e enfraquecido o poder coletivo, especialmente porque as mobilizações têm priorizado a organização vertical dos estratos já organizados, em detrimento do alargamento da base de interesses, especialmente com a assimilação dos trabalhadores estagiários e terceirizados.

Nos meses seguintes os empregados discutiram uma proposta de acordo sobre o passivo trabalhista, gerado em razão das ações judiciais que o banco perdeu na Justiça do Trabalho regional e recorreu aos tribunais superiores. Em virtude da incerteza da confirmação do julgamento do tribunal regional e, principalmente, pela lentidão da justiça, os empregados aceitaram em dezembro a proposta de pagamento de 1,5 salário em troca das ações em curso¹⁰⁶. Em fevereiro essa proposta havia sido divulgada como uma “brincadeira do banco”¹⁰⁷.

¹⁰⁰:os empregados dos bancos privados aceitaram proposta da FENABAN: 85% da inflação do mês anterior no primeiro mês e zeramento no bimestre com limite em seis salários mínimos, dentre outras.

¹⁰¹:em entrevista para o DC de 16/09/93, o presidente do banco reiterou posição da diretoria contra a greve isolada e “.. considerou a greve injusta porque o banco já paga participação nos lucros..” (p.23)

¹⁰²:em Florianópolis a direção do banco concentrou empregados na agência Central para tentar abrir no período da tarde. Por volta das 13h30, o almoço que seria servido aos empregados foi “roubado” pelos manifestantes externos, impedindo a abertura da agência e provocando novo pedido de alimentação, que somente foi atendido horas mais tarde. DC de 17/09/93.

¹⁰³:merece destaque uma cláusula do acordo de comissão paritária com a FENABAN, neste ano, que resultou na incorporação dos trabalhadores em serviços terceirizados de compensação a partir de abril de 1994.

¹⁰⁴:em Florianópolis, a assembléia que aprovou o acordo contou com a participação, com defesa da proposta, dos diretores do banco.

¹⁰⁵:85% da inflação do mês anterior no primeiro mês e zeramento de perdas no bimestre para todas as faixas salariais.

¹⁰⁶:os sindicatos indicaram a rejeição da proposta por considerá-la desfavorável e apontavam precipitação dos besquianos. FS 08/12/93.

¹⁰⁷:FS 18/02/93.

Desses dois anos podemos destacar a exposição do discurso da diretoria do banco nos boletins internos e jornais de ampla circulação contra a greve isolada, alegando prejuízos e prevendo a impossibilidade de cumprir os reajustes. Essas ameaças não confirmadas contribuíram para os debates sobre o desempenho do banco no mercado, sobre a participação nos lucros, sobre a gestão interna do banco e acentuaram a defesa institucional pelos empregados em duas ocasiões, em maio e dezembro, quando foram cogitados projetos de lei do governo do estado que implicavam venda de ações do banco e ocorreram reações de protesto de parcela dos empregados e dos sindicatos. Outro destaque da direção do BESC é o treinamento de pessoal para as negociações e as articulações com a FENABAN e ASBACE. Esse reforço na mesa patronal representou maiores dificuldades para a mobilização de 1993 e foi determinante para os desdobramentos no próximo ano.

No âmbito da Justiça do Trabalho, o não ajuizamento de dissídio coletivo contra o BESC, denúncias feitas contra o TRT/SC¹⁰⁸ e o desenvolvimento de ações conjuntas de fiscalização entre os sindicatos, a Delegacia Regional do Trabalho - DRT - e o Ministério Público¹⁰⁹ configuraram um novo padrão de relações com as agências estatais como um auxiliar nos conflitos, e não mais como interventor, na busca do consentimento.

Nesse período as mobilizações dos empregados do BESC foram mais acentuadas que o conjunto da categoria bancária e obtiveram sucessos com o isolamento das paralisações, embora menores, em 1993, quando os resultados foram mais próximos do acordo com a FENABAN, revelando um esgotamento da capacidade de estabelecer parâmetros avançados. A reciprocidade no acompanhamento do movimento nacional esteve limitada às condições de enfrentamento acumuladas pelos outros bancários durante as mobilizações, como apontou um entrevistado:

“Nós não antecipamos nada, apenas cumprimos o calendário definido nos encontros nacionais, o que não foi feito por muitos sindicatos porque tinham perdido a ligação com a massa, defendiam propostas que depois não conseguiam cumprir.., foram os outros que se atrasaram e não nós que nos antecipamos..”

Associando a permanência dos conflitos, a alteração do papel das agências estatais trabalhistas, o aprimoramento dos mecanismos negociais e o aumento da segmentação podemos definir este período como a consolidação das tendências de uma

¹⁰⁸:os sindicatos ligados ao DEB/CUT denunciaram, em março de 1993, a doação ilegal de 30 micro-computadores ao TRT/SC feita pelo Banco Bradesco, envolvido em muitos processos que aguardavam julgamento no tribunal.

¹⁰⁹:em várias situações a DRT autuou o banco por excesso de jornada de trabalho e precárias condições de trabalho em ações conjuntas com os sindicatos. Em fevereiro foi entregue ao Ministério Público um dossiê com denúncias sobre as condições de trabalho no banco e as Câmaras Municipais foram procuradas para realização de sessões especiais sobre o assunto. FS de 18/02/93.

trajetória microcorporativista que implicou ruptura com o padrão corporativista estatal brasileiro. Confirmou, assim, hipótese sugerida por Armando Boito Júnior em meados de 1994: "Não se pode descartar a hipótese de esses setores, perseguindo o objetivo de consolidar o novo corporativismo, romperem *por completo* com o velho corporativismo de Estado." (Boito Jr., 1994, p.27)¹¹⁰. Embora seja possível afirmar a consolidação do microcorporativismo nesse período é necessário também considerar as limitações dessa experiência localizada ante o movimento sindical, especialmente com a persistência da unicidade e o enquadramento sindical. Mesmo havendo grande variação dos desdobramentos legais e práticos desses dois pilares do corporativismo estatal, a anacronia gerada na organização sindical e as dificuldades de mobilização com o baixo índice de inflação implicaram reorganização da dinâmica negocial para todos os bancários.

1994 e 1995: O Refluxo nas Conquistas Obtidas com a Segmentação

O ano de 1994 apresentou uma grande inovação na regulação das relações trabalhistas com o início da desindexação salarial, especialmente forte no ano anterior e até julho com a edição do plano Real¹¹¹. Embora 80% das categorias profissionais tenham superado as regras salariais vigentes entre 1990 e 1994, o salário real médio do ano de 1993 equivalia a apenas 45% do valor de março de 1990¹¹² e em março de 1994 os salários foram convertidos pela média dos últimos doze meses e transformados em uma "moeda provisória", a Unidade Real de Valor - URV. Em julho a URV foi convertida para Real e para os bancários foi garantido um último reajuste com base na inflação acumulada até setembro. Após essa primeira data base não houve regulamentação governamental de reajustes salariais, exceto a determinação do valor do salário mínimo.

O plano Real baixou a inflação de 50% para menos de 10%¹¹³ e estimulou crescimento econômico, mas enfrentou a resistência de parte dos trabalhadores que outras vezes já haviam sofrido perdas salariais com outros pacotes econômicos. Em março a CUT convocou uma greve geral para o dia 23 e os bancários promoveram protestos na preparação da campanha salarial extra de abril, que não obteve êxitos

¹¹⁰:o destaque é meu pelo que segue no parágrafo seguinte.

¹¹¹:desde 1965 (Lei 4725/65), menos de 30 anos, foram editadas 52, ou mais, Leis ou Medidas Provisórias regulando a política salarial, especialmente os reajustes. De 1986 a 1994 ver anexo IX.

¹¹²:fonte: *Boletim Dieese* nº 155 de fevereiro de 1994.

¹¹³:ICV.Dieese: julho=7,59%, agosto=2,86% e setembro=0,96%.

financeiros. No BESC a campanha de abril resultou em discussões das propostas do banco e dos sindicatos para a implantação do Diretor Representante, garantido no acordo coletivo desde 1991.

A campanha de setembro começou em julho com a previsão de muitas dificuldades em razão dos baixos índices de inflação, das pressões do governo com ameaças de comprometimento do plano no caso de reajustes salariais e do consenso empresarial de seguir os reajustes previstos no plano econômico. Em agosto, a campanha salarial dividiu espaço com as discussões sobre a campanha eleitoral para presidente, deputados e governadores. Prévia realizada pelo sindicato de Florianópolis com 1.332 bancários apontou a preferência de Lula com 40% dos votos contra 11% de Fernando Henrique Cardoso. Na mesma pesquisa 77% dos bancários indicaram a saúde e a educação como prioridade de governo e 60% indicaram o emprego.

Nos encontros nacionais e estaduais, as discussões sobre a grande necessidade de mobilização ocuparam maior parte do tempo dos participantes e as manchetes dos boletins sindicais, tais disposições eram expressão dos novos conflitos gerados pelo esgotamento da capacidade de organização segmentada já apontado no decorrer do ano anterior pelo agravamento da crise nos bancos estaduais, envolvendo progressivamente grandes bancos como o Banco do Estado de São Paulo - BANESPA e o Banco do Estado do Rio de Janeiro - BANERJ, o enxugamento dos bancos federais para abertura de mercado para expansão do setor privado e a fragilização da representação dos banqueiros na FENABAN.

Com o índice da inflação de setembro próximo de zero, os bancários reivindicaram mais de 100% de reajuste¹¹⁴, a FENABAN ofereceu 8,2% e ajuizou dissídio contra os sindicatos, o BESC fez o mesmo em Santa Catarina. Pelos sindicatos a iniciativa patronal foi considerada um retrocesso nas relações de trabalho, mas não provocou manifestações de protesto ou temor nos trabalhadores. O recurso judicial usado pela FENABAN e pelos bancos estaduais foi uma tentativa de recuperar os instrumentos de coerção estatais, reanimando os temores gerados pela possibilidade de julgamento desfavorável no caso de paralisação. Além de uma tática conservadora e oficialista, o ajuizamento expôs a fragilidade do consenso no grupo de representação patronal que, em caso de impasses, poderia ganhar tempo com o trâmite burocrático do processo judicial.

A mobilização nos bancos privados e federais não apresentava evolução positiva e os empregados do BESC resolveram repetir os passos do ano anterior: paralisaram uma

¹¹⁴: os bancários reivindicaram 106,29%, o acumulado garantido pelo plano era de 11,87% e a inflação de setembro foi de 0,96%.

hora no dia 16 de setembro e no dia 21 aprovaram o indicativo de greve a partir do dia 27. No dia 26 a direção do banco propôs um reajuste de 17,63% e as assembleias decidiram deflagrar a paralisação.

Com a aproximação do dia das eleições, 3 de outubro, e apenas o BESC em greve, várias reuniões de conciliação ocorreram no TRT e a direção do banco¹¹⁵ aceitou a proposta de um abono equivalente a 20 horas de trabalho e uma promoção de 6,88%, além do reajuste já proposto. O comando dos empregados decidiu defender a proposta combinada porém, pela primeira vez viu ser rejeitada uma indicação de conciliação: os besquianos resolveram continuar a greve. Em entrevista, um representante do banco à época explicou assim o fato:

“ A assembleia se insurgiu contra aquela proposta porque não tava entendendo nada, porque na verdade quem participa da assembleia não necessariamente é o pessoal de melhor nível cultural e frente a índices econômicos você pode apresentar vinte itens que signifiquem melhoria da condição de vida, como o nível político e o nível cultural é baixo a massa tende a achar que vai ficar prejudicada, que aquilo é fantasia de carnaval.”

De forma diferente, um dirigente sindical:

“ .. no caso de 94 os trabalhadores dizem não a uma orientação da direção do sindicato numa assembleia muito significativa em termos de participação, de conteúdo político, continuando a greve, ..com destaque do pessoal da área de informática, técnicos que compõem um grupo de formadores de opinião muito forte dentro do banco e ensinaram uma dura lição naquele ano..”

A greve continuou até o décimo dia, 6 de outubro, reduzindo a paralisação às regiões de Florianópolis e Joinville. O Diário Catarinense noticiou em destaque: “Greve do BESC acaba com socos e pontapés”¹¹⁶ que ocorreram após a decisão da assembleia do dia anterior de impedir a entrada de todos os empregados, inclusive diretores e assessores na direção geral. Após confrontos com o policiamento, reforçado a pedido da direção do banco, foram retomadas as negociações em audiência com o Governador do Estado, Antônio Carlos Konder Reis, que propôs pequeno aprimoramento na proposta anteriormente aceita pela diretoria do banco. No final do dia, os empregados aceitaram 15,32% de reajuste, 2% de produtividade, 6,88% referentes a promoção de uma letra no plano de salários, abono equivalente a 25 horas de trabalho¹¹⁷, desconto dos dias

¹¹⁵:o diretor de recursos humanos, Arnaldo Ferreira dos Santos, reiterava seguidamente: “A determinação é não fugir do contexto nacional, onde está sendo aplicado apenas o IPCr de julho e agosto.” DC de 29/09/94.

¹¹⁶:DC de 07/10/94

¹¹⁷:foram pagas também 80 horas para compensar a conversão da primeira parcela do 13º salário para URV.

parados, revisão das cláusulas econômicas em janeiro de 1995 e outras cláusulas¹¹⁸ não pecuniárias já definidas nas negociações antes da greve¹¹⁹.

A segunda fase da greve, após a rejeição do indicativo do comando dos empregados, continuidade do movimento e declínio dos índices de adesão à paralisação, foi objeto de avaliações diversas nos bancários e embora os sindicatos tenham apontado “Vitória no BESC”¹²⁰ e as resoluções do V Congresso dos Empregados, realizado em 1995, não façam menção de avaliação da greve de 1994, podemos concordar com um entrevistado:

“ ..em 94 acho que cometemos alguns equívocos porque não calculamos bem até quando o banco iria resistir, as nossas próprias forças, houve um descolamento da comissão de negociação com a direção do sindicato e com a base mais organizada, isso tudo parece que se desfez em 94, aquele negócio de passar no final da tarde nos piquetes para ver como é que a massa tava pensando, isso não teve do meio da greve pra diante e ficamos perambulando nos gabinetes de secretário, do governador, do TRT..”

Os empregados dos bancos privados não conquistaram a promoção e o abono do BESC, mas o acordo assinado com a FENABAN, realizado no final do mês, após paralisações parciais dos empregados de bancos privados¹²¹, estabeleceu uma verba mensal, cesta-alimentação não-salarial, equivalente a 27% do piso da categoria, que os besquianos só passaram a receber em setembro de 1995. Assim, o acordo com os empregados do BESC, embora tenha sido considerado avançado por estabelecer parâmetros para as negociações em curso nos outros segmentos¹²², não resultou em vantagens como nos anos anteriores e reaproximou rapidamente os dois segmentos, expondo novamente o esgotamento da capacidade de ação para a negociação segmentada. Os limites do poder de ação experimentados pelos bancários do BESC foram resultado da reorganização da base do trabalho com os sindicatos, deixando de representar parcela significativa dos trabalhadores, da relativa separação da mobilização nacional verticalizada, que por si só já apresentava também seu esgotamento e da

¹¹⁸:com destaque para possibilidade de informações sobre a empresa e abono para participação de eventos sindicais.

¹¹⁹:ver anexo IV.

¹²⁰:manchete da FS de 11/10/94.

¹²¹:realizadas com grande mobilização de recursos dos sindicatos principalmente, nos bancos representados na mesa de negociações da FENABAN, que tensionavam por interesses específicos de estratégia de mercado, índices de reajuste e outros incentivos mais favoráveis.

¹²²:a Folha Sindical relata assim o Encontro Nacional dos Bancários de 8 de outubro de 1994, realizado para rearticular as lutas após as eleições: “Depois de montar um novo calendário para a campanha, os presentes no encontro aplaudiram os empregados do BESC pela garra e determinação na luta pela recuperação das perdas.” FS de 11/10/94.

alteração da postura patronal com negociadores mais bem treinados e a disposição de remeter as negociações para o fórum enfraquecido da FENABAN.

Em 1995 as discussões dos primeiros meses foram tomadas pelos protestos contra a reforma na previdência proposta pelo governo federal, pelas reivindicações de formas de renegociação do endividamento dos bancários e pelas propostas de demissão incentivada feitas pela direção do BESC. Os bancários tentaram uma campanha emergencial em março, mas as reiteradas mensagens dos boletins sindicais apelando para “..a pressão dos trabalhadores, como ocorreu nas últimas campanhas salariais..”¹²³ não encontraram respostas. Em Santa Catarina, os sindicatos tentaram um ‘dia de luta’ no BESC. Ocorreram tentativas de negociação com a direção do banco e novamente foram discutidas propostas para a implantação do Diretor Representante - DIREP, sem avanços. Outra tentativa foi a elaboração do documento “BESC: uma visão de administração uma proposta de roteiro para discussões de um Projeto Institucional e de Administração do BESC”¹²⁴. Este documento continha tópicos bem desenvolvidos de missão institucional; aspectos institucionais e de gestão; relação do banco com o Tesouro do Estado; aspectos operacionais; e política de recursos humanos entretanto, não obteve êxitos maiores que fazer o registro de um bom projeto dos trabalhadores para o banco quando entregue à diretoria do BESC e discutido com os empregados.

A unificação das lutas da campanha salarial foi a bandeira de setembro. O V Congresso dos Empregados do BESC, realizado em 15 de julho, propôs o desdobramento da pauta de reivindicações em mesas temáticas de discussão permanente com o banco¹²⁵ e formação de mesa única de negociações, preservadas as possibilidades de negociação em separado das especificidades, com avanços em relação ao acordo mínimo com a FENABAN. Em todos os boletins sindicais, de todos os segmentos, a unificação foi apontada como fundamental em razão da conjuntura adversa da flexibilização e do desemprego. Agravando esse quadro, no dia 10 de agosto ocorreu a quebra do Banco Econômico, um dos maiores bancos privados do país, juntamente com os rumores de dificuldades no conglomerado Bamerindus e compra do Banco Nacional pelo Unibanco, anunciados nos jornais. Tais fatos, apontando para uma crise no setor financeiro, com possibilidades de fechamento de grandes bancos em plena campanha salarial, tornaram-se uma ameaça e provocaram insegurança entre os bancários.

¹²³:FS de 08/03/94.

¹²⁴:mimeo fornecido pelo Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região, 1995.

¹²⁵:foram propostas quatro mesas temáticas: saúde e segurança do trabalho; terceirização, automação, emprego de estagiários; plano de cargos e salários e manual de recursos humanos; e diretor representante.

Em nenhum dos segmentos houve mobilizações fortes¹²⁶ e a campanha estendeu-se até meados de outubro, quando foi aceita a proposta feita pela FENABAN: 30% de reajuste, um abono de participação nos lucros¹²⁷ e outras cláusulas sociais e sindicais¹²⁸. No BESC, a direção do banco não poderia alegar dificuldades financeiras ou ameaçar demissão, mas obteve sucesso ao promover a associação da possibilidade de protestos isolados com rumores de privatização do banco, e ao promover um abaixo-assinado, coordenado pelos gerentes regionais, no qual os funcionários concordavam com a proposta de acordo feita pela FENABAN¹²⁹. Ocorreram paralisações parciais de uma hora e indicativo de greve por parte da comissão de empresa, mas com fracas mobilizações. A proposta do banco, de seguir o acordo com a FENABAN nas cláusulas econômicas, foi aceita nas assembleias assim relatadas nos boletins sindicais:

“ Foi a vez dos gerentes e comissionados ‘se mobilizarem’. Atendendo à ordem da direção do banco, compareceram em massa nas assembleias realizados por todo o estado, para votar contra a greve e pela aprovação.. Besquianos conscientes participaram das assembleias para votar pela aceitação da proposta, vitimados pelo endividamento pessoal de grande parte da categoria.. Outros muitos votaram pela greve..” (FS nº 311, de 18/10/95)

Em carta dirigida nominalmente a todos os empregados, o presidente do BESC, Fernando Ferreira de Mello, apresentou seus cumprimentos com a seguinte mensagem:

“ Sua opção em firmar o acordo coletivo de trabalho 95/96, em detrimento de uma greve isolada, além de consciente, é também fator fundamental para que possamos reafirmar o propósito do Governador Paulo Afonso e de nossa administração em não privatizar o BESC, mas sim solidificá-lo e torná-lo cada vez mais competitivo..”

Dessa forma, as vantagens pecuniárias sobre os acordos com a FENABAN, observadas nos acordos com o BESC desde 1989¹³⁰, deixaram de existir, permanecendo apenas a participação nos lucros e outras cláusulas de regulamentação das condições de trabalho, sociais e sindicais. Certamente os próximos passos da direção do banco serão no sentido de reduzir ainda mais o volume e a especificidade do acordo. Esse esvaziamento do acordo específico não correspondeu ao reforço do acordo geral dos bancários e expõe o enfraquecimento do poder de ação do sindicato regional verticalizado e na mesma intensidade da articulação nacional dos bancários, igualmente verticalizada.

¹²⁶: Apenas os empregados da Caixa Econômica Federal - CEF - realizaram paralisação durante doze dias no final de outubro.

¹²⁷: 72% do salário mais R\$ 200,00 fixo, equivalente a um salário base, em média.

¹²⁸: ver anexo IV.

¹²⁹: ver anexo VII.

¹³⁰: ver anexo XII.

Tal espaço para mediação de interesses aberto pelo enfraquecimento das entidades sindicais parece estar sendo ocupado por organizações ligadas ao projeto institucional da empresa que representam o estrato estável dos trabalhadores, como é o caso da Associação de Profissionais do BESC - PROBESC, a qual, fundada em 1987, entre 1994 e junho de 1996 aumentou de 500 para 2700 o número de associados, atingindo mais da metade dos empregados do BESC.

Além de outras questões ligadas ao processo de reestruturação produtiva, neste período de dois anos podemos destacar a incorporação dos trabalhadores em serviços terceirizados de compensação ao acordo dos bancários, ocorrido em abril após as discussões da comissão paritária formada a partir do acordo coletivo com a FENABAN em 1993. Embora realizado sob a concepção do enquadramento sindical, a incorporação, nos sindicatos que desenvolveram campanhas de sindicalização e envolvimento desses trabalhadores nas lutas da categoria, pode apontar o rompimento do enquadramento quando associada à organização dos outros trabalhadores terceirizados, estagiários e contratados.

Outro destaque deste período é o aumento da flexibilização das formas de remuneração dos trabalhadores e a participação nos lucros e resultados¹³¹. Os bancos têm remunerado, ou premiado em produtos e serviços, diferenciadamente em razão do grau de sucesso nas campanhas de arrecadação, venda de produtos e até reformulações administrativas, estimulando a competição individual ou grupal tanto no ambiente interno quanto perante outros bancos. O convencimento pela remuneração variável para as campanhas de conquista de posições no mercado possivelmente têm gerado uma identificação positiva dos bancários com a missão institucional do banco e a concorrência no mercado¹³².

Tais fatores, somando-se ao conjunto de indicadores conjunturais, contribuem para compreender a reação diversa dos empregados do BESC no enfrentamento de rumores da privatização do banco. Em 1987 a reação foi de confronto com os

¹³¹: os bancários são exceção no perfil das negociações de participação nos lucros e resultados - PLR no Brasil. Pesquisa do Dieese em 448 acordos de PLR revela que apenas os bancários privados e os gráficos de São Paulo realizaram tal acordo, incluindo-o nas negociações da data base. Os outros 446 acordos se deram por empresa, 86% deles do tipo de abono fixo. Fonte: *Boletim Dieese*, nº 184 de julho de 1996.

¹³²: o programa de Prêmio por Desempenho Gerencial da Caixa Econômica Federal estabelece como objetivo básico "criar um ambiente de desafio, motivação e comprometimento". O prêmio é recebido mensalmente pelos ocupantes de cargos gerenciais que alcançarem índices satisfatórios na avaliação de desempenho e os valores variavam entre US\$ 72,- e US\$ 1945,-. Em outubro de 1996, nas faixas mais elevadas, estes valores geralmente superam o salário base do empregado. Como apenas 80% dos ocupantes de gerencia recebem a verba, o maior desafio concorrencial está explícito no ponto 1.3.3 do documento: "Os empregados que por força da avaliação forem incluídos nos 20% restantes não fazem jus ao prêmio, sendo que o não recebimento por 270 dias, consecutivos ou não, no período de dois anos implica em perda da função de confiança." CI CEF 132/96#10.

administradores. Em 1995 o mesmo argumento provocou retração da participação dos empregados e grande preocupação com a situação do banco no mercado. Em ambas situações a preservação do emprego foi prioritária, mas a escolha dos recursos foi muito diferente. Antes a mobilização da opinião pública e interrupção da venda da força de trabalho tinham propiciado um acordo, depois a assimilação positiva das novas tecnologias de gestão do trabalho ampliou progressivamente o envolvimento com o papel institucional, reduziu a mobilização sindical e estratificou os trabalhadores em estáveis e precarizados. Configurou, assim, um aprimoramento no perfil do consentimento existente até então com recursos que diminuem o poder de mobilização dos sindicatos e reforçam os mecanismos de gestão da empresa.

Esse comprometimento dos empregados com a empresa foi também associado com o movimento da direção de remeter as negociações para o fórum nacional, provocando um reforço paradoxal da função negocial da mesa da FENABAN, ocorrido em 1994 e 1995, que não corresponde a uma maior representatividade da mesa patronal. Análise do Dieese sobre a composição da representação patronal revela o seguinte:

“ Nos últimos anos, em função de disputas internas entre os maiores bancos privados do sistema, a representação patronal demonstrou ter grandes dificuldades em responder unitariamente às reivindicações dos trabalhadores. Para isso contribuíram decisivamente as diferenças de estratégias dos bancos, tanto na área de negócios quanto nas áreas de recursos humanos.” (Boletim Dieese, nº 184 de julho de 1996)

Sendo assim o que poderia ser concluído como uma interrupção da segmentação crescente dos últimos anos pode ser compreendido como esgotamento das possibilidades dos acordos coletivos específicos na regulação dos itens pecuniários amplos. A segmentação impulsionada pelas lutas sindicais continua em desenvolvimento; apenas, o papel dos sindicatos nessa dinâmica tem sido enfraquecido. Sem a correlação de forças necessária para obter a regulação na empresa, os sindicatos desenvolveram o recurso compensatório da unificação vertical para estabelecer condições regulatórias gerais somente viáveis na mesa de negociações porque são expressão das condições e valores mínimos, a partir dos quais cada banco tem variado conforme suas necessidades de incentivos à produção. Essa unificação perante uma mesa fragilmente representativa dos interesses patronais pode dissimular a incapacidade estrutural de mediação de interesses variáveis e particulares por parte dos sindicatos e facilitar o desenvolvimento de outro consentimento microcorporativista com base nas associações participacionistas.

Em síntese, a inflexão para a FENABAN ocorrida no último período não deve ser compreendida como um movimento para negociação entre entidades sindicais amplas, porque o lado patronal tem frágil representatividade sindical e os sindicatos comprometem progressivamente sua legitimidade com acordos cada vez menos

significativos para os trabalhadores. Pode ser compreendido como uma contra-tendência temporária e limitada da segmentação que abre espaços para outras concertações com reduzida base conflitiva, permitindo-nos reafirmar a hipótese da constituição de uma dinâmica microcorporativista.

O PAPEL DA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E AS TENTATIVAS PARA ELEGER UM DIRETOR REPRESENTANTE

Podemos também chamar essa história de um sucesso da participação nos lucros - PL e o fracasso da proposta de diretor representante - DIREP. A PL foi garantida no acordo de 1989 e é ansiosamente aguardada semestralmente. O DIREP passou por centenas de discussões desde 1987, até ser excluído do acordo coletivo em 1995. A mobilização dos trabalhadores para garantir, ou não, tais conquistas, é esclarecedora de uma opção de compromisso na gestão do BESC: participar nos resultados, mas ficar fora do núcleo decisório da administração.

O Apego à Participação nos Lucros - PL - e os Impactos na Ação Coletiva

Até janeiro de 1982 os trabalhadores do BESC recebiam uma gratificação semestral equivalente a 2 salários, em janeiro e julho. O Governador Esperidião Amin alegou dificuldades financeiras do banco em razão das enchentes ocorridas nos anos anteriores e propôs uma indenização, condicionada à melhoria da situação financeira do banco, para extinção da gratificação. Numa assembléia realizada em horário normal de trabalho, às 15 horas, onde compareceram as chefias da direção geral e comissionados dispensados do expediente, a proposta do banco foi aprovada e a gratificação extinta com a colaboração do presidente do sindicato, Ilson Dias, que continua recebendo a gratificação junto com apenas outros quarenta empregados, em razão de ação trabalhista movida contra o banco.

Em 1986 foi feito o registro legal do novo Quadro de Carreira dos empregados, que estabelecia a estabilidade após cinco anos de trabalho, concurso público, avaliação de desempenho, participação dos empregados em diversos comitês de análise administrativa e a participação nos lucros. Meses após o banco sofreu intervenção do Banco Central e apresentou lucros apenas em 1988. No ano seguinte, junto com diversas cláusulas do primeiro acordo específico com a direção do BESC, os empregados

comemoraram a conquista do compromisso de pagamento periódico da participação nos lucros¹³³. Assim, os empregados recuperaram um verba extra recebida a cada semestre; entretanto, com uma grande diferença da anterior: agora dependia do desempenho do banco no mercado. Essa condicional parece ter sido bem compreendida pelos besquianos e pela diretoria do banco.

O apego dos empregados à nova conquista foi reproduzido e reforçado com a frequente publicação de matérias nos boletins sindicais, nos períodos de fechamento das contas do banco, reclamando o pagamento da participação nos lucros e estabelecendo vinculação positiva entre a lucratividade e a possibilidade de pagamento dos reajustes reivindicados. Também o discurso da diretoria do banco nos períodos de campanha salarial resultava na conclusão do reforço cíclico entre a lucratividade e os reajustes. A cada reivindicação a diretoria alegava que o banco iria quebrar, que havia chegado no limite e outros argumentos que se tornaram ineficazes perante a constatação de um lucro igual ou maior no período seguinte, mesmo tendo os reajustes superado o limite alardeado pela diretoria.

Embora os sindicatos cumprissem também denúncias e protestos contra concentração de renda provocada pela incorporação dos lucros¹³⁴, os bancários tomavam outro caminho, sabendo que quanto maior o lucro, maior a incorporação para reinvestimentos que realimentam o ciclo produtor de lucro e melhoram o posicionamento do banco no mercado. Ou seja, a realização do lucro no presente é a condição de realização dos interesses materiais dos bancários no futuro e as denúncias e protestos dos sindicatos contra a concentração de renda aparecem como ameaça ao futuro. Tal dinâmica realizou-se no BESC com a lucratividade, tornando-se um interesse mútuo entre bancários e diretoria do banco, estabelecendo assim uma base sólida para o consentimento e a segmentação.

Essa coligação pontual entre direção e empregados gera uma equivalência entre o proprietário acionista estatal, o Governo do Estado e o trabalhador, e torna-se base para a ideologia privatizante difundida e aceita parcialmente no BESC, nos últimos dois anos. Por essa equivalência o vínculo empregatício passa a ser compreendido como tomada de parte na propriedade do banco e possivelmente explica a aceitação da proposta de

¹³³:o acordo regulamentou a distribuição de igual montante distribuído aos acionistas, valor que tem correspondido entre 40 e 50% do salário bruto nos meses de fevereiro e julho geralmente.

¹³⁴:a participação ou distribuição dos lucros é paradoxal para os sindicatos que expressam compromissos contra a concentração de renda porque, ao mesmo tempo que a distribuição de todo o lucro aos empregados implica repasse de recursos destinados a concentração de capital para os salários, impede a incorporação de lucro ao capital e compromete a alavancagem, capacidade de girar recursos no mercado, comprometendo a situação do banco no mercado. Logo, os trabalhadores tendem a aceitar a participação limitada na distribuição dos lucros e promover esforços para aumentar o montante.

parceirização, ou privatização, por parcela dos empregados que promovem tal proposição. Sem diferenciar o público do privado quando se referem à participação dos empregados, é como se a propriedade do empregado não fosse privada, quando nem propriedade é. Sentindo-se proprietário e participando do desempenho do banco, o bancário tende a aceitar a dinâmica concorrencial do mercado que envolve outros bancários, esta busca do lucro pelo desempenho afeta a possibilidade de ações coletivas porque a regulação de parte do mercado, o preço da mão-de-obra, é uma restrição para a diferenciação de desempenho. Por essa dinâmica os sindicatos tendem a perder poder de ação e a disputa pela definição do papel do banco público no mercado.

A Superação da Proposta de Eleição de um Diretor Representante dos Empregados - DIREP¹³⁵

Em janeiro de 1987, o boletim específico para os empregados do BESC, chamado de MOBesc e editado pelo grupo de oposição, já propôs a eleição de um empregado para o cargo de diretor representante - DIREP - inspirado na experiência dos empregados do Banco do Estado de São Paulo - BANESPA. Durante as mobilizações contra a tentativa de privatização do banco em 1989, os sindicatos de bancários apresentaram proposta de emenda popular na Constituinte Estadual, estabelecendo o DIREP para o sistema financeiro estadual. A emenda apresentada foi rejeitada e a proposta foi reapresentada e ampliada para todas as empresas do Estado, desta vez aprovada ainda em 1989¹³⁶ e regulamentada apenas em dezembro de 1994¹³⁷. Durante esse período a idéia foi objeto de várias discussões no comando de negociações dos empregados, na diretoria do banco, na associação profissional dos empregados e entre as entidades.

Os sindicatos elaboraram pautas de reivindicações para negociação específica com o banco desde 1987 e em todas consta a eleição do DIREP e de um conselho de

¹³⁵: as funções do diretor representante, segundo os sindicatos: ouvir os empregados, seus anseios e propostas; apresentar sugestões, propostas e questionamentos dos empregados ao conselho diretor e diretorias; solicitar informações sobre os trabalhos das diversas áreas da direção do banco; contribuir para aproximação entre a diretoria e empregados; colaborar nas ações de defesa e fortalecimento do banco junto à sociedade, dentre outras. (Texto mimeo do DEB/CUT sobre o DIREP)

¹³⁶: artigo 14, inciso II da Constituição do Estado de Santa Catarina: "São instrumentos de gestão democrática das ações da administração pública, nos campos administrativo, social e econômico, nos termos da lei: II - a participação de um representante dos empregados, por eles indicado, no Conselho de Administração e na diretoria das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias."

¹³⁷: pela Lei 1178 de 21 de dezembro de 1994.

representantes de apoio - COREP. Em 1991 o acordo específico contemplou pela primeira vez estudos para implantação do DIREP, o mesmo ocorrendo nos anos seguintes, até 1995, quando a cláusula deixou de constar do acordo coletivo. Os boletins sindicais incentivaram a discussão do assunto em muitas matérias que exploravam as divergências entre as propostas de implantação feitas pelo banco e a expectativa dos sindicatos. Os sindicatos tinham as propostas de eleição direta, desempenho de funções de representação não administrativas e ausência de restrições quanto às funções exercidas e escolaridade do candidato. O banco insistiu em proposta bem diversa¹³⁸: um colégio eleitoral indicaria uma lista sêxtupla ao conselho de administração para escolha do diretor, o diretor deveria assumir uma das diretorias regulares do banco, o candidato deveria estar no exercício de cargo comissionado elevado e possuir escolaridade superior, seguindo assim, a Lei das S/A. Duas entrevistas podem auxiliar a compreender as diferenças:

1 - "...a figura do DIREP era a tentativa do movimento de estabelecer um instrumento de participação direta dos trabalhadores na gestão da empresa que tinha um ônus e um bônus. O ônus era a responsabilidade de co- participar do processo e o bônus é do espaço democrático que seria conquistado pelos trabalhadores que portanto iriam ser representado e ouvidos institucionalmente dentro da cúpula da empresa num canal que não se confundia com um instrumento sindical, que não pode ser administração do banco e ter personalidade própria a personalidade do trabalhador no sistema financeiro do BESC. Essa era a tese, um instrumento de democratização da gestão..."

2 - "...o DIREP é uma velha reivindicação do sindicato, o sindicato desde a intervenção queria colocar um tipo de auditor um inspetor dentro do banco pra lá na reunião de diretoria tentar impedir que aprovasse certas transações só que a diretoria do banco condicionou primeiro que esse diretor que representasse fosse um cidadão com condições de sentar à mesa da diretoria¹³⁹, segunda coisa que ele prestasse expediente integral lá e não é só ir lá na reunião de diretoria tumultuar a reunião, que é o que ia acontecer, e depois ir embora e o sindicato botar no jornalzinho o que tinha criticado o que tinha votado contra, então é isso que não deu certo o sindicato não admite que se cumpra oito horas e não quer que o representante dele assuma responsabilidades só pensam que ele é um turista quando o barco tá ancorado ele vai lá pras refeições não quer ser marinheiro de alto-mar, esse é o problema..."

¹³⁸: proposta levada ao conhecimento de todos os empregados em 28/04/95.

¹³⁹: refere-se possivelmente à figura do coordenador do comando de negociações dos empregados, figura reconhecida em todo o Estado e com grandes possibilidades de conquistar absoluta maioria de indicações dos empregados numa eleição direta, que era dirigente sindical, não detinha função gratificada e não tinha escolaridade universitária.

Para compreender melhor devemos lembrar que a Associação dos Profissionais do BESC - PROBESC - foi fundada em dezembro de 1987 com objetivos de representar os interesses dos empregados, e a eleição de um diretor representante hegemonizado pelos sindicatos ameaçava as possibilidades de expansão da associação. Dentre as proposições da diretoria do banco, a exigência de exercício de funções administrativas ordinárias descaracterizava a condição representativa dos empregados, especialmente se admitirmos a possibilidade de exercício do cargo de diretor de recursos humanos. Essa proposta de descaracterização foi uma das articulações da PROBESC com a diretoria do banco¹⁴⁰, como revela um entrevistado ex-dirigente da associação:

“ ..a idéia de ter um diretor representante nós távamos fazendo um trabalho até conjunto com o sindicato, porém ele puxava de um lado e também nós preocupados quem é esse diretor porque a exemplo do que ocorreu com o Banespa em SP onde o diretor do PT ele simplesmente não queria assumir nada, isso já foi um avanço onde nós também colocamos nossa proposta de o diretor ocupar uma área estratégica dentro do banco..”

Essas eram as disputas institucionais por uma fatia da diretoria do banco mas, os empregados não conferiram a mesma atenção para a proposta, como expressa uma militante entrevistada:

“ ..eu acho que a categoria não dá muita importância para isso, quem dá é o sindicato, o DIREP tem importância a nível de delegados sindicais e diretoria do sindicato, da vanguarda que tem idéia da importância. A massa não ficaria numa greve por isso de jeito nenhum, diferente se fosse a participação nos lucros ou o delegado sindical que é uma figura reconhecida na base e o pessoal ia lutar muito por isso. “

Associando esses indicadores, podemos concluir que a implantação do diretor representante nos moldes constituídos pelos sindicatos não interessava à diretoria do banco e à PROBESC e as propostas apresentadas descaracterizavam a condição representativa do DIREP em razão desses interesses. Os sindicatos não constituíram mobilização para superar tais interesses e ficaram limitados aos movimentos da diretoria do banco. Algo muito diferente ocorreu com os delegados sindicais regulamentados pela diretoria do banco quando algumas unidades de trabalho elegiam o representante pela terceira vez, antecipando o exercício da representação ao reconhecimento da diretoria.

Podemos observar assim que os empregados não participam diretamente do processo decisório no BESC, mas participam nos resultados. Os sindicalistas apontam as disposições da diretoria do banco e as debilidades do movimento sindical em convencer os trabalhadores como determinantes para o fracasso da proposta de participação na

¹⁴⁰:as atas das reuniões do conselho de representantes da PROBESC, ocorridas em 1991, registram várias discussões sobre o DIREP, assunto que se mantém em pauta nos próximos anos.

gestão. Esse pensamento deixa de apontar que o movimento de segmentação impulsionado pelos sindicatos nos últimos anos parece ter cumprido parte do papel de representação específica junto à diretoria do banco e canalizado as disposições de luta para conquistas de percentuais de reajustes e a própria participação nos lucros, concentrando as atividades políticas em interesses materiais imediatos. Portanto, parece que não havia empregados para serem convencidos, porque o papel proposto para o DIREP já era cumprido pelos sindicatos, para a maioria dos empregados, e pela PROBESC, para outra parcela, fora do núcleo decisório formal do banco.

AS LUTAS DOS EMPREGADOS DO BANRISUL E DO BANESTADO - uma comparação

Além da constante comparação com os empregados dos bancos privados, vamos fazer uma rápida recuperação da trajetória dos bancos estaduais do sul do país, BANRISUL E BANESTADO. As duas experiências são bastantes distintas e permitem comparativos com o BESC. Em uma verificamos poucos movimentos de paralisação e apenas dois aditivos específicos no período estudado; em outra, encontramos paralisações curtas todos os anos, seguidas de acordos coletivos específicos.

OS BANRISULENSES¹⁴¹

O patrimônio líquido do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL - tem sido de US\$ 380,6 milhões em média entre 1991 e 1995. No mesmo período apresentou um lucro líquido médio de US\$ 22,8 milhões com rentabilidade líquida média de 5,9%. A rede de atendimento do banco era de 314 agências e 218 postos de atendimento em dezembro de 1995 e contava com 9.183 empregados. Mesmo tendo um patrimônio líquido e número de empregados maior que o dobro do BESC, o BANRISUL apresenta

¹⁴¹ as informações sobre o banco e a trajetória de luta dos empregados têm como fonte os balanços do banco; consulta ao periódico específico para os empregados do banco, Nossa Voz, publicações entre 1985 e 1995; entrevistas com dirigentes do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre - SEEB-POA; e outros textos e publicações gerais encontrados no Centro de Documentação do SEEB-POA. Os eventuais equívocos que possam ocorrer são de minha inteira responsabilidade.

uma rede de atendimento e uma lucratividade bem menor, o mesmo ocorrendo em relação ao BANESTADO¹⁴².

Os bancários de Porto Alegre, especialmente os empregados do BANRISUL, têm sua história recente de lutas retomada em 1979 juntamente com os bancários de São Paulo. O sindicato sofreu intervenção, seus dirigentes foram cassados e grandes mobilizações ocorreram nos primeiros anos da década de oitenta. Na primeira greve nacional dos bancários, em 1985, os bancários de Porto Alegre foram destaque na mobilização e estímulo a outros centros. Interessante destacar que no Rio Grande do Sul os sindicatos de bancários ligados à CUT formaram maioria na federação. Assim, a dualidade observada nos outros estados, federação oficial e federação da CUT, não ocorre naquele Estado. Nos últimos anos pode ser observado na diretoria do sindicato de Porto Alegre uma composição de forças políticas resultado da ocupação dos cargos da diretoria proporcional à votação obtida por cada uma das chapas em disputa.

Desde 1985 os empregados do BANRISUL realizam encontros específicos, elaboram pauta específica de reivindicações e buscam negociações com a diretoria do banco. Entretanto, diferente de outros bancos, apenas em dois anos os empregados chegaram a assinar um instrumento jurídico específico, um aditivo ao acordo coletivo da categoria. Entre 1985 e 1990 os empregados do BANRISUL realizaram várias paralisações isoladas, desenvolveram campanhas para conquista do diretor representante, elegeram delegados sindicais e enfrentaram uma grande repressão interna em uma greve, em março de 1989. Em junho de 1990, a greve dos bancários começou conjunta no dia 12; no dia 18 os empregados dos bancos privados retornaram ao trabalho; o BESC retornou no dia 25 e os trabalhadores do BANRISUL continuaram em greve até o dia 9 de julho, completando 29 dias de greve. O maior resultado dessa greve foi a negociação em separado com o banco, com o pagamento de um "vale-rancho" correspondente a 30% do salário. Em setembro deste ano não ocorreu paralisação, pois a diretoria do banco se antecipou, fazendo proposta para acordo e assinou aditivo ao acordo da FENABAN. O aditivo se repetiu no ano seguinte, após três dias de greve conjunta em setembro¹⁴³.

Em 1992 os empregados do BANRISUL haviam perdido vários benefícios, abono-assiduidade, adiantamento de férias e adicional de férias por antigüidade, suprimidos pela diretoria do banco. Na campanha salarial a recuperação desses itens somou-se às perdas salariais, e os empregados iniciaram uma greve antes da greve nacional dos bancários, impulsionados pelos empregados do BESC, que haviam conquistado o

¹⁴².ver anexo II.

¹⁴³.ver anexo XVI.

reajuste mensal após uma paralisação de uma hora¹⁴⁴. O movimento foi derrotado pela diretoria do banco, que não repôs nenhum dos itens suprimidos, limitou-se a seguir o acordo dos bancários com a FENABAN, pagar o 'vale-rancho' e descontar todos os dias parados em só uma vez. Nos anos seguintes até 1995 os empregados não haviam realizado outras paralisações ou assinado aditivos e acordos além do acordo geral com a FENABAN.

Podemos observar na trajetória de mobilizações dos empregados do BANRISUL uma correlação positiva entre mobilização e busca da segmentação corporativista. Até 1990, ano do primeiro acordo específico, os empregados haviam realizado paralisações com reivindicações de negociações específicas e mesmo após a supressão do aditivo em 1992, seguiram com o mesmo objetivo, não alcançado em razão da fraca mobilização dos empregados e negativas da diretoria do banco para negociação específica.

OS BANESTADENSES

O patrimônio líquido do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO - tem sido de US\$ 382 milhões em média entre 1991 e 1995. No mesmo período apresentou um lucro líquido médio de US\$ 50,4 milhões com rentabilidade líquida média de 13,1%. A rede de atendimento do banco era de 393 agências e 252 postos de atendimento em dezembro de 1995 e contava com 12.442 empregados.

No período recente, as lutas dos empregados do BANESTADO já ocorriam em 1983 com a reação à tentativa da diretoria do banco de suprimir a gratificação semestral¹⁴⁵ e em 1985 quando foram destaque com uma paralisação antecipada de um dia na primeira greve nacional dos bancários depois de 1964 e conquistaram a assinatura do primeiro acordo específico entre os sindicatos e a direção do banco. Desde 1983 os empregados organizam encontros específicos reunindo representantes de todas as regiões, e desde 1987 têm editado o informativo específico Contra Cheque. Em 1987 os empregados enfrentaram forte repressão policial na campanha de setembro, no estado a mobilização ficou marcada por mais uma tentativa da direção do banco de suprimir a vantagem da gratificação semestral e pela luta dos empregados para manutenção do acordo coletivo específico, após este ano as campanhas não mais sofreram intervenção policial intensiva.

¹⁴⁴: várias edições do informativo Nossa Voz fazem referências ao acordo conquistado pelos empregados do BESC.

¹⁴⁵: equivalente a um salário. A mesma vantagem foi suprimida pela diretoria do BESC neste mesmo período.

Interessante observar que os sindicatos que em 1995 estavam ligados à Federação Estadual dos Bancários da CUT tiveram sua organização impulsionada pelo Sindicato dos Bancários de Londrina, onde a oposição ligada à CUT venceu as eleições em 1985. No sindicato da capital paranaense a oposição apoiada pela CUT venceu as eleições apenas em 1993 e dessa forma parte da história de segmentação dos empregados do BANESTADO envolvida nesta polarização entre os sindicatos de Curitiba, ligado à Federação oficial, e Londrina, ligado à CUT. A greve ocorrida em setembro de 1991 esteve restrita à região de Londrina e uma comissão dos empregados do BANESTADO negociou em separado parte do acordo posteriormente assinado por todos os sindicatos.

Os empregados do BANESTADO elegem um representante para uma vaga no conselho de administração do banco, o COREP. Tal representante não tem assento na diretoria e cumpre expediente normal na sua função de origem, embora as lutas para eleição de um diretor representante datem de 1988, juntamente com a reivindicação de eleição de delegados sindicais, não aceita pelo banco e tampouco promovida pelos sindicatos, como ocorreu com sucesso no BESC e no BANRISUL.

Os acordos coletivos assinados entre os sindicatos e a direção do banco têm sido prática desde 1985¹⁴⁶ e apenas nos anos de 1986, 1992 e 1995 não foram precedidos de paralisações dos empregados, mesmo tendo sido realizadas após a greve dos empregados dos bancos privados nos anos de 1988 e 1990. As greves ocorridas neste período têm tido curta duração, um dia, exceto a paralisação de nove dias ocorrida em março de 1987 e a de oito dias em abril de 1989, e apresentam adesão variável nas regiões do Estado; apenas as duas greves longas citadas acima tiveram adesão forte em todo o Estado.

Dessa forma, podemos observar na trajetória de mobilizações dos empregados do BANESTADO poucas ocorrências de intervenção policial intensiva, com o conflito tendo sido restrito à relação diretoria e empregados, além da orientação diferenciada dos governos estaduais do Paraná. Nesse sentido talvez tenha influenciado que várias greves tenham tido curta duração e adesão restrita. As negociações coletivas com a diretoria do banco, sem arbitragem externa, são confirmadas pelos acordos coletivos assinados todos os anos após o desenvolvimento de mobilizações específicas, algumas delas com paralisações sem coincidência de data na categoria bancária. Tais fatos permitem afirmar uma correlação positiva entre as mobilizações específicas e a segmentação corporativista, semelhante à dinâmica dos empregados do BESC e BANRISUL.

¹⁴⁶:para os acordos do período 1986 - 1995, ver anexo IV.

CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR AS PERSPECTIVAS E ESTRATÉGIAS NA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES BANCÁRIOS

Pensar a organização dos bancários constitui o desafio de considerar trabalhadores que nos últimos anos têm acentuado a perda do controle do próprio trabalho pela implantação da automatização do processamento das transações financeiras. O bancário que antes cumpria o papel de fiel depositário do excedente de produção tem sido substituído por teclados e visores operados pelos próprios clientes. Além dos impactos da redução do controle do trabalho, os trabalhadores que têm permanecido nos bancos são em número cada vez menor e disputam entre si, e com potenciais substitutos seus, sua permanência na organização, embora todos se encontrem operando o epicentro de uma sociedade sustentada pelas relações de mercado. O sindicalismo bancário dos últimos setenta anos parece se encontrar com os limites para a existência do próprio movimento sindical: o controle do processo de trabalho e a solidariedade para a ação coletiva.

A organização operária na forma de sindicatos tem sido afetada negativamente em todo o mundo pela reestruturação produtiva que cria uma nova classe de homens que continuam vivendo do trabalho com poucos vínculos estáveis com o capital, apenas o consumo porque sempre consomem mas nem sempre trabalham formalmente. Há também os que nem consomem nem trabalham, quase nem vivem. Os impactos da reformulação na estrutura do emprego não têm sido superados pelos sindicatos e já tem surgido hipóteses sobre a própria superação dos sindicatos, enquanto organizadores secundários do trabalho, em razão das alterações promovidas pelo capital.

No Brasil a sobrevivência do parque industrial, diferente da Argentina, Chile e México, sustentou uma década de emergência do movimento sindical na contramão da dinâmica mundial e latino-americana. Em contrapartida, sobreviveram também os pilares de sustentação do oficialismo e com eles amplas forças governistas. As diferenças foram e continuam sendo dissimuladas pela falsa unidade gerada pela legislação corporativista. A própria CUT assimila essa dissimulação com a filiação de federações e confederações, que têm em suas bases sindicatos anti-cutistas. Os impactos dessa sobrevivência têm sido a persistência da verticalização fragmentadora e excludente e a burocratização de entidades horizontais que nasceram perseguidas pelo legalismo que hoje ajudam a preservar.

Até a década de 30 os trabalhadores que realizavam “atividades mentais” em bancos, assim eram chamadas as funções de gerência ou escrituração bancária,

sustentaram poucas iniciativas de organização sindical, dentre as quais estiveram algumas entidades de orientação comunista ou anarquista e outras colaboracionistas, algumas financiadas pelo patronato. Com a implantação da legislação corporativista, os bancários foram os primeiros a reforçar as fileiras da unicidade e enquadramento sindical. Mesmo com muitas resistências as diferentes correntes estiveram sob a égide da unidade estatal antes do final da década.

Nas décadas seguintes os bancários consolidaram a organização vertical e desenvolveram grandes lutas por conquistas voltadas para a categoria, como o Instituto de Previdência dos Bancários - IAPB - e outras envolvendo amplos segmentos sociais como a reforma bancária. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito - CONTEC da década de 50 até 1964 teve uma atuação que preservava a unicidade e buscava a integração das entidades de cúpula em uma confederação única. Como a maioria dos trabalhadores, no período entre 1964 e 1978 os bancários reduziram suas atividades sindicais, parte das lideranças e militantes foram cassados e a maioria dos sindicatos passou a ser dirigida por interventores ou dirigentes subservientes ao autoritarismo estatal. Nesse período os banqueiros consolidaram sua política para o setor financeiro com a reforma bancária e a ocupação de cargos-chave na administração do sistema.

Com o novo sindicalismo, a estratégia na retomada das lutas foi a disputa e a conquista da direção dos sindicatos oficiais para reformulação da estrutura corporativista. A organização de centrais sindicais, especialmente da CUT, foi um passo no sentido da horizontalização do movimento; entretanto, atingiu apenas a cúpula do sindicalismo, pois a estratificação existente nas categorias foi preservada com a persistência do enquadramento sindical. As diferenças existentes nas bases destes sindicatos foram limitadas pelas disputas eleitorais periódicas, forçando uma unidade pela unicidade sindical, ou ainda ocorreu a criação de sindicatos quase cartoriais, que abrigaram parcelas de trabalhadores de oposição e impuseram ao restante dos trabalhadores enquadrados legalmente a mesma unicidade. Contudo, as centrais dirigiram neste período importantes lutas gerais, conquistaram espaços de interlocução na política nacional e se enfrentam com a pulverização das entidades sindicais e a burocratização dos sindicatos e da própria central.

Nos anos 90, as alterações na estrutura geral de emprego tiveram dois agravantes associados para os bancários. O primeiro foi a estabilização da moeda que implicou redução dos ganhos inflacionários pelos bancos e enxugamento de custos, e a segunda é a intensificação do processo de centralização do sistema financeiro com a quebra de bancos e a absorção destes por outros bancos, com financiamento público implicando maior redução no nível de emprego bancário. Aliado a isso o governo adotou a política

neoliberal de redução da atuação bancária estatal, que ocupa metade do sistema, para a expansão do capital financeiro privado, impactando fortemente nos trabalhadores dos bancos federais e estaduais que foram base de grandes mobilizações. A luta pela preservação do emprego e da própria sobrevivência das instituições no mercado agravou a concorrência entre os bancários em detrimento da solidariedade para a ação coletiva.

A precarização do trabalho bancário tem gerado uma polarização entre trabalhadores instáveis, os estagiários, contratados temporariamente e terceirizados, e trabalhadores integrados ao gerenciamento da estratégia institucional. Aos primeiros cabe uma remuneração rebaixada e direitos trabalhistas muito reduzidos; aos outros também vale a redução de direitos trabalhistas e o rebaixamento da remuneração fixa tem sido compensado pela remuneração variável, conforme o desempenho funcional. Os bancários que não se enquadram nesse estrato gerencial têm sido progressivamente excluídos da empresa com programas de desligamento incentivado ou simples demissão. Para os sindicatos essas mudanças têm implicado perda acelerada de filiados pelos trabalhadores que deixam de ser bancários e enfraquecimento da militância sindical pelos trabalhadores que priorizam a integração na empresa como forma de melhoria das condições de salário e trabalho em geral. Se por um lado os sindicatos têm perdido com os trabalhadores que saem dos bancos por outro, o crescimento do estrato de trabalhadores precarizados não tem sido assimilado pelas entidades sindicais, provocando um tríplice enfraquecimento: perda direta dos que saem, perda relativa dos que ficam e sequer assimilação dos que entram.

Com todas essas dificuldades o legalismo, especialmente a verticalização foi marca da primeira metade da década de 90, mesmo alguns segmentos tendo desenvolvido enfrentamentos diretos sem a mediação da justiça trabalhista e esforços no sentido de assimilar parcela dos trabalhadores terceirizados ou novos temas como saúde e condições gerais de trabalho. A hesitação das forças de esquerda no enfrentamento dos pilares do legalismo corporativista e a persistência propositiva das forças oficialistas provocaram a manutenção de práticas que demonstravam sinais de esgotamento no final da década de 80, como o ajuizamento de dissídio coletivo, especialmente persistente entre os empregados do Banco do Brasil, onde a CONTEC, mesmo tendo na base de seus sindicatos filiados apenas 15% dos trabalhadores do banco, tem conseguido dividir ou mesmo hegemonizar algumas campanhas salariais baseadas na outorga legal da representação conferida pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST - e na legitimação parcial dos trabalhadores localizados nas bases dos sindicatos filiados à CUT.

A persistência da verticalização na organização dos sindicatos dos bancários é um desdobramento da unicidade e do enquadramento sindical, porém guarda aí explicação que apenas se torna válida para as forças oficialistas porque para as forças de esquerda

o contrário talvez seja mais verdadeiro, ou seja, a unicidade e a verticalização persistem porque essas forças preservam em suas bases a anacrônica divisão das categorias profissionais propostas pelo estatismo corporativista da década de 30 e debilmente mantida pela Constituinte da Nova República. Sem pensar que poderia caber aos bancários a derrocada da estrutura sindical, havemos de considerar que as contribuições nesse sentido têm sido pequenas, tendo em vista a dimensão dos movimentos realizados pelos bancários, os quais mais confirmam que desmontam a verticalização. Como expomos acima, os sindicatos de bancários têm perdido força porque os bancários formalmente reconhecidos são em número cada vez menor; os que ainda são têm mediado pouco de seus interesses pelos sindicatos e os trabalhadores precarizados não tem sido assimilados logo, a continuidade desse fracionamento talvez implique na constituição de uma nova organização por parte dos integrados e outra por parte dos precarizados numa dinâmica microcorporativista.

A perspectiva para o setor financeiro é de acirramento da concorrência interna em razão da extensão do período de ajustes vivido nos últimos anos. Das atuais 230 sedes bancárias no país talvez sobreviva a metade com a centralização bancária; dessas apenas pouco mais de uma dezena deverão ser grandes bancos comerciais e os bancos estatais certamente não terão sorte diferente. Tal concorrência intrassetorial deverá ocorrer com permanente regulação estatal, porque os impactos do colapso mexicano vividos pelos grandes centros financeiros, em plena vigência dos preceitos neoliberais, implicaram retomada de controles centrais. Com isso o trabalho, ou pelo menos a regulação dos movimentos e da organização dos trabalhadores, tende a ser também acompanhada de regulamentações que tornem previsíveis os conflitos trabalhistas no setor financeiro, pelo menos enquanto o trabalho vivo for, como é, um fator decisivo para produção do lucro.

Associando o fracionamento dos trabalhadores em instituições financeiras e a perspectiva de aprimoramento parcializado da regulação do trabalho, podemos admitir a hipótese de desenvolvimento de entidades participacionistas em detrimento dos atuais sindicatos que tensionam pelo enfrentamento ante os conflitos. Esses sindicatos continuariam existindo com poder de ação reduzido ou seu perfil de ação alterado. A escolha das atuais organizações sindicais tem sido o impedimento burocrático da emergência dessas entidades através da preservação do monopólio sindical, condição que pode ser alterada e talvez revele a dissimulação existente do poder de consentimento já alcançado por estas entidades, já bem preparadas para novos consentimentos microcorporativistas. Nas empresas onde este condicionamento não existe, podemos também admitir a possibilidade de incentivos patronais intensos para estabelecimento dessas condições, especialmente se considerarmos o progressivo enfraquecimento da

capacidade de geração de consenso na mesa de negociações sindicais da FENABAN, em razão da busca de uma maior autonomia de negociação por parte dos bancos, que procuram maior flexibilidade na política de pessoal em função das estratégias de mercado adotadas.

Outros dois fatores alteram a organização espacial do trabalho bancário: a prestação de serviços e a virtualidade financeira. Enquanto o banco e o capital virtual lançam o trabalho para uma espacialidade indefinida, rompendo com as barreiras nacionais que delimitavam a operacionalidade do sistema financeiro, a transformação das bancas de crédito em prestadoras de serviços financeiros desfaz a homogeneidade setorial verticalizada, especialmente pelo predomínio do capital financeiro sobre amplos segmentos da produção. Essa horizontalização ou pulverização da atuação bancária forja uma configuração local ou regional ditada pela necessidade de proximidade com os clientes e parceiros. Os bancos passam a ter políticas diferenciadas para diferentes regiões e a organização primária do trabalho necessariamente acompanha essa reespecialização. O mesmo não tem ocorrido com a organização secundária, os sindicatos mantêm-se verticalizados e perdendo a capacidade de intervenção específica.

Como vimos, a persistência dos marcos legais da estrutura corporativista tem implicado a dissimulação de disputas, pulverização, anacronismo e enfraquecimento da ação sindical; entretanto, as proposições para alterações na legislação sindical encontram disposições assimétricas no movimento: os oficialistas têm se beneficiado da atual situação e defendem as iniciativas que preservem a sua capacidade de reprodução colaboracionista e as forças de esquerda hesitam na transgressão dos marcos legais. Mesmo tendo correlação de forças favorável, como é o caso quando controlam a maioria dos sindicatos ligados aos serviços financeiros, bancários, financeiros, vigilantes, limpeza, processamento de dados e outros, constituem raros momentos de unificação das lutas desses trabalhadores em bancos. Para a CUT essa hesitação tem provocado perda de base sindical pela pulverização oficialista ou manutenção da filiação de sindicatos que contrariam os princípios da central e acentuam as resistências às mudanças.

As iniciativas recentes de tentativas de superação do desgaste sindical nos bancários têm partido dos sindicatos ligados à CUT como a unificação de sindicatos e a proposta de sindicato nacional, os sindicatos e federações ligados à CONTEC seguem arraigados no oficialismo, especialmente após o enfraquecimento do poder de ação dos cutistas junto aos trabalhadores do Banco do Brasil - BB - e Caixa Econômica Federal - CEF - e apoio das direções dessas empresas às manobras da CONTEC para obter um acordo coletivo válido para os trabalhadores desses bancos.

As iniciativas de unificação de sindicatos têm enfrentado parcialmente a unicidade sindical, mas têm preservado a verticalização. A unificação tem sido prevista apenas para sindicatos de bancários nos moldes do antigo enquadramento¹⁴⁷. A proposta de sindicato nacional elaborada pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo¹⁴⁸ prevê a representação dos trabalhadores por ramo de atividade, conforme já elaborada pela CUT há muitos anos e nunca implantada. Tal proposta poderá romper com o verticalismo, se superada a premissa de agremiar apenas os empregados das empresas do setor, pois do contrário a representação ainda ficará restrita aos trabalhadores formais, o que não muda muita coisa. Outro enfrentamento a ser superado para implantação da proposta é a quebra da unicidade sindical com a expansão da base cutista sobre as bases dos sindicatos ligados à CONTEC e admissão do mesmo movimento por parte da confederação oficialista, buscando dar continuidade aos sindicatos oficiais e verticalizados superados pelos cutistas. Essa disputa pela representação deverá expor direções de sindicatos cutistas que estão muito mais próximos da CONTEC que dos princípios da Central, e parcelas de trabalhadores favoráveis à CUT, que hoje se encontram sob os limites da outorga estatal nos sindicatos oficiais e ainda contidos pela inexistência de uma articulação plural, como parece ser a que está sendo apresentada.

O texto da proposta de sindicato nacional destaca a necessidade de aprimoramento da atual organização de comissão de empresa em contraposição ao incentivo patronal para os sindicatos por empresa e ainda cita a necessidade de organização por local de trabalho, base da proposta. A participação dos bancários a partir de organizações por local de trabalho faz parte das prioridades sindicais desde o início dos anos 80; quinze anos depois a debilidade parece maior do que já fora. A burocratização tem cristalizado dirigentes e o monopólio sindical virou objeto de disputas entre aparelhos sindicais de diferentes correntes com pouca correlação no cotidiano dos trabalhadores. Tais disposições de organização de base somente servirão de sustentação aos propósitos cutistas se abrangerem todos os estratos de trabalhadores, estiverem no centro dos processos decisórios dos conflitos com as empresas e articuladas com lutas gerais de outros trabalhadores, caso contrário poderão servir de sustentação de movimentos participacionistas numa perspectiva microcorporativista segmentada controlada pelas empresas.

Ante todas essas questões, uma diretriz para organização dos trabalhadores bancários destaca-se sem esforços: horizontalizar a representação sindical ou seja,

¹⁴⁷:conforme mimeo Bancários unificados, explicativo da experiência em curso da unificação dos sindicatos de bancários da região de Novo Hamburgo, Osório e Vales do Paranhana e do Cai (RS), assinado por Erik Persson - FEEB/RS, janeiro de 1996.

¹⁴⁸:mimeo Os desafios do sindicalismo rumo ao século XXI, assinado por Ricardo Berzoini - SEEB São Paulo, s/d.

abranger todos os trabalhadores, estáveis e precarizados, em empresas financeiras e superar o enquadramento sindical. Tal superação parece depender da antecipação das correntes cutistas as alterações legais anunciadas freqüentemente pelas agências estatais e mantidas em razão dos benefícios aos oficialistas, patronato e a burocracia estatal. No mesmo sentido deverão essas forças superar a legislação que preserva a unicidade, porque as lutas têm sido enfraquecidas pela dissimulação dos antagonismos do movimento sindical. Explicitar essas diferenças tornou-se fundamental para construção da unidade qualificada pelo convencimento de enfrentamentos com a ordem colaboracionista e pelo questionamento da naturalização da propriedade e da acumulação.

CONCLUSÃO

Os questionamentos iniciais desta pesquisa buscavam os motivos do crescente isolamento das campanhas salariais dos trabalhadores do BESC e as tendências que esta experiência indica para a organização dos trabalhadores. As investigações foram sustentadas pela hipótese de que os bancários do BESC constituíram um setor de classe mais organizado e desenvolveram uma dinâmica corporativista setorial em combinação com o declínio do velho corporativismo de Estado. Nos trabalhos de observação do período de 1986 a 1995, verificamos o desenvolvimento de um consentimento envolvendo a exploração do trabalho e a sobrevivência do banco, a fragmentação dos trabalhadores bancários na busca de acordos mais vantajosos, e o anacronismo da atual organização sindical bancária.

A adoção dessa estratégia deve ser considerada num contexto de remodelação da estrutura de emprego em razão, primeiro, de políticas econômicas neoliberais que promovem a garantia do capital em detrimento das condições de trabalho; segundo, de alterações tecnológicas que reduzem a necessidade de trabalho vivo. No setor financeiro essas duas condições são especialmente combinadas e acentuam os impactos da ameaça do desemprego ou da precarização do emprego existente.

O primeiro destaque da trajetória de lutas dos bancários do BESC é o estabelecimento do consentimento variável à exploração do trabalho associado à crescente defesa da lucratividade do banco como forma de preservação do emprego, favorecendo, assim, o desenvolvimento de organizações participacionistas e acentuando o enfraquecimento da ação sindical de contestação.

O consentimento se desenvolveu no curso das lutas dos trabalhadores do BESC que agiram como se fossem capazes de melhorar suas condições materiais por duas vias: uma, preservando a condição estatal do banco e recuperando sua lucratividade e, outra, diferenciando-se dos demais trabalhadores bancários com acordos separados em mobilizações com ritmo próprio.

As ações desenvolvidas no início do período estudado foram mobilizações externas, com a formação de comitês de entidades sociais para defesa do banco e paralisações unificadas com outros trabalhadores bancários; no final do período, essas ações ficaram restritas aos trabalhadores formais do BESC, os quais adotaram o bom posicionamento do banco no mercado financeiro, ou seja, a lucratividade como recurso de sobrevivência prioritário.

Tal estratégia implicou desgaste progressivo do poder de ação dos trabalhadores, pois a manutenção da lucratividade é sempre uma condição garantida pela exploração futura do trabalho, e o isolamento enfraquece o poder de ação dos trabalhadores, que é obrigatoriamente coletivo. Assim, o consentimento cumpre uma garantia de futuro aos capitalistas e precarização das condições materiais dos trabalhadores, confirmando a relação positiva entre a corporativização e necessidades básicas de acumulação e reprodução capitalistas (Schmitter, 1992).

Outro destaque é uma dupla segmentação na organização dos trabalhadores. A primeira é a estratificação que ocorre na própria empresa, onde os trabalhadores empregados da empresa disputam entre si um melhor desempenho funcional e unem-se numa disputa paradoxal com os estagiários, contratados e terceirizados. A segunda é a fragmentação que ocorre entre os bancários do BESC e os demais bancários, na busca de um melhor acordo salarial em razão de mais organização nas mobilizações com dinâmica específica.

A estratificação resultante das disputas entre os bancários do BESC não tem provocado grande impacto, porque a garantia de emprego tem sido preservada e a implantação dos programas de remuneração variável tem sido retardada. No entanto, entre esses trabalhadores estáveis e os estagiários, contratados e terceirizados se estabeleceu uma disputa paradoxal: os trabalhadores não estáveis, que representam um terço dos trabalhadores no banco, são excluídos das mobilizações e dos acordos formais, enquanto são aceitos como mão de obra barata ou fraudulenta para geração de maior lucratividade e absorção de uma parcela do trabalho mais precarizado. Tal estratificação entre os trabalhadores indica uma redução progressiva nas condições de estabelecimento da solidariedade e mediação de interesses comuns.

Essas alterações na organização primária do trabalho tem se reproduzido no movimento sindical com a realização de mobilizações que se encerram nos trabalhadores estáveis, criando uma espécie de sindicalismo dos integrados. As condições favoráveis à mobilização segmentada, em razão do maior nível de organização, levou os bancários do BESC a concertações restritas que, mesmo tendo servido de referência para outros acordos de outros trabalhadores, caracterizam a fragmentação da organização dos bancários.

A estratégia de buscar estabelecer referências avançadas com os acordos separados no BESC, em alguns anos, é semelhante às ações observadas por Ricardo Antunes nas primeiras greves do ABC, quando os líderes sindicais buscavam separar o patronato com greves separadas, sem ampliar, no entanto, a base social das mobilizações junto com outros segmentos operários (Antunes, 1992). O esgotamento da capacidade dessas lutas, como observado no BESC nos últimos dois anos, ocorre porque não é

possível obter sucesso nas tentativas de separar o que já é estruturalmente separado, pois o poder de ação do patronato é individual (Offe, 1984). Portanto, a fragmentação nas lutas apenas ilude por conquistas rapidamente consumidas pela dinâmica inflacionaria ou benefícios que podem ser retirados na primeira reversão da correlação de forças.

Um terceiro destaque é o anacronismo entre a organização sindical dos bancários e a organização patronal. Os sindicatos têm preservado o enquadramento sindical da era varguista, enquanto o patronato implanta a remodelação toyotista. A sexagenária verticalização se serve apenas ao restrito núcleo de trabalhadores formais integrados à empresa, que preservam a condição de empregado com carteira assinada e parte dos direitos trabalhistas. Para uma outra parcela, os que não são empregados diretos da empresa, o enquadramento é excludente e fragmentador. Para os trabalhadores, essa situação tem implicado esgotamento da capacidade da ação sindical de enfrentamento. Para os banqueiros, a segmentação da organização do trabalho, tanto na esfera institucional bancária como na sindical, traz dupla vantagem porque reduz as possibilidades de conflitos organizados coletivamente e remete os trabalhadores a uma concorrência entre si no âmbito da empresa para buscar superar suas necessidades materiais.

Outra implicação da preservação do verticalismo sindical é a sobrevivência de entidades oficialistas sem representatividade. Para garantir a unidade vertical, os sindicatos com maior potencial de mobilização e enfrentamento realizam alianças com entidades oficiais imobilistas. Esses pactos ocorrem em detrimento de outras alianças que contemplariam os outros trabalhadores das unidades de trabalho heterogeneizadas. Assim, constituem uma unidade de cúpula que não corresponde à diversidade de interesses nos locais de trabalho e abrange parcialmente os trabalhadores formais. O resultado dessas alianças é a dissimulação das diferenças existentes entre as correntes sindicais e a emergência latente de organizações colaboracionistas, ligadas à empresa, que podem vir a substituir os sindicatos na representação de parcela dos trabalhadores estáveis. Nos últimos anos a Associação dos Profissionais do BESC - Probesc - apresentou rápido crescimento do quadro associativo e tem desenvolvido atividades de apoio à política de pessoal do banco no interesse de seus associados.

Além das debilidades de organização e mobilização dos trabalhadores, o aumento da concorrência entre os bancos nos últimos anos tem levado as instituições bancárias a buscarem maior autonomia na sua política de pessoal e diferenciação de estímulos financeiros aos empregados, através da participação nos lucros ou política de remuneração variável. Essa concorrência intrassetorial dificulta a obtenção do consenso na associação sindical patronal e provoca uma debilidade de interlocução na mesa de negociações; logo, o salário base unificado para os bancários tem perdido importância

relativa e as formas de remuneração variável não têm sido objeto de negociação satisfatória. Assim, o acordo coletivo e os próprios sindicatos, enquanto negociadores desse instrumento de uniformização do preço da mão-de-obra, perdem importância.

A alteração desse quadro poderá ocorrer com a horizontalização da base de representação sindical e constituição de uma nova base de interesses a serem negociados por empresa ou, ainda, com a recuperação da representatividade da mesa da patronal com a integração das lutas desses trabalhadores.

Verificamos nessa pesquisa a alteração do papel interventor e normativo das agências estatais e o desenvolvimento de negociações diretas sustentadas no conflito de interesses. Contudo, confirmamos também a persistência de indicadores básicos do corporativismo de Estado, como a unicidade e o enquadramento sindical, e o apego de parcela dos trabalhadores a estes institutos. Em relação ao padrão de concertações, podemos afirmar a emergência de novas bases corporativistas no declínio do velho corporativismo estatal (Boito, 1994).

As novas bases são o consentimento com abrangência na empresa e a segmentação das lutas dos trabalhadores, constituindo uma dinâmica microcorporativista. Nos últimos dois anos verificou-se um refluxo do poder de ação dos sindicatos que realizavam os acordos com as empresas e as negociações foram remetidas para uma mesa patronal nacional pouco representativa, fragilizando as entidades sindicais e indicando reversão do microcorporativismo. Contudo, a persistência dos interesses não supridos pelos sindicatos e o crescimento latente de associações colaboracionistas indicam a possibilidade de alteração da representação dos empregados estáveis, objetivando a recuperação dos acordos com abrangência na empresa. O movimento patronal de manutenção da mesa de negociação nacional, ainda que fragilizada, indica a tentativa de reduzir a representatividade dos sindicatos, até ser possível e interessante incentivar a microconcertação com o novo agente colaboracionista.

O estudo da trajetória das lutas dos trabalhadores do BESC contribuiu para avançar na precisão conceitual do microcorporativismo através do desenvolvimento das três categorias de análise articuladas: consentimento, segmentação e conflito. O conceito de corporativismo reelaborado para este trabalho contemplou também o aspecto classista, e esse procedimento facilitou a abordagem das estratégias adotadas pelos agentes envolvidos.

Realizamos este estudo com o propósito de compreender melhor a dinâmica social em torno do sistema financeiro e de seus trabalhadores. Alguns aspectos não contemplados nesta análise estimulam novas abordagens, como a comparação das posturas adotada pelo Governo do Estado nas negociações trabalhistas das demais empresas do Estado, o comportamento dos banqueiros privados nas tentativas de

negociação segmentada feitas pelas comissões de empresa desses bancos e, ainda, as estratégias dos trabalhadores ante a integração dos sistemas financeiros de diferentes países e a formação dos blocos comerciais.

ANEXOS

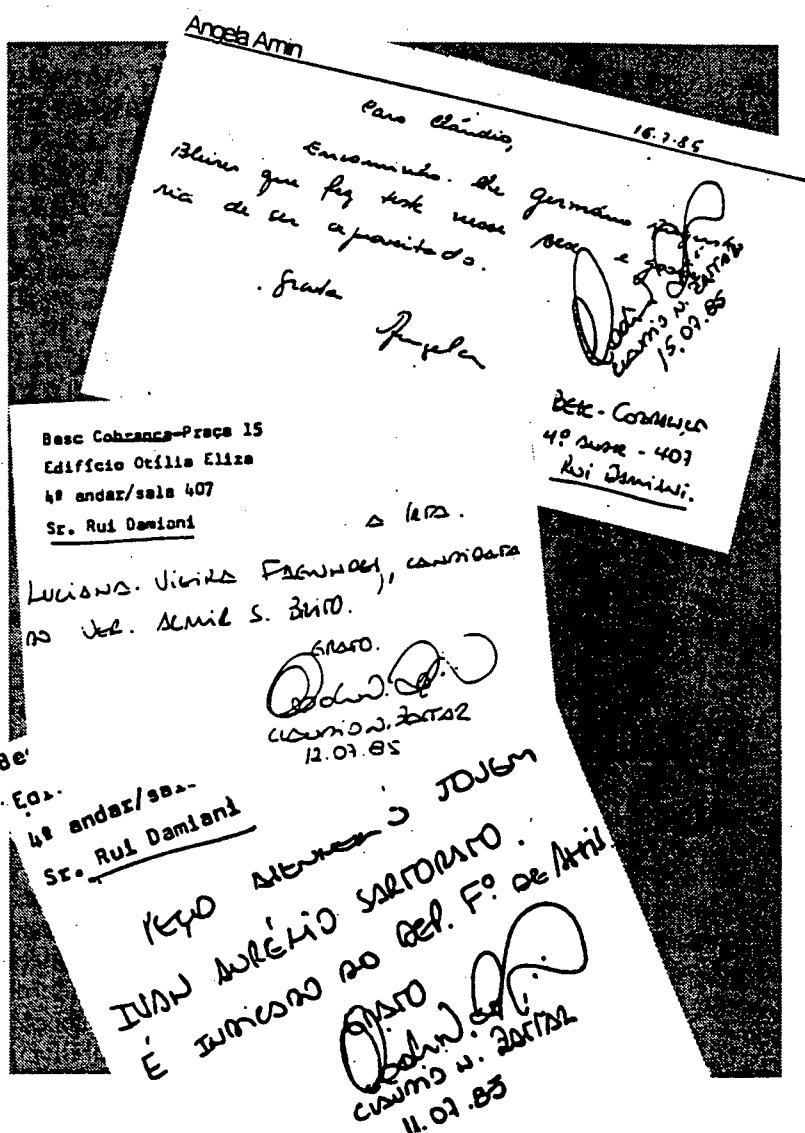
ANEXO I

Banco contratou 1.320 em períodos eleitorais

O relatório do Banco Central sobre a intervenção no Besc constata que o banco admitiu 1.320 empregados em vésperas de períodos eleitorais, contrariando a determinação da legislação. A maior parte deles, sem concurso público e através de indicações de políticos ligados ao PDS e ao PFL.

As admissões proibidas pela lei eleitoral foram realizadas de 1º de agosto de 82 a 15 de março de 83 (387 empregados), de 2 de julho de 85 a 1º de janeiro de 86 (928) e de 3 de junho de 86 a 15 de março de 87 (5). O banco gastou US\$ 16,5 milhões de dólares em salários e encargos desses empregados até 25 de fevereiro de 87. Alguns novos empregados receberam, em menos de seis meses nos cargos, promoções que elevaram seus salários em até 184%.

A maior parte das contratações por indicação se concentra entre os dias 10 e 17 de julho de 85. Vereadores, deputados estaduais, a primeira-dama Angela Amin e o gabinete do governador Esperidião Amin assinaram indicações de nomes para contratação, quatro meses antes das eleições para a Prefeitura da Capital.



ANEXO II A - DADOS FINANCEIROS COMPARADOS - BESC

BESC - BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DADOS FINANCEIROS COMPARADOS

PERIODO: 1986 A 1995

(dez-95 = 100)

CONTAS

	ANOS									
	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
	(Cz\$ milhoes)			(NCZ\$ milhoes)	(Cr\$ milhoes)	(US\$ mil) (1)				
Lucro Liquido	-454.0	1 138.0	12 540.0	318.0	2 268.0	27 860.0	20 694.0	27 007.0	22 950.0	25 718.0
Patrimonio Liquido	271.4	2 326.4	30 200.0	723.2	8 701.0	112 044.0	142 495.0	154 583.0	151 791	195 175.0
Rentabilidade Liquida	-167.26%	48.92%	41.52%	43.97%	26.07%	24.87%	14.52%	18.95%	14.85%	13.18%
Depositos Totais	nd	nd	nd	nd	nd	197 055.0	287 676.0	342 065.0	416 372.0	547 928.0
Aplicacoes Totais	nd	nd	nd	nd	nd	139 868.0	56 762.0	33 080.0	322 237.0	391 515.0
Despesas de Pessoal	nd	nd	nd	nd	nd	154 681.0	214 187.0	216 728.0	249 531.0	221 432.0
Outras Despesas Adm.	nd	nd	nd	nd	nd	40 295.0	50 650.0	63 891.0	67 670.0	75 745.0
Desp. de Treinamento (2)	nd	nd	nd	nd	nd	593.0	716.7	1 001.0	864.0	3 166.0
Numero de Agencias	217	217	217	217	238	247	254	254	255	254
Postos de Atendimento	nd	nd	nd	nd	nd	228	289	329	348	359

Fonte: Balanco Patrimonial e Relatorio de Administracao

Relatorio Austin Bank - Analise de Instituicoes Financeiras

Relatorio Anual do Besc 1991, 1992, 1993, 1994 e 1995

(1) Valores em US\$ mil ajustados pelo IGP-DI para 12/95

(2) Valores em US\$ mil de 31.12. de cada ano

ANEXO II B - DADOS FINANCEIROS COMPARADOS - BANESTADO E BANRISUL

BANESTADO - BANCO DO ESTADO DO PARANA
 BANRISUL - BANCO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL

DADOS FINANCEIROS COMPARADOS
 PERIODO: 1986 A 1995

CONTAS	ANOS									
	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
	(CZ\$ milhoes)		(NCZ\$ milhoes)		(Cz\$ milhoes)		(US\$ mil) (1)			
BANESTADO										
Numero de Agencias	nd	308	310	346	nd	380	380	386	392	393
Postos de Atendimento	nd	174	224	218	nd	217	210	232	240	252
Lucro Liquido	107.0	1 012.7	11 308.7	371.3	2 189.9	45 556.0	68 675.0	52 626.0	44 232.0	41 345.0
Patrimonio Liquido	1 397.7	7 672.2	78 401.6	1 727.9	18 118.2	270 535.0	418 014.0	401 050.0	368 866.0	452 146.0
Rentabilidade Liquida	7.66%	13.20%	14.42%	21.49%	12.09%	16.84%	16.43%	13.12%	11.99%	9.14%
BANRISUL										
Numero de Agencias	nd	295	293	300	309	303	303	302	303	314
Postos de Atendimento	nd	nd	189	211	191	139	161	212	212	218
Lucro Liquido	310.7	1 922.5	12 026.9	628.8	3 815.5	4 781.0	22 281.0	48 312.0	26 342.0	12 700.0
Patrimonio Liquido	1 859.4	9 686.0	95 592.4	1 990.5	22 504.0	276 286.0	402 988.0	405 005.0	366 715.0	452 478.0
Rentabilidade Liquida	16.71%	19.85%	12.58%	31.59%	16.95%	1.73%	5.53%	11.93%	7.19%	2.81%

Fonte: Balanco Patrimonial e Relatorio de Administracao

Relatorio Austin Bank - Analise de Instituicoes Financeiras

(1) Valores em US\$ mil ajustados pelo IGP-DI para 12/95

ANEXO III -

Dados de Emprego Bancário e Dados de Pessoal e Pontos de Atendimento BESC / BANESTADO / BANRISUL

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Bancários Brasil	842.188	835.879	846.867	824.316	753.636	700.217	682.304	671.740	637.647	571.582
Bancários SC	26.908	26.428	25.952	26.224	24.030	21.831	21.300	21.398	20.704	18.656
BESC										
Empregados	7.008	6.456	6.068	6.505	6.436	6.240	6.108	6.032	5.991	5.583
Estagiários	-	-	-	-	-	68	489	1.104	1.100	1.470
Agências + Postos At.	217 + nd	217 + nd	217 + nd	217 + nd	238 + nd	247 + 228	254 + 289	254 + 329	255 + 348	254 + 359
BANRISUL										
Empregados	nd	nd	10.697	11.438	11.438	11.235	11.267	10.970	10.648	9.183
Agências + Postos At.	nd	295 + nd	297 + 189	300 + 211	309 + 191	303 + 139	303 + 161	302 + 212	303 + 212	314 + 218
BANESTADO										
Empregados	nd	12.049	13.992	14.730	11.323	11.323	14.091	13.414	13.274	12.442
Agências + Postos At.	nd	308 + 174	310 + 224	346 + 218	nd	380 + 217	380 + 210	386 + 232	392 + 240	393 + 252

obs: dados referentes ao mês de dezembro de cada ano.

fontes: Balanços Patrimoniais e Relatórios de Administração dos respectivos bancos, vários anos.

Mapa do Emprego Bancário no Brasil : DIEESE / Cadastro Geral de Empregados e Desempregados MTb.

ANEXO IV A

FENABAN E BESC - DISSÍDIOS/ACORDOS/CONVENÇÕES COLETIVAS 1986-1991 - CLÁUSULAS PECUNIÁRIAS

CLÁUSULAS	1986		1987		1988		1989		1990		1991	
	FENABAN	BESC	FENABAN	BESC	FENABAN	BESC	FENABAN	BESC	FENABAN	BESC	FENABAN	BESC
REAJUSTE SALARIAL *	6,37% s/mar		51,04%		41,97%	(11)	1.084% (15)	(11)	diferenc.(14)	96,76% (9)	351,44%	111,59% (13)
AUMENTO REAL					8%		4 X 6,51%(4)			(10)		
PRODUTIVIDADE							8%			4%		
ABONO SALARIAL					21,39% set							
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS							consta (5)			consta (5)		consta (5)
PISO SALARIAL - escriturário	Cz\$ 2.300,		Cz\$ 6.650,		Cz\$ 54.048,		NCz\$ 800,		NCz\$ 900,	Cz\$ 28mil(2)	Cz\$ 126.405,	Cz\$ 129.391,
CORREÇÃO CURVA SALARIAL										6,88%		
CORREÇÃO SALÁRIAL												
ANUENIO - pgto mensal	Cz\$ 85,		Cz\$ 320,				IPC mensal					
GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO	50%		55%				NCz\$ 23,14		NCz\$ 30,	Cz\$ 580,	Cz\$ 2.618,38	Cz\$ 3.532,56
GRATIFICAÇÃO DE CAIXA	Cz\$ 420,		Cz\$ 2.000,				idem		55%	55%	55%	55%
QUEBRA DE CAIXA							NCz\$ 200,		NCz\$ 479,29	Cz\$ 7mil(2)	Cz\$ 31.602,	Cz\$ 56.448,
GRATIFIC. COMPENSADOR	Cz\$ 158,		Cz\$ 850,				1/6 sal. base			1/6 sal. base		1/6 sal. base
AJUDA ALIMENTAÇÃO dia	Cz\$ 20,00		Cz\$ 80,00				NCz\$ 61,40		NCz\$ 67,75	Cz\$ 1.485,63	Cz\$ 6.707,	Cz\$ 7.978,42
VALE TRANSPORTE							NCz\$ 5,78		NCz\$ 9,00(6)	Cz\$ 200,00	Cz\$ 1mil/dia	Cz\$ 1.500,(6)
AUX. TRANSPORT. deslocc. not.							cfme lei		cfme lei	cfme lei	cfme lei	cfme lei
AUXÍLIO CRECHE-BABÁ	2MVR/48m.		2MVR/60m.		2MVR/72m.		NCz\$ 49,25		NCz\$ 60,00	Cz\$ 1.191,66	Cz\$ 5.380,	Cz\$ 12.000,
AUX. FILHOS EXCEPCIONAIS					2MVR		idem		NCz\$ 150,72m.	4MVR/72m	Cz\$ 4.219,88	Cz\$ 25mil/72m.
AUXÍLIO/SALÁRIO EDUCAÇÃO							idem		NCz\$ 150,	4MVR	Cz\$ 4.219,88	Cz\$ 25.000,
AUXÍLIO FUNERAL conj./filhos					cfme lei		idem		cfme lei	cfme lei	cfme lei	cfme lei
ADICIONAL NOTURNO	25%		35%		10 OTNs		100 BTN		um piso	Cz\$ 20mil	Cz\$ 90mil	um piso
ADICIONAL HORAS EXTRAS	35%		40%		idem		idem		50%	50%	35%	50%
DIAS PARADOS /DESCONTO					40%		50%		50%	50%	50%	50%
DIAS PARADOS / ABONO										5 dias	1 por mês(3)	1 por mês(3)
ADIANTAMENTO 13 SALÁRIO	até 30 junho		idem		idem		até 30 maio		até 30 abril	até 30 maio	até 30 março	até 30 março
AUX. DOENÇA - complement.	12 meses		idem		idem		idem		12 meses	18 meses	18 meses	12 meses
GRATIFIC. DIGITAD. / CONFER.												consta
INSALUBR./PERICULOSID.(1)	consta		idem		idem		idem		consta	consta(7)	consta	consta(7)
INDENIZAÇÃO POR ASSALTO	Cz 500mil		Cz\$ 2 milh		Cz\$ 12 milh		NCz\$ 142mil		NCz\$ 130mil	Cz\$ 2milh	50milBTNs(8)	Cz\$ 13,5milh

(1) adicional para postos de serviços em empresas específicas
 (2) cidades com mais de 130 mil hab.
 (3) ref. greve set/91
 (4) equiv. a 26,05%, ref. quitação URP fev 1989
 (5) igual montante distribuído aos acionistas
 (6) para jornada de 8 horas e aos caixas é pago em dobro
 (7) ampliada com comissão para estudos e eliminação desses fatores
 (8) ampliada com cobertura pelo banco de despesas méd./psicol. na Fundação de Seguridade
 (9) sobre março de 90, desc. antecip. até ago 90, linear
 (10) ocorreu reequacionamento por tempo de serviço no PCS
 (11) 57,91% + 8% + 6,51% = 61,64% s/ ago 89
 (12) em 07/04/89 foi assinado Acordo Adiantamento Reposição Salarial, 26,05% mar + 15% mai
 (13) 111,59% = 99,05% s/ ago 91 + 6,3% sobre set 91
 (14) 120,8% sobre mar 90
 (15) sobre agosto de 88



ANEXO IV B

FENABAN E BESC - DISSÍDIOS/ACORDOS/CONVENÇÕES COLETIVAS 1992 - 1995 - CLÁUSULAS PECUNIÁRIAS

	1992		1993		1994		1995	
	FENABAN	BESC	FENABAN	BESC	FENABAN	BESC	FENABAN	BESC
CLÁUSULAS								
REAJUSTE SALARIAL *	1049,7%	1049% set91	1710,91%	65,92% (17)	16%	(13)	30%	(16)
AUMENTO REAL	5%		5%					
PRODUTIVIDADE		2,7%		5%				
ABONC SALARIAL						80 horas ord.		
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS		consta # (8)		consta (8)		consta (8)	consta (7)	consta (7)
PISO SALARIAL escriturário	C/\$ 1566mil	C/\$ 1.527mil	35200	CR\$ 29.050,	R\$ 301,54	cfme tabela	R4 410,00	(16)
CORREÇÃO SALÁRIAL	consta (1)	70% mês ant.	consta (3)	consta (9)				
ANUÊNIO - pgto mensal	C/\$ 31.609,	C/\$ 43.172,	CR\$ 605,	CR\$ 820,93	R\$ 5,19	(14)	R\$ 6,75	(16)
GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO	55%	55%	55%	55%	55%	55%	55%	(16)
GRATIFICAÇÃO DE CAIXA	C/\$ 450mil	C/\$ 689.870,	CR\$ 10mil	CR\$ 13.117,	R\$ 85,67	(14)	R\$ 115,00	(16)
QUEBRA DE CAIXA		1/6 sal. base		1/6 piso		1/6 piso		(16)
GRATIFIC. COMPENSADOR	C/\$ 80.965,	C/\$ 97.506,	CR\$ 3.465,	CR\$ 1.854,	R\$ 29,68	(14)	R\$ 38,58	(16)
AJUDA ALIMENTAÇÃO - dia	C/\$ 18mil	C/\$ 17.246,	CR\$ 400,	CR\$ 400,(10)	R\$ 5,00	RS 5,00(18)	R\$ 7,00	(16)
AUX. CESTA-ALIMENTAÇÃO					R\$ 80,00mês		R\$ 102,00	(16)
VALE TRANSPORTE	cfme lei	cfme lei #	cfme lei	cfme lei	cfme lei	cfme lei	cfme lei	cfme lei
AUX. TRANSPORTE desloc. not.	64946	C/\$ 137.964,	CR\$ 2.180,	CR\$ 2.623,	R\$ 18,68	(14)	R\$ 24,28	(16)
AUXÍLIO CRECHE-BABÁ (5)	C/\$ 300mil	C/\$ 287.425,	CR\$ 5.710,	CR\$ 5.710,	R\$ 60,00	R4 60,00	R\$ 78,00	(16)
AUX. FILHOS EXCEPCIONAIS	C/\$ 300mil	C/\$ 287.425,	CR\$ 5.710,	CR\$ 5.710,	R\$ 60,00	R\$ 60,00	R\$ 78,00	(16)
AUX./SALÁRIO EDUCAÇÃO	cfme lei	cfme lei #	cfme lei	cfme lei	cfme lei	cfme lei	cfme lei	cfme lei
AUXÍLIO FUNERAL	C/\$ 1089872,	1 piso	CR\$ 20.730,	um piso	R\$ 177,60	um piso N04	R\$ 230,88	(16)
ADICIONAL NOTURNO	35%	50%	35%	50%	35%	50%	35%	(16)
ADICIONAL DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%	(16)
PROMOÇÃO GERAL POR ANTIGUIDADE								
DIAS PARADOS / DESCONTO				1 d/mês (11)				
INDENIZAÇÃO ADICIONAL					consta (4)		consta(6)	
ADIANTAMENTO 13 SALÁRIO	até 30 maio	até 30 març#	até 30 maio	até 30 março	até 30 maio	até 30 março	até 30 maio	até 30 março
AUX. DOENÇA - complet.	18 meses	12 meses #	18 meses	12 meses	18 meses	12 meses	18 meses	12 meses
INSALUB./PERICULOSID.(2)	consta	consta #	consta	consta (12)	consta	consta (12)	consta	consta
INDENIZAÇÃO POR ASSALTO	C/\$ 162,9milh	C/\$ 155, milh	CR\$ 3,1milh	CR\$ 2,9milh	R\$ 26.555,97	(14)	R\$ 34.522,76	(16)

cláusula válida pelo período set91 à ago93
 (1) reaj. bimestral: 85% até 3 SM e quadrimestral: 100% até 3SM, para IRSM acima de 25%
 (2) adicional para postos de serviço em empresas específicas
 (3) reaj. bimestral: 85% até 6 SM e quadrimestral: 100% SM até 6SM, para IRSM acima de 10%
 (4) por dispensa involuntada de out. à fev. variável entre 2 e 0,5 valor do aviso prévio
 (5) 83 meses
 (6) por dispensa involuntada de out. à fev. variável entre 1,5 e 1 valor do aviso prévio
 (7) pgto único de 72% do salário mais R\$ 200,00 fixo a título de adiant. de partic. lucros
 (8) igual montante distribuído aos acionistas
 (9) 85% IRSM mês anterior e zeramento bimensal, linear
 (10) os caixas recebem em dobro
 (11) rei. greve set1993, três dias, sem reflexos funcionais
 (12) ampliada com programa de renovação dos fatores
 (13) 0,19% + 11,87% + 4,89% observar promoção por antiguidade igual a 6,88% - 4,69% = 2,89% + 1,73%
 (14) correção do valor de ago1994 pelo índice do reaj. salarial (13)
 (15) rei. greve de set1994, cinco dias em pecúnia em três parcelas e cinco dias das férias ou LP, sem reflexos funcionais
 (16) o Banco segurará o acordo entre o Sindicato e a Fenaban, CCT95/86, mantidas, reajustadas, as mais favoráveis aos empregados
 (17) 65,92% + 5% = 74,21% sobre agosto
 (18) em dez 94 a ajuda alimentação foi paga em dobro (Besc)

BANESTADO - DISSÍDIOS/ACORDOS/CONVENÇÕES COLETIVAS 1986-1995 - CLÁUSULAS PECUNIÁRIAS										
CLÁUSULAS	1986	1987	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	
REAJUSTE SALARIAL *	100% IPC	172,73%	1,084%	2.362,24%	351,44%	1.049,7 %	1.710,91%	16,82%	30 %	
PISO SALARIAL escriturário	Cz\$ 2.400,	Cz\$ 10.015,	NCz\$ 1.020,	Cz\$ 35.700,	Cz\$ 161.167,	Cz\$ 1.945mil	CR\$ 36.995,	R\$ 357,30	R\$ 464,49	
AUMENTO REAL		13,1 + 7 % s	4%							
PRODUTIVIDADE	2%	4%		7,7 %	3% (10)	5%				
CORREÇÃO CURVA SALARIAL				consta (7)						
INCORPORAÇÃO SALARIAL		20%		Cz\$ 8.651,						
ABONO SALARIAL								equiv. 25 hs.		
CORREÇÃO DE SALÁRIOS		URP mensal	IPC mensal	FRSquadrim.	a negociar	70% IRSM	vários (13)			
ANTECIPAÇÃO E REAJUSTES		4,74%	10%	consta (8)						
GRATIFICAÇÃO SEMESTRAL	1 salário	1 salário	1 salário	idem	idem	idem	idem	idem	idem	
ATUALIZAÇÃO DE VERBAS						consta	idem	idem	idem	
ANUENIO - pgto mensal	Cz\$ 90,	Cz\$ 366,	NCz\$ 30,98	Cz\$ 821,30	Cz\$ 3.707,69	Cz\$ 44.758,	CR\$ 852,	R\$ 8,23	R\$ 10,70	
GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO	55%	55%	55%	idem	idem	idem	idem	idem	idem	
GRATIFICAÇÃO DE CAIXA	Cz\$ 384,	Cz\$ 2.235,	NCz\$ 129,13	Cz\$ 3.919,28	Cz\$ 17.693,	Cz\$ 251.948,	CR\$ 6.234,	R\$ 60,20	R\$ 76,26	
QUEBRA DE CAIXA	Cz\$ 246,	Cz\$ 2.555,	NCz\$ 116,18	Cz\$ 3.060,	Cz\$ 13.909,	Cz\$ 198.052,	CR\$ 3.766,	R\$ 36,37	R\$ 47,28	
GRATIFIC. COMPENSADOR	Cz\$ 226,	Cz\$ 4.977,	NCz\$ 62,01	Cz\$ 4.302,43	Cz\$ 19.423,	Cz\$ 234.466,	CR\$ 4.458,	R\$ 43,05	R\$ 55,97	
AJUDA ALIMENTAÇÃO dia	Cz\$ 20, (1)	Cz\$ 75, (4)	3 BTN\$ (6)	Cz\$ 320,	Cz\$ 1.500,	Cz\$ 19.800,	CR\$ 400,	R\$ 5,00	R\$ 7,00	
AUX. CESTA-ALIMENTAÇÃO								R\$ 80,00	R\$ 102,00	
AUX. TRANSPORTE desloc. not.	Cz\$ 172,	Cz\$ 578,	NCz\$ 49,25	Cz\$ 1.306,	Cz\$ 5.895,	Cz\$ 71.161,	CR\$ 2.180,	R\$ 21,05	R\$ 27,37	
VALE TRANSPORTE			cfme lei	idem	idem	idem	idem	idem	idem	
AUXÍLIO CRECHE-BABÁ	2MVR/48m.	2 MVR/72m.	2MVR/72m.	4MVR/72m.	25 mil (11)	300 mil (12)	CR\$ 5.710,	R\$ 60,83m.	R\$ 78,00	
AUX. FILHOS EXCEPCIONAIS			2MVR/72m.	1 sal. m/n.	idem	idem	idem	idem	idem	
AUX./SALÁRIO EDUCAÇÃO		comiss. parit.	cfme lei	idem	idem	idem	idem	idem	idem	
AUXÍLIO FUNERAL			270 BTN\$	500 BTN\$	Cz\$ 137.608,	Cz\$ 1.66milh	CR\$ 31.587,	2 pisos sal.	idem	
ADICIONAL NOTURNO	25%	25%	35%	idem	idem	idem	idem	idem	idem	
ADIC. HORA EXTRA	30%	30%	50%	idem	idem	50%	50%	idem	idem	
DIAS PARADOS / ABONO				3 dias (9)	todas seg91					
DIAS PARADOS / DESCONTO				3 dias (9)						
ADIANTAMENTO 13º SALÁRIO	até 30 maio	até 30 maio	até 30 maio	idem	idem	idem	idem	idem	idem	
INDENIZAÇÃO POR ASSALTO	Cz\$ 500mil	Cz\$ 1,25milh	NCz\$ 142mil	Cz\$ 3 milh	Cz\$ 13,5milh	Cz\$ 200 milh	CR\$ 3,8 milh	R\$ 40 mil	R\$ 52 mil	
TRABALHO SÁB. DOM. FER.						pgto h. extra	pgto h. extra	idem	idem	

(7) diferencial entre 22% e o valor de Cz\$ 8.651,00
 (8) 65% de ago90 para desconto em nov90
 (9) ref. greve de seg90
 (10) já incluído nos 351,44%
 (11) valor em Cz\$ ref. 72 meses
 (12) valor em Cz\$ ref. 83 meses
 (13) 85% IRSM mensal, 100% IRSM bimensal e 100% FAS quadrimestre

(0) no ano de 1988 não houve assinatura de acordo em separado, vigorou o acordo com a Fenaban
 (1) nas oito maiores cidades do Estado o valor é Cz\$ 30,00
 (3) um salário a ser devolvido em cinco vezes
 (4) jornada de 6 horas
 (6) para cidades com mais de 500 mil hab. ou sede de sindicato regional

FENABAN E BESC - DISSÍDIOS/ACORDOS/CONVENÇÕES COLETIVAS 1986-1991 - CLÁUSULAS DE REGULAMENTAÇÃO GERAL												
CLÁUSULAS	1986		1987		1988		1989		1990		1991	
	FENABAN	BESC	FENABAN	BESC	FENABAN	BESC	FENABAN	BESC	FENABAN	BESC	FENABAN	BESC
MANUAL NORMAS / PESSOAL												
ESTABILID. PROVISÓRIA (1)	7 modalid.		idem		idem		idem		7 modalid.		8 modalid.	a disposição 7 modalid.
PLANO CARGOS E SAL. impl.								90 dias		reavaliação		
CARTA DE DISPENSA					consta		consta		consta		consta	consta
ATEST. EXAME DEMISSÃO					consta		consta		consta		consta	consta
EMISSÃO LAUDOS TÉCNICOS												autoriz. vist.
EMISSÃO DE C.A.T.												trimestr.
CONCURSO PÚBLICO												cfme lei
OPÇÃO FGTS RETROATIV.					idem		idem		consta		consta	consta
ASSIST. MÉD. empreg. desped.							idem				30/90 dias(2)	
CATEGORIA DIFERENCIADA					30 dias							
DOCTOS DE PESSOAL ao sind.									abrange			abrange
RELAÇÃO DE EMPREG. ao sind.									consta			consta
DIREP / COREP									consta			consta
RELAÇÕES TRAB. comiss. parit.					consta				consta			comiss. parit.
DELEGADO SINDICAL												consta
ACESSO AO BANCO diríg. sind.												regulamtção
HOMOLOG. RECISÕES prazo												sem restrição
LIBERAÇÃO DE DIRIG. SIND.	20 dias		idem		idem		15 dias		10 dias		10 dias	10 dias
DESCONTO ASSISTENCIAL	ônus / banco		idem		idem		idem		ônus / banco		ônus / banco	ônus / banco
MENSALIDADE SINDICAL desc.	pelo banco		idem		idem		idem		pelo banco		pelo banco	pelo banco
INCENTIVO À SINDICALIZAÇÃO	pelo banco		idem		idem				pelo banco		pelo banco	pelo banco
VANTAG. MAIS FAVORÁV.(3)												consta
MULTA FGTS	consta		ampliada		idem				consta			consta
MULTA DESCUMPRIMENTO CCT	consta		idem		idem		idem		40%			40%
FÉRIAS PROPORCIONAIS			consta		idem		idem		consta		consta	consta
VIGÊNCIA	um ano		idem		idem		idem		um ano		um ano	um ano

(1) gestante, alistamento, doença, aposentadorial e II, paternidade, aborto, acidente

(2) 90 dias para demitido com mais de 10 anos no emprego

(3) o banco seguirá acordo FENABAN

(4) 2 anos para cláusulas sociais e sindicais

FENABAN E BESC - DISSÍDIOS/ACORDOS/CONVENÇÕES COLETIVAS - 1992 - 1995 - CLÁUSULAS DE REGULAMENTAÇÃO GERAL											
CLÁUSULAS	1992		1993		1994		1995		FENABAN	BESC	BESC
	FENABAN	BESC	FENABAN	BESC	FENABAN	BESC	FENABAN	BESC			
MANUAL NORMAS / PESSOAL		à disposição		a disposição		a disposição					a disposição
ESTABIL. PROVISÓRIA(1)	8 modalid.	7 modalid. #	7+1 mod.	7 + 1 mod.	8 modalid.	7 modalid.	8 modalid.	8 modalid.	8 modalid.	7 modalid.	7 modalid.
CARTA DE DISPENSA	consta	consta	consta	consta	consta	consta	consta	consta	consta	consta	consta
ATEST. EXAME DEISSIONAL	consta	consta #	consta	consta	consta	consta	consta	consta	consta	consta	consta
EMISSÃO LAUDOS TÉCNICOS		autORIZ. vist.		aut. vistória		aut. vistória		aut. vistória		aut. vistória	aut. vistória
EMISSÃO DE C.A.T.	mensal	trimestral	mensal	trimestralm.	mensal	trimestralm.	mensal	mensal	mensal	trimestralm.	trimestralm.
MESAS TEMÁTICAS								consta	consta		consta
CONCURSO PÚBLICO		cfme lei #		cfme lei		cfme lei				cfme lei	cfme lei
OPÇÃO FGTS RETROAT.	consta		consta		consta		consta		consta		
ESTUDOS ERGONÔMICOS		consta		cfme NR17		cfme NR17				cfme NR17	cfme NR17
ASSIST. MÉD. empreg. desped.	30/90 dias(2)		30/90 dias(2)				30/90 dias(2)				30/90 dias(2)
COMISSÃO PARITÁRIA SAÚDE		consta		consta		consta		consta	consta		consta
SEGURANÇA BANCÁRIA	comiss. parit.		comiss. parit.		comiss. parit.		comiss. parit.	comiss. parit.	comiss. parit.	comiss. parit.	comiss. parit.
POLÍTICA GLOBAL AIDS	comiss. parit.		comiss. parit.		comiss. parit.		comiss. parit.	comiss. parit.	comiss. parit.	elab. conj.	comiss. parit.
CATEGORIA DIFERENCIADA		abrange #		abrange		abrange		abrange	abrange	abrange	abrange
DOCTOS DE PESSOAL ao sind.		consta #		consta		consta		consta	consta	consta	consta
RELAÇÃO DE EMPREG. ao sind.		consta #		consta		consta		consta	consta	consta	consta
DIREP / COREP		consta (4)		eleiç. 30març		prop. 30 mar.		prop. 30 mar.		prop. 30 mar.	
DELEGADO SINDICAL		regulamentação #		garantia		garantia		garantia		garantia	garantia
ACESSO AO BANCO dirig. sind.		sem restiç. #		sem restrição		sem restrição		sem restrição		sem restrição	sem restrição
HOMOLOG. RECIÇÕES prazo	10 dias	10 dias #	10 dias	10 dias	10 dias	10 dias	10 dias	10 dias	10 dias	10 dias	10 dias
LIBERAÇÃO DE DIRIG. SIND.	ônus banco	ônus banco #	ônus banco	ônus banco	ônus banco	ônus banco	ônus banco	ônus banco	ônus banco	ônus banco	ônus banco
DESCONTO ASSISTENCIAL	pelo banco	pelo banco #	pelo banco	pelo banco	pelo banco	pelo banco	pelo banco	pelo banco	pelo banco	pelo banco	pelo banco
MENSALIDADE SINDICAL desc.		pelo banco #		pelo banco		pelo banco		pelo banco		pelo banco	pelo banco
INCENTIVO À SINDICALIZAÇÃO	consta	consta #	consta	consta	consta	consta	consta	consta	consta	consta	consta
REVISÃO MANUAL REC. HUM.		consta		consta		consta		consta		consta	consta
SOBRE A EMPRESA informaç.											
MULTA FGTS		40%		40%		40%		40%		40%	40%
MULTA DESCUMPRIMENTO CCT	consta		consta		consta		consta		consta		consta
FÉRIAS PROPORCIONAIS	consta	consta #	consta	consta	consta	consta	consta	consta	consta	consta	consta
ELEIÇÕES CIPA - comunicação	consta		consta		consta		consta		consta		consta
VIGÊNCIA	um ano	um ano #	um ano	um ano	um ano	um ano	um ano	um ano	um ano	um ano	um ano

cláusulas válidas entre set/91 e ago/93

(1) gestante, alistamento, doença, aposentadoria e II, paternidade, aborto, acidente

(2) 90 dias para demitido com mais de 10 anos no emprego

(3) um ano para cláusulas de natureza econômica e dois anos para cláusulas sociais, sindicais, saúde e gerais

BANESTADO - DISSÍDIOS/ACORDOS/CONVENÇÕES COLETIVAS 1986-1995 - CLÁUSULAS DE REGULAMENTAÇÃO GERAL											
CLÁUSULAS	1986	1987	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995		
MANUAL NORMAS / PESSOAL				divulgação	idem	idem	idem	idem	idem		
GARANTIA DE EMPREGO				90 dias							
ESTABILID. PROVISÓRIA	7 modalid.	8 modalid.	9 modalid.	idem	idem	idem	idem	idem	idem		
PLANO CARGOS E SALÁRIOS		sugestões(2)	sugestões(2)			sugestões(2)					
AUX. DOENÇA - complement	consta	consta	consta	idem	idem	idem	idem	idem	idem		
DATA DO PAGTO DO SALÁRIO	mult. p/ atraso	mult. p/ atraso	mult. p/ atraso			até dia 20	idem	idem	idem		
SALÁRIO DE SUBSTITUTO	igual titular	idem	idem	idem	idem	idem	idem	idem	idem		
PROMOÇÕES mérito e antiguid.						retomada	bco manidm	idem	idem		
CÓD. DISCIPLINA reformulação											
CARTA DE DISPENSA		prazo 30 d.			idem	idem	idem	idem	idem		
ASSIST. MÉD. empreg. demitido			consta	idem	idem	idem	idem	idem	idem		
APOSENTADORIA preparação			30 dias	idem	idem	60 dias	idem	idem	idem		
APOSENT. complementação								consta	idem		
ATEST. EXAME DEMISSIONAL			consta	idem	idem	idem	idem	idem	idem		
CONCURSO PÚBLICO							consta	idem	idem		
MULTA FGTS	15 e 20%(4)	10 e 25%(5)						idem	idem		
ISENÇÃO DE TARIFAS BANC.							aos empreg.	idem	idem		
CONTRIB. À FUND. SEG. SOC.	prop. 2/1	prop. 2/1	prop. 2/1	idem	idem	idem	idem	idem	idem		
INSALUB./PERICULOSIDADE. (1)	consta	idem	consta	idem	idem	idem	idem	idem	idem		
OPÇÃO FGTS RETROAT.	consta	consta	consta	idem	idem	idem	idem	idem	idem		
POLÍTICA GLOBAL AIDS								idem	idem		
DIREP / COREP		impl. 180 d.					consta	idem	idem		
HOMOLOG. RECISÕES prazo	10 dias	idem	15 dias	idem	idem		estudos	idem	estudos		
LIBERAÇÃO DE DIRIG. SIND.	ônus banco	# #	ônus banco	idem	idem	10 dias	idem	idem	idem		
DIREITO REUNIÕES local trab.						idem	idem	idem	idem		
ABONO ATIVID SINDICAIS						consta	consta	idem	idem		
FUNDO ATIVID SINDICAIS			consta	idem	idem	idem	idem	idem	idem		
DESCONTO ASSISTENCIAL	pelo banco	idem	pelo banco	consta (3)							
BASE SINDICAL alterações				idem	idem	idem	idem	idem	idem		
INCENTIVO À SINDICALIZAÇÃO	consta	consta	consta	idem	idem	idem	idem	idem	idem		
VANTAGENS FAVORÁVEIS		fenaban									
INFORM. CONTÁBEIS acesso		consta	consta	idem	idem	idem	idem	idem	idem		
MULTA DESCUMP. ACT	consta	consta	consta	idem	idem	idem	idem	idem	idem		
VIGÊNCIA	um ano	idem	um ano	idem	idem	idem	idem	idem	idem		

(0) no ano de 1988 não houve assinatura de acordo em separado, vigorou acordo com a Fenaban

(1) pago a empregados em postos bancários em empresas específicas

(2) sugestões, por parte dos sindicatos, às propostas de alteração apresentadas pelo banco

(3) banco promoverá desconto de 2 BTN's

(4) mínimo de 15 anos de trabalho para o mesmo empregador

(5) 10% para até 15 anos de banco e 25% para mais de 25 anos de banco

ANEXO IV G

FENABAN E BESC - DISSÍDIOS/ACORDOS/CONVENÇÕES COLETIVAS 1986- 1991 - CLÁUSULAS DE CONDIÇÕES GERAIS DE TRABALHO												
	1986		1987		1988		1989		1990		1991	
	FENABAN	BESC	FENABAN	BESC	FENABAN	BESC	FENABAN	BESC	FENABAN	BESC	FENABAN	BESC
ABONO PARA ESTUDANTES	prova/vestib		idem		idem		prova/vestib		prova/vestib		prova/vestib	
ABONO DOENÇA DE FILHO												consta
ABONO/PREM. ASSIDUIDADE							5 dias / ano		5 dias / ano			5 dias / ano
AUSÊNCIAS LEGAIS	(2) três sit.		cinco sit.		seis sit.		cinco sit.		seis sit.		seis sit.	cinco sit.
HORÁRIO PARA REFEIÇÕES							11às14 hs.					11às14 hs.
HORÁRIO AMAMENTAÇÃO												
LICENÇA PRÊMIO							60d. cd. 10a		60d. cd. 10a			60d. cd. 10a
ATRASOS - não compensação							inf. 15 min.					
SEGURO DE VIDA GRUPO (1)	consta		idem		idem		consta		consta		consta	
SEGURO DE VEÍCULOS												consta
REMANEJAMTO POR DOENÇA												consta
MULTAS DA COMPENSAÇÃO	ônus / bancod		idem		idem		ônus / bancod		ônus / bancod		ônus / bancod	ônus / bancod
UNIFORME	ônus / bancod		idem		idem		ônus / bancod		ônus / bancod		ônus / bancod	ônus / bancod
DIGITADORES intervalo							10/90 min.		10/90 min.		10/50 min.	10/50 min.
CONDIÇ. TRAB. DIGITADORES							cinco itens		nove itens		onze itens	
ADOÇÃO DA NR-17												consta
CONDICÕES DE TRAB. CAIXAS							consta		consta		consta	consta
TRABALHO DAS GESTANTES							consta		consta		consta	consta
CAIXAS INFORMAT. SINDICAIS												consta
SALÁRIO DE SUBSTITUTO	igual tit.		idem		idem		igual tit.		igual tit.		igual tit.	
ADIANTAMENTO FÉRIAS							5 dias antes		5 dias antes		5 dias antes	
DATA DO PAGTO SALÁRIO							até dia 25		até dia 25		até dia 25	
REV. DE CLÁUSULAS ECON.									março 1991		março 1992	
REENQUADRAMENTO P.C.S.									até dez 1990			
QUADRO DE AVISOS			consta		consta		consta		consta		consta	consta

(1) ônus para o banco durante o afastamento por doença
 (2) ampliação do art.473 da CLT

BANESTADO - DISSÍDIOS/ACORDOS/CONVENÇÕES COLETIVAS 1986-1995 - CLÁUSULAS DE CONDIÇÕES GERAIS DE TRABALHO										
CLÁUSULAS	1986	1987	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	
ABONO PARA ESTUDANTES	consta	consta	consta	idem	idem	idem	idem	idem	idem	
ABONO/PREM. ASSIDUIDADE	5e10 dias(2)	idem	5e10 dias(2)	idem	idem	idem	idem	idem	idem	
AUSÊNCIAS LEGAIS	9 situações	idem	10 situações	idem	idem	idem	idem	idem	idem	
GESTANTE saída antecipada						10 min.	10 min.	idem	idem	
HORÁRIO AMAMENTAÇÃO	1 h/ 6 m.	idem	1 h/ 6m.	idem	idem	idem	idem	idem	idem	
LICENÇA PRÊMIO	consta (3)	idem	consta(4)	idem	idem	idem	idem	idem	idem	
FÉRIAS adiantamento	consta	consta	consta	idem	idem	idem	idem	idem	idem	
FÉRIAS PROPORCIONAIS			consta	idem	idem	idem	idem	idem	idem	
FORNECIMENTO DE LANCHES	pelo banco		pelo banco	idem	idem	idem	idem	idem	idem	
SEGURO DE VIDA GRUPO (1)	consta		consta	idem	idem	idem	idem	idem	idem	
SEGURO DE VEÍCULOS serviço						estudos	idem	idem	idem	
TREIN/RECICL. compens. horas	consta	idem	consta	idem	idem	idem	idem	idem	idem	
ADICIONAL DE SOBRE AVISO								15%	idem	
CURSOS E REUNIÕES OBRIG.						pglo h.extra	idem	idem	idem	
AUTOMAÇÃO reaproveitamento				consta	idem	idem	idem	idem	idem	
CIPAS - INSTALAÇÃO		cfme CLT	cfme CLT	idem	idem	idem	idem	idem	idem	
CONTR. RISCOS estatística								consta	idem	
REMANEJ. POR DOENÇA			consta	idem	idem	idem	idem	idem	idem	
EXAMES MÉD. PERIÓDICOS								idem	idem	
MULTAS DA COMPENSAÇÃO	ônus banco	idem	ônus banco	idem	idem	idem	idem	idem	idem	
UNIFORME	ônus banco	idem	ônus banco	idem	idem	idem	idem	idem	idem	
DIGITADORES intervalos								10/50 min.	idem	
ASSÉDIO SEXUAL								falta grave	idem	
COMPROVANTE PGTO fornecimento	pelo banco	idem	pelo banco	idem	idem	idem	idem	idem	idem	
QUADRO DE AVISOS			consta	idem	idem	consta	idem	idem	idem	
AUXÍLIO REMOÇÃO	um salário	idem	um salário	idem	idem	idem	idem	idem	idem	
AUXÍLIO NATALIDADE	créd. c/c	idem	créd. c/c	idem	idem	idem	idem	idem	idem	
PIS / PASEP	créd. c/c	idem	créd. c/c	idem	idem	idem	idem	idem	idem	
FISCALIZAÇÃO RESTAURANTE			consta			consta	idem	idem	idem	
DESCONTO EM FOLHA (5)				consta	idem	idem	idem	idem	idem	
POST. SERV. dotação pessoal				consta	idem	idem	idem	idem	idem	
AGÊNCIAS PIONEIRAS gerente				consta	idem	idem	idem	idem	idem	
TRANSP. VALORES	restfrio	idem	restfrio	idem	idem	idem	idem	idem	idem	

(0) no ano de 1988 não houve assinatura de acordo em separado, vigorou acordo com a Fenaban
 (1) ônus para o banco durante gozo do auxílio - doença
 (2) 5 dias por ano para empregados com até 20 anos de banco e 10 dias com mais de 21 anos
 (3) a partir de 10 anos de banco entre 30 e 180 dias
 (4) a partir de 5 anos de banco entre 15 e 180 dias
 (5) ref. serviços mantidos pelo banco

	FENABAN E BESC - DISSÍDIOS/ACORDOS/CONVENÇÕES COLETIVAS 1992-1995 - CLÁUSULAS DE CONDIÇÕES GERAIS DE TRABALHO											
	1992		1993		1994		1995					
	FENABAN	BESC	FENABAN	BESC	FENABAN	BESC	FENABAN	BESC	FENABAN	BESC	FENABAN	BESC
ABONO PARA ESTUDANTES	consta	consta#	consta	consta	consta	consta	consta	consta	consta	consta	consta	consta
ABONO DOENÇA DE FILHO		consta #		consta			consta					
ABONO/PREM. ASSIDUIDADE		5 dias /ano#		5 dias /ano			5 dias /ano					5 dias /ano
ABONO PARTICIP. SINDICAL							p/ congrss					p/ congrss
AUSÊNCIAS LEGAIS (2)	seis sit.	cinco sit. #	seis sit.	cinco sit.	seis sit.	cinco sit.	cinco sit.	seis sit.	cinco sit.	seis sit.	cinco sit.	cinco sit.
HORÁRIO PARA REFEIÇÕES		11às14 hs. #		11às14 hs.			11às14 hs.					11às14 hs.
HORÁRIO AMAMENTAÇÃO							reduç. 1 h.					reduç. 1h.
LICENÇA PRÊMIO		60d. / 10a.#		60d. cd. 10a.			60d. cd. 10a.					30d. cd. 5a.
SEGURO DE VIDA GRUPO (1)	consta	consta #	consta	consta	consta	consta	consta	consta	consta	consta	consta	consta
USO DE VEÍCULOS em serviço												ônus banco
TREINAMENTO E RECICLAGEM												consta
REMANEJAMTO POR DOENÇA		consta #		consta			consta					consta
EXAMES MÉD. PERIÓDICOS												consta
MULTAS DA COMPENSAÇÃO	ônus banco	ônus banco	ônus banco	ônus banco	ônus banco	ônus banco	ônus banco	ônus banco	ônus banco	ônus banco	ônus banco	ônus banco
UNIFORME	ônus banco	ônus banco	ônus banco	ônus banco	ônus banco	ônus banco	ônus banco	ônus banco	ônus banco	ônus banco	ônus banco	ônus banco
ATENDIM. MÉD. EM ASSALTO												consta
DIGITADORES intervalo	10/50 min.	10/50 min. #	10/50 min.	10/50 min.	10/50 min.	10/50 min.	10/50 min.	10/50 min.	10/50 min.	10/50 min.	10/50 min.	10/50 min.
CONDIÇ. TRAB. DIGITADORES		11 itens #		11 itens			11 itens					11 itens
ADOÇÃO DA NR-17		consta #		consta			consta					consta
CONDIÇÕES DE TRAB. CAIXAS		consta #		consta			consta					consta
PREVENÇÃO DA L.E.R.							consta					consta
PROGRAMAS PREVENÇÃO												consta
TRABALHO DAS GESTANTES		consta #		consta			consta					consta
ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO												consta
EXAMES MÉDICOS ESPECÍFICOS	méd. banco		méd. banco		méd. banco		méd. banco		méd. banco		méd. banco	comiss. apur.
CAIXAS INFORMAT. SINDICAIS		consta		consta			consta		consta		consta	consta
GRATIFIC. DIGIT./CONF.		consta		consta			consta		consta		consta	(16)
SALÁRIO DE SUBSTITUTO	igual tit.		igual tit.		igual tit.		igual tit.		igual tit.		igual tit.	
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS		5 dias antes#		5 dias antes			5 dias antes		5 dias antes		5 dias antes	5 dias antes
DATA DO PAGTO SALÁRIO		até dia 25 #		até dia 25			até dia 25		até dia 25		até dia 25	até dia 25
REVISÃO DE CLÁUSULAS		consta		consta			consta		consta		consta	consta
QUADRO DE AVISOS	consta	consta #	consta	consta	consta	consta	consta	consta	consta	consta	consta	consta

cláusulas válidas entre set91 e ago93

(1) ônus para o banco durante o afastamento por doença

(2) ampliação do art.473 da CLT

ANEXO V - A - Membros do Conselho de Administração do BESC - Governo Pedro Ivo e Vilson Kleinübing - 1988-1995

NOME	Formação Acadêmica	Formação Profissional	Cargos de Confiança Política-partidária	Ligação Política-partidária
Paulo Afonso E. Vieira (P)			Dep. Est. PMDB 87/91 Secret. Fazenda 88/90	PMDB
Saulo Vieira	Direito	Assessor Assembl. Leg. SC	Chefe Casa Civil 87/90	PMDB
Jamir Abreu			Chefe Casa Civil 87 Secret. Planejamento 90	PMDB
Emanuel Campos			Secret. Estado 88-90	PMDB
Felix C. Theiss (P)	Economia - 68	Várias empresas privadas em Blumenau	Prof. Blumenau 73-76 Secret. Fazenda 90	PMDB
Dejandir Dalpasquale			Pres. BNCC 85-89 Pres. BADESC 89-90	PMDB
Paulo L. M. Vieira	Direito - 69	Funcionário Público	Secret. Adm. Estado 90	PMDB
Aloysio G. Costa	Direito - 61	Funcionário BESC 69 Dir. FUSESC 85	Pres. BESCRI 80-82 Ass. Téc. BESC 82-85	nd
Fernando M. de Mattos (P)	Direito - 61	nd	Secret. Fazenda 91	PFL
Colombo M. Salles	Engenharia - 49 Esc. Sup. Guerra - 75	nd	Dir. Fin. Eletrosul 68-79 Secret. Planj. Fpolis 89-90	PDS-PFL
Ivo Silveira	Direito		Governador SC 71-78 Cons. Trib. Contas SC 84-87 Governador SC	PDS-PFL
Honorato A. Tomelin	Engenharia - 67	Eng. BADESC 86-91	Cons. Trib. Contas SC	
Luiz F. V. Salomon	Engenharia - 69	Func. Celesc	Gab. Planj. SC 69-83 Secret. Fazenda 92 Presid. Celesc 91-92	PDS-PFL PFL

(P) = Presidente do Conselho

fonte: informações Anuais CVM - IAN - anexo 02

ANEXO V - B - Membros do Conselho de Administração do BESC - Governo Paulo Afonso Vieira - 1995

NOME	Formação Acadêmica	Formação Profissional	Cargos de Confiança Político-partidária	Ligação Político-partidária
Neuto Fausto de Conto (P)		Adm. Ceval S/A 62-94	.Vereador S. M. Oeste SC 73-82 .Dep. Estadual 82-86 .Secret. Agric. SC 86-88 .Dep. Federal 88-94 .Secret. Fazenda 95	PTB - 62 PMDB - 70
Paulo S. G. P. Paraiso	Administração - 80	.Diretor Pref. Munic. Fplis 80-81 .Gerente BESCRI 83-84 .Banco IOCHPE 84-88	Vice-presid. BESC 88-89	PMDB
Saulo Vieira	Direito	.Assessor Assembl. Leg. SC 71-78 .Assessor Assembl. Leg. RO - 83 .Vice-presid. OAB/SC 83-84	.Presid. TELESC 86-87 .Chefe Casa Civil SC 87-90 .Procurador-chefe Assembl. Leg. SC 94	MDB - 66 PMDB - 80
Milton Martini	Administração - 82	Func. Tesouro SC 78-83	.Secret. Com. Social SC 95 .Secret. Casa Civil SC 95	PMDB
Oscar Falk (P)	Administração 83	Fiscal Trib. Federal 84	Secret. Fazenda SC	PMDB
Aloysio G. Costa (1)	Direito - 61	.Funcionário BESC 69 .Dir. FUSESC 85	.Pres. BESCRI 80-82 .Ass. Téc. BESC 82-85	nd

(P) = Presidente do Conselho

(1) = Indicado pela Fundação de Seguridade dos Funcionários do BESC - FUSESC

fonte: Informações Anuais CVM - IAN - anexo 02

ANEXO V - C - Membros do Diretoria do BESC - Goveno Pedro Ivo - 1988-1991

NOME	Formação Acadêmica	Formação Profissional	Cargos de Confiança Político-partidária	Ligação Político-partidária
Carlos A. Blossfeld (P)	nd	Empregado BESC	nd	PMDB
Jose Olir Mocelin	Administração	Empregado BESC	nd	PMDB
Zeno Heinig	Direito - 73 Contabilidade - 59	Banco INCO 56-61 Empresário e Advogado	nd	nd
Nery G. Althoff	Economia	Empreg. BB e BACEN Consultor Fiat e Xerox	nd	nd
Alvício L. Thiesen	Direito - 79	Empregado BESC	nd	nd
Ingo Gruel (P)	nd	nd	nd	nd
Sayde José Miguel (P)	nd	nd	nd	nd

(P) = O presidente do banco compõe o Conselho de Administração

fonte: Informações Anuais CVM - IAN - anexo 02

ANEXO V - D - Membros da Diretoria do BESC - Governo Wilson Kleinübing - 1991-1995

NOME	Formação Acadêmica	Formação Profissional	Cargos de Confiança Político-partidária	Ligação Político-partidária
Mércio Felsky (P)	Direito - 74		Secret. Finanças Blumenau 89-91	PL
Valdemar Sauchuk	Contabilidade e Economia	Funcionário BB 90-91	nd	PFL
Almir S. de Brito	nd	Banco Credireal e BESC	Vereador Fpolis 76-96	PPB
Dijalma de Amorim	Administração - 69	Empregado BESC	.Secret. Finanças Fpolis 90-91 .Vice-pres. BESCVAL 79-84	PFL
Mário de F. Olinger	Direito - 75	Empregado BESC	Assessor Secret. Cultura Fpolis 79-83	PPB
Jorginho dos S. Mello	.Administração - 78 .Direito - 91	Empregado BESC	Dep. Estadual SC 94	PL
João R. Carvalho	Medicina Veterinária - 67		.Vereador Mafra 76-82 .Prefeito Mafra 83-86 .Dep. Estadual SC 87-91	PFL
Arnaldo F. dos Santos	Administração	Empregado BESC	Inspeção Geral BESC 90-92	s/p
Hélio Gama Nascimento	Economia	.Aux. Adm. Mosteiro São Bento 77-78 .Aux. Enfermagem 79-80 .Empregado BESC 80- .Diretor Sind. Bancários Brusque 89-91	.Pres. BESCAM 91-92 .Vereador Brusque 88-	PPB

(P) = O presidente do banco compõe o Conselho de Administração

fonte: Informações Anuais CVM - IAN - anexo 02

ANEXO V - E - Membros da Diretoria do BESC - Governo Paulo Afonso Vieira - 1995-

NOME	Formação Acadêmica	Formação Profissional	Cargos de Confiança Político-partidária	Ligação Político-partidária
Fernando F. de Mello Jr.	.Administração 69 .Direito 69	.Prof. Universitário .Funcinário BB 64-69	.Presid. CONCAP Fpolis 75-77 .Presid. IPUF Fpolis 79-81 .Secret. Finanças Fpolis 86-87 .Secret. Fazenda SC 88	PMDB
Roberto Busch	Direito	.Empresário .Prof. Universitário	.Presid. CODEVILLE Joinville 84-89 .Secret. Adm/Finanças Joinville 87-88 .Diretor Financeiro Celesc 89	PMDB
Ricardo J. A. Oliveira	Direito, Economia e Administração	.Procurador Fazenda 79 .Prof. Universitário	nd	nd
Alvício L. Thiesen	Direito - 79	Empregado BESC	nd	nd
Sérgio N. Schwinden	nd	Empregado BESC 66-	Assessor Presid. BESC 82-87	nd
Francisco J. Grossi	Contabilidade - 80	.Funcionário BACEN .Interventor BESC 87-89	nd	nd
Pedro T. Furlan	Administração - 86	Empregado BESC 72-	nd	PMDB
Antonio B. Neto	Pedagogia - 80	.Prof. Pré-vestibular .Empregado BESC	Candidato vereador Fpolis 92	PMDB
Cosme Polese	Economia - 78	.Empregado Banespa .Empresário florestal .Delegado Est. IBDF 85-86	.Secret. Municipal Lages 77-83, 93-94 .Secret. Est. SC 95	PMDB
Júlio C. Pungan	Contabilidade	Empregado BESC	nd	nd

(P) = O presidente do banco compõe o Conselho de Administração

fonte: Informações Anuais CVM - IAN - anexo 02

NTI91902

São Paulo, 14 de agosto de 1989

Ilmo. Sr.
Ingo Greuel
Presidente

BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A

copy
EREH

EREH
17/08/89
CC
Assessor
Herberto Campos Petreita

0071205 DE BANCO
RECEBEMOS
17 AGO 1989
PRESIDENCIA

Senhor Presidente:

Demos início às negociações coletivas oficiais com os sindicatos de bancários de todo o País, visando à renovação das convenções cuja vigência terminará em 31/08/89.

Os primeiros contatos já revelam os dois grandes obstáculos para uma solução adequada e rápida: a questão dos índices da inflação de janeiro, cujo IPC vetorizado foi de 70,28%, e os novos poderes dos Tribunais Trabalhistas com decisões mais abrangentes em decorrência do seu novo poder normativo, dos recursos sem efeito suspensivo e das 15 sentenças regionais diferentes entre si.

Adotamos a estratégia de apresentar também propostas de nosso interesse e negociar com menor número de reuniões, compactando as discussões e apresentando contra-propostas para acordo, muito próximas daquilo que entendemos razoáveis para o sistema bancário. Assim, antes do final de agosto as negociações já estarão concluídas. O calendário dos sindicatos já prevê a instauração obrigatória dos dissídios coletivos em todos os Tribunais Regionais antes de 31/08 e a possibilidade de deflagração de greve por volta do dia 20 de setembro.

Na próxima terça-feira, dia 15, estaremos fazendo nossas ofertas para as cláusulas de caráter econômico e parte das cláusulas político-sociais. Transmitiremos esses números a V.Sa. com o apelo para que sejam amplamente difundidos através de circulares internas; evitando que nossos funcionários recebam as informações e, principalmente, as avaliações das nossas propostas exclusivamente através da imprensa sindical.

Saudações,

[Handwritten Signature]
Leo Wallace Cochrane Júnior
Presidente

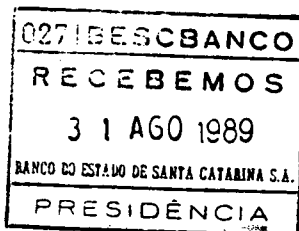


Associação Brasileira dos Bancos Comerciais Estaduais

PRESI Nº 008/89

Brasília, 15 de agosto de 1989.

Ilmo. Sr.
Dr. Ingo Greuel
DD. Presidente do
Banco do Estado de Santa Catarina S/A
Florianópolis - SC



A
MAR 14
21/8/89

Ingo Greuel
PRESIDENTE

REF.: Pauta de Reivindicações.

Prezado Senhor Presidente,

Durante os trabalhos do XI Encontro Nacional ASBACE sobre Recursos Humanos que realizamos em Brasília, de 07 à 09 do corrente, os participantes manifestaram sua preocupação com as negociações que se desenvolverão nos próximos dias com vistas ao reajuste salarial dos bancários.

Em sessão plenária decidiram elaborar e submeter à Diretoria da ASBACE uma pauta de reivindicações a ser apresentada, pelos BCEs, aos Sindicatos representativos dos bancários.

Em reunião realizada em 27.07.89 a Diretoria da ASBACE estudando todos os aspectos que envolvem a próxima discussão com os Sindicatos dos Bancários, decidiu que a Associação não deveria tomar qualquer iniciativa visando a negociação.

Decidiu também, a nível de ASBACE, aguardar os resultados das negociações que a FENABAN vem mantendo com os bancários.

No entanto, decidimos encaminhar à sua apreciação a anexa "Pauta de Reivindicações" como subsídio, sendo que, no caso de um eventual entendimento visando acordo em separado, V.Sa: poderá fazer uso desse documento se julgá-lo de utilidade.

Valemo-nos do ensejo para renovar a V.Sa nossos melhores protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Jose Soares Nuto
José Soares Nuto
Presidente



Associação Brasileira dos Bancos Comerciais Estaduais

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS BANCOS COMERCIAIS ESTADUAIS

AOS SINDICATOS REPRESENTATIVOS DOS BANCÁRIOS

Proposições dos participantes do Seminário "Legislação e Negociação". Plenário do XI Encontro Nacional ASBACE sobre Recursos Humanos.

Os Sindicatos deverão se comprometer:

- 44 - A se integrar aos esforços desenvolvidos pela ASBACE no sentido de defesa dos BCEs, no que tange a seus papéis de instituições essenciais como agentes financiadores e de fomento ao desenvolvimento sócio-econômico de seus Estados.
- 45 - A levar a suas Assembléias informações reais e completas sobre a evolução dos índices oficiais que medem a inflação e sobre os adiantamentos relativos já concedidos pelos Bancos a partir da última data base e sua compensação.
- 03 - A aceitar a realidade de cada Banco como base para discussão dos índices de reajustes a serem concedidos.
- 46 - A desenvolverem ações que resultem em compromisso dos funcionários com as metas da instituição, que visem, seja sua estabilização econômico-financeira, seja seu desenvolvimento, seja o incremento de produtividade, o que, em última instância, são condições determinantes à garantia dos empregos e dos níveis salariais.
- 05 - A buscar o compromisso dos bancários com os planos de formação de pessoal, visando à eficiência das instituições e ao seu desenvolvimento.
- 47 - A orientarem os funcionários a não ingressarem em juízo contra o Banco antes de tentarem, na esfera administrativa, solução para eventuais pendências trabalhistas.



Associação Brasileira dos Bancos Comerciais Estaduais

...2

48

07 - A não entrarem com ações judiciais coletivas, sem a manifesta autorização de cada sindicalizado e após esgotados os entendimentos sobre o objeto da demanda.

08 - A não inovar, sobre a Constituição recentemente promulgada em suas reivindicações.

49

09 - A reconhecer o direito constitucional ao trabalho em contrapartida ao direito de greve.

10 - A desenvolver ações com os sindicatos minoritários garantindo sua aceitação aos acordos pactuados.

11 - A retirarem, no bojo das negociações ora desenvolvidas e dos acordos resultantes, as ações trabalhistas relativas aos "Planos Bresser, Funaro e Veirão".

12 - A aceitarem que as atas das reuniões para discussão dos termos dos acordos trabalhistas sejam elaboradas após as mesmas e rubricadas pelas partes, como forma de embasamento das comunicações decorrentes.

13 - A obedecer a um Código de Ética, elaborado de comum acordo com as instituições, que regerá o conteúdo de seus veículos de informação, com base em: compromisso com a verdade; objetividade e não subjetividade; obrigatoriedade de se citar casos reais, evitando-se críticas de caráter geral, sem fundamentação, respeito mútuo, etc.

14 - A somente noticiarem, em seus boletins, casos de descumprimento de legislação trabalhista por parte dos Bancos, quando puderem citar dados completos das eventuais transgressões, evitando-se generalizações.

15 - A contribuir para combater o absenteísmo, via campanha específicas, e, particularmente, de comum acordo com as instituições, aceitando que os funcionários que apresentem várias vezes atestados médicos sejam submetidos a "check-up" médico.



Associação Brasileira dos Bancos Comerciais Estaduais

...3

- 50
- 16 - A não inovarem sobre os acordos ou dissídios coletivos durante sua vigência, evitando movimentações, paralizações setoriais ou quaisquer outras, além de qualquer forma que atinja o direito ao trabalho.
 - 17 - A respeitar os clientes das instituições, afastando das Agências Bancárias suas manifestações e, quando for o caso, seus piquetes, que, em nenhuma circunstância poderão se desdobrar em ações que ultrapassem os limites da propriedade dos BCEs, principalmente para exercer pressão física sobre funcionários.
 - 18 - A responder pelos danos causados, ao patrimônio das instituições, durante eventuais greves, ficando a categoria econômica autorizada a deduzir os prejuízos de quaisquer receitas (desconto assistencial e contribuição sindical), da entidade profissional concernente.

CONFIDENCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

152

DOCUMENTO DE INFORMAÇÃO

DATA	12 jun 90	LOCAL	Florianópolis - SC
ASSUNTO	PARALIZAÇÃO DOS BANCÁRIOS		
ORIGEM			
AVALIAÇÃO	B - 2		
DIFUSÃO	GAB/GOV/SC - GAB/SSP/SC - GAB/SIC/SC - Ch/SSI/BESC - 1		
DIFUSÃO ANTERIOR			
REFERÊNCIA			
ANEXO			



INFE nº 084/90 - DCI/SSI/SC

1. Hoje, 12.06.90, aderiram à paralização da classe dos bancários grande Florianópolis:
ILHA: Real, Finasa, Econômico, Banorte, Unibanco, Nacional, Crédito Real e BESC.
CONTINENTE: Unibanco, Finasa e BESC. Em Falhoça, São Amaro da Imperatriz e São José só o BESC paralizou.
2. A paralização no interior do Estado, até às 14:30 hs de hoje, 12.06.90, encontra-se na seguinte situação:
 - Micro-regiões onde nenhuma agência aderiu à greve: Rio do Sul, Ituporanga, Canoinhas, Itajaí, Jaraguá do Sul, Iages, Brusque, Fra, Joaçaba, Laguna e Tubarão.
 - Em Criciúma aderiu à paralização as agências do BRADESCO, BANE Real, BANRISUL, UNIBANCO, FINASA, BANERINDUS, Itaú e as duas agências do BESC.
 - Na cidade de Siderópolis a única agência paralizada é a do BESC.

/sne

CONFIDENCIAL

segue...



INFE nº 084/90

- Em Blumenau as agências do BESC estão funcionando e aderiram à paralização, de forma total ou parcial as agências do Meridional, Econômico, Unibanco, Boa Vista e PARISUL. Foi marcada uma assembléia geral da classe para hoje 12.06.90, às 18:30 hs no saguão da igreja matriz. Nas cidades da micro-região ninguém aderiu à paralização.
- Em Chapecó a agência centro do BESC funciona com somente 13 funcionários e encontra-se paralizada a agência do PARISUL.
- Em São Miguel D'Oeste está fechada a agência centro do BESC. A tarde haverá uma reunião dos bancários.

.c.c.c.c.c.c.c.c.c.c.



CONFIDENCIAL

BESC S/A AGENCIA PERITIBA - 0199 53 1111

BESC

DIREH

PERITIBA SC, 11 DE OUTUBRO DE 1995

Banco do Estado de Santa Catarina S.A.

DECÍDIO COLETIVO 95/96

Atendendo solicitação da REGIONAL DE JOAÇARA - SC. Nós Funcionários da Agência de PERITIBA = SC. abaixo relacionados, estamos em acordo com a proposta apresentada nesta data e solicitamos o pagamento antecipado em 24 horas sobre todos os direitos.

<u>MATRÍCULA</u>	<u>NOME</u>
3.009-0	Altair Rover
3.351-0	Domingos Rodrigues dos Santos
5.952-8	Marli Rosalina Ziliotto Engel
5.955-2	Sergio João Kuhn
5.956-0	Gelsi Lurdes Maltauro
10.644-5	Dione Ivete Maciel Figoço

ASSINATURA

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Saudações.

BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A.
AGÊNCIA PERITIBA (SC) - CGC 83.874.003/0155-75

Altair Rover
GERENTE GERAL
3009-A

Domingos Rodrigues dos Santos
Gerente Administrativo
3351-A

CORRESPONDÊNCIA
RECEBIDA
11 OUT 1995
BESCBANC
SECRETARIA G.

ANEXO VIII

Perfil bancários - geral 1980 / 1996

Perfil bancários - BESC 1995

	Geral SP - 1980	Geral BR - 1996	BESC 1995
Idade média	26	32	38
Tempo de banco	04	11	14.3
Faz hora-extra %	--	53	95
Esc. 2º grau %	66	34	60 ⁽¹⁾
Esc. superior %	34	66	15 ⁽¹⁾
Homens %	36	59	65
Casados %	33	60	--

nota: (1) dados de julho de 1990.

fontes: a: pesquisa CNB - perfil do bancário - DATAFOLHA, 1996.

b: pesquisa Profiss.ao bancário - DIEESE/SP, 1980.

c: dados BESC - Direh, junho 1995.

ANEXO IX - POLÍTICAS SALARIAIS 1986 - 1996

Lei / vigência	Tipo de correção
Lei 7450 jan - fev 86	Reajuste semestral por faixas: até 10 SM = 100% do INPC e acima de 10 SM 80% do INPC
DL 2283/2302 mar 86 - jun 87	60% do IPC na data-base e gatilho de 20%. Em 1º/03/86 reajuste pela média set85-fev86 mais abono 8%.
DL 2335 jul 87 - jan 89	Reajuste mensal pela URP do trimestre anterior. IPC de junho, 26,06%, foi expurgado do cálculo. Sem garantia de reajuste na data-base.
MP 32 e outras fev 89 - abr 89	Não há previsão de reajuste. Em 1º/02/89 conversão pela média de 1988 mais a URP de janeiro, 26,05%, substituída em abril pelo percentual de 53,27%.
Lei 7788 jun 89 - mar 90	Reajuste trimestral integral até 20 SM com antecipações mensais escalonadas: até 3 SM: 100% IPC, até 20 SM: IPC - 5%, mais de 20 SM livre negociação. Na data-base: livre negociação.
MP 154 abr 90 - mai 90	Reajuste mensal pré-fixado. Livre negociação na data-base. O índice de abril foi zero e em maio as regras foram revogadas.
MP 193 e outras jun 90 - jan 91	Na primeira data-base: conversão pela média do ano anterior e abonos em agosto de 1990 e janeiro de 1991.
MP 295 fev 91	Conversão, em 1º fevereiro, pela média dos últimos 12 meses. Sem previsão de reajustes na data-base.
Lei 8178 abr 91 - ago 91	Concessão de abonos pelo IRSM sem previsão de reajustes.
Lei 8222 set 91 - ago 92	Até 3 SM: reajuste quadrimestral pelo INPC integral com antecipação bimestral de metade do INPC.
Lei 8419 set 92 - dez 92	Até 3 SM: reajuste quadrimestral pelo FAS com antecipação bimestral pela média geométrica da variação do IRSM no bimestre.
Lei 8542 jan 93 - jul 93	Até 6 SM: reajuste quadrimestral pelo FAS com antecipação bimestral de 60% do IRSM no bimestre.
Lei 8700 ago 93 - fev 94	Até 6 SM: reajuste quadrimestral pelo FAS com antecipações mensais pelo IRSM acima de 10%.
Lei 8880 na data base após 1º/07/94	Conversão pela média dos últimos 12 meses em março de 1994 (URV) e reajuste pelo IPCr entre julho de 1994 e o mês anterior ao da data-base. Livre negociação após a primeira data-base.

fonte: cadernos Pesquisa DIEESE.

DL = Decreto-Lei

MP = Medida Provisória

SM = Salário Mínimo

INPC = Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IPC = Índice de Preços ao Consumidor

URP = Unidade de Referência de Preços

IRSM = Índice de Reajuste do Salário Mínimo

FAS = Fator de Atualização Salarial

URV = Unidade Real de Valor

INFORMATIVO O BANCÁRIO

ANO XIII - FLORIANÓPOLIS - SC - MARÇO - 1986 - Nº XLIV

ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA

O momento é de reflexão calcule o seu salário

Companheiros, o momento é de reflexão. Não podemos nos deixar levar por impulsos de aventureiros e de elementos que não são autênticos bancários. É muito simples, quando não se tem o peso da responsabilidade de toda uma categoria, no que tange a segurança, a sua estabilidade, para lançar injúrias e todo o seu inconformismo contra uma Diretoria que tudo tem feito pela categoria.

Existe um grupo de elementos, oportunistas, que vem procurando denegrir o trabalho de uma diretoria consciente.

É muito cômodo criticar e chamar os próprios colegas de "PELEGOS e DINOSSAUROS", quando se está servindo de "capacho e teleguiados" de correntes ideológicas que só tentam a qualquer preço promover badernas e arruaças.

TRABALHO GRATUITO

Queremos esclarecer aos colegas bancários que, quando se sentirem prejudicados ou explorados pelos próprios bancos. Quando os gerentes de bancos exigirem o trabalho gratuito, ou seja, exigir que se trabalhe além do horário normal, é só comunicar a Diretoria do Sindicato que, sem precisar identificar-se, nós, como sempre fizemos, denunciaremos à Delegacia Regional do Trabalho e exigiremos uma fiscalização adequada.

SOBRE A ASSEMBLÉIA

No XV Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais e Empregados do Banco do Brasil S/A., para tratar da Reforma Bancária - Quadro de Carreira - CASSI e PREVI,

nos dias 01 e 02 de março, em Brasília - DF, foram tirados alguns indicativos, tais como, "Manifestações e Assembléias", no sentido de se rejeitar o Decreto-lei nº 2.283. Lá em Brasília, embora não fosse o momento apropriado, pois encontravam-se somente alguns dirigentes sindicais e funcionários do Banco do Brasil S/A., na grande maioria ligados à CUT.

A Diretoria do Sindicato, entendeu que o momento é de reflexão, não havendo o que se discutir em Assembléia sobre o Decreto-lei nº 2.283. Devemos, então, aguardar os acontecimentos.

Muito embora, o referido Decreto-lei, tenha arrochado os nossos salários, devemos dar um voto de confiança ao Governo. Devemos ser fiscais do nosso salário. Ou seja, já que fomos prejudicados em nossos salários, devemos ser fiscais dos preços. Quaisquer irregularidades, comunique-se com o Sindicato, através dos telefones 23-2353 e 22-1188.

REUNIÃO COM A FENABAN

A nível nacional, estamos tentando uma reunião com a Federação Nacional de Bancos, no sentido de ampliar o índice do reajuste salarial para o mês de março do corrente ano. Tão logo tenhamos confirmada dita reunião, aí sim, convocaremos uma Assembléia para apreciarmos os resultados destas negociações.

SINDICALISE-SE
A Diretoria do Sindicato

calcule o seu salário	
Salário de Set/85 X 1.8351 = <u>219 080</u>	SALÁRIO TOTAL X 1.08 =
Salário de Out/85 X 1.6743 =	6
Salário de Nov/85 X 1.5064 =	SALÁRIO DO MÊS DE MARÇO/86
Salário de Dez/85 X 1.3292 =	
Salário de Jan/86 X 1.1436 =	
Salário de Fev/86 X 1.0000 =	
TOTAL 1.835.882,5	33474

OBS.: De acordo com o Decreto-Lei 2.283, em seu anexo II é incorporado ao salário os adiantamentos, abonos, ou antecipações e outros benefícios afins para os bancários que se encontravam no mesmo estabelecimento bancário desde setembro de 1985.

ANEXO XI

FENABAN - FEDERACAO NACIONAL DOS BANCOS

VERBAS DE ACORDO

PERIODO: SET-86 A SET-95

(dez-95=100)

(valores correntes)

mes/ano	VERBAS		
	Anuênio	Gratificacao de Caixa	Auxílio Alimentacao
set-86	85.00	420.00	20.00
set-87	320.00	2 000.00	80.00
set-88	1 880.00	11 735.00	470.00
set-89	23.14	200.00	5.78
set-90	580.00	7 000.00	200.00
set-91	2 618.38	31 602.00	1 000.00
set-92	31 609.00	450 000.00	18 000.00
set-93	605.00	10 000.00	400.00
set-94	5.19	85.67	5.00
set-95	6.75	115.00	7.00

Fontes: Acordos Coletivos de Trabalho - ACT.

BESC - BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

VERBAS DE ACORDO

PERIODO: SET-86 A SET-95

(dez-95=100)

(valores correntes)

mes/ano	VERBAS		
	Anuênio	Gratificacao de Caixa	Auxílio Alimentacao
set-86	85.00	420.00	20.00
set-87	320.00	2 000.00	80.00
set-88	1 880.00	11 735.00	470.00
set-89	30.00	479.29	9.00
set-90	812.60	12 984.79	300.00
set-91	3 532.56	56 448.00	1 500.00
set-92	43 172.00	689 870.00	17 246.00
set-93	820.93	13 117.00	400.00
set-94	6.90	110.25	5.00
set-95	6.75	115.00	7.00

BANESTADO - BANCO DO ESTADO DO PARANA

VERBAS DE ACORDO

PERIODO: SET-86 A SET-95

(dez-95=100)

(valores correntes)

mes/ano	VERBAS		
	Anuênio	Gratificacao de Caixa	Auxílio Alimentacao
set-86	90.00	384.00	20.00
set-87	366.00	2 235.00	75.00
set-88	1 880.00	11 735.00	470.00
set-89	30.90	129.13	8.09
set-90	821.30	3 919.28	320.00
set-91	3 707.69	17 693.00	1 500.00
set-92	44 758.00	251 948.00	19 800.00
set-93	852.00	6 234.00	400.00
set-94	8.23	60.20	5.00
set-95	10.70	78.26	7.00

ANEXO XII

FENABAN - FEDERACAO NACIONAL DOS BANCOS

VERBAS DE ACORDO

PERIODO: SET-86 A SET-95

(dez-95=100)

(US\$ 1,00)

DATA-BASE	VERBAS						
	mes/ano	Anuênio	ganho (+) perda (-)	Gratificacao de Caixa	ganho (+) perda (-)	Auxílio Alimentacao	ganho (+) perda (-)
SET-95	6.75		0.00%	115.00	0.00%	7.00	0.00%
set-86	30.30	-348.89%	149.72	-30.19%	7.13	-1.85%	
set-87	25.85	-282.90%	161.53	-40.46%	6.46	7.69%	
set-88	24.87	-268.41%	155.22	-34.98%	6.22	11.19%	
set-89	24.92	-269.14%	215.36	-87.27%	6.22	11.09%	
set-90	13.99	-107.20%	168.80	-46.78%	4.82	31.10%	
set-91	12.71	-88.26%	153.37	-33.36%	4.85	30.67%	
set-92	13.40	-98.47%	190.72	-65.84%	7.63	-8.98%	
set-93	13.37	-98.05%	220.97	-92.14%	8.84	-26.27%	
set-94	8.60	-27.34%	141.89	-23.38%	8.28	-18.30%	
set-95	7.51	-11.27%	127.97	-11.27%	7.79	-11.27%	

(Valores em US\$ Unidades ajustados pelo IGV-DIEESE para 12/95)

Fontes: Acordos Coletivos de Trabalho - ACT.

DIEESE

BESC - BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

VERBAS DE ACORDO

PERIODO: SET-86 A SET-95

(dez-95=100)

(US\$ 1,00)

DATA-BASE	VERBAS						
	mes/ano	Anuênio	ganho (+) perda (-)	Gratificacao de Caixa	ganho (+) perda (-)	Auxílio Alimentacao	ganho (+) perda (-)
SET-95	6.75		0.00%	115.00	0.00%	7.00	0.00%
set-86	30.30	-348.89%	149.72	-30.19%	7.13	-1.85%	
set-87	25.85	-282.90%	161.53	-40.46%	6.46	7.69%	
set-88	24.87	-268.41%	155.22	-34.98%	6.22	11.19%	
set-89	32.30	-378.57%	516.09	-348.78%	9.69	-38.44%	
set-90	19.60	-190.30%	313.12	-172.28%	7.23	-3.35%	
set-91	17.14	-153.98%	273.95	-138.21%	7.28	-3.99%	
set-92	18.30	-171.07%	292.38	-154.24%	7.31	-4.42%	
set-93	18.14	-168.74%	289.84	-152.03%	8.84	-26.27%	
set-94	11.43	-69.30%	182.60	-58.78%	8.28	-18.30%	
set-95	7.51	-11.27%	127.97	-11.27%	7.79	-11.27%	

(Valores em US\$ Unidades ajustados pelo IGV-DIEESE para 12/95)

Fontes: Acordos Coletivos de Trabalho - ACT.

DIEESE

BANESTADO - BANCO DO ESTADO DO PARANA

VERBAS DE ACORDO

PERIODO: SET-86 A SET-95

(dez-95=100)

(US\$ 1,00)

DATA-BASE	VERBAS						
	mes/ano	Anuênio	ganho (+) perda (-)	Gratificacao de Caixa	ganho (+) perda (-)	Auxílio Alimentacao	ganho (+) perda (-)
SET-95	10.70		-68.62%	78.26	31.95%	7.00	0.00%
set-86	32.08	-199.84%	136.88	-74.91%	7.13	-1.85%	
set-87	29.56	-176.27%	180.51	-130.66%	6.06	13.46%	
set-88	24.87	-132.41%	155.22	-98.34%	6.22	11.19%	
set-89	33.27	-210.96%	139.05	-77.67%	8.71	-24.40%	
set-90	19.80	-85.09%	94.51	-20.76%	7.72	-10.24%	
set-91	17.99	-68.17%	85.87	-9.72%	7.28	-3.99%	
set-92	18.97	-77.28%	106.78	-36.44%	8.39	-19.88%	
set-93	18.83	-75.95%	137.75	-76.02%	8.84	-26.27%	
set-94	13.63	-27.39%	99.70	-27.40%	8.28	-18.30%	
set-95	11.91	-11.27%	87.08	-11.27%	7.79	-11.27%	

(Valores em US\$ Unidades ajustados pelo IGV-DIEESE para 12/95)

Fontes: Acordos Coletivos de Trabalho - ACT.

DIEESE



Sindicatos
[Signature]

[Signature]
06/07/90

Seade José Miguel
PRESIDENTE

PROPOSTA DE TERMO DE ACORDO BESC/SINDICATO DOS BANCÁRIOS

O Banco do Estado de Santa Catarina S/A - BESC e o Sindicato dos Bancários de Florianópolis e os demais Sindicatos por este re-
presentado, acordam em adotar as seguintes cláusulas para o re-
torno da categoria ao trabalho:

- 1 - O BESC reconhece ser necessária a implantação de regulamentação do PCS (Plano de Cargos e Salários) e da curva salarial. Propõe, para tanto, exame conjunto com os Sindicatos dos Bancários do Estado, da viabilidade de suas implantações após análise dos resultados do balanço do mês de junho. Quanto ao PCS, a Comissão Mista composta por empregados do BESC e representantes sindicais, entregou acerca de trinta dias seus estudos que estão sendo examinados no âmbito da Diretoria Executiva.
- 2 - O BESC concorda com a formação de Comissão Mista BESC/ SINDICATOS, para exame das atuais condições de Saúde/Trabalho.
- 3 - O BESC propõe reajuste salarial, a título de antecipação, de 20% (vinte por cento) sobre os vencimentos de maio/90, com pensável em setembro/90, mantendo o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).

O BESC se compromete, ainda, a atender o acordo que vier a ser celebrado a nível nacional, ou Lei específica que regula a reposição salarial.

Se eventualmente, em qualquer dos dois casos acima, houver valores inferiores ao mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), o BESC manterá esse valor. O Banco efetuará, ainda, o pagamento da diferença relativa à participação nos lucros, no mês de junho/90.
- 4 - Será efetuada a atualização da Ajuda Alimentação e do Auxílio Creche, em valores praticados a nível de mercado.
- 5 - As faltas ao serviço, decorrentes da greve, serão consideradas somente quanto aos dias úteis.
- 6 - 50% (cinquenta por cento) das faltas ao trabalho serão abonadas pelo BESC.

...

...

7 - O desconto dos restantes 50% (cinquenta por cento) das faltas ao trabalho, serão descontadas em Junho/Julho/Agosto.

8 - As faltas previstas no item 5 (cinco) não implicarão em nenhum reflexo na vida funcional, em decorrência da greve, tais como anotações em FIPs; descomissionamentos; férias; licença - prêmio.

E por estarem de acordo firmam o presente acordo que será assinado pelos seus representantes legais, surtindo efeitos a partir do retorno ao trabalho.

Florianópolis, 25 de junho de 1990.

FOLHAS SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE FPOLIS INDICAL

Edição Semanal 4 mil exemplares
Ano II nº 51 Quarta-feira 05/10/88

Depto. de Imprensa: Ney Pacheco e Luciano Faria. Jorn. Resp. RP 5579 DRT-RS. Diretor Resp. Samuel Lima.

Balanco da Greve

Se muito vale o já feito mais vale o que será

Num só pensamento, essa greve dos bancários foi a expressão da consciência de classe, da disposição de luta — especialmente nos bancos privados — e da maturidade organizativa. É preciso dizer, em alto e bom som, que a greve foi vitoriosa, no sentido global.

A luta se deu contra vários inimigos: os banqueiros, o governo Sarney, a repressão policial do gov. Pedro Ivo e, finalmente, as federações de bancários que fizeram o jogo dos banqueiros, num trabalho de desarticulação do movimento, orientando os sindicatos do interior pela assinatura do acordo como fez o sr. Lauro Momm da Fed. dos Bancários de SC. A traição da pelegada impediu que a greve tivesse o impacto nacional que precisava ter, para forçar os banqueiros a colocar na mesa uma proposta mais avançada.

Uma outra questão a considerar é a atuação do Depto. Nacional dos Bancários da CUT (DNB/CUT). Sediado em SP, no sindicato, o DNB foi central de informações, direção política e comando de negociações.

Besc e Bancos Privados

Os principais itens do acordo

Esses são os principais itens do acordo assinado com a Fenaban:

Reajuste Geral: 63,33% (41,97% de reposição da inflação mais 8% de produtividade)

Reajuste dos Pisos: 63,27% (41,97% de reposição mais 15% de aumento real). Com esse reajuste, os pisos passam a ser os seguintes:

— Piso de portaria: Cz\$ 43.737,00

— Piso de escritório: Cz\$ 54.048,00
— Piso de Caixa: Cz\$ 56.235,00

Anuênio: 1.880,00
Gratificação de Caixa: Cz\$ 14.670,00

Gratificação de compensador: Cz\$ 4.987,00
Ajuda-alimentação (para quem faz hora extra): Cz\$ 470,00
Auxílio-creche: 2 MVRs para filhos até 72 meses

Antecipação da URP de outubro: será dada como abono, no valor de Cz\$ 21,39% no mês de setembro.

agência bancária, avançando na formação política e na consciência de classe, sem esquecer o recado de Charles Chaplin: "Enquanto não houver liberdade, haverá alguém lutando e morrendo pela liberdade".

Comissão Paritária: será constituída uma Comissão Paritária composta por patrões e empregados para discutir formas de garantir o respeito à jornada de 6 horas e o fim do trabalho gratuito, e a extensão da ajuda-alimentação a todos os bancários, inclusive comissionados.

Besc

As negociações continuam

A expressiva participação dos funcionários do Besc durante a greve dos seis dias merece lugar de destaque nas avaliações que se fazem em torno da campanha salarial deste ano.

A garra e a disposição demonstradas pelo funcionalismo no enfrentamento com a polícia e na luta contra as artimanhas utilizadas pela direção do banco com o objetivo de desmobilizar a categoria, deixam claro que os besquianos estão cada vez mais conscientes e organizados em torno da defesa de seus interesses. A grande adesão à greve, sobretudo aqui em Fpolis, foi reconhecida inclusive pela direção do Besc, que no dia da assembleia do dia 28, decidiu não punir ninguém e pagar

todos os dias parados.

Porém, a luta não pára por aí. Apesar da assinatura do acordo, os besquianos precisam ficar atentos e mobilizados. Ainda há muito para fazer. As negociações com o Conselho Diretor, por exemplo, precisam ser retomadas.

e isso vai depender principalmente do grau de mobilização da categoria.

O Sindicato já apresentou ao banco sua proposta de calendário de negociações, visando o acordo aditivo (ver box). Portanto, a luta não pode parar.



Consciência de classe e unidade política: aqui, na manifestação em frente ao TRT, dia 19/09/88

Lauro Correio



Calendário

Abaixo, o calendário de negociações apresentado segunda-feira pelo Sindicato ao Conselho Diretor:

- 5/10 — Revisão das negociações já realizadas
- 06/10 — Redação do pré-aditivo (Assessorias Jurídicas do banco e do Sindicato)
- 12/10 — Discussão sobre o Termo Aditivo Final
- 13/10 — Também discussão sobre o Termo Aditivo
- 19/10 — Formalização do Acordo Aditivo

Além disso, será acertada a realização de reuniões mensais de negociações, após a assinatura do acordo.



DIREH/SEREH
 13 AGO 1991
 Nº 8414 d

OF. SECRE Nº 117/91 Florianópolis(SC), 07 de agosto de 1991.

Ilustríssimo Senhor
 Doutor Mércio Felsky
 Digníssimo Presidente do BESC
 NESTA CAPITAL

a
trinh
providencia
 Mércio Felsky
 PRESIDENTE
 12-8-91

Senhor Presidente:

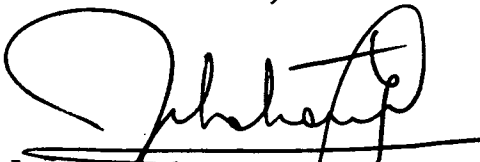
Vencerá no próximo dia 30 deste mês o Acordo Coletivo de Trabalho firmado entre esse Banco e os Sindicatos das categorias profissionais, o que ensejará negociações entre as partes para a concretização de novo acordo a vigor no período 19.09.91 a 30.08.92.

De acordo com o que definido em reunião de 06.05.91, o Conselho de Política Financeira e Salarial estabelecerá, previamente, à vista do rol de reivindicações apresentado, os parâmetros negociais.

As negociações por sua vez, serão conduzidas diretamente pelo Banco, com a assistência de representante do Conselho.

Isto posto, solicito a Vossa Senhoria a gentileza de encaminhar a esta Secretaria Executivo, tão logo disponível, o rol de reivindicações e uma cópia do Acordo em vigor.

Atenciosamente,


 Joao Abraham Neto
 Secretário Executivo

to SERE.
para a finalização
com urgência
 Março de Execução
 DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
 12/8/91
Entregue a
Da Solange

027 | BESC BANCO
 RECURSOS HUMANOS
 07 AGO 1991
 PRESIDENCIA

ANEXO XVI

Comparativo Aditivos BANRISUL e ACT's FENABAN e BESC - 1990 e 1991

	1990			1991		
	Banrisul	BESC	Fenaban	Banrisul	BESC	Fenaban
abono mensal	6.000,-	--	--	--	--	--
piso salarial	31.188,-	28.000,-	28.000,-	140.801,-	129.391,-	126.405,-
grafif. caixa	9.000,-	12.984,79	7.000,-	45.000,-	56.448,-	31.602,-
anuênio	855,60	812,60	580,-	3.946,50	3.532,56	2.618,38
aux. alimentação	250,-	300,-	200,-	1.500,-	1.500,-	1.000,-
aux. creche	4.225,-	4.219,88	4 MVR	25.000,-	25.000,-	25.000,-
cheque rancho	9.146,-	--	--	42.500,-	--	--

valores em Cr\$

obs: 1. além destas cláusulas compõem os aditivos: vigência, das cláusulas do dissídio não ajustadas no presente acordo, desconto dos dias parados, negociações futuras, ajuda para deslocamento noturno, gratificação de compensador e reposição salarial.

2. O valor do cheque-rancho equivale a 30% do piso nos dois anos.

ANEXO XVII**Roteiro das Entrevistas Realizadas entre 25/07/96 e 29/08/96****QUESTÕES:**

0. Opinião geral sobre o histórico BESC nos últimos 10 anos
1. Em que o BESC foi mais avançado que a categoria dos bancários?
2. Porque antecipar e isolar nos anos 92 e 94?
3. Visão da outra parte negociadora
4. Porque o afastamento da Justiça do Trabalho?
5. Porque ainda não saiu o Direp?
6. Como é conviver com automatização e estagiários?
7. Qual a importância do lucro, ele determina o reajuste salarial?
8. Porque os encontros e assembléias ocorriam em separado?
9. Porque negociar salário em separado?
0. Porque as negociações não envolviam outras categorias?
1. Qual a importância da participação nos lucros?
2. Opinião sobre a relação SEEB Fpolis/CUT X Federação
3. Opinião sobre a importância dos partidos políticos
4. Outras considerações

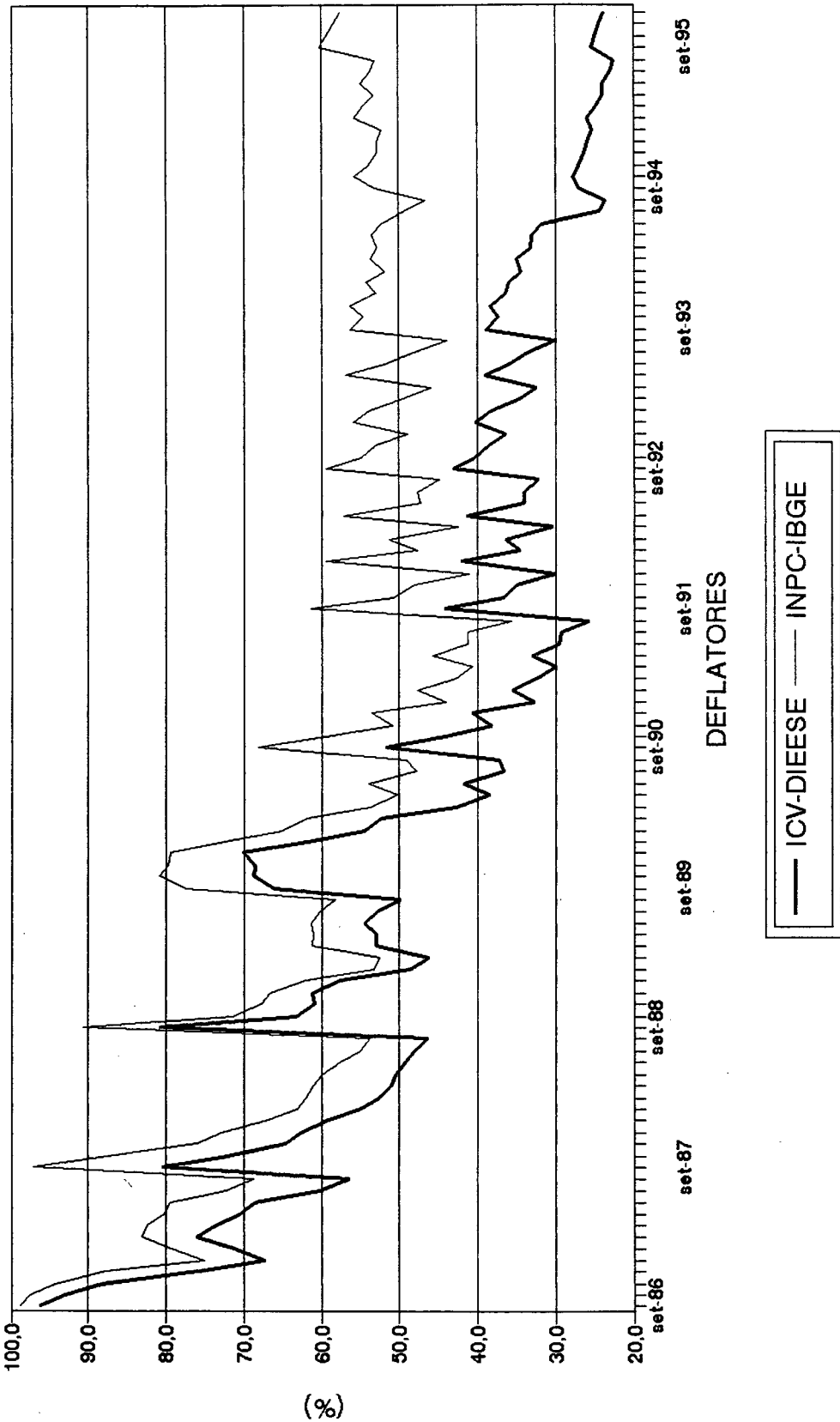
ANEXO XVIII - Relação dos Entrevistados ⁽¹⁾ - Entrevistas realizadas entre 25/07/96 e 29/08/96

- Arnaldo Ferreira dos Santos (Paraná)** - ex-diretor de recursos humanos do BESC
- Artur Raffe Machado** - empregado do BESC e presidente do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região - SEEB
- Carlos Henrique de Almeida (Cabeça)** - empregado do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL - e diretor do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região - SEEB Poa
- Cláudia Leite Eberarth** - delegada sindical do BESC e ex-membro da Comissão de Negociação dos Empregados do BESC
- Clemente Mannes** - secretário geral da Central Única dos Trabalhadores - CUT
- Edson de Orleans da Silva (Edinho)** - empregado do BESC, ex-diretor do SEEB e ex-membro de base da Comissão de Negociação dos Empregados do BESC.
- Eduardo Brun dos Santos e Fonseca** - empregados do BANRISUL e diretores do SEEB Poa
- Eduardo Rocha Souza** - presidente da Associação de Gerentes do BESC - Regional Florianópolis
- Glauco** - empregado da Eletrosul e diretor do Sindicato dos Eletricitários de Fpolis - SINERGIA
- João Carlos Nogueira** - empregado do Bradesco e diretor do SEEB
- Jorge Gouveia** - ex-técnico da Subseção do DIEESE no SEEB e coordenador da Linha Nacional Bancários do DIEESE
- Marcílio Cesar Ramos Krieger** - ex-assessor da presidência do BESC e chefe da assessoria jurídica
- Mário Sergio Visentainer** - empregado do BESC, ex-diretor do Sindicato dos Bancários de Rio do Sul e Região e tesoureiro da Federação dos Bancários de Santa Catarina - FEEB/SC
- Mércio Felsky** - ex-presidente do BESC e superintendente do Banco Tecniorp S/A
- Osnildo Maçaneiro** - empregado do BESC, ex-membro da Comissão de Negociação dos Empregados do BESC e diretor do Sindicato dos Bancários de Brusque e Região
- Prudente José de Mello** - assessor jurídico do SEEB
- Rafael Linhares** - ex-empregado do BESC, aposentado, e ex-diretor da Associação de Profissionais do BESC - PROBESC
- Roberto Pinto** - ex-empregado do BANESTADO, ex-diretor e assessor jurídico do SEEB Ctba
- Roberto Von der Osten (Beto)** - empregado do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO - e presidente do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região - SEEB Ctba
- Samuel Pantoja Lima (Samuca)** - empregado do Banco do Brasil - BB - e ex-diretor do SEEB
- Sérgio Atayde Silva** - ex-empregado do BANESTADO, aposentado, e diretor do SEEB Ctba
- Sérgio Venturelli** - ex-empregado do BESC, aposentado, ex-diretor da PROBESC e gerente da Santinvest S/A
- Siegerth Erni (Alemão)** - delegado sindical do BESC e ex-membro da Comissão de Negociação dos Empregados do BESC
- Vânio dos Santos** - ex-empregado da Caixa Econômica Federal - CEF , ex-diretor do SEEB e Deputado Federal (PT)

(1) as indicações de função são referentes a dezembro de 1996.

ANEXO XIX A

EVOLUÇÃO DO SALÁRIO REAL
Banco do Estado de Santa Catarina - BESC



ANEXO XIX B

EVOLUÇÃO SALARIAL

set-86

A

dez-95

PERÍODO :

CATEGORIA :

Banco do Estado de Santa Catarina - BESC
Complemento do nome

DATA-BASE :

SETEMBRO

(BASE : 01-Set-86 = 100)

MES/ANO	SALARIO NOMINAL		ICV-DIEESE		SALARIO REAL		PERDA MENSAL		INPC-IBGE		SALARIO REAL		PERDA MENSAL	
	REAJUSTE	INDICE	MENSAL	INDICE	REAL	INDICE	MENSAL	INDICE	MENSAL	INDICE	REAL	INDICE	MENSAL	INDICE
Set-86	0,00%	100,00	3,83%	103,83	96,31	101,19	-3,63%	101,19	1,19%	101,19	98,82	101,19	-1,18%	101,19
Out-86	0,00%	100,00	3,56%	107,52	93,00	102,64	-7,00%	102,64	1,43%	102,64	97,43	102,64	-2,57%	102,64
Nov-86	0,00%	100,00	5,44%	113,38	88,20	106,02	-11,80%	106,02	3,29%	106,02	94,33	106,02	-5,67%	106,02
Dez-86	0,00%	100,00	15,96%	131,47	76,06	113,72	-23,94%	113,72	7,27%	113,72	87,94	113,72	-12,06%	113,72
Jan-87	0,00%	100,00	13,09%	148,68	67,26	132,84	-32,74%	132,84	16,82%	132,84	75,28	132,84	-24,72%	132,84
Fev-87	20,00%	120,00	13,11%	168,18	71,35	151,36	-28,65%	151,36	13,94%	151,36	79,28	151,36	-20,72%	151,36
Mar-87	20,00%	144,00	12,42%	189,07	76,16	173,16	-23,94%	173,16	14,40%	173,16	83,16	173,16	-16,84%	173,16
Abr-87	20,00%	172,80	24,35%	235,11	73,50	209,45	-26,50%	209,45	20,96%	209,45	82,50	209,45	-17,50%	209,45
Mai-87	20,00%	207,36	24,93%	293,73	70,60	257,91	-29,40%	257,91	23,14%	257,91	80,40	257,91	-19,60%	257,91
Jun-87	20,00%	248,83	23,27%	362,09	68,72	312,85	-31,28%	312,85	21,30%	312,85	79,54	312,85	-20,46%	312,85
Jul-87	0,00%	248,83	14,04%	412,92	60,26	343,92	-39,74%	343,92	9,93%	343,92	72,35	343,92	-27,65%	343,92
Ago-87	0,00%	248,83	6,89%	441,36	56,38	361,42	-43,62%	361,42	5,09%	361,42	68,85	361,42	-31,15%	361,42
Set-87	51,04%	375,84	5,84%	467,14	80,46	387,26	-19,54%	387,26	7,15%	387,26	97,05	387,26	-2,95%	387,26
Out-87	0,00%	375,84	11,23%	519,62	72,33	429,40	-27,67%	429,40	10,88%	429,40	87,53	429,40	-12,47%	429,40
Nov-87	0,00%	375,84	11,99%	581,94	64,58	493,51	-35,42%	493,51	14,93%	493,51	76,16	493,51	-23,84%	493,51
Dez-87	9,19%	410,38	12,57%	655,06	62,65	562,45	-37,35%	562,45	13,97%	562,45	72,96	562,45	-27,04%	562,45
Jan-88	9,19%	448,09	15,79%	758,51	59,07	669,14	-40,93%	669,14	18,97%	669,14	66,96	669,14	-33,04%	669,14
Fev-88	9,19%	489,27	16,89%	866,59	55,19	774,94	-44,81%	774,94	15,81%	774,94	63,14	774,94	-36,86%	774,94
Mar-88	16,19%	568,48	21,91%	1080,81	52,60	915,13	-47,40%	915,13	18,09%	915,13	62,12	915,13	-37,88%	915,13
Abr-88	16,19%	660,52	19,88%	1295,64	50,98	1082,87	-49,02%	1082,87	18,33%	1082,87	61,00	1082,87	-39,00%	1082,87
Mai-88	16,19%	767,46	17,14%	1517,78	50,56	1280,38	-49,44%	1280,38	18,24%	1280,38	59,94	1280,38	-40,06%	1280,38
Jun-88	17,68%	903,14	21,09%	1837,94	49,14	1565,65	-50,86%	1565,65	22,28%	1565,65	57,68	1565,65	-42,32%	1565,65
Jul-88	17,68%	1062,82	20,51%	2214,94	47,98	1926,06	-52,02%	1926,06	23,02%	1926,06	55,18	1926,06	-44,82%	1926,06
Ago-88	17,68%	1250,72	21,67%	2694,94	46,41	2323,41	-53,59%	2323,41	20,63%	2323,41	53,83	2323,41	-46,17%	2323,41
Set-88	114,05%	2677,17	22,99%	3314,50	80,77	2949,10	-19,23%	2949,10	26,93%	2949,10	90,78	2949,10	-9,22%	2949,10
Out-88	0,00%	2677,17	27,56%	4228,04	63,32	3736,22	-36,68%	3736,22	26,69%	3736,22	71,65	3736,22	-28,35%	3736,22
Nov-88	21,39%	3249,82	26,20%	5395,74	60,91	4787,96	-39,09%	4787,96	28,15%	4787,96	67,87	4787,96	-32,13%	4787,96
Dez-88	26,05%	4096,40	25,38%	6689,70	61,23	6149,18	-38,77%	6149,18	28,43%	6149,18	66,62	6149,18	-33,38%	6149,18
Jan-89	26,05%	5163,51	33,78%	8949,72	57,69	8330,91	-42,31%	8330,91	35,48%	8330,91	61,98	8330,91	-38,02%	8330,91
Fev-89	0,00%	5163,51	18,41%	10597,12	48,73	9693,01	-51,27%	9693,01	16,35%	9693,01	53,27	9693,01	-46,73%	9693,01
Mar-89	4,45%	5393,28	10,22%	11680,64	46,17	10264,90	-53,83%	10264,90	5,90%	10264,90	52,54	10264,90	-47,46%	10264,90
Abr-89	26,05%	6798,24	9,96%	12844,14	52,93	11092,25	-47,07%	11092,25	8,06%	11092,25	61,29	11092,25	-38,71%	11092,25
Mai-89	16,41%	7913,83	16,22%	14927,83	53,01	12941,33	-46,99%	12941,33	16,67%	12941,33	61,15	12941,33	-38,85%	12941,33
Jun-89	30,00%	10287,97	26,50%	18983,71	54,48	16746,07	-45,52%	16746,07	29,40%	16746,07	61,44	16746,07	-38,56%	16746,07
Jul-89	24,83%	12842,48	28,60%	24284,55	52,88	21334,50	-47,12%	21334,50	27,40%	21334,50	60,20	21334,50	-39,80%	21334,50

set-86

set-87

set-88

ANEXO XIX C

set-89

Ago-89	28,76%	16535,97	36,32%	33105,15	49,95	-50,05%	33,18%	28413,29	58,20	-41,80%
Set-89	81,64%	30035,94	37,07%	45378,85	66,19	-33,81%	36,35%	38741,52	77,53	-22,47%
Out-89	44,80%	43492,04	39,30%	63214,57	68,80	-31,20%	38,76%	53757,73	80,90	-19,10%
Nov-89	46,57%	63746,29	46,93%	92922,20	68,60	-31,40%	48,47%	79814,10	79,87	-20,13%
Dez-89	50,62%	96014,66	47,34%	136910,15	70,13	-29,87%	51,28%	120742,76	79,52	-20,48%
Jan-90	53,55%	147430,51	74,30%	238631,68	61,78	-38,22%	68,19%	203077,25	72,60	-27,40%
Fev-90	56,11%	230153,77	77,23%	42929,89	54,42	-45,58%	73,99%	353334,12	65,14	-34,86%
Mar-90	72,78%	397659,68	79,68%	75939,79	52,33	-47,67%	82,18%	643704,10	61,78	-38,22%
Abr-90	0,00%	397659,68	22,29%	929308,88	42,79	-57,21%	14,67%	738135,49	53,87	-46,13%
Mai-90	0,00%	397659,68	11,23%	1033664,07	38,47	-61,53%	7,31%	792093,19	50,20	-49,80%
Jun-90	20,00%	477191,62	10,56%	1142867,65	41,75	-68,25%	11,64%	884292,84	53,96	-46,04%
Jul-90	0,00%	477191,62	13,63%	1298655,20	36,75	-63,25%	12,62%	995890,60	47,92	-52,08%
Ago-90	15,00%	548770,36	13,83%	1478262,18	37,12	-62,88%	12,18%	1117190,07	49,12	-50,88%
Set-90	58,48%	869691,26	13,74%	1681396,94	51,72	-48,28%	14,26%	1276501,38	68,13	-31,87%
Out-90	0,00%	869691,26	16,90%	1965591,92	44,25	-55,75%	14,43%	1460700,53	59,54	-40,46%
Nov-90	0,00%	869691,26	16,01%	2280296,81	38,14	-61,86%	16,92%	1707851,06	50,92	-49,08%
Dez-90	25,00%	1087114,08	17,07%	2669513,42	40,72	-59,28%	19,14%	2034733,76	53,43	-46,57%
Jan-91	0,00%	1087114,08	24,43%	3321751,75	32,73	-67,27%	20,95%	2461010,48	44,17	-55,83%
Fev-91	30,00%	1413248,30	19,40%	3966117,69	35,63	-64,37%	20,20%	2958095,94	47,78	-52,22%
Mar-91	0,00%	1413248,30	9,99%	4362206,22	32,40	-67,60%	11,79%	3306849,31	42,74	-57,26%
Abr-91	0,00%	1413248,30	7,93%	4708204,88	30,02	-69,98%	5,01%	3472476,63	40,70	-59,30%
Mai-91	20,00%	1695897,96	8,93%	5128598,15	33,07	-66,93%	6,68%	3704436,28	45,78	-54,22%
Jun-91	0,00%	1695897,96	11,30%	5707894,61	29,71	-70,29%	10,83%	4105626,73	41,31	-58,69%
Jul-91	12,00%	1899405,72	13,29%	6466699,45	29,37	-70,63%	12,14%	4604049,82	41,26	-58,74%
Ago-91	0,00%	1899405,72	13,59%	7345241,40	25,86	-74,14%	15,62%	5323202,40	35,68	-64,32%
Set-91	99,05%	3780767,08	16,20%	8534804,56	44,30	-55,70%	15,62%	6154866,15	61,43	-38,57%
Out-91	0,00%	3780767,08	20,76%	10306908,85	36,68	-63,32%	21,08%	7452212,40	50,73	-49,27%
Nov-91	20,00%	4536920,50	25,76%	12962022,42	35,00	-65,00%	26,48%	9425497,20	48,13	-51,87%
Dez-91	6,30%	4822746,49	23,64%	16026086,17	30,09	-69,91%	24,15%	11701753,85	41,21	-58,79%
Jan-92	81,47%	8751838,05	29,38%	20734046,51	42,21	-57,79%	25,92%	14734931,47	59,40	-40,60%
Fev-92	0,00%	8751838,05	21,86%	25267268,18	34,64	-65,36%	24,48%	18342107,48	47,71	-52,29%
Mar-92	31,00%	11464907,84	24,50%	31457743,75	36,45	-63,55%	21,62%	22307600,10	51,39	-48,61%
Abr-92	0,00%	11464907,84	19,75%	37671369,77	30,43	-69,57%	20,84%	26956559,80	42,53	-57,47%
Mai-92	67,00%	19146396,10	22,35%	46092076,57	41,54	-58,46%	24,50%	33560698,64	57,05	-42,95%
Jun-92	0,00%	19146396,10	22,03%	56243925,78	34,04	-65,96%	20,85%	40558348,04	47,21	-52,79%
Jul-92	23,50%	23645799,18	23,57%	69500790,79	34,02	-65,98%	22,08%	49513618,26	47,76	-52,24%
Ago-92	15,00%	27192669,06	21,02%	84109661,30	32,33	-67,67%	22,38%	60594778,32	44,88	-55,12%
Set-92	64,17%	44642204,80	22,96%	103421214,96	43,17	-56,83%	23,98%	75125422,52	59,42	-40,58%
Out-92	16,79%	52137690,98	24,28%	128531237,80	40,56	-59,44%	26,07%	94710548,85	55,05	-44,95%
Nov-92	18,25%	6152748,63	24,77%	160363089,69	38,45	-61,55%	22,89%	116389823,17	52,97	-47,03%
Dez-92	16,02%	71529518,97	22,67%	196724484,74	36,36	-63,64%	25,58%	146162251,01	48,94	-51,06%
Jan-93	47,16%	105262840,11	32,90%	261448195,12	40,26	-59,74%	28,77%	188213076,26	55,93	-44,07%
Fev-93	20,14%	126462776,11	26,62%	331051207,35	38,20	-61,80%	24,79%	234871149,16	53,84	-46,16%
Mar-93	17,35%	148404067,76	29,70%	429370328,40	34,56	-65,44%	27,58%	299648119,25	49,53	-50,47%
Abr-93	19,31%	177060893,25	27,12%	545822166,54	32,44	-67,56%	28,37%	384658888,79	46,03	-53,97%
Mai-93	57,02%	278021014,58	30,40%	711744583,79	39,06	-60,94%	26,78%	487670540,96	57,01	-42,99%

set-91

set-92

Jun-93	18,75%	330149954,81	916675854,19	36,02	-63,98%	30,37%	635776166,18	51,93	-48,07%
Jul-93	21,26%	400339835,20	1194540541,89	33,51	-66,49%	31,01%	832930269,53	48,06	-51,94%
Ago-93	21,71%	487253613,43	1613244042,79	30,20	-69,80%	33,34%	1110629221,39	43,87	-56,13%
Set-93	74,21%	848844519,95	2189235551,18	38,77	-61,23%	35,63%	1506346412,98	56,35	-43,65%
Out-93	29,89%	1102564146,96	2946853396,29	37,41	-62,59%	34,12%	2023011973,93	54,57	-45,43%
Nov-93	40,40%	1548000062,33	4032281468,20	38,39	-61,61%	36,00%	2747624300,82	56,34	-43,66%
Dez-93	29,66%	2007136880,82	5514225174,30	36,40	-63,60%	37,73%	3784303042,34	53,04	-46,96%
Jan-94	44,76%	2905531348,68	8077119591,18	35,97	-64,03%	41,32%	5347977059,43	54,33	-45,67%
Fev-94	34,21%	3899513623,06	11316044547,11	34,46	-65,54%	40,57%	7517651352,45	51,87	-48,13%
Mar-94	48,03%	5772450016,22	16464844816,04	35,06	-64,94%	43,08%	1075625555,08	53,67	-46,33%
Abr-94	40,48%	8109137782,78	24410778924,26	33,22	-66,78%	42,86%	15366386685,99	52,77	-47,23%
Mai-94	44,52%	11719325923,67	35488390400,09	33,02	-66,98%	42,73%	21932443716,91	53,43	-46,57%
Jun-94	45,18%	17014117375,99	53484553171,98	31,81	-68,19%	48,24%	32512654565,95	52,33	-47,67%
Jul-94	0,00%	17014117375,99	70021977012,76	24,30	-75,70%	6,08%	34489423963,56	49,33	-50,67%
Ago-94	0,00%	17014117375,99	72024605555,32	23,62	-76,38%	5,46%	36372546511,97	46,78	-53,22%
Set-94	15,32%	19620680157,99	72716041768,65	26,98	-73,02%	1,51%	36921711964,30	53,14	-46,86%
Out-94	6,88%	20970582952,86	75290189647,26	27,85	-72,15%	1,86%	37608516922,84	55,76	-44,24%
Nov-94	0,00%	20970582952,86	77556424355,65	27,04	-72,96%	3,27%	38838315426,22	53,99	-46,01%
Dez-94	0,00%	20970582952,86	79394511612,88	26,41	-73,59%	2,19%	39688874534,05	52,84	-47,16%
Jan-95	1,73%	21333374037,94	81990712142,62	26,02	-73,98%	1,67%	40351678798,77	52,87	-47,13%
Fev-95	0,00%	21333374037,94	84417637222,04	25,27	-74,73%	0,99%	40751160358,28	52,35	-47,65%
Mar-95	8,00%	23040043960,98	88545659682,20	26,02	-73,98%	1,41%	41325751719,34	55,75	-44,25%
Abr-95	0,00%	23040043960,98	92671887423,39	24,86	-75,14%	1,92%	42119206152,35	54,70	-45,30%
Mai-95	0,00%	23040043960,98	95989540993,14	24,00	-76,00%	2,57%	43201669750,46	53,33	-46,67%
Jun-95	5,00%	24192046159,03	100933002354,29	23,97	-76,00%	1,82%	43987940139,92	55,00	-45,00%
Jul-95	0,00%	24192046159,03	105263028155,29	22,98	-76,03%	2,46%	45070043467,36	53,68	-46,32%
Ago-95	0,00%	24192046159,03	107199867873,35	22,57	-77,02%	1,02%	45529757910,73	53,13	-46,87%
Set-95	14,64%	27733761716,71	109183065429,00	25,40	-74,60%	1,17%	46062456078,29	60,21	-39,79%
Out-95	0,00%	27733761716,71	110820811410,44	25,03	-74,97%	1,40%	46707330463,38	59,38	-40,62%
Nov-95	0,00%	27733761716,71	113912712048,79	24,35	-75,65%	1,51%	4741261153,38	58,49	-41,51%
Dez-95	0,00%	27733761716,71	116065662306,51	23,89	-76,11%	1,65%	48194919237,41	57,54	-42,46%

23-Jan-97 10:30:52

FONTE : 1. DIEESE

2. Banco do Estado de Santa Catarina - BESC

ELABORAÇÃO: DIEESE

ANEXO XIX D

set-93

set-94

set-95

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, Lais W. *Sindicatos y transición democrática*, Santiago: Planeta, ISCOS, CILS e CLACSO, 1991.
- AGUIAR, Itamar. *Violência e golpe eleitoral: Jaison e Amin na disputa pelo governo catarinense*, Blumenau (SC): Ed. da FURB, 1995.
- ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. O corporativismo em declínio? In: *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*, :51-58, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- ALVES, Giovanni. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho. In: *Neoliberalismo e reestruturação produtiva - as novas determinações do mundo do trabalho*, São Paulo-Fortaleza(CE): Cortez-Universidade Estadual do Ceará, 1996.
- AMORIM, Wilson A. Costa de. Setor bancário brasileiro: a busca de novos rumos para a negociação coletiva. In: *Relasur*, Montevideo: Ed. Cono Sur, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *Classe Operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*, São Paulo: Cortez e Editora Ensaio: Autores Associados, 1982.
- _____. *O novo sindicalismo*, São Paulo: Ed. Brasil Urgente, 1991.
- _____. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*, Campinas SP: Ed. da UNICAMP, 1992.
- _____. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, São Paulo: Cortez; Campinas,SP: Ed. UNICAMP, 1995.
- ARAÚJO, Angela M. C. & TAPIA, Jorge R. B. Corporativismo e neocorporativismo: o exame de duas trajetórias. In: *BIB*, 32: 1-31, Rio de Janeiro: Relume Dumará / Anpocs, 2º semestre de 1991.
- ARAÚJO, José Prata de. *A construção do sindicalismo livre*, Belo Horizonte: Proj. Joaquim de Oliveira, 1993.
- ARBIX, Glauco. *A câmara do setor automotivo e o surgimento de um novo padrão de relacionamento entre Estado, capital e trabalho*, comunicação na XIX Anpocs, 1995, mimeo.
- _____. Trabalho: dois modelos de flexibilização. In: *Lua Nova*, 37, São Paulo: Tec Art / Cedec, 1996a.
- _____. A dinastia corporatista. In: *Tempo Social*, 8(1): 127-159, maio 1996b.
- BERNARDO, João. *Capital, sindicatos e gestores*, São Paulo: Vértice, 1987.
- _____. *Dialéctica da prática e da ideologia*, São Paulo: Cortêz; Porto [Portugual]: Ed. Afrontamento, 1991.
- BLASS, Leila M. da S. *Estamos em greve! : imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários*, 1985, São Paulo: Ed. HUCITEC / Sindicato dos Bancários de São Paulo, 1992.

- BOITO JR., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil : uma análise crítica da estrutura sindical*, Campinas(SP)-São Paulo: Ed. UNICAMP - HUCITEC, 1991a.
- _____. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, :43-92, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991b.
- _____. De volta para o novo corporativismo: a trajetória política do sindicalismo brasileiro, In: *Perspectiva*, 3(8): 23-28, jul-set/1994, São Paulo: SEADE.
- _____. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. In: *Crítica Marxista*, 1(3), São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BOUDIEU, Pierre. *O poder simbólico*, Lisboa: DIFEL, Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.
- _____. *Coisas ditas*, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.
- CANÊDO, Letícia B. *O sindicalismo bancário em São Paulo no período de 1923 - 1944*, São Paulo: Ed. Símbolo, 1978.
- _____. *Bancários: movimento e participação política*, Campinas (SP): Ed. Unicamp, 1986.
- _____. *A classe operária vai ao sindicato*, São Paulo: Contexto, 1988.
- CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877 - 1944)*, São Paulo: DIFEL, 1979.
- _____. *Classes sociais e movimento operário*, São Paulo: Ática, 1989.
- CASTRO, Maria H. Guimarães de. Interesses, organizações e políticas sociais. In: *BIB*, 31, Rio de Janeiro: Relume-Dumará / ANPOCS, 1991.
- CHÂTELET, François & PISIER-KOUCHNER, Évelyne. *As concepções políticas do século XX*, Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1983.
- COELHO, Jaime Cesar. *Bancos comerciais estaduais e organização de interesses - a Associação Brasileira de Bancos Comerciais Estaduais (ASBACE)*, dissertação de mestrado, Florianópolis (SC): UFSC, 1993.
- CORVALÁN, Eugenio Diaz. Nuevo sindicalismo, viejos problemas - la concertación en Chile. In: *Nueva Sociedad*, 124, 1993, Caracas.
- COSTA, Vanda M. R. Costa. Origens do corporativismo brasileiro. In: *Corporativismo e desigualdade*, Rio de Janeiro: IUPERJ / Ed. Rio Fundo, 1991.
- _____. Corporativismo societal: interesse de classe versus interesse setorial, In: *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*, p. 59-64, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- CROZIER, Michel. *O fenômeno burocrático*, Brasília: Ed. UNB, 1981.
- CUT. *Planejamento 92*. 1992, mimeo.
- _____. *Indicadores Desemp.* São Paulo, 1994.
- DÄUBLER, Wolfgang. Relações de trabalho no final do século XX. In: *O mundo do trabalho*, São Paulo: Mtb - Cesei/Unicamp - Scritta, 1994.
- DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos sócio-Econômicos. *Produtividade e campanha salarial*, São Paulo, 1979.
- _____. *Profissão bancário: perfil da categoria*, São Paulo, 1980.
- _____. *Trabalho e reestruturação produtiva: 10 anos de Linha de Produção*, São Paulo, 1994.
- _____. *O comportamento do setor bancário em 1995*, Escritório Florianópolis, março 1996.
- _____. *Anuário dos trabalhadores*, 1996.

- DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato. O corporativismo na construção do espaço público. In: *Corporativismo e desigualdade*, Rio de Janeiro: IUPERJ / Ed. Rio Fundo, 1991.
- DINIZ, Eli. Empresariado, sindicatos y política económica en la nueva república: Brasil, 1985-1986. In: *Estabilización y respuesta social*, Santiago: Preal/OIT, 1990.
- _____. Neoliberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo industrial no Brasil, In: *Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90*, :13-42, Florianópolis SC: Ed. da UFSC/ IDACON, 1993.
- DREIFUSS, René Armand. *A internacional capitalista: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*, Rio de Janeiro: Ed. Espaço e Tempo, 1986.
- _____. *1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*, Petrópolis RJ: Ed. Vozes, 1987.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920*, Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.
- FREDERICO, Celso. *Consciência operária no Brasil*, São Paulo: Ática, 1978.
- _____. *A vanguarda operária*, São Paulo: Ed. Símbolo, 1979.
- GODIO, Julio. *Reflexiones sobre los desafíos actuales del sindicalismo*, Bogotá: FESCOL, 1992.
- GORZ, André. *Estratégia operária e neocapitalismo*, Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- _____. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*, Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982.
- _____. *Crítica da divisão do trabalho*, São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GUIMARÃES, Ivan G. Ribeiro. A experiência das câmaras setoriais. In: *O mundo do trabalho*, São Paulo: Mtb - Cesei/Unicamp - Scritta, 1994a.
- _____. Câmaras setoriais: histórico, constituição e perspectivas, In: *Perspectiva*, 8 (3): 15-22, jul-set/1994, São Paulo: SEADE, 1994b.
- HARDMAN, Foot & LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*, São Paulo: Ed. Ática, 1991.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*, São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. *A condição pós-moderna*, São Paulo: Ed. Loyola, 1993
- HOBSBAWN, Eric J. Adeus ao movimento trabalhista clássico?. In: *Estratégias para uma esquerda racional*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1975.
- _____. *A ditadura do grande capital*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- _____. *A formação do Estado populista na América Latina*, São Paulo: Ática, 1989.
- JINKINGS, Nise. *Trabalho e subjetividade sob o mister de fazer mais dinheiro: o trabalho bancário, dissecação de mestrado*, IFCH-UNICAMP: 1994.
- JOFFILY, Bernardo. Toytismo e microeletrônica: uma revolução que desafia dos sindicatos, In: *De Fato / CUT*, 14-25, n. 2, dez 1993, São Paulo: CUT.
- KAREPOVS, Dainis. *A história dos bancários: lutas e conquistas, 1923-1993*, São Paulo: Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região, 1994.
- KÖHLER, Holm-Detlev & WANNÖFFEL, Manfred (coord.). *Modelo neoliberal y sindicatos en América Latina*, México: Fundación Friedrich Ebert, 1993.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*, São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1993.

- LEOPOLDI, Antonieta P. Burocracia, empresariado e arenas decisórias estratégicas: trajetórias do neocorporativismo no Brasil (1939-1955). *Ciências Sociais Hoje*, Rio de Janeiro: Ed. Rio Fundo/Anpocs, 1992.
- LINDBLON, Charles E. *O processo de decisão política*, Brasília: Ed. UNB, 1981.
- LOBO, Valéria Marques. *Democracia e corporativismo no Brasil*, dissertação de mestrado, Belo Horizonte: DCP-UFMG, 1994.
- LOBOS, Julio. *Sindicalismo e negociação*, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.
- _____. *Manual de guerrilha trabalhista para gerentes*. Edição do autor, 1986.
- LUKÁCS, Georg. *História y consciencia de clase*, Barcelona: Ed. Grijaldo, 1975.
- MADI, Maria A. Caporale. Inovações financeiras e automação bancária no Brasil (1990-1994). In: *Economia e Empresa*, janeiro 1995 : 21-30, São Paulo.
- MANGABEIRA, Wilma. *Dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará : ANPOCS, 1993.
- MARANHÃO, Ricardo. *Os trabalhadores e os partidos*, São Paulo: Ed. Semente, 1981.
- MARTIN, Scott. As câmaras setoriais e o meso-corporativismo. In: *Lua Nova*, 37, São Paulo: Tec Art / Cedec, 1996.
- MARTINS, Heloisa H. T. de Souza. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*, São Paulo: Ed. HUCITEC, 1989.
- MARX, Karl. O método da economia política. In: *Marx/Engels*, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 36, São Paulo: Ed. Ática, 1989.
- _____. Salário, preço e lucro. In: *MARX : economia*, 31, Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo: Ed. Ática, 1982.
- MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*, São Paulo: Scritta, 1995a.
- _____. *Emprego e concorrência desregulada*, mimeografado Cesit / Unicamp, dezembro de 1995b.
- MICK, Jacques. *Sessenta: 1935-1995, uma história*, Florianópolis (SC): Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região, 1995.
- MINELLA, Ary Cesar. *Banqueiros: organização e poder político no Brasil*, Rio de Janeiro-São Paulo: Anpocs-Espaço e Tempo, 1988.
- _____. Transformações dos setores sociais dominantes: a burguesia bancário-financeira no Brasil, In: *Classes e movimentos sociais na américa latina*, São Paulo: HUCITEC, 1990.
- _____. Empresariado financeiro: organização e posicionamento no início da década de 90, In: *Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90*, Florianópolis (SC): Ed. da UFSC / IDACON, 1993.
- MOBERG, David. O sindicalismo vai à luta. In: *Atenção*, 02, fevereiro 1996, São Paulo: Ed. Página Aberta
- MORAES FILHO, Evaristo de. *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*, São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1978.
- MORAIS, Jorge Ventura de. Sindicatos e democracia sindical: representatividade e responsabilidade política. *Revista brasileira de ciências sociais*, 25: 65-81, São Paulo: ANPOCS, junho 1994.

- NORONHA, Eduardo Garuti. Greves e estratégias sindicais no Brasil. In: *O mundo do trabalho*, São Paulo: Mtb - Cesei/Unicamp - Scritta, 1994.
- OFFE, Claus. *Problemas estruturais do estado capitalista*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. *Capitalismo desorganizado*, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.
- _____. *Trabalho & Sociedade : problemas estruturais e perspectivas paa o futuro da sociedade do trabalho*, vols. I e II, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.
- OIT - Organização Internacional do Trabalho / Brasil, Ministério do Trabalho - MTb. *A liberdade sindical*. 1993.
- OLIVEIRA, Ana Lúcia V. S. Cruz. *As origens do sindicalismo bancário no Rio de Janeiro (1930-1937)*, dissertação de mestrado, Porto Alegre: UFRGS, 1989.
- OLIVEIRA, Marco Antonio de. Avanços e limites do sindicalismo brasileiro recente, in: *O mundo do trabalho*, São Paulo: Mtb - Cesei/Unicamp - Scritta, 1994.
- PEDRO, Joana M. & FLORES, Maria B. R. (coord.). *(Re) Inventando a cidadania: a história do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis SC*, SINERGIA, 1994.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil - dos anos vinte a 1930*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PINHEIRO, Paulo S. & HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado*, vol. II, São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PIRES, Glaicon. *O Sindicato dos Bancários e sua relação com o Partido dos Trabalhadores*, monografia de conclusão de curso, CSO/UFSC, dezembro 1995, mimeo.
- PRZEWORSKI, Adan. *Capitalismo e social-democracia*, São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. *Democracia e mercado*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- _____. *Estado e economia no capitalismo*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- QUIVY, Raymond & CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em ciências sociais*, Lisboa: Gradiva, 1992.
- RODRIGUES, Iram Jácome. *Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria*, São Paulo: Cortez, Rio e Janeiro: FASE, 1990.
- _____. *Trabalhadores, sindicalismo e democracia: a trajetória da CUT*, tese de doutorado, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP, 1993.
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*, São Paulo: DIFEL, 1968.
- RODRIGUES, Leôncio M. (org.). *Sindicalismo e sociedade*, São Paulo: DIFEL, 1968.
- _____. *CUT: os militantes e a ideologia*, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1990a.
- _____. *Partidos e sindicatos : escritos de sociologia política*, São Paulo: Ed. Ática, 1990b.
- ROSA, Maria Inês. *Trabalho, subjetividade e poder*, São Paulo: EDUSP : Letras & Letras, 1994.
- ROSA, Maristela. *Políticas de recursos humanos em contexto de greve no sistema financeiro estadual Besc*, monografia de conclusão de curso, CSO/UFSC, abril 1992, mimeo.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*, São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

- SALLES, Francisco Luiz. A evolução dos acordos e conflitos coletivos no período recente do sindicalismo brasileiro (1977-1993). In: *O mundo do trabalho*, São Paulo: Mtb - Cesei/Unicamp - Scritta, 1994.
- SANDRI, Adriano. *Os trabalhadores e o movimento sindical no Brasil*, Belo Horizonte: GEFASI; Duque de Caxias RJ: CPO, 1990.
- SAUL, Renato P. Corporativismo, as duas faces de Janus. *Cadernos de Sociologia*, 2, maio 1990, Porto Alegre: UFRGS.
- SCHMITTER, Philippe C. Todavía el siglo del corporativismo? In: *Trends toward corporatist intermediation*, Beverly Hills-London: Sage Publ., 1979. Tradução de Silvia Leicher, mimeo da Facultad de Ciências Sociales da Universidad de Buenos Aires.
- _____ Intermediación de los intereses y gobernabilidad en los regímenes contemporáneos de Europa Occidental y de América del Norte. In: *Organizing interest in Western Europe. Pluralism, corporatism and the transformation of politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. Tradução de Verónica Musqui y Julio Pinto, , mimeo da Facultad de Ciências Sociales da Universidad de Buenos Aires.
- _____ Teoría della democrazia e pratica neo-corporativa. *Stato e Mercato*, 9, 1983, tradução de Matteo Goretti, mimeo da Facultad de Ciências Sociales da Universidad de Buenos Aires.
- _____ Corporativismo. In: *Relaciones corporativas en un periodo de transición*, México: UNAM/IIS, 1992.
- SCHMITTER, Philippe C. & STREECK, Wolfgang & LEHMBRUCH, Gerard. *Neocorporativismo II - más allá del Estado y el mercado*, México: Alianza Editorial, 1992.
- SEGNINI, Liliana. *A liturgia do poder: trabalho e disciplina*, São Paulo: EDUC, 1988.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*, São Paulo: Cortez, 1996.
- SHIROMA, Eneida Oto Shiroma. *A formação do trabalhador disciplinado*, comunicação na XVIII ANPED, 1995, mimeo.
- SILVA, Antônio Álvares da. Marcos legais do corporativismo no Brasil, in: *O mundo do trabalho*, São Paulo: Mtb - Cesei/Unicamp - Scritta, 1994.
- SILVA, Hélio da. *Em busca da memória*, São Paulo: Scritta, 1995.
- SILVA, José Carlos da. *Sindicalismo bancário em Santa Catarina, reforma e persistência da estrutura sindical de Estado*, dissertação de mestrado, Florianópolis (SC): UFSC, 1995.
- SILVA, Jose Carlos & SACHET, Zenaide. *Movimento sindical urbano: análise e perspectiva do "novo sindicalismo"*, Florianópolis SC: mimeo, 1990.
- SILVA, Josué Pereira da. A crise da sociedade do trabalho em debate. In: *Lua Nova*, 35 : 167-181, São Paulo: Tec Art / Cedec, 1995(2).
- SILVA, Valdir Alvim da. *Poder político e políticas públicas: um inventário do poder oligárquico em Santa Catarina*, dissertação de mestrado, Florianópolis (SC): UFSC, 1996.
- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*, São Paulo: Ed. Ática, 1981.
- SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO / GEP-URPLAN. *Paramos São Paulo, sacou?: a participação dos bancários paulistas na greve que parou o Brasil em 85, s/d.*

- _____. *Um estudo sobre o perfil da categoria bancária*. VENCO, Selma B. & AZEVEDO, Luiz A. A. de, 1989.
- SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE FLORIANÓPOLIS E REGIÃO. *A crise do sindicalismo*, vários autores, 1992.
- SOLÉ, Carlota. El debate corporativismo-neocorporativismo. *Revista Española de Investigaciones Sociales*, 26: 9-27, Madri, 1984.
- STEPAN, Alfred. *Estado, corporativismo e autoritarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- STRALEN, Berenice de Sousa Van. *Movimento sindical dos bancários em Belo Horizonte (1932-1964)*, dissertação de mestrado, Belo Horizonte: DPC/UFMG, 1986.
- TAPIA, Jorge R. B. Corporativismo societal no Brasil: uma transição incompleta?, In: *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*, :65-80, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- TEODORO, Dilma Maria. *Automação e o impacto sobre o nível de emprego no setor bancário: um estudo de caso do BESC*, monografia de conclusão de curso, CSO/UFSC, junho 1996, mimeo.
- THIOLENT, Michel J. M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*, São Paulo: Ed. Pólis, 1981.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TOLEDO, Caio Navarro de. A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução?. *Crítica Marxista*, p.27-38, São Paulo: Brasiliense, 1994.
- TOSI, Alberto. *Bancários: 60 anos de história*, Vitória (ES): Sindicato dos Bancários do ES, 1995.
- TRAGTENBERG, M. *Burocracia e ideologia*, São Paulo: Ed. Ática, 1985.
- _____. *Administração, poder e ideologia*, São Paulo: Ed. Cortez, 1989.
- TROTSKI, Leon. *Escritos sobre sindicato*, São Paulo: Ed. Kairós, 1978.
- VARGAS, Getúlio. *As classes trabalhadoras e o Governo da Revolução*, in: *A Nova República do Brasil II: o ano de 1932, A Revolução e o norte 1933*; Rio de Janeiro: Livr. José Olympio Ed., 1938.
- VIEIRA, Evaldo. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil: Oliveira Vianna e companhia*, São Paulo: Cortez, 1981.
- WACHENDORFER, Achim. El sindicalismo latinoamericano: salud delicada, pronóstico reservado. In: *Sindicalismo Latinoamericano*, Caracas: Ed. Nueva Sociedad, 1995.
- WEBER, Max. *Ensaio de sociologia (parte II e IV)*, Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1982.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978.
- WIARDA, Howard J. *O modelo corporativo na América Latina e a latino-americanização dos Estados Unidos*, Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 1983.

JORNAIS, REVISTAS E CADERNOS

- Balanço Anual - Gazeta Mercantil. São Paulo. Várias edições entre 1986 e 1996.
- Boletim Informativo. Florianópolis (SC). BESC. Várias edições 1988-1994.

- Central Única dos Trabalhadores - CUT. São Paulo. *O que mudar na estrutura sindical e nas relações de trabalho?*, agosto 1996, caderno.
- Confederação Nacional dos Bancários da CUT - CNB/CUT. *Democratização e controle social do sistema financeiro*. São Paulo. sd, caderno.
- _____ *Rumo ao contrato coletivo de trabalho*. São Paulo. dezembro 1992, caderno.
- _____ *Sistema financeiro*. São Paulo. dezembro 1995, caderno nº 3.
- Departamento Estadual dos Bancários da CUT - DEB/CUT. *Cadernos de resoluções dos congressos DEB*. Florianópolis, 1992 e 1993.
- DIEESE. *Política salarial*. Cadernos de pesquisa, 1993.
- _____ *Boletim do Dieese*. Vários números.
- Escola Sul da CUT. *Perspectivas do sindicalismo no governo FHC*, relatório de seminário, Florianópolis (SC), 1994, caderno.
- Jornal Contra-cheque. Curitiba (PR). Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região. Várias edições entre 1986 e 1995.
- Jornal de Santa Catarina - JSC. Blumenau (SC). Várias edições.
- Jornal Diário Catarinense - DC. Florianópolis (SC). Edições entre 1988 e 1996.
- Jornal Folha de São Paulo - FSP. São Paulo. Várias edições.
- Jornal Folha Sindical. Florianópolis (SC). Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região. Edições entre 1987 e 1996.
- Jornal Gazeta Mercantil - GM. Florianópolis (Suc.). Edições entre 1986 e 1996.
- Jornal Nossa Voz. Porto Alegre (RS). Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região. Edições entre 1985 e 1995.
- Jornal O Estado - OE. Florianópolis (SC). Várias edições.
- Revista 30 Anos do BESC. Florianópolis(SC). Banco do Estado de Santa Catarina - BESC. junho 1992.
- Revista América Economia. Rio de Janeiro. nº 113, novembro 1996.
- Revista da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT - CNM / CUT. São Bernardo (SP). 1993 e 1994.
- Revista DE FATO. São Paulo. CUT. Vários números, 1993 e 1994.
- Revista dos Bancários. *Os espertalhões: usando influência e informações privilegiadas, ex-dirigentes do Banco Central fazem a festa na iniciativa privada*. São Paulo. Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região, nº 1, julho 1996.
- Revista Expressão. Florianópolis (SC). Várias edições.
- Revista Informação Financeira. São Paulo. Ed. I e A. Várias edições entre 1995 e 1996.
- Revista Momento. *Bancos em pé de guerra*. Brasília. Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil - ANABB. nº 11, novembro 1996.
- Revista São Paulo em Perspectiva. *Trabalho: globalização e tecnologia* - SEADE. São Paulo. v. 8, nº 1, 1994.
- Revista Teoria & Debate. *Mundo do Trabalho*. São Paulo. Partido dos Trabalhadores - PT. nº 31, abril 1996.

OUTRAS FONTES DOCUMENTAIS

- Atas de Reunião do Conselho de Representantes da PROBESC.
- Balanços e Relatórios de Administração (RA). Florianópolis (SC). BESC. Várias edições.
- Boletim DEBate. Florianópolis (SC). Departamento dos Bancários da CUT - DEB/CUT. Vários números.
- Boletim do MOB. Florianópolis (SC). Arquivo do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região. Vários números entre 1985 e 1987.
- Boletim Pré-datado. Rio do Sul (SC). Sindicato dos Bancários de Rio do Sul e Região. Vários números.
- CNB / Datafolha. *Pesquisa Perfil dos Bancários*. CNB/CUT. 1996.
- Convenções Coletivas ou Acordos Coletivos de Trabalho dos trabalhadores bancários do BESC, Fenaban, Banestado e Banrisul (aditivos). Arquivo do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região.
- Folheto de divulgação do Clube Sim / Fusesc. 1994.
- InformaCUT. São Paulo. Central Única dos Trabalhadores - CUT, vários números.
- Informativo FUSESC. Florianópolis (SC). Vários números.
- Manual do Participante Fusesc. Florianópolis. 1994.
- Ordens de Serviço do BESC. Várias.
- Relatórios de Realizações Presi/Depla. BESC. Vários.
- Teses, documentos e Anais dos Encontros e Congressos do Departamento Estadual dos Bancários da CUT - DEB/CUT.
- Teses, documentos e Anais dos Encontros e Congressos dos Empregados do BESC. Florianópolis (SC). Arquivo do Departamento Estadual dos Bancários da CUT - DEB/CUT.
- Textos mimeografados assinados por dirigentes sindicais, vários.